

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

REVISTA DA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA (1957-1967):
AS REPRESENTAÇÕES DA DIFERENÇA E A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE RELIGIOSA

LINDSAY BORGES

GOIÂNIA, 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LINDSAY BORGES

**REVISTA DA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA (1957-1967):
AS REPRESENTAÇÕES DA DIFERENÇA E A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE RELIGIOSA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal de Goiás, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa

GOIÂNIA, 2007

LINDSAY BORGES

REVISTA DA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA (1957-1967):
AS REPRESENTAÇÕES DA DIFERENÇA E A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE RELIGIOSA

Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre. No dia _____ de _____ de 2007, às _____ horas, a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo a candidata sido _____.

Prof. Dr. Elio Cantalício Serpa (UFG)
(Presidente)

Prof. Dr. Estevão de Rezende Martins (UnB)
(Argüidor)

Profa. Dra. Maria Amélia Garcia de Alencar (UFG)
(Argüidor)

Prof. Dr. Noé Freire Sandes (UFG)
(Suplente)

Aos meus pais, Lourdes e José,
que desejaram muito ver esse
trabalho concluído.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Carlos e ao Henrique pelo companheirismo e carinho; ao Prof. Elio pela orientação; à Libertad pela leitura dos originais e dicas preciosas; à profa. Teresinha pelas primeiras noções sobre o tema; à equipe do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), Antônio, Euzébio e Fabiane, pelo atendimento sempre atencioso; aos funcionários da Secretaria Pastoral da Arquidiocese (SPAR), Lisilvia, Otaviano e Edinaldo, por facilitar o acesso ao material de pesquisa; ao Monsenhor Fleury, Prof. Orlando, sr. João do Carmelo e sr. Faremont pelos depoimentos prestados à pesquisa; ao sr Oiti e d. Mari pelo acompanhamento do trabalho, à Lygia, Liane, Lília e Cíntia que me apoiaram, de maneira especial, na reta final.

RESUMO

O trabalho tem por objetivo a investigação da Revista da Arquidiocese a partir de três elementos: 1) a afirmação da autoridade de Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia, e sua intervenção direta no periódico; 2) a posição assumida pela revista frente a uma sociedade em processo de modernização na qual a Igreja se deparava com a expansão de visões de mundo antagônicas – comunismo, maçonaria, espiritismo e protestantismo – que ameaçavam sua posição hegemônica, levando o periódico a representar essas diferenças; 3) a contribuição da revista no sentido de dar unicidade e visibilidade ao projeto da Arquidiocese que visava tornar a Igreja mais presente na sociedade por meio de uma maior penetração sobretudo no setor do ensino, com a criação da Universidade de Goiás (Católica), nos diversos segmentos sociais, por meio da Ação Católica e, de maneira particular, no meio rural com a reforma agrária, a sindicalização e a educação do homem do campo.

ABSTRACT

This paper intends to show investigation of the “Revista da Arquidiocese” based in three elements: 1) the assertion of Dom Fernando Gomes dos Santos, Goiânia Archbishop ‘s authority, and his intervention in the publication; 2) the position taken on by the publication in view of a society in process of modernization, in which the church faced the expansion of antagonic world visions - communism, freemasonry, spiritism, Protestantism – that threatennd its hegemonic position and took the publication to represent those differences; 3) the contribution of the publication to the uniqueness and visibility of the Archdiocesis project that aimed to turn the church more present in society through a greater penetration mainly in the teaching area - with the foundation of the University of Goiás (Catholic), through the Catholic Action (Ação Católica) and, in a special way, in the rural country with the agrarian reform, the syndicalization and the education of the country man.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de páginas referenciadas por número e ano da *Revista da Arquidiocese de Goiânia*, no período de 1957 a 1959

Quadro 2 - Número de páginas referenciadas por número e ano da *Revista da Arquidiocese de Goiânia*, no período de 1960 a 1963

Quadro 3 - Número de páginas referenciadas por número e ano da *Revista da Arquidiocese de Goiânia*, no período de 1964 a 1967

Quadro 4 - Relação do número de edições anuais empreendidas pela *Revista da Arquidiocese de Goiânia*, no período de 1957 a 1967

Quadro 5 - Quantidade de anúncios publicitários veiculados na *Revista da Arquidiocese de Goiânia*, no período de 1958 a 1960

Quadro 6 - Relação dos números/meses da *Revista da Arquidiocese de Goiânia* consultados no decorrer da pesquisa

LISTA DE SIGLAS

AC - Ação Católica
ACO - Ação Católica Operária
ACR - Ação Católica Rural
AP - Ação Popular
CELAM - Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
FAGO - Frente Agrária Goiana
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
JAC - Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JIC – Juventude Independente Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MCS – Meios de Comunicação Social
MEB - Movimento de Educação de Base
OCIC - Organização Católica Internacional para o Cinema
OVS - Obra das Vocações Sacerdotais
PCB - Partido Comunista Brasileiro
RA - Revista da Arquidiocese
REB - Revista Eclesiástica Brasileira
RENEC - Rede Nacional de Emissoras Católicas
SAI - Serviço de Informação Agrícola
TFP - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UCG – Universidade Católica de Goiás
UFG - Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: REVISTA DA ARQUIDIOCESE: A ARTICULAÇÃO DE UM PROJETO.....	17
1.1. O papel da revista: unidade na diversidade.....	17
1.2. O papel dos colaboradores: legitimação do projeto.....	45
1.2.1. Colunistas como “pontas de lanças”.....	45
1.2.2. Diretores do período de consolidação da revista	50
1.3. Dom Fernando na Revista.....	52
1.3.1. O desenvolvimentismo e a relação com o Estado.....	52
1.3.2. A afirmação da autoridade e as idéias de modernização.....	69
CAPÍTULO 2: REPRESENTAÇÕES SOBRE VISÕES DE MUNDO ANTAGÔNICAS: COMPETIÇÃO POR ESPAÇO SOCIAL.....	77
2.1. Espiritismo: o embate doutrinário.....	78
2.2. O proselitismo protestante.....	82
2.3. Comunismo: “avesso do cristianismo”.....	86
2.4. Antagonismo com a maçonaria e com estudantes goianos.....	103
CAPÍTULO 3: O PROJETO DE UMA SOCIEDADE “MAIS CRISTÃ”.....	140
3.1. Ação Católica: a participação efetiva do laicato	145
3.2. Para não perder o homem do campo: Reforma Agrária, FAGO e MEB	158
3.2.1. Reforma Agrária de “inspiração cristã”.....	159
3.2.1.1. A parceria Igreja-Estado no campo: exemplos efetivos	167
3.2.2. A Frente Agrária Goiana e a sindicalização rural	177
3.2.3. Movimento de Educação de Base (MEB)	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
FONTES	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193

INTRODUÇÃO

É a persistência do passado que constitui o teor deste livro. O passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno, fazendo da sociedade brasileira uma sociedade em que essa peculiaridade pesa mais do que à primeira vista se vê. (MARTINS, 1994, p. 11).

A passagem acima pode nos ajudar a entender as forças que se confrontavam por meio da *Revista da Arquidiocese*, objeto de estudo desse trabalho. A Igreja, frente aos desafios do mundo moderno, era premiada a se adaptar a essa nova realidade, mudando sua forma de agir no mundo para continuar a exercer sua influência sobre a sociedade, através da manutenção de seus valores morais.

Nas décadas de 1950 e 1960, a Arquidiocese de Goiânia, como microcosmos da Igreja no Brasil, confrontou-se com o crescimento de idéias adversas, tanto no campo religioso, com o fortalecimento de novas denominações, como no campo ideológico, particularmente com a penetração das idéias liberais e do comunismo, que minavam seu monopólio religioso e cultural. Diante do desafio que essas mudanças apresentavam, a Arquidiocese precisava se adaptar a elas sem se afastar de seus valores tradicionais.

Para compreender a que problemáticas a *Revista da Arquidiocese* se vinculava, optou-se por empreender sua leitura norteada pelos próprios textos do periódico, até que um quadro foi se delineando, apontando as grandes linhas do trabalho, sempre embasadas na historiografia, contextualizando as conjunturas históricas que permitiam os diferentes protagonismos. Sendo assim, percebe-se que, diante de uma sociedade em processo de mudança, a Arquidiocese, por meio da revista, optou, por um lado, por enfrentar as visões de mundo das quais discordava, visando atenuar o potencial de atração sobre as massas católicas, e, por outro, possibilitar aos católicos novas alternativas de integração ao trabalho pastoral, tornando a Igreja mais presente na sociedade, com a crescente participação dos leigos.

Com o intuito de inserir a Igreja em uma sociedade que se laicizava, a Arquidiocese empreendeu várias iniciativas, entre elas a criação da Universidade Católica de Goiás, cuja idéia vinha sendo amadurecida pela Igreja desde a década de 1940. No entanto, dois outros projetos pareciam efetivamente direcionados às questões colocadas naquele período. O primeiro deles foi o incremento da Ação Católica, movimento que tinha como objetivo engajar a classe média ao trabalho da Igreja, preparando-a para levar ao seu próprio ambiente a mensagem religiosa, sendo que, em Goiás, esse movimento envolveu especificamente a juventude.

A segunda iniciativa foi um conjunto de ações voltadas para o setor rural, alvo da atuação de grupos de esquerda que tentavam influir em seu processo de organização. As alternativas cristãs para a solução dos problemas do campo foram a luta por uma reforma agrária de inspiração cristã – chegando a ser desenvolvida uma experiência piloto de reforma agrária na Fazenda Nossa Senhora da Conceição, de propriedade da Arquidiocese – o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Frente Agrária Goiana (FAGO), que visava a sindicalização rural.

A *Revista da Arquidiocese*¹ articulou essas iniciativas, integrando-as em um grande projeto de sociedade, constituindo-se, portanto, em nosso objeto de pesquisa cuja finalidade é analisar a revista em seus dez primeiros anos de circulação, de 1957 a 1967. Ressalta-se que este recorte temporal tem por motivação o fato da circulação da revista ter sido interrompida em fevereiro de 1968² e quando voltou a ser editada, em outubro de 1970, apresentar mudanças, tanto em seus aspectos técnicos, quanto em relação ao seu conteúdo. Além disso, as questões presentes na revista durante o período analisado - lembrando que a RA circula até hoje - permitem acompanhar a trajetória da arquidiocese, as idéias que combateu e defendeu, possibilitando, ainda, compreender muitos problemas vividos atualmente pela Igreja em Goiás.

A RA, editada em Goiânia, foi criada por Dom Fernando Gomes dos Santos, primeiro arcebispo da capital, assim que tomou posse, em julho de 1957 e, para entender a revista, é preciso compreender o papel conferido pelo arcebispo a este veículo de comunicação em seu arcebispado. Ao assumir a nova função Dom Fernando se deparou com

¹ Nesse trabalho, referida como RA.

² Como veremos no capítulo 1 deste trabalho, o motivo da interrupção na circulação da revista em 1968 foi o encerramento de um contrato de três anos (1965-1968) estabelecido com a Gráfica da Universidade Federal de Goiás, incluindo a impressão da revista, que só voltou a circular em 1970 quando a Arquidiocese ganhou uma aparelhagem de *off-set*.

o desafio de estruturar a arquidiocese, particularmente na organização e formação dos sacerdotes, religiosas e leigos, diante da nova realidade que se apresentava. Face à grande dimensão geográfica a ser atingida, a RA teria como um de seus propósitos divulgar essa orientação.

A primeira preocupação de Dom Fernando foi “organizar” os católicos, tendo em vista “criar comunidade”, o que significava congregar tanto os sacerdotes e religiosas, quanto o laicato em torno da arquidiocese e seus projetos. Esse chamado à união não derivava apenas da necessidade de congregar uma arquidiocese dispersa geograficamente, mas tinha também o objetivo de orientar seus membros para se posicionarem frente às idéias contrárias à doutrina da Igreja Católica e que a incomodavam naquele momento. Dom Fernando explicitou este propósito em sua *Mensagem de Páscoa* de 1958, enfatizando a “União das Forças Católicas para dissipar as trevas da confusão e coordenar todos os objetivos comuns em defesa da fé católica e dos bons costumes”³.

Conforme o texto, todos os objetivos dos trabalhos da arquidiocese deveriam convergir para a “defesa da fé católica e dos bons costumes” e as “normas claras e seguras para essa ação coordenada e eficiente” estavam destacadas na *Carta Pastoral Coletiva dos Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia*, lançada em dezembro de 1957⁴. Nesse documento foram elencadas as “heresias e organizações contrárias aos ensinamentos do evangelho”⁵, quais sejam: espiritismo, legião da boa vontade, ecléticos e esperantistas, maçonaria, rosacrusismo, protestantismo e comunismo. O documento tinha como objetivo alertar para o “surto” dessas heresias em Goiás e orientar o clero e os leigos a tomarem uma atitude diante do problema.

A *Carta Pastoral dos Bispos*, complementava a *Mensagem de Páscoa* de 1958, de Dom Fernando, ao lançar as primeiras sementes de um projeto de sociedade cristã que implicava a unidade da Arquidiocese em torno dele. Em todos os temas abordados – situação

³ SANTOS, Dom Fernando Gomes. Mensagem de Páscoa 1958. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1958. p. 12.

⁴ Em dezembro de 1957, Dom Fernando reuniu toda a província eclesiástica de Goiânia (constituída pelas oito circunscrições eclesiásticas de Goiás) para estudar e diagnosticar os problemas religiosos e sociais locais, cujo resultado foi divulgado através de uma *Carta Pastoral Coletiva* que tratava dos seguintes assuntos: situação religiosa, política e social, defesa da família, ensino religioso, apostolado dos leigos, o seminário, a Universidade Católica, sustentação do clero, normas sobre festas e festividades. O documento foi assinado por Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia; Dom Alano du Noday, Bispo de Porto Nacional e Administrador Apostólico de Cristalândia; Dom Francisco, Bispo de Uruaçu e Administrador Apostólico de Formosa; Dom Abel, Bispo de Jataí; Dom Cândido, Bispo de Goiás; Monsenhor Quinto Tonini, Administrador Apostólico de Tocantins e Monsenhor Tiago Leijen, Vigário Geral de Formosa.

⁵ CARTA Pastoral da Província Eclesiástica de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 2.

religiosa, política e social, defesa da família, ensino religioso – o apostolado dos leigos tomava um lugar central estimulando a participação da Ação Católica Especializada e dos demais movimentos leigos, na construção de uma sociedade em que vigorassem os valores cristãos.

Sob esta perspectiva, a revista se estruturou entre dois pólos: de um lado as idéias que ela combatia, ou seja, a representação dos considerados “inimigos da Igreja”, que ameaçavam sua posição no campo religioso e cultural e, de outro, as idéias em torno das quais clero e leigos deveriam se unir e que todos deveriam defender, tendo em vista garantir a manutenção dos valores cristãos na sociedade, que seria a construção de uma sociedade “mais cristã”. Diante desse quadro, se buscará analisar como, através da RA, a realidade social daquele momento histórico foi representada, ou seja, foi pensada e construída pelo arcebispo e demais colaboradores uma vez que a RA não tratava apenas da “difusão de idéias”, mas do embate em relação a determinadas posições políticas, sociais e culturais.

A importância dessa análise reside no fato de que, ao construir uma representação sobre idéias contrárias às suas, e projetar uma sociedade desejada, a RA não só refletiu a realidade, mas passou a construir essa própria realidade, situando-se em um campo de luta para impor uma determinada representação social, no esforço de levar os membros da arquidiocese a seguirem a sua orientação.

[...] As lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificação ou de delimitação não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curta –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1990, p. 17).

O contexto em que estas lutas foram travadas foi o Estado de Goiás, a respeito do qual a RA apresentava uma determinada interpretação e sobre o qual pretendia intervir. Para Dom Fernando, Goiás tinha um grande potencial, devido às suas riquezas naturais e localização geográfica, porém, tudo estava por fazer, precisando aproveitar a oportunidade surgida com a construção de Brasília e buscar o caminho para o desenvolvimento. Neste sentido, Brasília foi tomada como modelo para Goiás e a Igreja se colocava como uma das condutoras desse processo, adotando como meta principal do governo arquidiocesano contribuir para o desenvolvimento da região.

Hunt chama atenção para a preocupação de Chartier com as diferenças, mostrando que elas só podem ser percebidas em sua relação com a unidade. No caso desta análise, é importante observar, tomando as palavras da própria autora, como a linguagem da revista serviu para “criar um senso de comunidade e, ao mesmo tempo, estabelecer novos campos de luta social, política e cultural – ou seja, simultaneamente tornar possível a unidade e a diferença” (HUNT, 1992, p. 22).

Para Chartier, “todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido a seu mundo” (HUNT, 1992, p. 25). Dom Fernando e o grupo responsável pela revista perceberam que para “construir comunidade” precisavam apontar um caminho e uma orientação que fizessem sentido para os membros da arquidiocese numa conjuntura histórica em que se ampliavam regional e nacionalmente ideologias antagônicas à doutrina católica.

Sendo assim, percebe-se que, além de construir uma representação sobre o outro, e sobre um projeto de futuro para a sociedade, o grupo que compunha a RA, conscientemente ou não, construiu ainda uma representação sobre si mesmo, na medida em que mostrou como refletia sobre a realidade social. O grupo desvelou-se nos textos da revista, mostrando qual posição os católicos deveriam defender face aos problemas políticos, sociais e culturais; construção elaborada através de discursos de seus próprios membros, ou apropriados de outros contextos com a pretensão de orientar a ação da arquidiocese.

Torna-se fundamental nessa análise compreender o papel central desempenhado por Dom Fernando na RA uma vez que o periódico mostrava como a vida do Arcebispo se confundia com a vida da própria arquidiocese. A *Semana das Vocações Sacerdotais*, de 1957, ponto alto do programa de Dom Fernando para estruturar a arquidiocese, aconteceu durante as comemorações pelas *Bodas de Prata Sacerdotais* do arcebispo⁶. A coincidência do aniversário da ordenação do prelado com a criação da arquidiocese levou novamente à comemoração conjunta, em 1982, de suas *Bodas de Ouro Sacerdotais*, com o *Jubileu de Prata* da Arquidiocese⁷. Embora estes eventos estivessem adequados às funções dos bispos (múnus episcopal) - que prescreviam ao bispo “desaparecer” para fazer com que a diocese “aparecesse” - Dom Fernando parecia encarnar a própria arquidiocese, aquele que a inaugurou e implantou seus pilares fundamentais e aquele a quem cabia indicar o caminho a seguir.

⁶ COSTA, Waldir. Por Deus e pela Pátria. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, out. 1957. p. 20.

⁷ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Lançamento do livro *Sem violência e Sem medo*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1982. p. 613.

A força da autoridade do arcebispo estava presente em vários momentos. Procuraremos assinalar o processo de afirmação da autoridade de Dom Fernando através da RA verificando, por um lado, como o próprio arcebispo desejou ser conhecido enquanto autoridade na hierarquia da Igreja no cumprimento de sua missão e, por outro lado, como os colaboradores da revista, membros da elite política e social, assim também como os demais leigos, reforçaram a autoridade do arcebispo à qual se submetiam com obediência exemplar.

Ao analisarmos a revista, percebemos que Dom Fernando procurou se mostrar ao mundo como uma autoridade que desejava mudanças. Nesse sentido, buscou sintonizar Goiás ao resto do país, atraindo e incentivando diversos movimentos religiosos e debates importantes que se davam no seio da Igreja, na expectativa de integrar Goiás aos propósitos da Igreja nacional e universal. Dom Fernando mostrava uma percepção acurada das mudanças ocorridas na sociedade – no campo da ciência e da técnica -, que exigiam da Igreja e do próprio prelado as adaptações necessárias para manter e mesmo ampliar o espaço conquistado.

Diante do desafio de acompanhar a dinâmica da história, sem renunciar às tradições, Dom Fernando optou por vincular os valores que marcavam a Igreja há séculos, a um aparato de difusão moderno, os meios de comunicação social, os quais, até então, a Igreja hesitava em incorporar. Tal processo não foi consensual, mas permeado por tensões devido aos dilemas que a própria Igreja teve que enfrentar diante da conjuntura que se formou pelo entrecruzamento de diversas forças, especialmente na América Latina, com o avanço do comunismo e das idéias liberais que poderiam desagregar o núcleo que a Igreja Católica entendia ser o fundamento da coesão social, através do ateísmo e da dissolução da família.

Diante do exposto, a RA, entre tantas iniciativas de Dom Fernando, tornou-se o espaço privilegiado em que várias idéias foram expostas e debatidas, *locus* no qual o arcebispo pode consolidar sua autoridade e projetar a Igreja desejada, que se construiria a partir do combate às visões de mundo contrárias às da Igreja Católica e da união da sua arquidiocese em torno de um projeto de sociedade católica; ou seja, através de um jogo de representações – em que a RA retirou da realidade elementos sobre a alteridade e sobre a própria arquidiocese – a revista reelaborou estas informações e procurou construir um outro real histórico.

No Capítulo 1, verificaremos como Dom Fernando, ao identificar Goiás como um Estado subdesenvolvido, colocou a Igreja como instituição capaz de contribuir para a superação dessa situação, em colaboração com o Estado. Para assumir a condução desse

processo, o arcebispo se mostrou como autoridade natural pela força de seu cargo, mas também por sua capacidade de acompanhar as mudanças do mundo moderno, no que foi seguido pelos colaboradores e demais religiosos e leigos que escreviam para a revista. Além disso, observaremos como o corpo editorial se estruturou em torno de um projeto de difusão, através da apresentação dos seus diretores e colaboradores. Será apresentado também o contexto de surgimento da revista, seus aspectos técnicos e observações gerais sobre os conteúdos, que serão analisados nos capítulos 2 e 3.

No capítulo 2, será enfatizado como a revista representou o comunismo, a maçonaria, o espiritismo e o protestantismo, ao apresentar essas instituições como não qualificadas para propor os avanços de que a sociedade goiana precisava, em um momento específico da história regional, nacional e até continental, particularmente com o comunismo avançando em muitos países da América Latina.

No Capítulo 3, ressalta-se a preocupação da Igreja em se fazer mais presente na sociedade por meio de várias frentes de atuação que, em seu conjunto, pareciam constituir o projeto de uma sociedade “mais cristã”. Essas ações visavam atingir tanto setores novos quanto a emergente classe média e o tradicional setor agrário. Neste capítulo, destacar-se-ão as ações empreendidas pela Igreja no tocante ao incentivo ao movimento de Ação Católica, ao projeto de reforma agrária, à sindicalização rural, através da FAGO, e ao MEB.

O arcebispo mostrava sintonia com a perspectiva da Igreja Católica romana que se posicionava com crescente firmeza no zelo pelo patrimônio de civilização e de justiça que a Igreja, sob essa ótica, encarnava. A crescente secularização colocava em xeque dogmas da instituição e urgia ações que ratificassem a Igreja Católica como a portadora das certezas numa sociedade que se modernizava e se confrontava com amplo leque de possibilidades também no campo espiritual. A RA foi criada nessa conjuntura particular da Igreja local com o objetivo precípuo de articular a catolicidade em torno de objetivos no campo religioso, mas também no aspecto temporal.

CAPÍTULO 1

REVISTA DA ARQUIDIOCESE: A ARTICULAÇÃO DE UM PROJETO

1.1.O papel da revista: unidade na diversidade

A RA foi criada em um período em que o Brasil vivia o ápice do projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961) com a construção de Brasília e, além de registrar a participação da Igreja nesse processo como um momento de aproximação com o Estado – como será mostrado no próximo tópico –, evidenciou o apoio da Arquidiocese ao Governo JK, manifestações essas encerradas com uma homenagem ao final de seu mandato, em que reconhecia a apoio do presidente ao trabalho da Igreja no “Brasil Central”⁸.

A revista também manifestou o desejo de um bom relacionamento com o governo Jânio Quadros (1961) e, com esse propósito, publicou na íntegra a primeira entrevista do presidente eleito à imprensa, na qual Jânio afirmava desejar “fazer uma administração humana, progressista, justa, cristã, que desenvolvendo nossas riquezas, as lev[asse] às grandes multidões”⁹. Publicou ainda o termo de compromisso que Jânio assinou, ainda como candidato, com a *Confederação das Famílias Cristãs*, de São Paulo, no qual afirmava sua “irrestrita adesão a esse programa” que, além de obediência aos princípios democráticos, pedia a defesa da família, o direito do nascituro à vida, rejeição a todo monopólio educativo, respeito ao princípio da propriedade individual, entre outros.¹⁰

Com a “inesperada renúncia de Jânio Quadros”, Dom Fernando emitiu duas circulares. Na primeira – *Rezemos pela pátria* – dirigia palavras de “fé e confiança” aos católicos, pedindo calma e bom senso diante dos boatos e, prevendo que a crise do Brasil

⁸ NOSSA homenagem. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, p. 32-33, out. 1960.

⁹ UM DOCUMENTO histórico. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1960. p. 33

¹⁰ O PRESIDENTE da República e os postulados cristãos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 126-128, fev. 1961.

poderia ser “forte e profunda”, convidava a todos para uma “cruzada de oração”¹¹. A segunda circular, dirigida ao clero, determinava preces públicas pela paz e segurança do país¹².

O governo João Goulart (1961-1964) não recebeu da revista nenhuma mensagem de apoio e, a partir de 1962, as posições da Igreja viriam pautadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e suas resoluções. Foi justamente a partir da publicação da encíclica *Pacem in Terris*, de João XXIII, em 1963, que os bispos da Província Eclesiástica de Goiânia emitiram uma mensagem destinada ao governo, coincidindo com a retomada do sistema presidencial por João Goulart em janeiro de 1963, que lhe deu plenos poderes, uma vez que, ao assumir o governo, “Jango manobrou cuidadosamente a fim de recuperar os poderes presidenciais” (SKIDMORE, 1976, p. 265).

Devido ao crescimento de posições extremas – tanto de esquerda como de direita –, durante o governo parlamentar de Goulart, a Igreja encontrou dificuldades em defender suas propostas, entre as quais a “necessidade de modificar a estrutura arcaica do Brasil em áreas tais como a agricultura e a educação” (SKIDMORE, 1976, p. 284). Nesse contexto, deu-se a declaração dos bispos da Província Eclesiástica de Goiânia, mostrando que a disposição de colaborar com o governo tinha limites.

[...] Estamos dispostos a cooperar com o poder público, com as instituições e as classes sociais em defesa dos postulados da sã democracia e dos princípios da justiça social, ainda a custo de todos os sacrifícios. Não podemos, porém, omitir-nos na defesa da verdade, nem nos deixaremos influenciar por explosões demagógicas, por insinuações de ordem política ou pressões de qualquer natureza que pretendam jungir a ação da Igreja a interesses ocasionais, fora dos ensinamentos da doutrina social cristã.¹³

No plano regional, as relações da Igreja com o governo passaram a ser redefinidas a partir da posse de Dom Fernando como primeiro arcebispo de Goiânia, tendo em vista que o bispo anterior, Dom Emanuel Gomes de Oliveira (1923-1955) não havia transferido a sede da Arquidiocese da Cidade de Goiás para a nova capital, por motivos políticos. Goiânia havia se tornado capital em 1933 e só em 1957, 24 anos depois, passou a sede da Arquidiocese.

Dom Emanuel havia conquistado posição de prestígio para a Igreja em Goiás “ganhando para as causas da Igreja praticamente toda a elite econômica e intelectual do Estado” (VAZ, 1997, p. 232). O arcebispo havia conseguido aproximação com o Estado, pois

¹¹ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Rezemos pela pátria. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 611, set. 1961.

¹² SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Preces Públicas pela paz do Brasil. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 612, set. 1961.

¹³ MENSAGEM dos Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1963. p. 256.

o poder político estava nas mãos dos Caiado, aliados da Igreja Católica e, com a Revolução de 1930, viu seu poder fortalecido, devido à reaproximação entre Igreja e Estado, no plano nacional; porém, em Goiás, Pedro Ludovico assumiu como interventor. Dom Emanuel, que pretendia disputar as eleições para o governo, encontrou em Pedro Ludovico um obstáculo que o impediu de conquistar seu objetivo. Os dois passaram a disputar uma posição de liderança sobre os destinos de Goiás; entretanto, um projeto em especial parecia consolidar localmente a aliança entre Igreja e Estado: a mudança da capital.

Dom Emanuel antecipou-se a Pedro Ludovico ao transferir a sede do poder da Igreja, construindo uma segunda residência episcopal em Bonfim, na região da Estrada de Ferro. Quando Pedro Ludovico propôs a mudança da capital, o arcebispo apoiou o projeto e foi convidado para presidir a comissão encarregada de escolher o local da nova capital. Entre as quatro cidades analisadas duas apresentaram as características necessárias para abrigar a nova capital: Bonfim e Campinas. A escolha de Campinas deixou claro que Pedro Ludovico não queria viver à sombra do poder da igreja e do arcebispo, que já exercia uma posição de liderança da cidade de Bonfim. Por outro lado, Dom Emanuel também não aceitou viver sob o poder de Pedro Ludovico e não transferiu a sede da arquidiocese para Goiânia (VAZ, 1997).

Depois da transferência da capital, os dois líderes não tiveram outra alternativa a não ser apoiarem-se mutuamente em alguns projetos pois a constituição de 1934 formulava a restauração da união entre Igreja e Estado. Pedro Ludovico precisava do apoio da Igreja para se manter no poder e Dom Emanuel necessitava consolidar a presença da Igreja em Goiânia¹⁴. Como Pedro Ludovico não cedia às pressões de Dom Emanuel, em 1946 o arcebispo apoiou Jerônimo Coimbra Bueno que venceu as eleições¹⁵ e passou a dar total apoio às iniciativas da Igreja¹⁶. Em 1950, Pedro Ludovico voltou a buscar o apoio da Igreja e retomou o poder no Estado.

Diante de exposto, percebemos que Dom Fernando assumiu uma Igreja respeitada em termos institucionais, mas distante do centro de irradiação do poder local. O primeiro movimento de aproximações entre a Arquidiocese e o governo do Estado, registrado pela RA, ocorreu durante a *IV Conferência da CNBB*, em Goiânia, de 3 a 11 de julho de 1958, quando o Governador José Ludovico de Almeida (1955-1959) recepcionou, no Palácio das

¹⁴ Vaz (1997) aponta 1937 como um ano de grande avanço da Igreja em Goiás. Datam de 1937 a fundação do Colégio Dom Bosco, do Ginásio Santo Agostinho e da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia.

¹⁵ Entre os anos de 1930 e 1964, observou-se que essa foi a única vez em que Pedro Ludovico esteve fora do poder (VAZ, 1997, p. 276).

¹⁶ Uma vez no poder, Jerônimo Coimbra Bueno abriu os lotes da capital e o cofre do Estado para a Igreja (VAZ, 1997, p. 275).

Esmeraldas, os bispos participantes do evento. Em seu discurso durante o encontro, o Governador mostrou-se honrado e grato pela escolha de Goiânia para a conferência, manifestando a “ardência” de sua fé e o “júbilo” pela consideração da hierarquia da Igreja. Finalmente, afirmou o propósito de prestar à Igreja toda a colaboração que por ela fosse reclamada.

É bem sabido que a Igreja, não obstante se ver constitucionalmente separada dos negócios oficiais do Estado, jamais deixou de reger – em paralelo à ação estatal e no que há realmente de mais transcendental para o homem e para a família – a vida social da comunidade brasileira. E nós jamais deixamos de reconhecer a força e a legitimidade dessa regência.¹⁷

Essa abertura continuou em relação ao governo Mauro Borges (1961-1964), quando a Igreja foi chamada a colaborar com a elaboração do Plano de Governo – destacado instrumento daquela administração – através do levantamento de dados no campo da educação e da assistência social.

Atentos ao plano governamental de promover o maior bem às populações interioranas e considerando o apelo do Exmo Sr. Governador do Estado, estudamos as necessidades mais prementes das nossas dioceses e prelazias, particularmente nos setores da educação e da ação social, com o objetivo de levar à Sua Excelência, com a nossa colaboração, os votos mais fervorosos pelo feliz resultado de um trabalho, eficiente e orgânico em favor de todos, especialmente dos mais necessitados.¹⁸

Por ocasião da sagração episcopal de Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, o Governador Mauro Borges “ofereceu um almoço íntimo ao bispo recém-sagrado e a todos os demais bispos presentes nesta capital”¹⁹ e discursou durante esse “banquete” oferecido no Jôquei Clube de Goiânia. O governador se dizia “grato” e “honrado” em poder saudar Dom Antônio em nome do povo goiano e ressaltou que a escolha de um goiano como bispo mostrava a “sedimentação religiosa deste Estado”. Ao final destacou a importância da colaboração mútua entre Igreja e Estado ao agradecer a “ação civilizadora da Igreja Católica que prepara os homens de Goiás para a magna tarefa do presente, que [o seu governo] propôs como plano e como norma administrativa”²⁰.

Em 1963, Dom Fernando recebeu o título de *Cidadão Goiano*, concedido pela Assembléia Legislativa do Estado, título conferido na mesma cerimônia também a Dom

¹⁷ O GOVERNADOR do Estado de Goiás recepcionou os bispos do Brasil. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, jul. 1958. p. 48.

¹⁸ MENSAGEM dos Bispos e Prelados. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1961. p. 287.

¹⁹ GOVERNADOR homenageia prelados. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11/12, nov./dez. 1961. p. 746-747.

²⁰ DISCURSO proferido pelo Governador Mauro Borges. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11/12, nov./dez. 1961. p. 751.

Alano du Noday, Bispo de Porto Nacional, Dom Benedito Coscia, Bispo de Jataí e Dom Cornélio Chizzini, Bispo de Tocantinópolis. Discursaram na ocasião o deputado Eliezer Penna, em nome da Assembléia Legislativa e Dom Fernando, em nome dos bispos agraciados. O deputado exaltou os feitos dos bispos e do arcebispo em suas respectivas dioceses, concluindo que o Brasil precisava de uma “conjugação de esforços” para alcançar “dentro da ordem espiritual e moral vigente”, o “futuro grandioso” que o esperava²¹.

Em seu discurso, Dom Fernando afirmou a importância da unidade de objetivos que marcava o trabalho dos bispos que “nunca dissociaram o seu amor à religião do seu amor à pátria” e, por isso, sempre “se fizeram leais e eficientes colaboradores do poder temporal”. O arcebispo encerrou fazendo um apelo a que “se calem para sempre as rivalidades, as prevenções e os melindres pessoais” e reine “aquela límpida e serena atmosfera de cordialidade fraternal” graças à qual “nossa pátria, há de sobreviver, resistir, prosperar para sempre”²².

No dia seguinte à eclosão do golpe militar, em março de 1964, Dom Fernando visitou o governador Mauro Borges²³, que permaneceu no cargo até 26 de novembro daquele ano, período em que os militares, com o apoio da oposição, criaram as condições para intervenção no Estado (RABELO, 1976). No entanto, posteriormente, o Arcebispo também visitou o interventor, Carlos de Meira Matos²⁴, embora - segundo depoimento do Monsenhor Nelson Fleury, que acompanhou o arcebispo nessa visita - Dom Fernando tenha enfrentado o marechal, não permitindo que convidasse um padre da Arquidiocese para Secretário da Educação. Para Dom Fernando os relacionamentos com os diversos governos era uma demonstração de que o prelado não tinha “compromisso com ideologias ou facções políticas” e que suas ações eram orientadas pela doutrina da Igreja²⁵.

Nas eleições de 1965, realizadas “sob a égide da intervenção” (SOUZA, 1990, p. 114), o eleito, Otávio Lage, teve seu discurso de posse publicado pela RA²⁶ e o apoio mútuo entre a Arquidiocese e o governo foi selado na inauguração da segunda etapa da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, que contou com uma missa campal concelebrada pelos

²¹ DISCURSO do deputado Eliezer Penna. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8/9, p.450-454, ago./set. 1963.

²² DISCURSO pronunciado pelo Exmo Sr. Arcebispo Dom Fernando Gomes. *Revistada Arquidiocese*, Goiânia, n. 8/9, ago./set. 1963. p. 458.

²³ CRÔNICA da Arquidiocese. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 209, maio 1964.

²⁴ CRÔNICA da Arquidiocese. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 68, jan. 1965.

²⁵ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. *Enquanto é tempo*. In: CADERNO DE NOTÍCIAS: informativo da Arquidiocese de Goiânia. Goiânia: Departamento de Opinião Pública, n. 4, dez. 1968.

²⁶ OTÁVIO Lage anuncia que governará sem distinção partidária e com austeridade. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1966.

bispos da Província Eclesiástica de Goiânia, da Província de Brasília e de dioceses de Minas Gerais²⁷. Nesse período, Dom Fernando já havia tomado conhecimento dos “excessos” dos militares, mas continuava acreditando na restauração da ordem democrática e na cooperação mútua entre a Igreja e o Estado.

Além desse percurso sobre o momento político que permeou os primeiros anos da revista, torna-se importante assinalar também o que marcava a história da Igreja no Brasil naquele período. A RA foi criada em 1957, momento em que a Igreja passava por um processo de articulação nacional, após a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952. A luta pela unificação da Igreja havia sido tentada outras vezes sem sucesso. O Cardeal Arco Verde (1857-1930), em 1890, propôs a realização de um *Concílio Plenário Brasileiro*, visando substituir a legislação em vigor desde o padroado; no entanto “Roma não permite essa articulação nacional e permanece o centro de todas as decisões para a Igreja do Brasil” (BEOZZO, 1984, p. 328).

Os bispos, sem poder realizar o concílio, buscaram uma medida paliativa na tentativa de unificação nacional da Igreja, adotando também no Norte a *Pastoral Coletiva dos Bispos do Sul*, de 1915. Quando Dom Leme assumiu a Arquidiocese do Rio de Janeiro (1930-1942) – liderança que já vinha despontando desde que assumiu a Arquidiocese de Olinda (1916-1921) e mais tarde como Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro (1921-1930) – definiu duas frentes para a reorganização da Igreja, sendo a primeira a organização do laicato, o que foi concretizado com a elaboração dos estatutos da Ação Católica em 1934. A segunda meta era a reunião do episcopado em um concílio, o que levou o prelado a Roma, em 1935, para falar com Pio XI, que aceitou a proposta depois da indicação de um canonista da Cúria Romana para acompanhar e orientar os trabalhos.

O *Concílio Plenário Brasileiro* aconteceu entre 2 e 30 de julho de 1939; no entanto, o seu documento final não expressava a realidade brasileira por interiorizar as “estruturas”, a “legislação” e o “espírito” de Roma, além de nunca ter sido traduzido do latim, permanecendo inacessível até mesmo para alguns membros do clero. A Igreja permaneceu dispersa, mesmo que, em 1950, os bispos brasileiros tenham reeditado a *Pastoral Coletiva* de 1915.

Pierucci (1984, p. 346) avalia que Dom Leme havia centralizado em sua pessoa, desde 1916, a organização da Igreja no Brasil, tanto em relação ao episcopado, como no que

²⁷ RESENHA Informativa. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p.144-145, fev. 1968.

diz respeito ao laicato e com sua morte, em 1942, ambos os setores se sentiram acéfalos. Um novo movimento começou a surgir “à sombra da Ação Católica”, em diversos encontros regionais de bispos, culminando com a criação do Secretariado Nacional de Ação Católica, durante a *II Semana Nacional de Ação Católica*, em 1946, que definiu como seu principal objetivo coordenar os vários ramos do movimento no plano nacional.

Sob a liderança do então Padre Helder Câmara - colaborador de Dom Jaime Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro (1943-1971) - nomeado Assistente Geral da Ação Católica durante o encontro, os bispos ali presentes, entre os quais Dom Fernando, o desafiaram a estruturar o secretariado, garantindo que, depois de seis meses de seu funcionamento, os bispos do Brasil se encarregariam de mantê-lo (CÂMARA, 2003, p. 10). Com a fundação do secretariado estava lançada a semente para a criação da CNBB, o que ocorreu em outubro de 1952, sob o papado de Pio XII.

Dom Fernando participou intensamente desse processo e continuou entre os seus principais incentivadores, conforme destacou Dom Luciano Mendes, durante as cerimônias em comemoração aos 50 anos de sacerdócio do Arcebispo de Goiânia, ao lembrar o “quanto a *Conferência Nacional dos Bispos* deve a Dom Fernando”, afirmando sua participação ativa ao enfatizar que “foi membro da Comissão Central, sempre participou, com grande entusiasmo, de todas as promoções da Conferência”²⁸.

A organização dos bispos em torno da CNBB encontrou uma sociedade que passava por transformações estruturais das quais emergiam setores modernizantes – novas classes médias, técnicos, estudantes, profissionais liberais, operários, setores camponeses, clero jovem – que exigiam da Igreja novas opções de atuação pastoral, às quais a entidade procurou atender (PIERUCCI, 1984, p. 355). A Arquidiocese de Goiânia se incorporou a esse processo adaptando as soluções apresentadas pela CNBB à realidade regional, projeto no qual a RA teve participação ativa.

A RA, desde sua fundação, acentuou a sintonia da Arquidiocese com a CNBB, tornando acessível tanto ao clero como ao leigo todos os documentos, decisões e iniciativas importantes da organização episcopal que reconheceu e elogiou a iniciativa de Dom Fernando: “Há iniciativas que têm um valor simbólico: o lançamento em julho p. p. da Revista da Arquidiocese de Goiânia, vale como o melhor dos programas de ação de Dom

²⁸ A GRANDE celebração da eucaristia: comunhão da CNBB. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1982. p. 635.

Fernando Gomes. A simples apresentação material da Revista já traduz sintonização perfeita com a CNBB e o CELAM.”²⁹

As mudanças pelas quais a sociedade passava naquele período exigiram da Igreja também um novo uso de seus veículos de comunicação. A crescente urbanização provocou uma diminuição da influência da Igreja sobre a sociedade, fazendo com que perdesse seu “monolitismo cultural” para outras religiões (SOARES, 1988). Além disso, o avanço das idéias liberais e socialistas despertou na instituição a necessidade de ampliar seus instrumentos de ação, tendo em vista conter esse processo. No intuito de retomar a hegemonia no campo religioso e se impor frente a outras visões de mundo, a Igreja iniciou um lento processo de utilização dos veículos de comunicação.

Soares (1988) identifica 1945 como o período de entrada da Igreja Católica no Brasil em uma quarta fase no que diz respeito à orientação para a adoção dos veículos de comunicação. Essa era a fase de “especialização e reflexão”³⁰, em que a Igreja passava a diversificar seus veículos, produzindo, além dos jornais diários, também semanários, boletins, revistas, investindo ainda na ampliação do número de editoras pertencentes às ordens religiosas.

No entanto, embora a Igreja começasse a sentir que precisava adotar com mais amplitude os veículos de comunicação no seu trabalho pastoral, a opção da instituição foi pela “promoção da doutrina católica” (PUNTEL, 1994, p. 111). Ao analisar o uso que a Igreja fazia da comunicação nas décadas de 1940 à de 1960, Soares (1988, p. 229) também argumentava que se enquadravam nos pressupostos teóricos da persuasão, “buscando alcançar objetivos previamente determinados”. Além disso, o autor percebeu o predomínio do discurso conservador, pautado pelo chamado “movimento de espiritualidade”³¹, que definia para os veículos de comunicação um papel autoritário, cabendo a eles complementar o trabalho de catequese realizada pelo clero; passar uma visão da Igreja como instituição harmônica e disciplinada, além de mostrar entusiasmo pelo trabalho da Igreja (SOARES, 1988, p. 227-228).

Ao analisarmos a RA, percebemos que este veículo também foi concebido na perspectiva da persuasão, tendo em vista convencer os católicos a respeito da importância de

²⁹ A CNBB e a nossa revista. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, set. 1957. p. 28-29.

³⁰ As fases identificadas por Soares (1988, p. 177) são: 1ª) da militância política à piedade e doutrina; 2ª) uma imprensa contra o liberalismo; 3ª) em busca do diário católico e 4ª) especialização e reflexão.

³¹ A Igreja buscou fortalecer o catolicismo internalizado através de três tendências: movimento de espiritualidade; 2) catolicismo espiritualista adaptado à vida moderna e 3) catolicismo internalizado de sentido social (Soares, 1988, p. 226).

sua adesão aos projetos arquidiocesanos. Há que se destacar como se deu o processo de aceitação da adoção dos veículos de comunicação pela Igreja em Goiás até sua utilização na perspectiva da persuasão, passando pela concepção dos documentos pontifícios

Em 1957, a Igreja dava um passo a mais na compreensão sobre o papel dos meios de comunicação, com a divulgação da encíclica *Miranda Prorsus*, do Papa Pio XII, publicada pela RA³². Nos documentos anteriores sobre o assunto, a Igreja vinha mantendo uma posição conservadora, percebendo nos veículos de comunicação uma ameaça e preocupando-se principalmente em estabelecer formas de censura e controle sobre seu conteúdo e circulação³³. Segundo Puntel (1994, p.35-36), foi “com o papa Pio XII (1939-1958) que a Igreja aprofund[ou] e ampli[ou] suas reflexões sobre as relações sociais dentro de uma sociedade democrática e sobre o papel da informação na constituição da opinião pública”. Nesse documento, pela primeira vez a Igreja manifestou receptividade em relação aos meios de comunicação – especialmente o cinema, o rádio e a televisão - embora ainda com certas reservas. Por um lado, via as novas tecnologias da comunicação como dons de Deus, incentivando o seu emprego para reforçar os valores espirituais. Por outro lado, enfatizava a necessidade de educar as pessoas para sua recepção e recomendava a classificação dos filmes.

Ainda durante o período objeto desta pesquisa, no decorrer do Concílio Vaticano II, foi promulgado o documento *Inter Mirifica*, em 4 de dezembro de 1963, divulgada pela

³² ROMA Locuta: Encíclica *Miranda Prorsus* – Pio XII. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, p. 48-56, abr./maio 1958.

³³ O primeiro documento trata justamente do surgimento da imprensa e a vê como risco e ameaça ao controle da Igreja sobre a produção cultural naquele período. A Constituição Apostólica *Inter Multiplices* (Entre Numerosas Preocupações) do Papa Inocêncio VIII, de 17 de novembro de 1487 “[...] em seus cinco breves artigos sublinha a ambigüidade da nova descoberta [...] comuta penas aos culposos e propõe a queima dos escritos perniciosos” (PESSINATI, 1998, p. 62). Este documento norteou as posições da Igreja até o século XIX, como pode-se verificar na postura de Leão X, no *V Concílio de Latrão* em 1515; no index publicado por Paulo IV, em 1559, conformado pelo concílio de Trento e nas Constituições Apostólicas de Pio IV de 1564. Durante o seu pontificado, Leão XIII (1878-1903) começou a esboçar uma pequena mudança ao buscar o diálogo com a imprensa e utilizar os meios ao seu dispor para difundir a fé cristã. Porém, o documento *Officiorum Acmunerum*, publicado por Leão XIII, em 8 de fevereiro de 1897, “embora com uma linguagem mais suave [...] renova os mesmos conteúdos de Pio VII e antecessores” (PESSINATTI, 1998, p. 63). Durante o pontificado de Pio X há um recuo para uma posição mais conservadora, em relação à imprensa, com a publicação de dois documentos: *Piense D’animo* (1906) e *Pascendi* (1907). O primeiro introduz a exigência da criação de um departamento de censura nas dioceses para avaliar e aprovar os textos as serem publicados por membros da Igreja na imprensa. O papa Pio XI toma importantes iniciativas na abertura da Igreja aos meios de comunicação. Impressionado com a evolução do cinema, cria a Organização Católica Internacional para o Cinema (OCIC), em 1928. Cria também a Rádio Vaticana, em 1931. Pio XI publica a Encíclica *Vigilanti Cura*, em 1936, cujo alvo principal era o cinema, na qual a Igreja reconhecia a relevância desse meio de comunicação, mas acreditava que estava sendo desvirtuado. Dirigida aos bispos dos Estados Unidos, esta Encíclica os incentivava a continuarem à frente da Legião da Decência, uma cruzada local para pressionar os produtores de cinema, boicotando filmes e peças teatrais considerados imorais (PUNTEL, 1994, p. 36). O documento visava estender o exemplo dos bispos americanos aos demais bispos católicos e os estimulava a criarem órgãos nacionais para análise e classificação dos filmes, promovendo os considerados bons e recomendando abster-se de ver filmes que ofendessem a verdade e a moral cristãs. A encíclica apresentava inclusive critérios para esta classificação.

RA³⁴, no qual a Igreja mostrava estar mais aberta à utilização dos meios de comunicação. A importância desse documento não residia tanto em seu conteúdo, mas no significado de a Igreja se voltar pela primeira vez em um Concílio Geral para o tema da comunicação, formalizando uma posição oficial sobre o assunto. O conteúdo foi alvo de muita controvérsia durante o Concílio, tendo sido o documento aprovado com o maior número de votos contrários. O documento tratava do “direito à informação”; incentivava o emprego dos instrumentos de comunicação no trabalho pastoral; oficializava o *Dia Mundial da Comunicação*, mesmo mantendo a preocupação com o potencial incontrolável dos meios de comunicação.

Contudo, o documento mais avançado sobre os meios de comunicação e que se tornaria uma referência para o setor foi publicado em um período posterior ao aqui analisado. Trata-se da instrução pastoral *Comunio et Progressio*, promulgada por Paulo VI, em 23 de maio de 1971, que aprofundava a reflexão sobre a comunicação social. O documento levava em conta a situação psicossocial dos usuários na elaboração de projetos de comunicação na Igreja; o direito de informar e ser informado; a contribuição dos católicos para os meios de comunicação, bem como a necessidade de diálogo entre a Igreja e o mundo. Entretanto, embora visse os meios de comunicação como uma força positiva, o documento foi criticado por Puntel (1994) por ficar no plano idílico de “igualdade”, ao ignorar as tensões sociais.

[...] O texto trata da mídia como se ela fosse destinada a desenvolver-se numa sociedade na qual não há tensão interna. [...] Assim, ignorando a dimensão política e econômica dos meios de comunicação de massa, a instrução apela para um senso idílico de igualdade que não existe. [...] Ironicamente, a instrução não consegue acompanhar o mundo de hoje na concepção de sociedade, contradizendo, assim, o documento do Vaticano II sobre o mundo moderno (*Gaudium et Spes*), e a si própria, quando afirma que a Igreja “deve saber como reagem os nossos contemporâneos, católicos ou não, aos atuais acontecimentos e correntes de pensamento” (CP 122). Infelizmente, a instrução mantém-se num nível ideal, aplicando regras éticas inviáveis na vida social (PUNTEL, 1994, p. 67-68).

O primeiro documento sobre comunicação na América Latina foi publicado durante a CELAM, em Medellín, Colômbia, em 1968, e Dom Fernando foi o coordenador da comissão encarregada de estudar os meios de comunicação social e elaborar o texto sobre o assunto. Neste documento, a Igreja reconhecia o potencial dos meios de comunicação para “sensibilizar a opinião pública” e “os centros de poder”, posição que acreditamos ser também defendida pelo arcebispo.

³⁴ DECRETO sobre os Meios de Comunicação Social. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1/2, p.61-72, jan./fev. 1964.

Os MCS são essenciais para sensibilizar a opinião pública diante do processo de transformação que vive a América Latina; são essenciais para ajudar a encaminhá-los; essenciais para impulsionar os centros de poder que inspiram os planos de desenvolvimento, a fim de orientá-los segundo as exigências do bem comum; são essenciais para divulgar tais planos e promover a participação ativa de toda a sociedade em sua execução, especialmente nas classes dirigentes (PADIN; GUTÉRREZ; CATÃO, 1998, p. 218).

O posicionamento que transparece neste documento pode ser melhor compreendido quando analisado a partir da *Teoria da Persuasão*, uma teoria da comunicação preocupada com os efeitos da mídia sobre os receptores, visando a eficácia da informação. Da década de 1930 à de 1960, especialmente durante a segunda guerra mundial, pesquisas nesta linha afirmavam que as mensagens persuasivas, transmitidas através dos meios de comunicação, poderiam alterar as atitudes³⁵ das pessoas e, por sua vez, modelar seu comportamento, idéia que hoje não mais se aplica, pois as pesquisas demonstram que “atitudes e comportamento público raramente são coerentes um com o outro” (DeFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 197).

O documento parece estar sob influência dessas pesquisas ao atribuir aos meios de comunicação um papel fundamental no “processo de transformação da América Latina”, afirmando que são essenciais para “sensibilizar a opinião pública”, “impulsionar os centros de poder”, ou seja, “promover a participação de toda a sociedade”. Conclui-se que esse uso se dava em uma via de mão única, pois a Igreja não os percebia como elementos de interação, troca ou transformação social, mas como instrumentos capazes de influenciar a sociedade.

Ao tomarmos como base os vários documentos sobre os meios de comunicação produzidos pela Igreja no período de consolidação da RA, verificamos que finalmente a instituição passava a aceitá-los e adotá-los no trabalho pastoral. Ao analisar o papel das ideologias na história das sociedades, DUBY (1995), ajuda a entender o processo através do qual a Igreja primeiro resistiu aos meios de comunicação, instrumentos cuja origem é eminentemente laica, passando a aceitá-los lentamente, até apropriar-se deles para sua própria continuidade.

[...] Face às ideologias adversárias, armam-se ou tornam-se flexíveis, afirmam-se ou dissimulam-se, mascaram-se sob o véu de novas aparências. Quando se encontram em situação de força, chegam a integrar, por um lado, as imagens ou os modelos que do exterior as ameaçam ao sistema que constituem, a domesticá-los, submetê-los, emprega-los para consolidar suas posições. (DUBY, 1995, p. 134).

³⁵ W. I. Thomas e Florian Znaniecki definem atitude como “um processo de conscientização individual que determina atividade real ou possível do indivíduo em um mundo social” (DeFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 195).

Enquanto os documentos procuravam posicionar a Igreja diante do papel exercido pelos meios de comunicação na sociedade, esses veículos já eram adotados pela instituição em muitos países, e mesmo pontualmente no Brasil. Dos veículos lançados antes da década de 1970 no país, muitos continuam circulando até hoje, tendo sido levantados nessa condição cerca de vinte publicações em São Paulo³⁶, e dez no Rio de Janeiro, com destaque para as revistas publicadas pela *Editora Vozes*³⁷.

A revista *Cultura Vozes*, com circulação bimestral, foi lançada em 1904, sendo a mais antiga no gênero publicada no país e aborda temas como cinema, poesia, política, literatura, teatro e outros assuntos relacionados ao universo sócio-cultural nacional. “Seu nome deriva do jornal alemão *Stimmer der Zeit* (Vozes do Tempo)” e “seu conselho editorial é composto por membros destacados da comunidade científica e da sociedade em geral” (DAVID, 2000, p. 83).

A *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB), lançada em 1939, com periodicidade trimestral, é voltada para a “atuação da Igreja no Brasil e no mundo”, através de ensaios teológicos e crônicas eclesiais. Criada com o nome de COR – pois propunha o coração de Jesus como modelo de coração sacerdotal – chegou a ser considerada um órgão eclesial, adotando o nome atual, antes subtítulo da revista, a partir de 1941, quando passou à responsabilidade da *Editora Vozes* (DAVID, 2000, p. 86-88).

Outra revista que merece destaque, *A Ordem*, foi criada em 1922, pelo intelectual Jackson de Figueiredo, e se tornou órgão do *Centro Dom Vital*. Jackson de Figueiredo dirigiu o instituto até sua morte, em 1928, quando assumiu a direção Alceu Amoroso Lima, afastando a revista da tendência política que vinha adotando e aproximando-a de uma proposta mais religiosa e filosófica. A revista surgiu no contexto em que a Igreja começava a colocar em prática seu projeto de reaproximação com o Estado, tornando-se uma importante contribuição dos intelectuais que elaboraram um tipo de discurso que visava provocar mudanças concretas, especialmente no campo religioso, mas também no político. Em seu início se baseava em um pensamento conservador e contra-revolucionário, evoluindo mais tarde para uma posição mais democrática (RODRIGUES, 2005, p. 15-16).

³⁶ *O Ascensor* (1933), *Avisos e Comunicados: Boletim da Diocese de Santos* (1964), *Boletim Salesiano* (1950), *Família Cristã* (1934), *Inter-Câmbio* (1969), *Jornal A Cidade de São Paulo* (1949), *Mensagem de Santa Terezinha do Menino Jesus* (1925), *Mensagem de Santa Rita* (1931), *Palavra Viva* (1958), *Pequena Obra da Divina Providência* (1926), *Revista Ave Maria* (1898), *O São Paulo* (1956), *Santuário de Aparecida* (1900), *A Tribuna* (1965), *Vida Pastoral* (1959), *Voz de Ozanan* (1965), entre outras (ENTIDADES CRISTÃS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL, 1987).

³⁷ *Consilium* (1969), *Cultura Vozes* (1907), *Grande Sinal* (1947), *REB* (1939) e *Sedoc* (1968).

Em Goiás, podemos destacar que já havia certa tradição em comunicação religiosa. Dom Prudêncio (1908-1922) criou o jornal *O Lidador* em 1909, que circulou até 1917, e Dom Emanuel (1923-1955) fundou o jornal *Brasil Central* em 1937, órgão ao qual Dom Fernando deu continuidade até 1964.³⁸ Além desses jornais diocesanos, algumas ordens religiosas também criaram seus veículos de comunicação, como foi o caso dos dominicanos com a revista *A Cruz* – que serviu como veículo de propaganda e defesa do Partido Católico em 1890 (VAZ, 1997, p. 104) – e dos redentoristas com o Santuário de Trindade (1922-1931). Circulou também em Goiás uma imprensa católica vinculada a questões políticas, caso da *Gazeta Goyana*, fundada em 1890, como porta-voz do Partido Católico, sob a liderança do Cônego Inácio Xavier (VAZ, 1997, p. 99).

Dom Fernando, com a fundação da *Revista da Arquidiocese*, mostrava, mais uma vez, saber adaptar a posição oficial da Igreja às necessidades de sua arquidiocese, reconhecendo a importância dos meios de comunicação para o trabalho da Igreja, conforme publicado em uma nota sobre a revista, no próprio periódico: “a Igreja é imutável, mas não imóvel, pretende ao mesmo tempo ser fiel à tradição e favorecer o verdadeiro progresso da ciência tecnológica”³⁹.

Além da *Revista da Arquidiocese* e do jornal *Brasil Central*, o prelado adquiriu a *Rádio Difusora de Goiânia*, em 1958⁴⁰, criou vários programas de rádio – entre eles *A Arquidiocese Informa*, na *Rádio Brasil Central* – e já manifestava interesse em adquirir uma concessão de televisão. Além disso, havia dirigido o jornal *Rio do Peixe*, em Cajazeiras, na Paraíba. Dom Fernando demonstrava comungar com parcela do episcopado a preocupação com a necessidade de ampliar os veículos de comunicação da Igreja no Brasil, face ao avanço de outras religiões e visões de mundo adversárias⁴¹.

³⁸ O jornal *Brasil Central*, que era mensal, circulou semanalmente de janeiro de 1959 a janeiro de 1960, quando passou a ser diário, funcionando assim naquele ano. A partir de outubro de 1962, um grupo de leigos assumiu a direção do jornal, em substituição ao Cônego Américo Sérgio Maia.

³⁹ REVISTA DA ARQUIDIOCESE. Goiânia, n. 1, jul. 1957. p. 22.

⁴⁰ Para mais, consultar: MEIOS de comunicação social. Conheça sua arquidiocese. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, 1971. Edição especial. *A Rádio Difusora* foi vendida aos Padres Redentoristas em 1971, devido a problemas com o governo militar, conforme narra Dom Antônio: “Durante o período revolucionário, a força estava muito contra a Igreja, escutando muito a nossa programação (eles fecharam várias [rádios] da Igreja). Como a Arquidiocese era muito visada por causa da posição de Dom Fernando ele ofereceu a rádio a uma congregação religiosa. Em primeiro lugar, quem estava realizando este trabalho eram os padres paulinos. Fui a São Paulo, conversar com os paulinos. Quando disseram que não tinham como adquirir a rádio e mantê-la, Dom Fernando a ofereceu aos padres redentoristas[...]”. (DOM FERNANDO, pai e pastor da nossa Igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, 1995. p. 16.).

⁴¹ No entanto, a preocupação com a comunicação demorou a sensibilizar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, em 1958, ao instalar suas comissões e departamentos não criou um organismo específico para a comunicação “incluindo o uso dos meios no vago secretariado nacional de ação pastoral” (SOARES,

Em todo este sistema de comunicação implantado pelo arcebispo na Arquidiocese de Goiânia, a RA parecia ter um papel especial, chegando a ser tomada como “o melhor programa de ação de Dom Fernando”⁴². A revista foi criada com o lema *A verdade vos libertará* (SANTOS, 1982, p. 15), coerente com o lema do Arcebispo que era *Anuncia a Palavra*, mostrando o compromisso do prelado com a comunicação da mensagem religiosa, não só por meio da palavra que, segundo Dom Antônio, “fluía fácil de seus lábios”⁴³, mas também através de todo um aparato técnico.

O objetivo do periódico, anunciado pelo Arcebispo no editorial do primeiro número, era “levar a todos os setores de apostolado uma palavra de orientação, de estímulo e de vida cristãos”. Sobretudo o periódico tinha o objetivo de unir e coordenar as atividades da arquidiocese: “Em meio às absorventes tarefas do clero e aos crescentes anseios do povo católico, torna-se indispensável um laço de união e de conforto espiritual que estimule e coordene nossas atividades pela consolidação e difusão do reino de Cristo na imensa vastidão territorial da arquidiocese”⁴⁴.

Dom Fernando ressaltava também o propósito de “transmitir as normas e diretrizes da Santa Sé Apostólica, as determinações arquidiocesanas, os comunicados de maior interesse para as diferentes atividades apostólicas, informações e esclarecimentos de maior utilidade”⁴⁵. Ao lado desse caráter informativo, o documento que definia sua política editorial estabelecia que “a revista ser[ia] um documentário de assuntos que interessam ao arquivo paroquial”⁴⁶.

Esses dois aspectos – informativo e documental – pareciam destinar a revista a transmitir informações sobre as decisões de Roma, da CNBB e da Arquidiocese, a serem arquivadas para consulta; no entanto, o editorial do segundo número, ampliou o alcance da RA ao revelar seu objetivo de também difundir o pensamento católico, tornando cada leitor um divulgador dessa doutrina, incentivando-o a aproveitar a oportunidade de ter à mão uma revista com este fim e “lançar a sua pá de contribuição” para o enriquecimento de todos.

1988, p. 229). Em 1962 foi criado o Secretariado Nacional de Opinião Pública e só em 1972 o Setor de Comunicação Social da CNBB.

⁴² A CNBB e a nossa revista. *Revista da arquidiocese*, Goiânia, n. 3, set. 1957. p. 28-29.

⁴³ O ARCEBISPO da providência. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, jun. 1986. p. 408.

⁴⁴ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Apresentação e Benção. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jul. 1957. p. 1.

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ FLEURY, Padre Nelson Rafael. Circular n. 15/16. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11/12, nov./dez., 1962. p. 436.

Uma revista, um jornal, além de instrumentos poderosos de difusão do pensamento católico, deveriam ser aproveitados como meio de treinarmos a nossa comunicabilidade, no dinamismo imanente das relações humanas. Quanta vez, pensamos e sentimos uma coisa que desejáramos fosse por outros sabida e sentida, para sua edificação! O cristão, afinal, não é um caramujo. É muito mais consentâneo sermos como as pedras de construção, capazes de nos ligarmos uns aos outros, no edifício social e divino da nossa perfeição. Revista da Arquidiocese surge como uma oportunidade para todos que desejarem lançar a sua pá de contribuição para enriquecimento seu e dos outros.⁴⁷

Ao atribuir à revista o papel de difundir a doutrina católica, reforçava-se seu caráter educativo, defendido como principal característica dos meios de comunicação pelo Padre Adolfo Serra, primeiro diretor deste veículo de comunicação, no texto *Papel Social da Imprensa*⁴⁸, apresentado durante o *VII Congresso Nacional de Jornalismo*, no Rio de Janeiro, em 1958, em que participou como delegado por Goiás. Padre Serra falou das transformações ocorridas na imprensa, que passou de “veículo da opinião” para “criadora da própria opinião pública”, mostrando conhecer o papel dos meios de comunicação como construtores da realidade. Discorreu ainda sobre a importância da escrita e concluiu que a função da imprensa era principalmente educar e não apenas informar, havendo necessidade, portanto, da criação de um código de ética jornalística.

Essa concepção sintetizava a política editorial da RA, pois ao perceber que “a palavra não e[ra] um só meio de expressão, mas um elemento constitutivo da realidade humana” e que “um dos primordiais fins da imprensa e[ra] educar a nossa gente”, a RA assumia a posição de influenciar a opinião pública, transmitindo os conteúdos que julgava importantes para a formação de uma sociedade que respeitasse os princípios cristãos e preservasse suas instituições, sendo a mais importante delas a família: “no século XX é o jornal o veículo de palavra e, por isso mesmo, de civilização. A civilização começa no lar.”⁴⁹

Dois exemplos mostram que o Padre Serra também reforçava o caráter persuasivo da revista. O primeiro exemplo veiculou na coluna *Bilhete Sacerdotal*, sob sua responsabilidade, texto no qual abordava o papel do bispo, mostrando como as “verdades católicas” poderiam ser “inoculadas” no coração do “nosso povo”.

A graça é luz. O bispo recebe esta luz para esclarecer-nos e governar-nos. Tem Ele de prestar conta de nossas almas. [...] Precisamente porque esta verdade católica é essencial, é que devemos inoculá-la profundamente no nosso espírito, no nosso coração e na vida do nosso povo. Sobretudo no nosso povo em formação: nossas crianças. Ensinando as crianças a rezar,

⁴⁷ EDITORIAL. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, ago. 1957. p. 1.

⁴⁸ SERRA, Padre Adolfo. *Papel Social da Imprensa*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 91-105, jan. 1959.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 98.

devemos mandá-las rezar pelo bispo e pelos padres. Falemos-lhes do pastor com os carneiros atrás dele. – “O bispo é assim, o verdadeiro pastor de nossas almas. Somos-lhe as ovelhas. O bispo não pode estar em toda parte, não pode pregar em todas as paróquias, ouvir todas as confissões. Foi por isso que o bispo colocou aqui um outro pastor”.⁵⁰

Outro exemplo foi uma carta publicada na edição em defesa de Dom Fernando após uma manifestação de repúdio de universitários goianos em relação à luta do arcebispo em prol da criação de uma universidade católica em Goiás, antes da existência de uma universidade federal, episódio que será analisado no capítulo 2. Trata-se de uma carta atribuída a uma aluna do primeiro ano primário do Colégio Maria Auxiliadora, cuja racionalidade do texto não poderia ser fruto de uma criança e que, segundo a apresentação, teria comovido profundamente a Dom Fernando.

Amado pastor. Como ficamos tristes com a ingrata iniciativa de um grupo de estudantes de direito! Sofremos deveras Excia., e como materialmente não nos foi possível reagir, procuramos com a oração e os sacrifícios pedir a nosso Senhor tomar a defesa de nosso querido pastor. Sabe, Dom Fernando, eles são uns coitadinhos. Nós, porém, queremos muito bem a V. Excia. e fazemos questão de nos conservarmos dóceis ovelhinhas de seu escolhido aprisco. Receba, pois, querido Arcebispo, o conforto do respeitoso carinho intensificado pelas orações e sacrifícios das menores ovelhinhas do ‘Auxiliadora’, que pedem a V. Excia. uma preciosa benção.⁵¹

A publicação do texto acima, além de parecer buscar o convencimento social para uma idéia defendida pela revista, também correspondia a um modelo de comportamento exemplar que a Igreja desejava ver repetido pelos leitores, quando a aluna afirmava que “fazemos questão de nos conservarmos dóceis ovelhinhas de seu escolhido aprisco”. Este comentário remete a um outro tipo de matéria com amplo espaço na revista que eram os relatos de conversões⁵² e as vidas exemplares⁵³, que pareciam servir como modelos a serem seguidos.

A RA manifestava interesse em conhecer as reações do público, porém, como alerta Puntel (1994), ignorando as contradições sociais e tendendo ao direcionamento de mão única, quando, ao apresentar a coluna *Lições de Sociologia*, comentava sobre a ilustração que acompanhava a matéria: “vemos no clichê ao lado, o sociólogo, de binóculo em punho,

⁵⁰ BILHETE Sacerdotal IV. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, out. 1957. p. 24-25.

⁵¹ ALUNA do 1º ano primário escreve ao arcebispo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 58.

⁵² Exemplos de matérias sobre conversões são: A CONVERSÃO de Bergson. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 87-88, jan. 1959; AS DUAS vidas de José Mojica. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, p. 7-19, jun./jul. 1959.

⁵³ Exemplos de matérias sobre vidas exemplares são: CONTARDO Ferrini e Frederico Ozanan. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 71-90, ago. 1959; ASSOCIAÇÃO dos padres adoradores. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 43-52, set. 1959; A VIA sacra de um padre. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, p. 151-154, mar. 1961; CONDECORAÇÃO na Alemanha para o Cônego Rodolfo Telmann. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7/8, p. 243-246, jul./ago. 1962; entre outras.

consultando as reações dos diversos grupos sociais e da multidão, em cujo seio os fenômenos de interação e as condutas coletivas se processam com maior intensidade”⁵⁴. O jurista Jerônimo Queiroz, responsável pela coluna *Lições de Sociologia* revela o interesse da Igreja sobre a técnica de sondagem da opinião pública.

Absolutamente, não tem passado despercebido à Igreja esse fenômeno, ao analisar o impacto da questão social, que revoluciona os povos e abala os poderes. Sondada aquela opinião pública, revelaria ela, pronta e seguramente, uma espécie de regularidade tendencial para a grupalização defensiva, a amplitude da repressão sobre a restituição, a humanização dos interesses e a relevância crescente da religião e da economia na solução do angustioso problema [normatividade do direito].⁵⁵

Ao lado da preocupação com a opinião pública, estava a percepção do surgimento da sociedade de massa: “os centros de influência mudaram de local: não são mais o vigário, o juiz de paz, o farmacêutico, mas a imprensa, o rádio, o cinema a televisão. Com a massa surgiu a informação para as dimensões e para a imagem deste mundo”⁵⁶. Ao mesmo tempo em que atribuía à imprensa um grande poder manipulador afirmando que “pode-se fazer a massa acreditar no que se quiser”⁵⁷, a matéria apontava o reconhecimento da importância da imprensa admitindo que “a informação é uma necessidade social”⁵⁸, alegando que “depende só do uso bom ou mal que dela se faz”⁵⁹, apontando para isso o papel do cristão que deveria exigir respeito por parte dos veículos de comunicação “face ao fato religioso”.

Em 1968, a Arquidiocese promoveu o *I Simpósio sobre os meios de comunicações sociais*, demonstrando que a Igreja em Goiás caminhava para uma maior compreensão do papel da comunicação na sociedade. Entretanto, embora o simpósio tenha discutido o papel da imprensa escrita, o enfoque se voltou para os meios de comunicação de massa em geral. Outro tema abordado foi a criação de uma Associação Regional de Emissoras Católica de Rádio⁶⁰.

Ao fazer um balanço sobre a posição da revista, percebemos quatro aspectos: informativo, documental, doutrinal ou educativo e persuasivo. O primeiro aspecto – informativo – não é menos importante que os demais, pois, em uma arquidiocese em formação, distante dos centros geradores de notícias, tornava-se necessário um veículo para informar sobre fatos que ocorriam no país e no exterior e que interessavam à Igreja. Nessa

⁵⁴ IMPORTÂNCIA da Sociologia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, ago. 1957. p. 10.

⁵⁵ QUEIROZ, Jerônimo. Sociologia do Direito. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, set. 1957. p. 23.

⁵⁶ A INFORMAÇÃO: o poder da imprensa. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, mar. 1958. p. 100.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 101.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 102.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 102.

⁶⁰ SIMPÓSIO sobre Meios de Comunicações Sociais. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 40-47, jan. 1968.

perspectiva, a RA sintonizou a Igreja de Goiás com Roma, o CELAM, a CNBB, além de também projetar a Arquidiocese no plano nacional.

O aspecto documental também tinha uma faceta a ser observada, pois, por ser instituída como o veículo responsável por registrar a história oficial da Arquidiocese de Goiânia, a própria seleção das matérias que mereceriam ser registradas apontava a política editorial do periódico, sendo esse o caráter mais reforçado na RA. Durante as comemorações pelos dez anos da revista, Dom Fernando ressaltou a importância do periódico como registro histórico, ao destacar a importância do trabalho dos funcionários que “gravaram nas páginas da revista a história da Igreja, sem dúvida alguma, um dos mais valiosos patrimônios que se pode construir para ser deixado à posteridade”⁶¹. O Monsenhor Fleury, confirma essa perspectiva do Arcebispo.

Dom Fernando tinha um grande amor à revista. Ele queria que a revista fosse uma espécie de “livro-do-tombo” que guardasse para o futuro a história que estávamos construindo. Assim a revista publicaria todos os documentos da Santa Sé, da CNBB, da Arquidiocese, além de consignar tudo de importante que acontecesse no Estado de Goiás e no Brasil. Também publicaria matéria de formação pastoral e artigos especializados.⁶²

O aspecto doutrinal, tomado pela revista como educativo⁶³, vinha suprir uma dificuldade local na formação especialmente dos sacerdotes, a quem a Arquidiocese desejava “atualizar”. Para isso contribuía tanto a divulgação dos documentos oficiais da Igreja, como a coluna *Bilhetes Sacerdotais*. Quanto à formação dos leigos, o leque de matérias era vasto, versando sobre o papel do laicato na Igreja, o incentivo às vocações, o ensino religioso, a educação dos filhos, entre outras.

Finalmente, no aspecto persuasivo, que visava conquistar a adesão dos leitores para as idéias e causas defendidas pela arquidiocese, concentrava-se grande parte dos artigos da revista, que apresentavam em suas análises os aspectos positivos dos projetos da Arquidiocese, ao mesmo tempo em que ressaltavam os aspectos negativos das iniciativas de diferentes doutrinas. Ao articular todas essas características, a RA tornou-se um veículo fundamental para o encaminhamento dos projetos empreendidos pela Arquidiocese.

⁶¹ ARCEBISPO homenageia gráficos: dez anos da Revista da Arquidiocese. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, jul. 1967. p. 559.

⁶² Monsenhor Nelson Rafael Fleury. Depoimento cedido à Lindsay Borges, em Goiânia, 06 de dezembro de 2006.

⁶³ “O significado mais comum [de doutrina] é aquele que se refere a uma religião e indica seu conjunto de ensinamentos dogmáticos e morais e de normas litúrgicas, assim como o texto que as engloba”. (BOBBIO, 1991, p. 382, grifo nosso).

Quanto ao público ao qual a revista se destinava, o Monsenhor Fleury, diretor da revista de 1962 a 1973, esclarece que a distribuição se voltava para um público “restrito”, ou seja, “todas as paróquias e demais organizações da Arquidiocese, todos os senhores bispos do Brasil, alguns números para o exterior e alguns assinantes avulsos”⁶⁴. A revista informava em seu expediente que “paróquias, estabelecimentos de ensino, associações e pessoas interessadas, pode[riam] adquiri-la no Departamento de Opinião Pública”⁶⁵ e chegou, inclusive, a ser vendida em bancas⁶⁶. Não obstante essas iniciativas, o público era basicamente interno, ou seja, os próprios religiosos e leigos católicos a quem a revista visava informar e formar para atuar na sociedade e também conquistar para agirem na defesa das causas arquidiocesanas.

Quanto à recepção dos leitores, a direção, manifestando o “desejo de melhorar sempre mais” chegou a solicitar “aos colegas sacerdotes que, não apenas criti[cassem], mas envi[assem] o resultado de suas críticas traduzidas em sugestões construtivas, que seriam recebidas com a melhor solicitude”⁶⁷. A revista costumava receber elogios⁶⁸ e chegou a publicar um deles em que o sacerdote esclarecia que “o motivo principal e[ra] agradecer sinceramente o envio da revista”, que chegava regularmente e ajudava muito no trabalho pastoral.⁶⁹

Em relação aos aspectos técnicos, em todo o período estudado a revista adotou as mesmas dimensões (13x18), mas variou constantemente o número de páginas. A primeira publicação da revista, que ocorreu em 1957, apresentou 32 páginas, chegando a 129 no ano de 1959 (ver Quadro 1). No período de 1960 a 1963 (ver Quadro 2), os números da RA foram organizados, salvo algumas exceções, de modo a manterem-se dentro de uma margem de 61 a 79 páginas. Ao comparar as publicações realizadas entre os anos de 1964 e 1967 com o período anterior de edição da RA, observou-se a ocorrência de um maior índice de variação do número de páginas, oscilando de 25 a 134 (ver Quadro 3).

⁶⁴ Monsenhor Nelson Rafael Fleury. Depoimento cedido à Lindsay Borges, em Goiânia, 06 de dezembro de 2006.

⁶⁵ REVISTA DA ARQUIDIOCESE. Goiânia, n. 8, ago. 1967.

⁶⁶ QUEIROZ, Jerônimo. Lições de Sociologia: a Igreja e a vida social. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, mar. 1958. p. 87.

⁶⁷ NOTA aos leitores. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jul. 1957. p. 32.

⁶⁸ Monsenhor Nelson Rafael Fleury. Depoimento cedido à Lindsay Borges, em Goiânia, 06 de dezembro de 2006.

⁶⁹ DIZEM os leitores. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, jul. 1967. p. 559.

Quadro 1: Número de páginas referenciadas por número e ano da *Revista da Arquidiocese de Goiânia*, no período de 1957 a 1959.

ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO DA REVISTA	NÚMERO DE PÁGINAS
1957	n. 1	32
	n. 2	32
	n. 3	32
	n. 4	40
	n. 5	40
	n. 6	56
1958	n. 1	101
	n. 2	106
	n. 3	106
	n. 4/5	110
	n. 6	108
	n. 7	114
	n. 8	116
	n. 9	119
	n. 10	120
	n. 11	119
	n. 12	127
	1959	n. 1
n. 2		128
n. 3		120
n. 4/5		127
n. 6/7		127
n. 8		128
n. 9		100
n. 10		114
n. 11		129
n. 12		121

Quadro 2: Número de páginas referenciadas por número e ano da *Revista da Arquidiocese de Goiânia*, no período de 1960 a 1963.

ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO DA REVISTA	NÚMERO DE PÁGINAS
1960	n. 1	65
	n. 2	65
	n. 3	65
	n. 4	125
	n. 5	65
	n. 6	65
	n. 7	65
	n. 8	65
	n. 9	65
	n. 10	65
	n. 11	66
	n. 12	66
1961	n. 1	64
	n. 2	63
	n. 3	63
	n. 4	71
	n. 5	79
	n. 6	79
	n. 7	107
	n. 8	65
	n. 9	61
	n. 10	63
n. 11/12	79	
1962	n. 1/2	72
	n. 3/4	79
	n. 5/6	79
	n. 7/8	79
	n. 9/10	95
	n. 11/12	66
1963	n. 1	68
	n. 2	61
	n. 3	64
	n. 4/5	100
	n. 6	65
	n. 7	79
	n. 8/9	79
	n. 10/11	91
n. 12	74	

Quadro 3: Número de páginas referenciadas por número e ano da *Revista da Arquidiocese de Goiânia*, no período de 1964 a 1967.

ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO DA REVISTA	NÚMERO DE PÁGINAS
1964	n. 1/2	87
	n. 3/4	83
	n. 5	40
	n. 6/7	79
	n. 8/9	83
	n. 10/11/12	118
1965	n. 1	71
	n. 2/3	25
	n. 4/5/6	57
	n. 7/8/9	96
	n. 10/11/12	70
1966	n. 1	65
	n. 2	73
	n. 3	85
	n. 4	129
	n. 5	50
	n. 6	43
	n. 7	44
	n. 8	64
	n. 9/10/11/12	52
1967	n. 1	134
	n. 2	85
	n. 3	70
	n. 4	56
	n. 5	69
	n. 6	76
	n. 7	78
	n. 8	67
	n. 9	76
	n. 10	78
	n. 11	71
	n. 12	84

Com uma tiragem de 500 exemplares⁷⁰, o periódico circulou sem interrupções, com um total de 97 edições, porém, o número de revistas editadas variou de ano para ano, com alguns volumes condensando de dois até quatro meses da revista (ver Quadro 4). A revista havia circulado com exemplares mensais regulares até 1961 e, a partir de 1962, as edições diminuíram abruptamente, chegando a circular apenas cinco em 1965. Monsenhor Fleury deixa transparecer que esses problemas eram de ordem técnica e decorriam de uma falta de estrutura da revista naquele período.

⁷⁰ Monsenhor Nelson Rafael Fleury. Depoimento cedido à Lindsay Borges, em Goiânia, 06 de dezembro de 2006.

Nos primeiros anos, 63, 64, 65, eu fazia a revista praticamente sozinho. Seleccionava e distribuía a matéria. Completada a ‘boneca’, levava para a impressão na linotipo da nossa tipografia. Também fazia a revisão. E, junto com a Irmã Cybele, minha secretária na Cúria, fazia a expedição.⁷¹

Quadro 4: Relação do número de edições anuais empreendidas pela *Revista da Arquidiocese de Goiânia*, no período de 1957 a 1967.

ANO DE PUBLICAÇÃO	EDIÇÕES POR ANO
1957	6
1958	11
1959	10
1960	12
1961	11
1962	6
1963	9
1964	6
1965	5
1966	9
1967	12
Total	97

Assim que assumiu a direção da revista, em outubro de 1962, o então Padre Fleury, hoje Monsenhor, enfrentou também a “alta extraordinária dos preços do papel” que o obrigou a dobrar o valor da assinatura, elevando-a de Cr\$ 500,00, para Cr\$ 1.000,00, em 1963. Como forma de valorizar e estimular as assinaturas, anunciava que o periódico passaria a contar com artigos de um seletto corpo de colaboradores.

Esperamos que a nossa revista continue agradando o são desejo de V.S. de ter uma leitura sadia e elevada, principalmente agora com os artigos brilhantes de nosso seletto corpo de colaboradores. Assim, continuaremos a merecer a atenção de V.S. que vai renovar sua assinatura para mais um ano, ajudando-nos a difundir os ensinamentos cristãos através da imprensa.⁷²

Desde a criação do periódico percebe-se uma preocupação crescente em estimular sua aquisição através de assinaturas, sendo que os dois primeiros números foram distribuídos gratuitamente, mas, a partir do terceiro houve uma intensa publicidade voltada para o aumento do número de assinaturas. Em 1959, a revista lançou uma campanha na qual o leitor que conseguisse quatro novos assinantes, ganharia uma assinatura do periódico. O valor das assinaturas era reajustado com certa freqüência, sendo que no início custava Cr\$ 100,00, passando para Cr\$ 200,00, em 1958, Cr\$ 500,00, em 1961, até chegar a Cr\$ 1.000,00, em

⁷¹ Monsenhor Nelson Rafael Fleury. Depoimento cedido à Lindsay Borges, em Goiânia, 06 de dezembro de 2006.

⁷² EDITORIAL. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 2, fev. 1963. p. 70.

1963. O texto abaixo extraído de editorial da revista demonstra a importância da assinatura para a manutenção do periódico.

Pedimos a vocês todos que receberam a nossa Revista, que, caso tenham gostado, enviem-nos a pequena importância de sua assinatura. Cento e cinquenta cruzeiros anuais é quanto custa. É pouco, mas precisamos desse pouco como o beduíno em plena aridez do deserto. Sem isto não poderemos viver. Ninguém pode desacreditar mais da nossa Revista. Ela se impõe por si mesma. De modo que sendo assim, seria pecado de omissão para o católico que não tomasse a peito difundir-la, propagá-la e assiná-la.⁷³

A publicidade começou a aparecer a partir do terceiro número da RA, período em que passou a ser adquirida pelo leitor através da compra avulsa ou por assinatura, sendo que até novembro de 1957 havia apenas dois ou três anunciantes, quadro que mudou completamente em dezembro daquele ano, passando para 28 anúncios publicados. Essa média de anúncios se repetiu ao longo do segundo ano de circulação do periódico, 1958, aumentando no início de 1959, chegando a veicular 91 anúncios no número 4/5 e 107 no número 6/7, uma quantidade significativa, mesmo levando em conta que se tratava de dois números em um mesmo volume. Entretanto, a partir do número 9 a publicidade começou a diminuir, terminando o ano com 22 anúncios (ver Quadro 5).

Em 1960, a publicidade desapareceu do periódico depois de veicular entre 1 e 4 anúncios nas quatro primeiras edições do ano, pois tratava-se de uma colaboração das empresas à revista⁷⁴ e não uma transação comercial, por isso mesmo provisória. Permaneceram apenas os comerciais que divulgavam os veículos de comunicação da própria Arquidiocese: *Rádio Difusora de Goiânia* e *Gráfica Brasil Central Ltda*, antes denominada *Oficina Gráfica* da Fundação Pio XII. Dessa forma, o custeio da revista ficou por conta da Procuradoria da Mitra, responsável pelas finanças da Arquidiocese.

⁷³ EDITORIAL: amigo leitor. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 3, mar. 1958. p. 1.

⁷⁴ Faramont Ramos de Campos. Depoimento cedido à Lindsay Borges, em Goiânia, 24 de janeiro de 2007.

Quadro 5: Quantidade de anúncios publicitários veiculados na *Revista da Arquidiocese de Goiânia*, no período de 1958 a 1960.

ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO DA REVISTA	QUANTIDADE DE ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS
1958	n. 1	36
	n. 2	29
	n. 3	30
	n. 4/5	27
	n. 6	28
	n. 7	22
	n. 8	31
	n. 9	32
	n. 10	27
	n. 11	35
	n. 12	46
	1959	n. 1
n. 2		36
n. 3		37
n. 4/5		91
n. 6/7		107
n. 8		62
n. 9		46
n. 10		44
n. 11		16
n. 12		22
1960	n. 1	4
	n. 2	2
	n. 3	2
	n. 4	1

Ao relacionarmos o percurso das assinaturas ao da publicidade, verificamos que a revista teve boa arrecadação através dos anunciantes em 1958 e 1959, permitindo o baixo valor da assinatura, situação que mudou a partir de 1961 quando o valor saltou de Cr\$ 200,00, para Cr\$ 500,00. Verifica-se, no entanto, que o ano de 1960 marcou um período de reestruturação do periódico, que ganhou novo impulso com a construção de um prédio para abrigar a gráfica *Brasil Central* - que imprimia o *Jornal Brasil Central* e a *Revista da Arquidiocese* - sob responsabilidade da Fundação Pio XII⁷⁵.

A Fundação Pio XII foi instituída em 1953, pelo então Bispo Auxiliar da Diocese de Goiânia, Dom Abel Ribeiro, definindo como seu objetivo a difusão do pensamento católico e da doutrina cristã, sendo que uma de suas primeiras iniciativas foi a criação da

⁷⁵ Para a construção do prédio das *Oficinas Gráficas* da Fundação Pio XII foi conseguido um empréstimo junto ao Banco do Brasil autorizado pelo chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, no governo JK, José S. Câmara. No entanto, por volta de 1985, período da morte de Dom Fernando, a fundação seria desativada “por haver se tornado impossível a sua manutenção”, vindo a ser extinta oficialmente em 1996. (ESCRITURA PÚBLICA DE EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO PIO XII. Goiânia: Fundação Pio XII, 1 abr. 1996).

Biblioteca Noel. Ao assumir a Arquidiocese de Goiânia, Dom Fernando revigorou a Fundação definindo-lhe novas metas - como a construção do prédio da gráfica, além da instalação de uma rádio católica em Goiânia - e colocando sob sua responsabilidade a comunicação que começava a se estruturar.

O sr. Arcebispo diz dos seus propósitos de revigorar a Fundação Pio XII de modo que possa ela atingir seus fins estatutários, ampliando suas instalações para edificação de jornal que objetive a divulgação do pensamento social católico, facilitando o intercâmbio cultural de todos os arquidiocesanos e ainda complementar tais iniciativas com a instalação de uma rádio-difusão com moderna montagem [...].⁷⁶

Em 1960, foi noticiada a inauguração do novo prédio das *Oficinas Gráficas da Fundação Pio XII*, local em que também funcionava a redação da revista e, segundo anunciava, tratava-se de “instalações moderníssimas, organização perfeita, pessoal devotado e responsável”, com equipamentos que a tornavam “uma das melhores gráficas do Estado”.

[...] Possuímos uma bem montada oficina das melhores do Estado, com 6 máquinas impressoras, sendo duas automáticas, duas linotipos estando sendo aguardadas mais 2, uma moderna guilhotina, perfeito serviço de encadernação, diversas caixas de distribuição de tipos, ampla secção de paginação, almoxarifado, etc. O prédio, recém construído, apresenta linhas modernas, dispondo de amplas acomodações inclusive salas de redação, gerência e expedição.⁷⁷

No entanto, em 1965, foram realizados convênios com duas instituições para a impressão da revista. O primeiro foi com a *Sotave* (indústria de adubos), empresa da qual o Padre João do Carmelo Xavier tornou-se sócio, publicando o periódico na *Gráfica Ruralidade*, de propriedade da empresa, nos anos de 1965 e 1966⁷⁸. O segundo convênio foi realizado com a Universidade Federal de Goiás (UFG) que passou a ocupar o prédio da *Gráfica Brasil Central*, instalando no local as *Oficinas Gráficas do Serviço de Imprensa* da UFG por meio de um contrato de locação que tinha duração de três anos e definia como forma de pagamento a “impressão e entrega de mil exemplares do jornal *Brasil Central*, todos os sábados.”⁷⁹

Contudo, esse acordo deve ter sofrido alterações, pois o jornal *Brasil Central* deixou de circular em 1964. A RA, por sua vez, foi impressa na gráfica da UFG de janeiro de 1967, até o final do contrato, em fevereiro de 1968, quando sofreu uma interrupção em sua

⁷⁶ ATA DA REUNIÃO PARA NOMEAÇÃO DE NOVA DIRETORIA E ADMISSÃO DE NOVOS SÓCIOS PARA A FUNDAÇÃO PIO XII. Goiânia: Fundação Pio XII, 31 nov. 1957.

⁷⁷ EMISSORA de Goiânia a serviço de um mundo melhor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1960. p. 38.

⁷⁸ João do Carmelo Xavier. Depoimento cedido à Lindsay Borges, em Goiânia, 22 de janeiro de 2007.

⁷⁹ ATA DO EGRÉGIO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Goiânia: UFG, 25 jan. 1965.

circulação. Essa interrupção ocorreu, devido à desativação do parque gráfico para a locação do prédio onde funcionava a *Gráfica Brasil Central*, conforme explicação veiculada no *Caderno de Notícias*⁸⁰, informativo da Arquidiocese que circulou no período de interrupção da revista: “nos últimos meses, a Revista da Arquidiocese deixou de circular, em virtude de dificuldades gráficas”⁸¹. A revista voltou a ser editada em outubro de 1970, quando a Arquidiocese recebeu a doação de um novo equipamento de impressão, conforme palavras de Dom Fernando: “Expressamos, de modo especial, o nosso agradecimento a *Aktio Misereor*⁸² que dotou a Arquidiocese de moderna aparelhagem gráfica, tipo off-set.”⁸³

O contrato de locação com a UFG chama atenção quando se observa o clima de rivalidade que marcou a criação das duas universidades – UFG e UCG – e que perdurou durante os primeiros anos de suas histórias. No entanto, o reitor que propôs a locação, Prof. Jerônimo Geraldo de Queiroz, tinha proximidade com Dom Fernando, tendo sido colunista da RA de 1957 a 1958, período em que defendia a Igreja como uma instituição acima das demais, no sentido de “disciplinar os fatos sociais”.

A justificativa para tal locação foi o fato de o proprietário do prédio, onde funcionava a gráfica da UFG – na Avenida Anhanguera, n. 69, centro de Goiânia – estar negociando a permuta do imóvel, sendo que o novo proprietário não se interessava em renovar o contrato, havendo a necessidade de encontrar outro imóvel para instalação da gráfica. No entanto, segundo o Prof. Orlando Ferreira de Castro, que pesquisa a história da UFG, o Prof. Queiroz, durante seu reitorado na UFG (1964-1969), empreendeu um conjunto de “ações a favor da Universidade Católica de Goiás”: além de “cooperar com a Cúria em algumas de suas dificuldades como no caso do convênio de locação da gráfica”, também, “auxiliou a Sociedade São Vicente de Paula” e “levou os estudantes da Católica para usarem o restaurante da Federal”.⁸⁴

Após essas mudanças, a redação da RA foi transferida para a sede da Cúria metropolitana, na Praça Dom Emanuel. Outro reflexo percebido na revista foi que a assinatura, em 1966, saltou para CR\$ 6.000,00. Em 1967, Dom Fernando estabeleceu uma nova estrutura administrativa passando a coordenação da RA para o Departamento de Opinião

⁸⁰ CADERNO DE NOTÍCIAS: informativo da Arquidiocese de Goiânia. Goiânia: Departamento de Opinião Pública, 30 nov. 1969.

⁸¹ Ibid.

⁸² “*Misereor* é uma entidade beneficente européia que financia projetos de promoção humana e social dirigidos pela Igreja nos países do terceiro mundo” (DUARTE, 2003, p. 118).

⁸³ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Editorial. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, out. 1970. p. 3.

⁸⁴ Orlando Ferreira de Castro. Depoimento cedido à Lindsay Borges, em Goiânia, 22 de dezembro de 2006

Pública⁸⁵, desdobramento regional do Secretariado Nacional de Opinião Pública, criado pela CNBB em 1962. Quem assumiu a coordenação do novo departamento foi Faremont Ramos de Campos, que se tornou o Chefe de Redação da RA, continuando como seu diretor o Padre Nelson Rafael Fleury.

Outro aspecto técnico a ser assinalado trata-se do material iconográfico: as logomarcas, as capas e as fotos. A criação de logomarcas específicas para cada uma das colunas, desde os primeiros números da revista, denotava preocupação com a identidade visual do periódico. Na medida em que surgiam novas colunas, elas eram lançadas contendo suas respectivas logomarcas. Entre as 15 colunas identificadas, apenas quatro tiveram suas marcas modificadas no período em estudo: *Lições de Sociologia, Bilhete Sacerdotal, Obras das Vocações Sacerdotais e Cúria Metropolitana*.

As capas dos exemplares apresentavam ilustrações e fotos, de 1958 a 1963, sendo que, em 1957 e mais tarde, de 1964 a 1967, traziam uma capa padrão, contendo o brasão do arcebispo acompanhado de seu lema em latim “*pradica verbum*” (anuncia a palavra) e, ao lado uma frase, também em latim, “*ut quod legerint credant; quod crediderint doceant*” (*pontifical*) (que creiam naquilo que lêem, que ensinem aquilo que crêem), retirada do ritual de ordenação dos bispos. Quase todas as capas eram acompanhadas por um texto explicativo e se referiam a homenagens ou comemorações relativas ao mês de circulação. A revista apresentava em geral poucas fotos, privilegiando os eventos considerados importantes⁸⁶ e personalidades da hierarquia católica.

Enfim, a montagem do corpo editorial mostra como a revista serviu de veículo para consolidar o projeto de Dom Fernando de ter suas idéias – que para o prelado e seus colaboradores tinham o papel de atualizar e conectar a Igreja de Goiás ao Brasil e ao mundo - aceitas e entendidas pela arquidiocese. Cada colaborador convidado a participar do periódico tornava-se um aliado, reforçando idéias ao mesmo tempo em que evitava o desgaste do arcebispo que às vezes falava por si mesmo, às vezes por meio de seus colaboradores, e ainda

⁸⁵ “O Secretariado Arquidiocesano de Opinião Pública tinha as seguintes atribuições: de relações públicas com entidades oficiais ou particulares; de informação sobre a vida da Igreja e atividades da Arquidiocese, sobretudo junto aos meios de comunicação social; de divulgação da Revista da Arquidiocese; de acompanhamento das atividades sócio-religiosas da Igreja informando-as a respeito do que lhes possa interessar e colhendo delas as informações que forem úteis ao conhecimento do grande público”. (MEIOS de Comunicação Social. Conheça sua Arquidiocese. *Revista da Arquidiocese*, 1971. Edição Especial. p. 93).

⁸⁶ São exemplos desses eventos: DEZ mil pessoas na praça da catedral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p.30-57, nov. 1959, que apresentava dez fotos; MODERNAS instalações de Brasil Central; EMISSORA de Goiânia a serviço de um mundo melhor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 35-50, jan. 1960, com 9 fotos; e VISITA do Núncio Apostólico a Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7/8/9, p.159-208, jul./ago./set. 1965, contendo 31 fotos.

através de matérias editoriais a até mesmo de transcrições divulgadas pela RA com o intuito de legitimar determinadas posições.

1.2.O papel dos colaboradores: legitimação do projeto

1.2.1. Colunistas como “pontas de lanças”

Nessa trajetória de consolidação da revista, a participação dos colaboradores teve papel decisivo, pois, todos demonstravam comungar com o pensamento de Dom Fernando, afirmando explicitamente esse posicionamento em suas mensagens. Além disso, exaltavam a figura do arcebispo e, ao apoiarem suas idéias e iniciativas, chegavam a conclamar clero e leigos a obedecerem seu comando.

Dois leigos tiveram presença marcante na RA em seus dois primeiros anos de circulação: os escritores Jerônimo Geraldo de Queiroz e Waldir Luiz Costa. Jerônimo Queiroz (1917-2004) - mineiro de Campina Verde, formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, foi diretor da Faculdade de Direito, da Universidade Católica de Goiás, e reitor da Universidade Federal de Goiás, tendo escrito cerca de dez livros, entre eles *A Igreja Civilizou Goiás*, de 1961 (Teles, 2000) – foi apresentado pela Revista como “uma das figuras mais arrumadas do mundo erudito de Goiânia.”⁸⁷

O escritor assinou a coluna *Lições de Sociologia*, que foi publicada pela RA de agosto de 1957 a maio de 1958, com um total de nove artigos. Esta coluna se coadunou com a “defesa da fé católica e dos bons costumes”, propugnada na *Carta Pastoral Coletiva* da Província Eclesiástica de Goiânia, de 1957, tanto que suas duas últimas edições foram justamente a divulgação do referido documento. Em todos os seus textos o autor mostrava preocupação com o controle social e afirmava que estudar a sociedade – sua interação, adaptação, competição, conflito ou cooperação – era uma forma de “restituir ao direito o seu papel de controlador dos fenômenos humanos”⁸⁸, porém, segundo ele, a mais importante

⁸⁷ IMPORTÂNCIA da sociologia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, ago. 1957. p. 10.

⁸⁸ QUEIROZ, Jerônimo. Importância da Sociologia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, ago. 1957. p. 11.

instituição controladora das atividades humanas nos grupos sociais era a Igreja⁸⁹. Para o autor, a Igreja Católica estaria acima das demais instituições como “o grupo social mais universal, disciplinando todos os fatos sociais dos outros grupos.”⁹⁰

O objetivo da Igreja, segundo Jerônimo Queiroz, era recristianizar a sociedade, ou seja, devolver à instituição o seu papel central na sociedade, restituindo o “equilíbrio à comunidade” e as sondagens de opinião poderiam mostrar que o povo reclamava “o retorno à religião como princípio e a moral e a boa fé como normas fundamentais”⁹¹. Para o escritor, a recristianização da sociedade seria efetivada através dos sacerdotes e bispos, sendo que os sacerdotes teriam o papel de “interpretar o sentido dos fatos sociais”⁹², recomendando aos paroquianos a militância católica e ao bispo caberia o princípio da autoridade a quem todos são conclamados a “obedecer”⁹³.

Outro colaborador destacado foi Waldir Luiz Costa (1917-1982), mineiro de Araxá, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, professor da Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás, Procurador Geral do Tribunal de Contas, que atuou paralelamente na advocacia e no jornalismo e publicou cinco livros, dentre eles *Personalidade Jurídica das Dioceses* (TELES, 2000). Costa recebeu o título de *Comendador da Ordem de São Gregório Magno*, conferido pelo Papa Paulo VI, em 1967, título solicitado por Dom Fernando “em virtude dos serviços relevantes que [vinha] prestando à Arquidiocese de Goiânia, na defesa e conservação de seus patrimônios, pelo silencioso e fecundo trabalho desenvolvido na fase preliminar da criação da Universidade Católica e pela perseverante atuação na imprensa, divulgando o pensamento social cristão.”⁹⁴

Waldir Costa escreveu a coluna *Uma Crônica por Mês*, de agosto de 1957 a janeiro de 1958, mas a partir de 1960 voltou à revista com artigos avulsos, até 1967, em um total de 19 matérias. O escritor e jurista mostrava estar afinado com o pensamento de Dom Fernando nos seis artigos que escreveu sobre o arcebispo e em outras quatro matérias em que defendeu a Igreja e a hierarquia diante das críticas recebidas pelas inovações provocadas pela

⁸⁹ QUEIROZ, Jerônimo. O natal e a sociologia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 12-13, dez. 1957.

⁹⁰ Id. Sociologia e Sacerdócio. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, out. 1957. p. 9.

⁹¹ Id. Sociologia e Direito. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, set. 1957. p. 21.

⁹² Id. O papel social da paróquia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, nov. 1957. p. 33.

⁹³ Id. Sociologia e sacerdócio. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, out. 1957. p. 8.

⁹⁴ CONDECORADO o Professor Waldir Luiz da Costa com o título de Comendador da Ordem de São Gregório Magno. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, abr. 1967. p. 329.

Igreja após o *Concílio Vaticano II*⁹⁵. Escreveu ainda outros artigos sobre família – considerada pelo jurista como “o mais belo patrimônio do Brasil” – e vocações.

O escritor mostrou sua admiração por Dom Fernando desde o primeiro momento, ao avaliar que o arcebispo não passou uma “esponja” no passado da Igreja em Goiás, mas, ao contrário, deu continuidade a uma história “vivificando o que encontrou”. Para Waldir Costa, “só os espíritos bem formados e generosos, só as almas de escol, de arminhado estofado de caridade, sabem assim proceder” e profetizou: “Dom Fernando foi suscitado mais por Deus que pelos homens, para a efetivação de um grande destino, como o que se abre para a Arquidiocese de Goiás.”⁹⁶

Nos demais artigos que escreveu sobre o arcebispo, o escritor conclamou todos os fiéis a seguir o “chamado de Dom Fernando”: na *Campanha pelas Vocações Sacerdotais*⁹⁷ – em um texto repleto de elogios –; no “direito e dever de ser eleitor e votar bem”⁹⁸; no reconhecimento da “obra extraordinária de Dom Fernando [...] em favor do alevantamento moral e espiritual dos nossos concidadãos”⁹⁹, quando o arcebispo recebeu a comenda de *Assistente ao Solio Pontifício*, e também ao completar dez anos à frente da Arquidiocese, momento em que ressaltou a modéstia de Dom Fernando que teria passado a data em silêncio “sem um programa comemorativo.”¹⁰⁰

Entre os leigos, serão destacados outros dois colaboradores que escreveram sobre temas específicos. Paulo Tormim Borges (1914-1997), que escreveu na RA a coluna *Página Jurídica*, foi professor de Direito na Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Católica de Goiás, Vice-Reitor da UFG e publicou quatro livros sobre *Direito Agrário*. Seus três primeiros textos na coluna publicada na RA circularam de fevereiro a junho de 1963 e tiveram caráter didático, procurando traduzir a legislação trabalhista naquilo que interessava ao homem do campo, seja seu direito à sindicalização¹⁰¹ ou sobre a consolidação das leis do trabalho¹⁰². Porém, a mais expressiva colaboração do jurista foi um artigo de novembro de

⁹⁵ Consultar: COSTA, Waldir. A visita ao Legado de Latere. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 586-587, ago. 1967; Manifesto dos Mineiros. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 655-656, set. 1967; Insinuações Malévolas. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, p. 789-790, out. 1967.

⁹⁶ Id. Uma lição confortadora. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, ago. 1957. p. 17.

⁹⁷ Id. Por Deus e pela Pátria. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 20-21, out. 1957.

⁹⁸ Id. À margem de um pronunciamento. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 20-21, nov. 1957.

⁹⁹ Id. Assistente ao Solo Pontifício. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1960. p. 24.

¹⁰⁰ Id. O veredito virá mais tarde. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, jun. 1967. p. 488. Este artigo foi publicado primeiramente no *Jornal O popular*, em 11 jun. 1967.

¹⁰¹ BORGES, Paulo Tormim. Página Jurídica: sindicalização rural. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 85-86, fev. 1963.

¹⁰² Id. Página Jurídica: a legislação social do homem do campo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, p. 140-142, mar. 1963.

1967, em que teceu análise positiva sobre o *Estatuto da Terra*, de 1964, tema que será tratado no capítulo 3.

Outro colaborador leigo em tema específico foi Ary da Costa Gondim, que manteve a coluna *Apostolado dos Leigos*, em oito edições, de abril a novembro de 1967. O tema que dá título à coluna esteve presente na revista desde sua fundação, e a coluna como tal aparecia esporadicamente desde 1961, porém só naquele momento passava e ter um espaço específico e um responsável por sua coordenação. Esta coluna iniciava sempre com um chamado aos leigos para cumprir sua “obrigação” quer individualmente, quer em comunidades ou associações “para tornar a Igreja presente e operosa naqueles lugares e circunstâncias, onde apenas através deles ela pode chegar como sal da terra”¹⁰³. Além disso, esclarecia o que vinha a ser cada um dos movimentos leigos e encerrava com o relatório das atividades de cada setor da Ação Social: *Movimento Familiar Cristão, Congregações Marianas, Cursilho de Cristandade*, dentre outros.

Há que se mencionar os colaboradores religiosos que permaneceram mais longamente com suas matérias. A Irmã Francisca Maria Agostinha, do Colégio Santa Clara, – que assinava como I.M.A. - foi a colaboradora mais assídua, com 28 artigos de orientação aos pais sobre educação, publicados de novembro de 1957 a outubro de 1961. A coluna só recebeu a denominação de *Problemas Educacionais* em abril de 1961. O Padre Vasconcelos, que chegou a dividir a coluna com a Irmã Maria Agostinha, deu continuidade aos textos sobre educação, após o afastamento da Irmã, com a publicação de dez artigos, de junho de 1961 a dezembro de 1962. Três outros artigos sobre o tema foram publicados no primeiro semestre de 1963, mas depois o assunto desapareceu da Revista.

A coluna *Obra das Vocações Sacerdotais* (OVS), sob a coordenação do Padre João do Carmelo Xavier, Secretário da OVS, esteve presente em 67 das 97 edições da RA, de 1957 a 1967, no entanto, em apenas 28 delas apresentava textos sobre vocações, sendo que nas demais veiculava o balanço de arrecadação das campanhas pelas vocações desenvolvidas nas paróquias e colégios católicos, chamados Centros da OVS. A coluna incentivava as vocações sacerdotais publicando os resultados dos campeonatos que premiavam os centros que mais arrecadavam fundos para as campanhas, além de promover concursos para escolha dos melhores textos sobre o tema. Essa coluna publicava artigos sob responsabilidade do próprio Padre Carmelo Xavier, além de textos transcritos e de colaboradores diversos,

¹⁰³ GONDIM, Ary da Costa. A vida salvífica e apostólica dos leigos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, ago. 1967. p. 588.

prevalecendo em todos o incentivo às vocações, seja solicitando o apoio dos pais no despertar dos filhos para o sacerdócio¹⁰⁴ ou o empenho dos próprios sacerdotes no seu papel de “agenciar vocações”¹⁰⁵, entre outras abordagens que visavam despertar o interesse pelo tema.

Contudo, o incentivo às vocações não estava restrito à coluna da OVS, pois tratava-se de uma das grandes bandeiras de Dom Fernando, tanto que, junto ao seu aniversário de sacerdócio sempre se promovia uma *Semana das Vocações Sacerdotais*, amplamente divulgada pela RA. Sendo assim, encontramos na revista textos avulsos promovendo as vocações sacerdotais tendo sido publicado um número especialmente dedicado à OVS¹⁰⁶. Além disso, o arcebispo empreendia uma busca constante por novos padres para Goiás em outros países.¹⁰⁷

Duas outras colunas foram importantes para articular a revista com os acontecimentos da Igreja no Brasil e no mundo, mas que permaneceram sob a coordenação dos diretores da revista: *CNBB* e *Roma Locuta*. A RA estabeleceu um diálogo intenso com a CNBB através de uma coluna que levava o nome da própria instituição – na qual noticiava suas iniciativas –, desdobrada em outra denominada *Secretariado Regional da CNBB*, em que mostrava a atuação deste departamento, instalado em Goiás em 1962.

Através destas colunas a Igreja em Goiás passou a acompanhar de perto a orientação política da instituição, por meio da publicação dos principais documentos elaborados pelos bispos brasileiros, abrindo um espaço local para as idéias e os movimentos religiosos apoiados pela entidade. A CNBB tornou-se uma das principais fontes da RA e teve o importante papel de atualizar a Igreja de Goiás em relação às iniciativas da instituição no plano nacional e essa integração - da Igreja regional com a nacional, através da CNBB - foi um projeto de Dom Fernando reconhecido por seu sucessor, Dom Antônio: “A gestão pastoral de Dom Fernando colocou Goiânia no rol das grandes dioceses do Brasil e deu dimensão pública de nossa arquidiocese na vivência da realidade brasileira.”¹⁰⁸

¹⁰⁴ Para mais, consultar: ORAÇÃO da mãe que deseja um filho sacerdote. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 14-17, maio 1960; ORAÇÃO dos pais por um filho seminarista. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 36-38, jun. 1960; JOÃO XXIII (Discurso sobre vocações sacerdotais). *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, p. 509-511, jul. 1961; A FAMÍLIA e as vocações. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5/6, p. 177, maio/jun. 1962; DEPENDE dos pais ter um filho padre? *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9/10, p. 358-359, set./out. 1962.

¹⁰⁵ Para mais, consultar: DE UM PADRE para outro. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 12-14, maio 1960; IMPORTANTE a ação do sacerdote. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 36-38, jun. 1960.

¹⁰⁶ REVISTA DA ARQUIDIOCESE. Goiânia, n. 5, maio 1960.

¹⁰⁷ Para mais, consultar: CÚRIA Metropolitana: outras comunicações. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 54-55, jan. 1965; EDITORIAL: Dom Fernando na América do Norte. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, p. 143-144, mar. 1966.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Dom Antônio Ribeiro. O arcebispo da providência. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 2, 1995. p. 2.[Editorial].

Roma Locuta foi outra coluna responsável por conectar Goiás, dessa vez com a Igreja no plano mais geral, ou seja, teve como fonte Roma. Ao preparar o leitor para a coluna que seria inaugurada no número seguinte, a revista anunciava: “*Roma Locuta* será uma página à guisa de tribuna pontifícia donde ouviremos a voz de Roma.”¹⁰⁹ Tamanha era sua importância que por mais de vinte vezes – entre as 97 edições aqui analisadas – apareceu como a primeira matéria da edição, ocupando o lugar do próprio editorial, sendo que por meio dela a Igreja em Goiás pode acompanhar a mudança dos papas a partir de Pio XII, os principais documentos elaborados pela Igreja, discursos e mensagens papais.

Finalmente citamos a coluna *Crônica da Arquidiocese*, também sob a coordenação dos diretores da revista, criada em 1960 com o intuito de divulgar o calendário da Arquidiocese e a agenda do Arcebispo e seus auxiliares. Através dessa coluna é possível montar grande parte da rede de relacionamentos de Dom Fernando, pois registra as visitas que recebia e retribuía constituída de políticos, empresários, representantes da sociedade, entre outros segmentos.

1.2.2. Diretores do período de consolidação da revista

Padre Adolfo Serra (1918 - ?) foi o primeiro diretor da RA e atuou de julho de 1957 a abril de 1961, quando Dom Fernando o afastou para que coordenasse o *Movimento de Ação Social da Arquidiocese*. Como Diretor de Imprensa e Rádio da Arquidiocese, acumulava ainda a direção do jornal *Brasil Central*. No período, Padre Serra desempenhou também as funções de consultor arquidiocesano, membro do Tribunal Eclesiástico, assistente do movimento Juventude Operária Católica (JOC), capelão do Preventório, e do Colégio Externato São José. Padre Serra correspondeu às expectativas de Dom Fernando à frente da RA, mostrando compreender o papel dos meios de comunicação para a Igreja, conforme demonstra em trabalho apresentado por ele durante o *VII Congresso Nacional de Jornalismo*, no Rio de Janeiro, em 1958, comentado anteriormente.

Padre Serra contribuiu também com uma importante coluna da RA denominada *Bilhete Sacerdotal*, que circulou de julho de 1957 a dezembro de 1959, voltando novamente com duas edições em 1963. Nessa coluna o diretor da RA transmitia orientações aos sacerdotes, fazendo com que a revista cumprisse seu papel doutrinário e pedagógico de

¹⁰⁹ ROMA Locuta. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, set. 1957. p. 32.

formação do clero. A coluna buscava resgatar o papel fundamental do sacerdote em temas como “missão doutrinal do sacerdote”, “o élan missionário”, mas também objetivava conectar os sacerdotes com as mudanças no mundo – “o padre e o mundo moderno”, “pela dinamização de suas paróquias” – e ainda com as políticas da Igreja – “estar em dia com as mensagens pontifícias”, “Marxismo x religião e vida”¹¹⁰, entre outras.

O segundo diretor da RA, foi o Cônego Américo Sérgio Maia (1916-1999), que ficou pouco tempo à frente do veículo de comunicação, de maio de 1961 a setembro de 1962, quando foi designado para a Diocese de Santo André, São Paulo, onde permaneceu até 1964. O Cônego veio para Goiânia como chanceler da Cúria Metropolitana e uma das funções do Chanceler era assumir a direção da revista, para a qual o cônego parecia bem talhado, devido à sua militância na imprensa escrita da Paraíba, onde havia sido professor de Teologia, Português, Latim, História do Brasil e Psicologia, em seminários, escolas e faculdades. Ao assumir a função de diretor da Revista, afirmou que não faria nenhuma mudança significativa e que a RA continuaria sendo “um veículo do pensamento e do Governo [da] Arquidiocese” e “nenhuma variação deveria sofrer”, a não ser “apresentar-se com roupagens mais atraentes, com feição gráfica mais atualizada, de acordo com as novas técnicas da imprensa.”¹¹¹ Contudo, outro tipo de mudança foi verificada, podendo ser destacada a criação da coluna *Pelo Brasil e Pelo Mundo* que acompanhava – através de notas curtas -, principalmente, as conseqüências, vistas pela Igreja como maléficas, do avanço do comunismo pelo mundo e circulou do início de 1961 até março de 1963.

Padre Nelson Rafael Fleury (1928), substituiu o Cônego Américo na função de Chanceler da Arquidiocese e assumiu também a direção da RA em outubro de 1962, cargo no qual permaneceu até julho de 1973, a partir de quando a revista passou a ser publicada sem referência ao diretor, registrando em seu lugar a frase “responsabilidade da Arquidiocese de Goiânia”. Goiano de Pirenópolis, estudou no Seminário Santa Cruz de Silvânia, no Seminário Central do Ipiranga, São Paulo e no Seminário de Mariana em Minas Gerais, ordenando-se sacerdote em 1950.

Padre Nelson foi vigário em Anápolis, Pirenópolis, Orizona, Ouro Verde e Aparecida de Goiânia, além de diretor da Escola Normal Nossa Senhora da Piedade e do Ginásio Municipal de Orizona, fundador e diretor do Ginásio Arquidiocesano de Itumbiara e

¹¹⁰ Estes artigos foram publicados na coluna *Bilhete Sacerdotal*, da *Revista da Arquidiocese*, respectivamente nos números: n. 2 de jul. 1957; n. 9 de set. 1958; n. 4/5 de abr./maio 1958; n. 5 de nov. 1957; n. 3 de set. 1957; n. 1 de jan. 1959.

¹¹¹ MAIA, Américo Sérgio. Editorial. Nossa Revista. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1961. p. 267.

fundador e diretor da Escola Técnica de Comércio naquela mesma cidade. Na Arquidiocese de Goiânia assumiu também as funções de secretário do Conselho de Consultores, secretário do Conselho Presbiterial, juiz do Tribunal Eclesiástico e representante regional do Instituto de Previdência do Clero do Brasil.

Quando foi convidado para assumir suas novas funções na Arquidiocese de Goiânia, Padre Nelson era redator-chefe do jornal *Brasil Central*, órgão da Arquidiocese. O Padre assumiu a RA no início do *Concílio Vaticano II* e acompanhou todos os seus desdobramentos, inclusive após o encerramento do Concílio em 1965. Ao assumir a revista teve que aumentar o preço da assinatura e para valorizar o veículo de comunicação buscou novos colaboradores para escreverem artigos assinados. Estes colaboradores eram principalmente professores da Universidade Federal de Goiás e Universidade Católica de Goiás.

1.3.Dom Fernando na Revista

1.3.1. O desenvolvimentismo e a relação com o Estado

Ao tomarmos a RA como objeto de análise, veremos como o periódico representou a figura de Dom Fernando apresentando a trajetória do pensamento do arcebispo desde seu período de formação, nas décadas de 1920 e 1930, até os desdobramentos do *Concílio Vaticano II*, encerrado em 1965.

Dom Fernando nasceu em Patos, na Paraíba, em 1910, e ingressou no Seminário da Paraíba em 1921. Foi enviado a Roma concluindo o curso de Teologia, em 1929, na Universidade Gregoriana, tendo sido ordenado sacerdote em 1932. De volta ao Brasil foi diretor do Colégio Padre Rolim em Cajazeiras, na Paraíba, além de Vigário naquela mesma cidade e também em Patos, sua cidade natal. Tornou-se bispo em 1943, com 33 anos de idade, sendo designado primeiramente para Penedo, Alagoas, e posteriormente, em 1949, para Aracajú, Sergipe, de onde veio para Goiânia.

Escolhido pelo Papa Pio XII como o primeiro arcebispo de Goiânia, Dom Fernando tomou posse em junho de 1957, assumindo uma arquidiocese de grandes

dimensões, composta por 51 municípios e parte de outros três, porém sua trajetória anterior parecia qualificar o prelado para esta função. A Arquidiocese de Goiânia havia sido criada em março de 1956, com a bula *Ssma Christi voluntas*, mesmo documento que extinguiu a Arquidiocese de Goiás, criada em 1933.

Dom Fernando demonstrou, através de sua atuação posterior, que percebia a necessidade de afirmar a presença da Igreja nessa nova região, cujo trabalho encontrava-se disperso. Torna-se importante verificar como, a partir de sua chegada a Goiás, o arcebispo consolidou uma percepção sobre o Estado e, a partir daí, definiu sua política de atuação à frente da Arquidiocese. Ao tomar Goiás como um Estado subdesenvolvido¹¹², o arcebispo colocou a Igreja Católica como instituição capaz de contribuir para a superação dessa situação, buscando uma reaproximação com o poder público e, particularmente, colocando-se como uma autoridade natural para contribuir na condução deste processo.

Para Dom Fernando, Goiás contava com uma boa localização geográfica e riquezas naturais, porém, precisava aproveitar a oportunidade surgida, especialmente com a construção de Brasília, para acompanhar o surto de desenvolvimento que a região experimentava e, nesse processo, necessitava da colaboração da Igreja tendo em vista “realizar sua missão”.

Iniciamos nosso episcopado em Goiânia sob o signo do chamado “desenvolvimento econômico”. O Brasil está sendo sacudido pelo frêmito, já hoje irreprimível, do progresso, da expansão e da riqueza. Procura, por isso, o seu centro de equilíbrio para expandir-se harmoniosamente. Goiás, com sua privilegiada situação geográfica e suas imensas reservas naturais, sente que chegou a hora de realizar sua vocação. Tudo é novo e tudo toma proporções imensas nesse velho celeiro de ouro e das esmeraldas. A Igreja, também agora e aqui, deve cumprir sua missão de Mestra e Condutora do povo brasileiro, como soube cumpri-la em todos os momentos decisivos de nossa história.¹¹³

Ao colocar-se como colaboradora no desenvolvimento de Goiás, a Igreja, através de Dom Fernando, revelava que tomava o Estado como terreno de missão, conforme nos mostra Duarte ao estudar o mesmo período.

Há mais de dois séculos a Igreja se fazia presente no território goiano, mas, em 1956, Goiás ainda foi considerado um terreno de missão que a Igreja

¹¹² Mesmo no final da década de 1960, Dom Fernando ainda manifestava sua percepção de Goiás como um Estado subdesenvolvido: “A razão desta visita aos Estados Unidos, se prende aos interesses da Arquidiocese de Goiânia, porque nós em Goiás, estamos hoje empenhados numa verdadeira luta contra o subdesenvolvimento.” (DOM FERNANDO nos Estados Unidos fala para o Brasil. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, abr. 1966. p. 329).

¹¹³ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Mensagem de Páscoa 1958. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1958. p. 11.

devia orientar de forma sistemática, principalmente, em decorrência da transferência da Capital Federal para o território goiano e das populações que se transfeririam para a região. (DUARTE, 2003, p. 20).

Além de um terreno de missão, Goiás representava para o arcebispo um espaço a ser ajudado pela Igreja em todos os sentidos, pois - em discurso diante do Presidente Juscelino Kubitschek – afirmava que quando aqui se chegava o que se via era o “sertão”, as “matas” e os “desertos”, já Brasília representava a “civilização”, o “novo mundo” que trazia desenvolvimento para o “sertão” e poderia ser tomada como modelo para o Estado.

Por isso vimos a Brasília. Não com objetivos de passeio ou de turismo, mas com a intenção nobre de entrar em contato com uma realidade que surge. É a civilização que se desloca da praia para o interior e, por assim dizer, procura seu centro de equilíbrio para expandir-se harmoniosamente. [...] Vimos aqui dar testemunho de nossa presença ao mundo novo que se abre para os nossos sertões com estradas rasgando as nossas matas, com asfalto passando pelos nossos desertos, com máquinas pesadas roncando nas quebradas das serras. Como é consolador, Senhor Presidente, nessa arrancada para o oeste, verificar que a civilização que vem chegando agora, o que encontrou de verdadeiramente humano, nessas paragens, foi o sinal da Cruz no topo das rústicas capelinhas rurais, apontando, de longe em longe, ao caboclo desconhecido e desajustado o caminho que leva a Deus.¹¹⁴

Para o arcebispo, o que Goiás tinha de “verdadeiramente humano” era a presença da Igreja como “o sinal da Cruz no topo das rústicas capelinhas rurais”, sendo assim, precisava se desenvolver e a Igreja tinha um importante papel nesse processo. Conforme revela Duarte, no início da década de 1950, Dom Fernando partilhava com grande parte do episcopado brasileiro de uma concepção de desenvolvimento como um modelo a ser seguido, dentro do ideal “desenvolvimentista”.

[..] Superação da miséria e do atraso, situações sub-humanas e intoleráveis, mediante o aperfeiçoamento intelectual e tecnológico; a conscientização das massas para torná-las “povo”; a integração entre as diferentes regiões do país, através da complementação e da solidariedade em vista da formação de um mercado interno. (DUARTE, 2003, p. 23).¹¹⁵

Esta postura deixava transparecer que a Igreja adotava uma posição de tutela das “massas” para transformá-las em “povo”, seguindo a cartilha desenvolvimentista. Duarte chamava atenção para a situação ambígua da Igreja naquele período em que, por um lado, se colocava como “promotora do desenvolvimento” diante das “camadas mais populares das regiões mais atrasadas” e, por outro, mantinha relações de “colaboração com o Estado”.

¹¹⁴ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Discurso proferido por Dom Fernando Gomes em Brasília. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, jul. 1958. p. 25-26.

¹¹⁵ Baseado no documento dos Bispos brasileiros. Para mais, consultar: TRÍPLICE desafio do Brasil em desenvolvimento. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 427-438, jun. 1967.

Duarte (2003) acompanhou a trajetória do pensamento de Dom Fernando sobre desenvolvimento e pontuou as transformações da posição do arcebispo diante da realidade brasileira que partiram dessa postura “desenvolvimentista” e desembocaram na chamada *Doutrina Social da Igreja*. A autora percebeu que, no final da década de 1960, o arcebispo já incorporava em seu discurso a idéia de “desenvolvimento integral”, derivada da *Doutrina Social da Igreja*¹¹⁶, cujos documentos tiveram ampla repercussão na RA¹¹⁷.

Ao analisar a concepção de desenvolvimento integral contida na encíclica *Populorum Progressio* (1967), do Papa Paulo VI, segundo a qual “o desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico, para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo [...]”, Duarte (2003, p. 32) conclui que para a Igreja “o desenvolvimento econômico não está separado do humano. O homem é a sua finalidade, seu sujeito e fundamento. Trata-se de um novo humanismo, de um humanismo cristão.

Além da publicação pela RA de todos os documentos que compunham a *Doutrina Social da Igreja*, Dom Fernando contribuiu de outras formas para esta divulgação, destacando-se seu empenho em levar a encíclica *Populorum Progressio* (1967) ao maior número de pessoas.¹¹⁸ Nesse sentido, ao incorporar as idéias dessa doutrina, Dom Fernando mostrava estar aberto às mudanças que a Igreja empreendia; no entanto, esta postura do prelado só ficaria clara em um período posterior ao aqui analisado, pois a *Doutrina Social da Igreja* viria a ter seu apogeu justamente com a publicação da *Encíclica Populorum Progressio*, pelo Papa Paulo VI, em 1967.

Na década de 1950 e início da de 1960, Dom Fernando ainda estava profundamente influenciado pelas idéias derivadas de seu período de formação (que ocorreu nas décadas de 1920 e 1930), situação que só veio a se modificar a partir do *Concílio Vaticano II* (1962-1965), conforme palavras do Monsenhor Primo Vieira: “Formado, como

¹¹⁶ A autora busca em Norberto Bobbio o conceito de *Doutrina Social da Igreja*: “enunciado dos princípios da sociologia cristã, tendentes a fundar uma ordem social baseada na renovação dos espíritos e na subordinação da economia à moral cristã [que] ganhou relevância política a partir da segunda metade do século passado, como reação ao capitalismo e ao pensamento marxista” (BOBBIO et al., 1986, p. 382 apud DUARTE, 2003, p. 31).

¹¹⁷ Para mais, consultar: *MATTER Et Magistra* (João XXIII, 1961). *Revista da Arquidiocese*, n. 7, p. 428-483, jul. 1961; *PACEN In Terris* (João XXIII, 1963). *Revista da Arquidiocese*, n. 4/5, p. 199-240, abr./maio 1963; *GAUDIUM et Spes* (Paulo VI, 1965). *Revista da Arquidiocese*, n. 4, p. 227-296, abr. 1966; *POPULORUM progressio* (Paulo VI, 1967). *Revista da Arquidiocese*, n. 4, p. 300-306, abr. 1967.

¹¹⁸ Para mais, consultar: DOM FERNANDO fala ao Cinco de Março. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 451-454, jun. 1967; ATUALIDADE entrevista Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 718-719, set. 1967; DOM FERNANDO fala aos anapolinos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n.6, p. 460, jun. 1967.

ele o diz muitas vezes, na escola de Pio XI, procura assimilar toda a pedagogia nova do Vaticano II.”¹¹⁹

O arcebispo estudou em Roma durante o papado de Pio XI (1922-1939) que teve como marca um programa bem articulado de recristianização da sociedade – chamado por alguns autores de restauração da ordem cristã e por outros de neocristandade – para que a Igreja voltasse a marcar presença em uma sociedade em processo acelerado de laicização. A principal estratégia de Pio XI para a restauração católica foi estimular a militância dos leigos e, para atender a esse objetivo, criou a *Ação Católica*, em 1922, na Itália, movimento abraçado por Dom Fernando em sua atuação posterior. A *Ação Católica*, especialmente voltada para a classe média, é uma “associação de leigos destinada ao combate religioso, social e mesmo político, sem ser um partido e sob estrito controle da hierarquia eclesiástica” (BEOZZO, 1984, p. 303).

O conceito de neocristandade – muitas vezes usado como sinônimo de restauração – deriva do termo cristandade que, segundo Fierro (1982), se refere ao período simbolicamente inaugurado por Constantino no qual Estado e Igreja formavam um só corpo. Com a separação jurídica em relação ao Estado, a Igreja passou a ter como objetivo preparar uma nova cristandade. No período pós-Constantino as iniciativas da Igreja nesse sentido se deram em um plano político – criando instituições como a escola confessional, o sindicato cristão e o partido político popular (democracia cristã) - porém, mais tarde (séc XX) a Igreja passou a atuar no plano espiritual com a criação de organizações que forneciam uma preparação espiritual ao leigo através da *Ação Católica*. Nesse sentido, caberia ao leigo preparar e gerir a sociedade cristã através da *Ação Católica*, atuando como “fermento na massa”, influenciando valores cristãos na sociedade.

Jacques Maritain é um dos ideólogos da Nova Cristandade e seu pensamento influenciou a Igreja Católica no Brasil, incluindo Dom Fernando. A RA o denominava “o maior filósofo do mundo atual” alegando que “só a ignorância opõe-se ao seu pensamento”¹²⁰. Duas características são marcantes no projeto de neocristandade proposto por Maritain: primeiro a distinção entre o plano espiritual e o plano temporal, diferenciando-se da cristandade medieval em que estas dimensões se confundiam. Maritain (1965, p. 105) definia neocristandade como um regime que se aplicaria à ordem temporal “uma concepção cristã de

¹¹⁹ VIEIRA, Monsenhor Primo. Dom Fernando, homem da Igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1982, p. 674.

¹²⁰ JACQUES Maritain. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, ago. 1957. p. 23-24.

vida”, ou seja, tratava-se de um “regime temporal ou uma era de civilização cuja forma animadora seria cristã”. Para o filósofo, não se tratava de uma utopia, mas de um “ideal histórico concreto”, uma “imagem dinâmica a realizar” (MARITAIN, 1965, p. 205).

Uma segunda característica a ser ressaltada é que a nova cristandade pensada por Maritain se contrapunha ao comunismo e ao liberalismo, colocando-se como uma terceira via. Contrapunha-se ao comunismo por este ser ateu e pelo fato desse ateísmo ser um princípio, como veremos no capítulo 2. Contrapunha-se ao liberalismo por ter gerado o que o filósofo definiu como o “homem velho”, ou seja, o homem pequeno-burguês que vive uma vida esvaziada de conteúdo, apegado a falsas ilusões sobre si mesmo e sobre o mundo. Sendo assim, a nova cristandade procuraria realizar o “homem novo”, transformação que deveria “atingir [...] as estruturas da vida social da humanidade e comportar destarte [...] uma verdadeira realização social temporal do evangelho” (MARITAIN, 1965, p. 75). Esta idéia influenciou a *Doutrina Social de Igreja* que anunciava um “novo humanismo”, um “humanismo cristão”.

Fierro (1982) teceu críticas às idéias de Maritain alegando que tratava-se de uma volta ao passado pois, segundo o autor, ao negar o comunismo e o liberalismo, o projeto de neocristandade de Maritain negava a própria modernização, propondo uma sociedade rural e artesanal como destacaremos no capítulo 3. Além disso, a terceira via proposta seria, na verdade, um “retoque” na cristandade medieval, simplesmente dessacralizando-a, ou seja, distinguindo o sagrado e o profano. Segundo esse mesmo autor, a idéia de nova cristandade vigorou por cerca de um século (Pio X já condenava a separação Igreja-Estado, contudo Pio XI -1922-1939 - deu formato à idéia) e perdeu força a partir da morte de Pio XII (1958) e de modo particular desde o encerramento do *Concílio Vaticano II* (1965).

No Brasil, após a separação entre a Igreja e o Estado - determinado por decreto governamental de 7 de janeiro de 1890 - a Igreja recuou por um tempo para se organizar internamente; entretanto, a partir da década de 1920, passou a articular o projeto conhecido como neocristandade, que visava cristianizar, ou seja “catolicizar” a sociedade, pois a Igreja não se conformava com a existência de um Estado laico e visava a restauração da ordem cristã¹²¹, tornando-se uma grande “força moralizadora”, capaz de “regenerar a sociedade”.

¹²¹ “A argumentação seguia a seguinte lógica: em um país com predominância quase total de católicos, a Igreja deveria ocupar *por direito* o espaço social e político correspondente a seu peso numérico. Além disso, como representante do poder espiritual, apenas ela poderia fundamentar os princípios de ordem e autoridade, sem os quais a nação fatalmente se desintegraria, caindo em um caos social”. (MATOS, 2003, p. 60).

Este movimento foi iniciado na década de 1920 pelo Cardeal Arcoverde, continuado por D. Leme, perdurando até o início dos anos 1960.

Ao promover uma análise sobre a aplicação dos conceitos de neocrisandade e restauração, Vaz aponta que ambos pressupõem a idéia de reaproximação entre a Igreja e o Estado. Segundo o autor, Riolando Azzi adotava o conceito de restauração porque parecia entender que a reunificação entre a Igreja e o Estado seria um processo “natural” e que “o apoio que a primeira prestou ao segundo foi uma opção consciente do episcopado brasileiro, atuando conforme orientação de Pio XI” (VAZ, 1997, p. 146). Porém, Vaz (1997, p. 147) mostra que posteriormente Azzi concluiu que a “restauração católica foi o meio através do qual a Igreja católica efetivou a neocrisandade no país”.

Segundo Vaz, Thomas Bruneau foi um dos primeiros autores a aplicar o conceito de neocrisande como forma de explicar a tentativa de reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado no Brasil definindo-a como um “modelo de influência resultante da relação de autonomia muito mais íntima com o Estado” (BRUNEAU, 1974, p. 91). Vaz chama atenção para a palavra “autonomia” contida na definição de Bruneau, demonstrando que não se tratava de um “retorno à união entre a Igreja e o Estado”, mas de uma relação de “cooperação mútua”.

Torna-se importante entender como esta postura de neocrisande se revelou na atuação de Dom Fernando em Goiás já que sua escolha pelo Papa Pio XII se deu prioritariamente em função da construção de Brasília, sendo que o arcebispo teve como incumbência contribuir com a aproximação entre Igreja e Estado, na busca de consolidação de espaço para esta instituição na nova capital federal. A cidade começava a se tornar uma realidade e a Igreja julgava fundamental participar desse processo. Dom Fernando viria a se tornar figura central no projeto da Igreja em Brasília, revelando ele próprio a sua incumbência, em discurso durante o lançamento de seu livro *Sem Violência e Sem Medo*.

O sr. Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi, de santa e saudosa memória, longe de me confortar quando me apresentei como Arcebispo eleito de Goiânia, foi logo me dizendo, com franqueza e simplicidade, que eu me lembrasse de que vinha para Goiânia para acompanhar a construção de Brasília, e que Brasília, naqueles primeiros dias em que estavam cavando os alicerces, já estava sendo cobiçada por diversas outras religiões.¹²²

As circunstâncias da escolha de Dom Fernando deixam clara a posição da Igreja e do próprio arcebispo, naquele momento histórico. O arcebispo se mostrava capaz de

¹²² SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Palavras de Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1982, p. 543.

representar a Igreja como um homem fiel aos preceitos do Vaticano e também implantar as mudanças necessárias para a Igreja continuar garantindo seu espaço junto ao Estado. A RA se incumbiria de reforçar a idéia de que Dom Fernando seria o único capaz de desempenhar esta tarefa.

Quem tem a honra de conviver com D. Fernando sabe de suas noites de insônia, de suas angústias em busca de apóstolos para edificar a Igreja de Deus no Planalto, de suas lutas, de suas esperas intermináveis pelos homens, dos seus encontros nem sempre serenos com certos senhores, cuja prepotência precisava ser brechada por força de sua dialética, de seus suores, que como gotas de sangue fertilizaram a terra que deveria nascer de novo para o Cristo e sua Igreja. Qualquer outro homem que não D. Fernando, sem a sua têmpera, sem a sua fibra, sem a marca de sua personalidade forte, talvez tivesse desanimado e frustrado, de certo modo, a obra de Deus na edificação da cidade dos homens.¹²³

Para o arcebispo, Brasília passou a ter um duplo significado: além de representar o desenvolvimento que chegava ao “sertão”, significava também uma oportunidade ímpar de a Igreja reafirmar seu poder como religião majoritária, galgando um posto de representante espiritual da sociedade brasileira junto ao Estado. Dom Fernando afirmou sua crença na “mútua colaboração” entre o “poder temporal” e o “poder espiritual”, em discurso dirigido ao Presidente Juscelino Kubitschek, quando levou os bispos brasileiros a uma visita a Brasília. Para o arcebispo, aquele encontro simbolizava a própria renovação da relação Igreja-Estado.

Hoje, com a presença de Vossa excelência, renova-se e revive-se uma de nossas tradições mais belas e mais ricas: a harmonia, a mútua colaboração, consagrada aliás pela própria Constituição do país, entre o Poder Temporal e o Poder Espiritual.¹²⁴

Dom Fernando revelava, com esta declaração, que a relação entre as duas instituições seria de colaboração mútua e não de subordinação. No entanto, ainda cobrava prioridade para a Igreja Católica, apelando ao Presidente da República no sentido de que abrisse as portas de Brasília para a atuação da instituição. Para o prelado, o “Brasil Católico” esperava que a Igreja assumisse seu “direito” e “dever” como responsável pelo “desenvolvimento da fé e da religião na futura capital”, pois só assim poderia acreditar em seus dirigentes.

Como responsáveis mais diretos pelo desenvolvimento da Fé e da religião na futura capital, apelamos para o Senhor Presidente da república, no sentido de considerar a benéfica atuação da Igreja em todos os momentos decisivos de nossa história, como ainda agora, em favor dessa obra de transcendente importância para os destinos da Pátria. Temos o direito e o dever de

¹²³ EDITORIAL. O pioneiro de Deus no Planalto Central. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, abr. 1960. p. 4.

¹²⁴ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Discurso proferido por Dom Fernando Gomes em Brasília. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, jul. 1958. p. 27.

corresponder à expectativa do Brasil católico que tudo espera da ação da Igreja para firmar suas convicções e sua fé no próprio centro propulsor do progresso e da civilização do seu povo.¹²⁵

Dessa forma, Dom Fernando colocava a Igreja como representante de um “Brasil católico” que, sob essa ótica, exigia sua presença no centro do poder. A pretensão do arcebispo era estabelecer um processo de colaboração com o poder temporal, recebendo apoio e espaço, oferecendo em troca condições de governabilidade através da educação e da promoção do bem comum. O objetivo do arcebispo, como representante da Igreja, era cristianizar, ou seja, “catolicizar”, a sociedade alegando que sem Cristo a cidade estaria “sem espírito e vida” e fadada a ter graves “problemas humanos e sociais”.

Não basta fundar uma cidade e orna-la com o título de Capital; não basta construir edifícios e instalar neles a máquina administrativa. É preciso criar condições favoráveis à ação governamental. Governar não é apenas manejar as teclas burocráticas. É conhecer, educar, dar solução exata aos problemas humanos, despertar e estimular os valores, prestigiar a iniciativa particular, incentivar as fontes de produção, premiar o esforço dos que trabalham, punir os culpados, promover o Bem Comum segundo as normas da Verdade e da Justiça. [...] Admitimos que a fase inicial exija uma ação direta da companhia encarregada de sua construção material. Mas acreditamos que se não houver, desde logo, por parte dos Diretores da Novacap uma visão mais larga e bem orientada dos problemas humanos e sociais, a Cidade poderá crescer sem espírito e vida, o que vale dizer com problemas sociais difíceis de serem remediados no dia de amanhã.¹²⁶

Esta posição estava coerente com o projeto de neocristandade e para impor a presença da Igreja no processo de transferência da capital para Brasília, Dom Fernando chegou a montar uma verdadeira campanha articulando diversas iniciativas como uma visita dos bispos do Brasil a Brasília e ao Presidente da República, uma ampla mobilização popular para a chegada da imagem de Nossa Senhora de Fátima à cidade e finalmente, consolidando a presença marcante da Igreja na cerimônia de inauguração de Brasília quando a cidade recebeu o “batismo de capital cristã”. Tudo isso com ampla cobertura e divulgação pelos veículos de comunicação da Arquidiocese de Goiânia, especialmente a RA.

Dom Fernando demonstrava acreditar na transferência da capital para Brasília, mesmo porque esse era um dos motivos pelo qual fora escolhido arcebispo de Goiânia. Entretanto, os bispos do Brasil, como várias outras lideranças da época, resistiam à mudança¹²⁷ por não acreditarem na sua possibilidade de concretização. Como essa resistência

¹²⁵ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Carta pastoral. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n.1, jan. 1958. p. 26.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 26.

¹²⁷ “Na construção de Brasília, Dom Fernando Gomes teve um papel de destaque, estimulando e apoiando o então presidente Juscelino Kubitschek, que enfrentava uma campanha anti-mudancista de algumas lideranças, as quais, por comodismo, não queriam a implantação da nova capital federal, no planalto goiano.” (ACIOLI,

poderia criar dificuldades para sua tarefa de abrir espaço para a Igreja na nova capital, Dom Fernando esforçou-se para que a Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1958, fosse realizada em Goiânia, o que permitiria, por conta da proximidade, que ao conhecer o planalto, outros arcebispos se juntassem à causa da transferência da capital. “Nessa reunião em Goiânia, uma das metas era levar o episcopado nacional a Brasília, para que os bispos, que viviam criticando Brasília, descobrissem que, quiséssemos ou não, a capital federal já era uma realidade”¹²⁸.

Os bispos não acreditavam nisso. Eu, sendo goiano, quando fui a Brasília, disse: “Isso é impossível, não tem sentido”. Nós não víamos este alcance, e Dom Fernando não apenas acreditou mas assumiu, como pastor, conduzir o processo da presença da Igreja na nova capital, neste novo país que estava surgindo. Quando os bispos foram a Brasília ele deu uma lição de esperança. Ele, com Dom Hélder, quebrava uns raminhos de flores no campo e fizeram um gesto de oferecer aquelas flores ao Núncio, dizendo: “aqui, na Avenida das Nações, será, futuramente, a sede da Nunciatura no Brasil”. Parecia anedota para quem via aquele cerrado. Vamos ver hoje, onde está a sede da Nunciatura. Está lá, na Avenida das Nações.¹²⁹

Dom Fernando conseguiu atingir seus dois objetivos, realizar a Assembléia em Goiânia e levar os bispos a Brasília, onde foram recebidos pelo Presidente da República.

Antes de instalar o conclave, a nível nacional, Dom Fernando levou os dignitários da igreja a Brasília, onde foram recebidos por Juscelino, Israel Pinheiro, este presidente da Novacap, os arquitetos Oscar Niemayer e Lúcio Costa, além de outros pioneiros da nova capital. Em seu pronunciamento, durante a histórica visita, Dom Fernando, falando em nome dos eminentes participantes da IV Reunião Ordinária da Conferência Nacional de Bispos do Brasil, solidarizou-se com o presidente Juscelino Kubitschek, ao mesmo tempo em que hipotecou o apoio da Igreja à construção de Brasília. [...] Em sua mensagem de saudação, JK então proclamava: “No instante em que visitam Brasília os senhores Cardeais, arcebispos e Bispos, que participam da Conferência Nacional de Bispos do Brasil, em Goiânia, quero saúda-los em nome do povo brasileiro, pedindo-lhes que abençoem este empreendimento, cujo alto objetivo é o esplendor e a glória deste país cristão e católico”.¹³⁰

Além desse encontro histórico, que demonstra a aceitação de Juscelino em relação à contribuição da Igreja para a nova capital, ocorreu outra manifestação ainda mais enfática. A RA destacou a grande mobilização, em maio de 1959, como “apoteótica recepção de Brasília a Nossa Senhora de Fátima”. Essa manifestação lembrava a visita da imagem de

Armando. Um apóstolo da questão social. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, jun./jul. 1985. p. 472). (Este artigo foi publicado primeiramente no *Jornal O Popular*, em 9 jul. 1985, p. 6.).

¹²⁸ OLIVEIRA, Dom Antônio Ribeiro de. Dom Fernando, pai e pastor da nossa Igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, 1995. p. 19.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 19.

¹³⁰ ACIOLI, Armando. Um apóstolo da questão social. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, jun./jul. 1985. p. 472. Este artigo foi publicado primeiramente no *Jornal O Popular*, em 9 jul. 1985, p. 6.

Nossa Senhora Aparecida ao Rio de Janeiro, em maio de 1931, então capital da república, quando foram reunidas “mais de um milhão de pessoas” (MATOS, 2003, p. 76) e que fazia parte da estratégia da Igreja para mostrar seu poder de mobilizar a população, visando com isso ampliar o atendimento às suas demandas por parte do Estado.

A escolha de Nossa Senhora de Fátima para ser entronizada em Brasília nas vésperas da inauguração da cidade tinha um significado especial, pois simbolicamente atava o país a um passado colonial, quando Portugal trouxe o catolicismo para o Brasil, o que agora perduraria com o culto à santa que apareceu aos três pequenos pastores, em 1917, em Fátima, Portugal, e teve sua devoção difundida em vários países, inclusive no Brasil, a partir das imagens peregrinas.¹³¹

A imagem de Nossa Senhora de Fátima que chegava a Brasília foi uma doação da revista portuguesa *Portugal-Brasil* e a cobertura realizada pelos jornais católicos destacou a grandiosidade do evento e da própria imagem, pois, segundo a RA, tratava-se da “maior estátua de Nossa Senhora de Fátima existente no mundo inteiro”¹³² com dois metros de altura, 200 quilos e fora esculpida em Portugal, em madeira do Planalto Central do Brasil. Vieram a Brasília, especialmente para a recepção à imagem, que chegava de Portugal, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República, Manuel Rocheta, Embaixador de Portugal, o Cônsul do Canadá e o Cônsul da Venezuela. A Igreja se fazia representar por Dom Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia, Monsenhor Domingos Figueiredo, Vigário Geral de Brasília, e grande número de sacerdotes. Segundo a RA, no aeroporto a imagem foi “recebida por uma multidão que não ocultava seu entusiasmo”.¹³³

O cortejo, tendo à frente “um belíssimo carro andor”, durou três horas, do Aeroporto de Brasília ao Palácio da Alvorada, onde foi realizada a entrega oficial da imagem ao Presidente da República, pelo então diretor da revista *Portugal-Brasil*, Aníbal Cabrera. Em seu discurso oficial, Dom Fernando, dirigindo-se ao Presidente JK, falou novamente sobre a importância da colaboração mútua entre o poder público e a Igreja. Para o arcebispo, Brasília, considerada a “obra do século”, não poderia ser apenas um monumento arquitetônico, mas “centro de irradiação da fé católica” e, para isso, necessitava da benção da Igreja.

¹³¹ O culto a Nossa Senhora Aparecida, que embora remeta ao catolicismo popular brasileiro - pelo fato de a santa ter sido encontrada por três pescadores e cultuada pelo povo antes de ser reconhecida pela Igreja -, também reforçava nossa ligação com Portugal, pois, a imagem encontrada pelos pescadores do Rio Paraíba, era a de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal eleita em 1646 por Dom João IV.

¹³² A 13 DE MAIO: Apoteótica Recepção de Brasília a Nossa Senhora de Fátima. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n.4/5, abr./maio 1959, p. 43. Este artigo foi publicado primeiramente no *Jornal Brasil Central*, órgão da Arquidiocese de Goiânia, que fez a cobertura do evento.

¹³³ *Ibid.*, p. 42.

Brasília é realmente o que já se convencionou chamar (sobretudo no exterior) ‘a obra do século’. Se a V. Excia se deve o arrojo da realização e o risco do empreendimento, é a Deus que se deve o êxito e a segurança da Obra, não obstante as deficiências e os abusos inerentes às coisas humanas [...] Nas horas difíceis e talvez decisivas, não faltou a V. Excia, como não faltou a Brasília, a benção e a colaboração da Igreja.¹³⁴

E concluiu, voltando-se para a imagem entronizada:

Abençoai Brasília e fazei que ela realize sua razão de ser como centro político do Brasil e centro de irradiação e revigoração da fé católica que plasmou a pátria brasileira.¹³⁵

A chegada da imagem de Nossa Senhora de Fátima a Brasília foi um dos atos simbólicos que marcam o “nascimento” da capital, porém outro ato também carregado de significado marcou a presença da Igreja na fundação da cidade. Ao inaugurar Brasília, Dom Fernando parecia ter conseguido obter sucesso em sua empreitada de aproximação com o Estado. Prova disso é o próprio programa oficial de inauguração que reservou momentos especiais para a Igreja quando, já em sua abertura, contou com a chegada do Presidente Juscelino Kubitschek, seguida da chegada do Cardeal legado Pontifício Dom Manuel Gonçalves Cerejeira. Na seqüência da programação aconteceu a cerimônia de entronização da cruz de Frei Henrique de Coimbra (diante da qual foi rezada a primeira missa no Brasil), no altar onde foi celebrada a missa campal de inauguração.

A missa oficial teve início às 23h45 e na madrugada do dia 21 de abril, às 0h30 – hora do nascimento oficial de Brasília – a cidade estava também sob orientação da Igreja, momento em que foi concedida benção pelo legado pontifício e lida a saudação do Papa João XXIII ao povo brasileiro. Assim a Igreja enfatizava que “a capital brasileira, com sua grandeza arquitetônica, surgiu empunhando a bandeira da sua verdadeira destinação histórica: Brasília nasceu como o Brasil nasceu: cristã.”¹³⁶ Para a instituição religiosa, cristianismo era sinônimo de catolicismo. O texto oficial de inauguração, intitulado “assim nasce Brasília”, desvela essa perspectiva:

Ao raiar do dia 21 de abril, à zero hora, enquanto das altiplanuras do centro do Brasil, as mãos do Papa pelas mãos do seu Legado elevavam o Senhor Deus, dominador das terras, das cidades e das belezas da terra e das cidades, para ser adorado pelo povo cristão, nas grandes cidades da Velha Europa os sinos dobravam em bimbais festivos de alegria pelo nascimento de uma

¹³⁴ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Dom Fernando Saúda N. Sra. de Fátima em Brasília. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1959. p. 55.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 56.

¹³⁶ EDITORIAL. O pioneiro de Deus no Planalto Central. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, abr. 1960. p. 4.

nova cidade. À zero hora, como estava programado, Brasília recebia o seu batismo de capital cristã de um país cristão.¹³⁷

A tarefa de Dom Fernando nessa direção parecia ter se encerrado com sucesso. O pastor que lutou e se impôs como representante da Igreja em Brasília conseguiu fazer com que a Igreja Católica reafirmasse sua influência junto ao poder de Estado, posicionando-se como guia espiritual da nação. Ao lado da beleza material, afirmava-se, Brasília possuía alma:

O trabalho apostólico de Dom Fernando desenvolvido no Planalto antes do passo de mágica que o transformou no milagre fulgurante e fulminante de Brasília, foi um trabalho de gigante, sobretudo, foi o trabalho do Pastor, que qual sentinela indormida, não permitiu que se perpetrasse o crime, contra a história e contra a religião, de se construir uma cidade sem alma, embora plena de beleza material. E a alma de Brasília é a mesma do Brasil: alma cristã, alma católica, bafejo de Deus, soprado por Anchieta, por Nóbrega, por Vieira.¹³⁸

Durante todo o período estudado, Dom Fernando manteve essa crença na cooperação entre Igreja e Estado¹³⁹ e, mesmo com o golpe de 1964, o arcebispo continuou acreditando que seria atendido pelo Estado. A RA não publicou nenhum pronunciamento de Dom Fernando saudando a ação dos militares, porém abriu suas páginas para uma mensagem dos bispos brasileiros em que manifestavam todo o “alívio” com a “revolução armada”.

Logo após o movimento vitorioso de revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo, porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e inofensável. De uma a outra extremidade da Pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.¹⁴⁰

Dom Fernando refletiu sobre a situação política pela qual o país passava em sua *Mensagem de Páscoa*, publicada em maio de 1964, que teve como tema o avanço da ciência e da tecnologia. No entanto, no texto, o arcebispo referia-se ao período anterior ao golpe: “o que vemos é uma pátria dividida, uma nação estrangulada”, “o capital e o trabalho em antagonismo sistemático e demolidor das energias produtivas”. E, recorrendo à metáfora dos

¹³⁷ NA ALVORADA Histórica de Brasília o Brasil Desperta de um Sonho Secular. Instalação Oficial da nova Capital da República. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, abr. 1960. p. 6.

¹³⁸ EDITORIAL. Pioneiro de Deus no Planalto Central. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, abr. 1960. p. 3.

¹³⁹ A posição do Arcebispo só viria a mudar após 1968 diante do aumento da repressão no governo militar. Sobre essa questão, ver: DUARTE (2003).

¹⁴⁰ DECLARAÇÃO dos Bispos do Brasil. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, jun./jul. 1964. p. 215-216. Além dessa declaração nacional dos bispos, a RA publicou outras duas regionais: MENSAGEM do episcopado paulista. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3/4, p. 114-117, mar./abr. 1964; DECLARAÇÃO dos bispos do nordeste. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 177-181, maio 1964.

rios, solicitava “equilíbrio e coragem” para aquilo que denominava de momento de “transformações sociais” e de “transição”:

Acontece com as sociedades o que acontece com os rios, na época das enchentes. A água nova vem arrastando tudo o que encontra no caminho e termina perturbando o sossego do rio, que se avoluma e se apressa, até voltar à calma renovado e perene. Assim, é a história das transformações sociais. O que mais importa, nestas horas da transição, é o equilíbrio, o bom senso, a decisão corajosa e firme dos responsáveis pelos destinos da comunidade.¹⁴¹

Após a recepção calorosa dos bispos à “revolução”, a RA silenciou sobre o tema por quase um ano até que Dom Fernando passou a se pronunciar sobre o que chamou de “excessos” dos militares. O arcebispo manifestou-se em carta assinada por outros oito bispos de Goiás, dirigida a Dom José Newton de Almeida Batista, arcebispo de Brasília, que se viu alvo da perseguição dos militares após divulgar sua mensagem de páscoa pela *Rádio Nacional*, na noite de 31 de março. Mais tarde concluiu-se que a mensagem conclamava “o povo a que se mantivesse em paz e que levantasse os corações a Deus, naquela hora de tanta angústia para a pátria brasileira”¹⁴². Ao divulgar o episódio, a RA exaltava a coragem de Dom Fernando:

[...] em meio à timidez generalizada, nos dias do terror revolucionário, a Província Eclesiástica de Goiânia, tendo à frente o Arcebispo Metropolitano Dom Fernando Gomes, reunida com a presença dos dez bispos de Goiás, decidiu manifestar-se de público levando ao senhor arcebispo de Brasília o conforto de sua solidariedade, numa hora em que tudo prenuncia uma nova questão religiosa, nos moldes daquela que levou Dom Vital às grades do presídio, no século passado.¹⁴³

A manifestação dos bispos de Goiás teve repercussão no Congresso Nacional, pois o Deputado Federal Celestino Filho solicitou a transcrição da carta, encabeçada por Dom Fernando, nos anais da Câmara dos Deputados. Esta solicitação foi apoiada pelo Deputado Anísio Rocha que em seu discurso também se referiu à coragem de Dom Fernando, de acordo com texto publicado pela RA: “Ao mesmo tempo, sr. presidente e caros deputados, desejo referir-me, também, ao corajoso e oportuno pronunciamento de D. Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia [...]”¹⁴⁴

Naquele mesmo número da revista, foi divulgado outro embate com os militares em que Dom Fernando deixava transparecer que ainda acreditava na possibilidade de

¹⁴¹ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Mensagem de Páscoa. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1964. p. 185.

¹⁴² A PROVÍNCIA Eclesiástica solidariza-se com o arcebispo de Brasília. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5/6, abr./maio/jun. 1965. p. 112.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 112.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 114.

cooperação entre a Igreja e o Estado. Tratava-se do chamado “Caso de Goiás” em que o diretor do Colégio Estadual da Cidade de Goiás foi demitido e preso porque, como também era juiz de direito daquela comarca, segundo a revista, “decretou atos que não agradaram aos poderosos senhores da situação política reinante na velha Vila Boa.”¹⁴⁵ A prisão do diretor gerou uma greve dos alunos do Colégio Estadual, episódio divulgado pela *Rádio 13 de Maio*, da Cidade de Goiás, que por sua vez culminou com a prisão da diretora e de um funcionário da Rádio, cinco estudantes, além do Frei Jacinto Maria Ferreira Rosa. Mais uma vez a RA fez a cobertura dos acontecimentos destacando a “[...] enérgica tomada de posição do senhor arcebispo de Goiânia [...].”¹⁴⁶

Segundo a revista, Dom Fernando encabeçou um ofício – também assinado por Dom Abel Ribeiro, Bispo de Goiás e Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Goiânia – encaminhado ao ministro da justiça, Milton Campos, rejeitando que se tratasse aqueles fatos como “ocorrências subversivas quando são omitidos maiores esclarecimentos” e que “o clima de arbitrariedade”, além de ferir “normas constitucionais” não se admitia que fossem “ideais da revolução”, manifestando acreditar que os verdadeiros “ideais da revolução” seriam compatíveis com o pensamento da Igreja.

Os bispos, signatários do ofício, receberam como resposta um telegrama do ministro da justiça lamentando as ocorrências e comunicando que, embora se tratasse de assunto de competência do Governo do Estado¹⁴⁷, as autoridades federais “tomaram todas as medidas [ao] seu alcance para solução do caso.”¹⁴⁸ Além disso, a revista informou que o presidente da república enviou um emissário que, ao dialogar com os bispos de Goiás, levou ao entendimento das partes.

O senhor presidente da república mandou a Goiânia, o senhor General Riograndino Krueel, que, numa entrevista de mais de duas horas com os bispos, tomou conhecimento dos fatos, dando em plano elevado, as satisfações devidas e tudo continuou como dantes no Quartel de Abrantes.¹⁴⁹

Nesse período, a tentativa de entendimento entre o governo militar e a Igreja ainda se dava de maneira aberta, podendo ser divulgada sem restrições. No entanto, esta situação

¹⁴⁵ A PROVÍNCIA Eclesiástica solidariza-se com o arcebispo de Brasília. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5/6, abr./maio/jun. 1965. p. 117.

¹⁴⁶ *Ibid.*, 118.

¹⁴⁷ Dom Fernando havia solicitado audiência de caráter urgente com o Governador do Estado, para discutir a questão, obtendo como resposta que só seria recebido na semana seguinte, o que a arquidiocese entendeu como recusa do governador ao pedido do arcebispo.

¹⁴⁸ A PROVÍNCIA Eclesiástica solidariza-se com o arcebispo de Brasília. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5/6, abr./maio/jun. 1965. p. 119.

¹⁴⁹ O CASO de Goiás. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5/6, abr./maio/jun. 1965. p. 118.

iria se modificar após 1968, com o endurecimento do regime que contava com representantes que se opunham ao diálogo com a Igreja, o que exigia encontros sigilosos entre representantes dos militares e da Igreja, como o narrado por Serbin (2001), na tentativa de evitar uma ruptura definitiva entre as duas instituições. Para Serbin, esses encontros mostravam que as duas instituições precisavam uma da outra.

[...] as duas mais importantes instituições brasileiras precisavam uma da outra. Os generais queriam a bênção dos bispos ao seu regime, e os prelados queriam a garantia dos privilégios e do espaço doutrinal concedidos à Igreja, de uma forma ou de outra, desde o início da história do Brasil. Tanto os generais como os bispos acreditavam que poderiam modificar as ideologias uns dos outros. Os militares enfatizavam os perigos do comunismo, enquanto a Igreja apontava para a necessidade de justiça social. Os lados se atraíam reciprocamente porque compartilhavam um profundo compromisso com a fé católica e uma preocupação quanto aos danos nas relações entre a Igreja e o Estado. (SERBIN, 2001, p. 35).

Em entrevista à *Rádio Difusora de Goiânia*, Dom Fernando voltou a tecer críticas à ação dos militares alegando que “paira no ar a impressão de que nos livramos do caos, mas caímos no vácuo: a situação econômica ainda confusa, o crescente aumento dos gêneros de subsistência, os inexplicáveis equívocos em torno dos conceitos de subversão e corrupção, a preocupação excessiva de inquirir quem é pró ou contra qualquer coisa.”¹⁵⁰ Essas críticas do arcebispo obtiveram como resposta um editorial raivoso do *Jornal O Globo* que pedia a Dom Fernando “que não se apre[ssa]sse no julgamento de uma situação política, que só o tempo e os fatos vindouros permiti[riam] interpretar com serenidade.”¹⁵¹ A réplica da RA ao editorial mostrava que o arcebispo aprovava a “revolução”, mas condenava os excessos, que estariam sendo cometidos, não pelos “chefes revolucionários”, mas por “quem cumpre a ordem” “deformando a missão recebida”.

[...] Em todos os tempos, em todos os seus pronunciamentos públicos e particulares, o Metropolita de Goiânia insiste sempre em dizer que o saldo da revolução é consideravelmente positivo, que dela decorrem muitos resultados bons para a vida do País e do Povo, mas isso não o inibe de apontar alguns excessos cometidos em Goiás, com a correta e sincera intenção de advertir os chefes revolucionários para aquilo que não passa às vezes, de simples resvalos de quem cumpre a ordem, excedendo-se no mandato, ou intencionalmente deformando a missão recebida.¹⁵²

A cobertura deste episódio mostrou que a RA procurava evitar possíveis desgastes à imagem de Dom Fernando alternando as vozes que se manifestavam defendendo as posições

¹⁵⁰ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Entrevista concedida em 10/07/1965. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7/8/9, jul./ago./set. 1965. p. 245.

¹⁵¹ A PROPÓSITO de um editorial de o Globo - palavras serenas para um editorial apaixonado. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7/8/9, p. 239-242, jul./ago./set. 1965.

¹⁵² A PROPÓSITO de um editorial de o Globo - palavras serenas para um editorial apaixonado. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7/8/9, p. 239-242, jul./ago./set. 1965. p. 239.

do prelado. O arcebispo se pronunciava diretamente em alguns momentos – como quando reclamou dos excessos da “revolução” – porém, em outros, se valia da própria revista que se apropriava de discursos de terceiros – no caso, o pronunciamento dos bispos brasileiros – ou mesmo respondia indiretamente com um texto editorial. Quanto ao posicionamento político de Dom Fernando, percebe-se que, embora o arcebispo já estivesse influenciado pelas idéias decorrentes da *Doutrina Social da Igreja* e do *Concílio Vaticanos II*, continuava defendendo a posição de que a Igreja Católica deveria colaborar com o Estado, acreditando que os militares restaurariam a ordem democrática, como demonstrado ao discorrer sobre as eleições de outubro de 1965.

[...] Precisamos de homens que governem com decisão e controle. Mas isto terá que ser o fruto de sua formação, de sua consciência, de seu respeito às leis de Deus e às normas do Direito. A Revolução não foi feita para derogá-las, mas para cumpri-las, como se pode deduzir das declarações oficiais. É porém urgente e necessário que os homens públicos e bem intencionados ajudem o Governo da República (que alguns inexplicavelmente preferem chamar de Governo da Revolução) a realizar a nova ordem que a Revolução se propôs, para tirar-nos do caos e colocar-nos na plenitude da vida democrática.¹⁵³

Dom Fernando demonstrava acreditar que os militares tomaram o poder para salvar a democracia, e que agiriam dentro os princípios do direito, o que tornaria possível o estabelecimento de diálogo com a Igreja. O prelado comungava da crença de certa forma generalizada de que a “revolução” garantiria a ordem social e sob a perspectiva do catolicismo mais tradicional inviabilizaria a veiculação de doutrinas contrárias à religião que desde o período colonial propiciara ao Brasil trilhar o caminho da unidade religiosa e política.

Serbin (2001), ao analisar as relações entre a Igreja e o governo militar na década de 1970, ressalta a ingenuidade dos bispos que acreditavam na possibilidade de diálogo e cooperação entre as duas instituições, inclusive na capacidade da Igreja de impedir ações repressivas.

O diálogo surgia como uma nova perspectiva para acabar com a tensão entre a Igreja e o Estado. Como religiosos, os bispos acreditavam na esperança. A princípio, eram um tanto ingênuos quanto ao desejo declarado do governo na colaboração entre a Igreja e o Estado, o que parecia bastante plausível levando-se em conta a harmonia das relações anteriores. Inicialmente eram também ingênuos quanto à repressão, que acreditavam poder reduzir por meio da cooperação. (SERBIN, 2001, p. 422).

Por outro lado, o autor define a posição da Igreja como paradoxal, pois, mesmo criticando o regime nas posições públicas, a instituição tentava preservar a influência política

¹⁵³ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Entrevista concedida em 10/07/1965. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7/8/9, jul./ago./set. 1965. p. 245.

no âmbito privado, visando “proteger seus interesses seculares e promover seus valores” (SERBIN, 2001, p. 424).

1.3.2. A afirmação da autoridade e as idéias de modernização

Diante do desafio de contribuir como condutor do desenvolvimento de Goiás, em colaboração com o Estado, Dom Fernando precisava ter sua autoridade reconhecida e aceita como natural sendo que por meio dos textos da RA é possível perceber dois movimentos nesse sentido: por um lado, o próprio Dom Fernando se assumia como uma autoridade que tinha a “missão” de conduzir os destinos de sua arquidiocese e, por outro lado, os arquidiocesanos – sacerdotes, religiosas e leigos – afirmavam a autoridade do prelado, aceitando-a como natural.

Dom Fernando – ainda influenciado pela estrutura fortemente hierárquica sob Pio XI – se via imbuído da autoridade a ele conferida como arcebispo, sentindo-se no dever de apontar o caminho que sua arquidiocese deveria seguir, que pensamentos deveria cultivar, que idéias deveria defender. Posteriormente, com o início do *Concílio Vaticano II* (1962-1965), o arcebispo começaria a aceitar uma Igreja mais participativa, embora esse processo, segundo Dom Antônio, tenha sido um aprendizado penoso para o prelado.

[...] Dom Fernando foi arcebispo de Goiânia antes do Concílio Vaticano II. Era uma Igreja ainda bastante hierárquica e muito dentro da sua atividade pastoral. Depois, Dom Fernando, participando deste Concílio, participou desta grande transformação da própria Igreja. Isto foi um problema gravíssimo porque a pessoa formada nas décadas de 20 e 30, quando ele foi formado, tinha sua visão de Igreja e de mundo muito naquela circunstância da hierarquia. Acontecendo as mudanças sociais muito profundas e as mudanças na Igreja muito grandes, Dom Fernando teve que se adaptar a estas mudanças.¹⁵⁴

Nessa fase, no entanto, Dom Fernando ainda permanecia convicto da importância da influência da hierarquia da Igreja sobre sacerdotes, religiosas e leigos e, como bispo, incorporou seu papel de autoridade da Igreja, traduzido pela idéia de “missão” que pressupunha indicar o caminho a ser seguido pelos católicos sob sua jurisdição. A “missão” assumida por Dom Fernando tinha o caráter transcendental de ser fiel a Deus¹⁵⁵, mas possuía,

¹⁵⁴ OLIVEIRA, Dom Antônio Ribeiro de. De Dom Antônio sobre Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, 1995. p. 102-103.

¹⁵⁵ Por ocasião do lançamento de seu livro *Sem Violência e Sem Medo*, Dom Fernando falou de sua missão: “[...] Deus sabe que escrevi com a intenção reta de cumprir a missão que Ele me deu. Nem sempre esta missão agrada

sobretudo, um caráter institucional¹⁵⁶. Contudo, o arcebispo se mostrava insatisfeito por perceber que o bispo possuía uma autoridade restrita dentro da hierarquia e passou a lutar para mudar essa situação.

Em pelo menos duas ocasiões o arcebispo se empenhou em que o episcopado assumisse um papel de destaque no comando da Igreja, sendo a primeira delas sua presença decisiva na criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Por ocasião da comemoração pelos 50 anos de sacerdócio de Dom Fernando e seus 25 anos à frente da Arquidiocese de Goiânia, Dom Paulo Evaristo Arns destacou o seu reconhecimento pela atuação do prelado na criação da CNBB, especialmente na abertura da entidade a todos os bispos, sem qualquer distinção.

[...] o que esse homem fez para que existisse a Conferência dos Bispos do Brasil, que primeiro era dos arcebispos, depois dos bispos, de todos os bispos, e que ele fez para os bispos que começavam [...]. Nós, mais jovens, começávamos e ele, ao lado a incentivar-nos: “vamos para a frente”. É a ele que devemos muito de nossa unidade, muito também de nossa tenacidade e muito também de nosso futuro.¹⁵⁷

Outra atuação importante de Dom Fernando na luta por mais poder para o episcopado junto à hierarquia da Igreja foi seu pronunciamento durante a segunda fase do *Concílio Vaticano II*. Inconformado com o papel restrito atribuído aos bispos - que só podiam fazer o que o papa permitisse, as chamadas “faculdades decenais” - Dom Fernando pediu o reconhecimento explícito de que o bispo pudesse tudo – no terreno da Igreja – menos o que o Papa reservasse a si pessoalmente.

Além disso, para Dom Fernando, os debates exigiam que os bispos fossem organizados colegialmente, abolindo “diferenças chocantes” através de honrarias ou outros artifícios. O arcebispo pediu também que se eliminasse a visão do bispo como um administrador “encerrado em seus palácios”, divorciado de seus presbíteros. Enfim o prelado

aos homens, mas alimento a esperança de que isso tenha sido fiel ao meu Deus.” (SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Lançamento do livro: *Sem Violência e Sem Medo*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 613-615, nov. 1982.)

¹⁵⁶ Dom Fernando sempre lutou para ver o papel do bispo fortalecido na hierarquia da Igreja e viu seu desejo realizado durante o *Concílio Vaticano II*. Após o Conclave a CNBB sentiu necessidade de formalizar o papel do episcopado brasileiro, o que fez através do documento *Missão da hierarquia no mundo de hoje* que lhe atribuía uma tríplice função: magistério, santificação e governo. No aspecto do *magistério* a hierarquia teria o papel de garantir a autenticidade da mensagem revelada por Jesus Cristo, pois é ela que define o destino eterno dos homens e também os valores humanos pelos quais a hierarquia se empenha. Sua missão é também *santificadora* cabendo ao bispo “promover uma maior conscientização da fé, para que a vida sacramental dos fiéis não se torne pura rotina”. Quanto à função de governo, segundo o documento, o bispo foi “constituído por Deus, sem mérito pessoal, como chefe do seu povo”. (MISSÃO da Hierarquia no mundo de hoje. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 879-884, nov. 1967).

¹⁵⁷ ARNS, Dom Paulo Evaristo. A grande celebração eucarística. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1982. p. 634.

via o bispo como “sucessor dos apóstolos” e exigia que se ampliasse o campo de atuação do episcopado.

Hoje não é mais possível limitar-se o bispo a conhecer e atender os problemas da diocese que lhe foi confiada, e muito menos os interesses de um determinado bispo, mas importa que tenha uma visão e uma ação de conjunto da região, da nação e do universo.¹⁵⁸

Este pronunciamento de Dom Fernando ressalta que tinha consciência do papel fundamental que os bispos desempenhavam para a continuidade e expansão da instituição. Entretanto, em suas manifestações sobre o papel de bispo, se referia sempre à idéia de “missão”, mostrando entender que se tratava de uma autoridade natural. Esta visão é reforçada pela revista em um de seus editoriais, em que esclarece que o grau alcançado por um bispo na hierarquia da Igreja lhe confere a autoridade de mandatário da instituição, complementando que, só com o “culto da autoridade”, se poderia encontrar o “equilíbrio social”: “[...] precisamos aprender de novo que o equilíbrio social só se realizará com o culto da autoridade. De Deus, em primeiro lugar; dos seus mandatários, no grau da hierarquia em que foram constituídos.”¹⁵⁹

O mesmo editorial defendia que, embora natural, e derivada da hierarquia, a legitimidade da autoridade só era alcançada quando aceita pelos seus “subordinados”. Nas palavras de Sennett (2001, p.36) a idéia de “autoridade como crença na legitimidade, medida pela obediência voluntária [...] adquiriu imensa influência no pensamento social moderno”. Essa idéia transparece do texto do referido editorial:

Essa autoridade [da hierarquia da Igreja] só provém do respeito e do prestígio, graças aos quais os subordinados lhe reconhecem o direito de mandar e, com isso, lhe atribuem as virtudes que, só elas, justificam o mando diante da razão: a inteligência, o saber, a retidão, o zelo ímpoluto e incansável pelo bem de todos e pela salvação das almas. São esses precisamente os dotes que, ao nosso parecer e no entender dos homens de bem, exornam a personalidade do nosso Arcebispo e lhe confirmam os créditos à consagração inédita com que o povo lhe celebrou a dignidade da conduta, a austeridade dos costumes e a compostura de atitudes.¹⁶⁰

Esta citação da revista reforça que os subordinados “atribu[iam] virtudes” à autoridade de Dom Fernando e reconhec[iam] seu “direito de mandar”, devido ao respeito e prestígio que havia conquistado. Estas palavras nos remetem a duas idéias desenvolvidas por Sennett (2001). Primeiro, quando o autor trata das qualidades da autoridade, sendo que,

¹⁵⁸ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Concílio Vaticanos II: de episcopis ac de diocesium regimin. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 12, dez. 1963. p. 644.

¹⁵⁹ EDITORIAL. Lição e exemplo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 2.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 2-3.

segundo o editorial, estas características poderiam ser encontradas em Dom Fernando. Para Sennett, as qualidades da autoridade são: 1) “segurança” e “capacidade de impor disciplina” - que no editorial poderiam ser traduzidas como “dignidade de conduta”, “austeridade de costumes” e “compostura de atitudes”; 2) “capacidade superior de julgamento” - no editorial vemos “inteligência” e “saber” e finalmente 3) “capacidade de inspirar medo” característica que o editorial não explicita – pois prefere reforçar as idéias passíveis de serem aceitas pelos arquidicesanos – mas que pode ser percebida em Dom Fernando, por exemplo, ao reforçar a possibilidade de excomunhão dos católicos que insistissem em continuarem sendo ao mesmo tempo maçons, como verificaremos no capítulo 2. Em outros textos da revista, outras qualidades do arcebispo foram ressaltadas como a coragem para enfrentar o governo militar ou a visão de futuro ao acreditar na transferência da capital federal para Brasília.

O segundo aspecto abordado por Sennett, a que o texto da revista remete, trata do desejo de estabilidade e ordem implícito na aceitação da autoridade pública por parte da sociedade, mostrando que a sociedade sente necessidade da autoridade, como forma de se perenizar. Sendo assim, para o autor, erguem-se monumentos às autoridades – “igrejas”, “santuários”, “prédios governamentais” – como “símbolos de que a ordem do poder dominante durará além da geração que hoje governa e da que hoje obedece” (SENNETT, 2001, p. 32), ou seja, estes monumentos simbolizariam a continuidade da autoridade tornando-a um “desafio à história” e ao “tempo”.

Contudo, para Sennett (2001, p. 22), acima de tudo “a autoridade é uma ligação entre pessoas desiguais”, mostrando que percebe a autoridade como um processo de “interpretação do poder”, ou seja, para o autor quando se busca a figura da autoridade “o que se busca é uma força sólida, garantida e estável”, uma “imagem de força” (p. 33). Enquanto para Sennett “poder é o sinônimo de força”, no referido editorial da revista, o poder da autoridade religiosa, por emanar de Deus, é tratado como sinônimo de autoridade legítima.

O poder, para nós católicos [...] é uma emanção lógica e necessária do próprio poder de Deus – soberano criador dos homens e do mundo. O poder é, pois, uma delegação, e o instrumento desse mandato divino é a consciente aceitação do povo. Aí é que assenta a autenticidade de sua investidura, como na escrupulosa observância das normas que lhe regulam as constituições e lhe definem as atribuições; aí é que reside a legitimidade de seu exercício.¹⁶¹

Outra contribuição da direção da revista, que reforçava a posição da Igreja de que a autoridade do bispo emana de sua posição hierárquica, foi um artigo publicado na coluna *Bilhete Sacerdotal*, por ocasião da comemoração de 25 anos de sacerdócio de Dom Fernando,

¹⁶¹ EDITORIAL. Lição e exemplo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959, p. 1-2.

e que tratava sobre a *Teologia do Bispo*. Segundo o artigo, o bispo é um representante de Cristo, portanto, “a concepção hierárquica deve ser o fundamento da nossa vida espiritual. Só essa concepção é susceptível de conduzir à ordem e a ordem levar a tranqüilidade e a paz. *Pax tranquillitas ordinis*. Devemos ver pelos olhos do bispo.”¹⁶²

Para a Igreja Católica a hierarquia eclesiástica é a “pedra de toque do catolicismo. É o segredo do seu poder”, ou seja, é fator de reconhecimento e diferenciação da instituição diante do outro. Daí o seu vínculo com a idéia de autoridade que implica em “*respeito*” – “é dever de consciência dar a nosso bispo o testemunho de nossa fé de nosso respeito¹⁶³” – e “*obediência*” – “a nossa obediência ao bispo [...] é antes de tudo [...] o reconhecimento da unidade hierárquica do corpo de Cristo”¹⁶⁴: “[...] Toda sociedade implica necessariamente uma diferenciação, e por conseguinte uma hierarquização, uma autoridade e súditos, ordem e obediência [...]”¹⁶⁵

Apresentamos até aqui a visão de autoridade manifesta por Dom Fernando e pela direção da própria RA, através de um de seus editoriais, porém, os textos dos colaboradores e outras matérias selecionados pela revista têm uma importante contribuição para a compreensão a respeito da percepção dos leigos, ou seja, dos “subordinados” sobre este conceito. Entre os colunistas, Jerônimo de Queiroz se destacou neste aspecto, chegando a afirmar que uma das causas do “inequívoco fracasso do mundo moderno advém da deturpação universal do conceito de autoridade”¹⁶⁶. Para Queiroz, o conceito de autoridade “integra e constitui” a sociedade e “teve na pessoa do Nazareno o tipismo de um modelo e o exemplo de um cidadão: ‘fazei, ó Deus, a tua vontade’ (Heb. 10,7); ‘obedecei todos ao bispo, como Jesus Cristo obedecia ao Pai’ (Inácio de Antioquia – Ad Smyrnaeos, VIII, I)”¹⁶⁷. Sendo assim, o colunista enfatizava a autoridade do bispo como representante de Cristo.

A afirmação da autoridade de Dom Fernando para conduzir o desenvolvimento de Goiás em cooperação com o Estado, exigia do prelado capacidade para analisar a realidade à sua volta – segundo Sennett (2001), “capacidade superior de julgamento” – e perceber as mudanças pelas quais o mundo passava. Nesse sentido, o Arcebispo procurava mostrar que

¹⁶² BILHETE Sacerdotal. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, out. 1957. p. 23.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 25.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 25-26.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 26.

¹⁶⁶ QUEIROZ, Jerônimo. Lições de Sociologia: importância da sociologia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, ago. 1957. p. 10.

¹⁶⁷ *Id.* Lições de Sociologia: sociologia e sacerdócio. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia. n. 4, out. 1957. p. 8.

estava aberto às mudanças provocadas pelo avanço da ciência, ou seja, às mudanças do mundo moderno.

Houve em todos os tempos e cresce nos nossos dias um grande equívoco contra a Igreja e a vida cristã: o de que a Doutrina Cristã, como a Igreja a ensina, é contrária à natureza e aos anseios de nossos corações, contrária à ciência e ao progresso, contrária ao conforto e bem estar da vida terrena. Diante desse preconceito, é fácil julgar que a Igreja considera ‘pecado’ o uso das coisas da terra, dos frutos da ciência e do progresso, do conforto que a técnica e as artes proporcionam à humanidade. Mas este julgamento não corresponde nem aos ensinamentos da Igreja, nem à realidade. Bem ao contrário.¹⁶⁸

Mesmo ressaltando os limites das inovações da ciência, a RA mostrou a concretude de sua abertura e aceitação em relação ao tema abordando variados artigos nessa área, sendo os mais importantes as pesquisas de Carlos Chagas, o lançamento de satélites artificiais, a revolução da ciência e da técnica, o surgimento da vida, o carbono radioativo, os alimentos sintéticos e as pesquisas atômicas¹⁶⁹. Nota-se que as matérias sobre o assunto concentraram-se entre os anos 1957 e 1960, denotando que, ao provar a aceitação das novas descobertas da ciência, não havia mais a necessidade de explicitá-las.

No entanto, o exemplo mais claro de que Dom Fernando se mostrava capaz de acompanhar as mudanças do mundo moderno foi sua atuação na área da comunicação. Na inauguração das novas instalações das *Oficinas Gráficas da Fundação Pio XII*, a RA registrava: “o maior elogio que possamos fazer ao trabalho de nossa editora é frisar que ela obedece às diretrizes de Dom Fernando Gomes, Arcebispo Metropolitano, cujo valor e capacidade de organização todos nós conhecemos.”¹⁷⁰ O texto seguia mostrando que o projeto do arcebispo tinha os objetivos de modernizar o trabalho de apostolado da arquidiocese e contribuir com o desenvolvimento cultural.

O grau de desenvolvimento de uma nação encontra sua razão última na cultura do povo. O progresso cultural está diretamente ligado à imprensa. Sabedor disso Dom Fernando Gomes vem dedicando todo o seu esforço no sentido de dotar a Arquidiocese de todos os recursos do apostolado moderno. Temos uma das melhores Emissoras de Goiás, a Rádio Difusora de Goiânia, que em futuro muito próximo superará todas as nossas expectativas, no setor radiofônico. Temos a Revista da Arquidiocese. Temos o jornal Brasil

¹⁶⁸ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Mensagem de Páscoa 1958. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1958. p.9.

¹⁶⁹ Estas matérias podem ser lidas nos respectivos números da *Revista da Arquidiocese*: IMPORTANTE Contribuição Brasileira. Goiânia, n. 2, p. 29-32, ago. 1957; VÔO entre mundos. Goiânia, n. 4, p. 38-40, out. 1957; ESTAREMOS nós em revolução? Goiânia, n. 3, p. 2-16, mar. 1958; É POSSÍVEL fabricar a vida? Goiânia, n. 12, p. 18-27, dez. 1958; É QUÍMICO o segredo da vida? Goiânia, n.4/5, p. 7-8, abr./maio 1959; ALIMENTOS sintéticos, saborosos e para todos os seres humanos. Goiânia, n. 3, p. 62-63, mar. 1960; DOIS JESUÍTAS nas pesquisas atômicas. Goiânia, n. 8, p. 6, ago. 1960.

¹⁷⁰ MODERNAS instalações de Brasil Central. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1960. p. 37.

Central que, em um ano de circulação semanal, conseguiu impor-se à opinião pública, pondo em prática o seu lema de veicular a verdade, só a verdade [...].¹⁷¹

Para Dom Fernando, diante das mudanças impostas pelo mundo moderno – a ciência, o progresso, o conforto, o bem estar da vida terrena – a Igreja não deveria “resistir”, mas se “ajustar” e se “atualizar”, sem abrir mão de suas tradições.

Que fará a Igreja com suas tradições bimilenares? Renunciará a suas tradições para entregar-se às exigências da idade nova? Ou resistirá ao progresso e à realidade, isolando-se do mundo? Não! A Igreja nem renuncia nem se entrega: nem se opõe nem resiste. Instituída por Jesus Cristo para vivificar o mundo e salvar os homens, independe das circunstâncias e variedades do tempo, dos sistemas políticos e sociais, respeitando e até se sujeitando a essas variações das coisas sem nada perder de seu conteúdo divino. Não se modifica no que tem de essencial, mas se ajusta e se atualiza a cada mutação histórica das estruturas sociais.¹⁷²

Este texto - em que Dom Fernando, inspirado em Maritain, separava o mundo da Igreja (espiritual) do mundo moderno (temporal) – revela como o Arcebispo se empenhava na tarefa de “vivificar o mundo e salvar os homens”, adaptando sua Igreja à época e ao momento histórico presente, ou seja, mantendo-se fiel às tradições da Igreja acompanhava as mudanças do mundo moderno. No entanto, essa postura parecia ser mais uma das tarefas assumidas por Dom Fernando na sua “missão” de bispo, que acabaria entrando em choque com sua formação austera, no sentido de desejar ver os valores cristãos vigorarem na sociedade.

Essa perspectiva de observação é reforçada por um depoimento do professor Ático Vilas Boas, concedido durante a cerimônia que lembrava um ano da morte do arcebispo. Ático, que conheceu Dom Fernando ainda como bispo em Aracajú e mais tarde o encontrou em Goiânia, declarava que Dom Fernando havia passado de uma “radiante personalidade” a uma “pessoa melancólica”, processo que pode ter sido desencadeado quando percebeu que sua luta não alcançou vitória no sentido de impor os valores cristãos à sociedade, nos moldes que ele projetou.

[...] Conheci Dom Fernando na época mais bonita da minha vida [...]. [Dom Fernando] era, naquela ocasião, um bispo de irradiante personalidade pelas suas atitudes, pela sua coragem [...]. Passados tantos anos, vim encontrar Dom Fernando em Goiânia. Endosso tudo o que foi dito aqui, mas achei Dom Fernando, aqui em Goiânia, uma pessoa melancólica. Acho que sua experiência em Goiânia foi de altos e baixos. Encontrei um homem que quase não ria; Dom Fernando sorria. Mantinha aquele sorriso que só os pintores renascentistas souberam colocar nas suas telas. Não era um homem que gargalhava, que ria, mas um homem que tinha aquele sorriso esboçado

¹⁷¹ MODERNAS instalações de Brasil Central. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1960. p. 37-38.

¹⁷² SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Mensagem de Páscoa 1958. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1958. p. 10.

sempre no rosto, não era o homem que conheci em Aracajú. As causas, não me compete analisa-las, mas sempre o considerei, aqui, um homem melancólico; com isso não quer dizer que eu o tivesse como um homem pessimista, mas como um melancólico que semeava esperança semeava idéias novas, semeava palavras confortadores. Compete aos futuros historiadores investigarem as causas que o levaram a essa melancolia intermitente.¹⁷³

Por outro lado, essa constatação desvela o desconhecimento que as atribuições conferidas ao arcebispo e a maturidade que se produziu no período entre os dois encontros, trazem às pessoas. Submetido a toda ordem de exigências que sua posição na hierarquia religiosa lhe conferia, o arcebispo se confrontava também com demandas de ordem secular e esse processo, por certo, alterou sua postura interior e exterior. A experiência também implica atitudes menos extrovertidas em determinadas circunstâncias, fatores não ponderados pelo observador.

Após esta reflexão sobre a política editorial da revista, o contexto em que esta proposta foi se consolidando e o pensamento de seu fundador, nos deteremos nos principais temas abordados pela RA e que se constituíram na maior preocupação da Igreja nacional e continental naquele período.

¹⁷³ VILAS BOAS, Ático. Um melancólico que semeava esperança. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 6, jun. 1986. p. 396-397.

CAPÍTULO 2

REPRESENTAÇÕES SOBRE VISÕES DE MUNDO ANTAGÔNICAS: COMPETIÇÃO POR ESPAÇO SOCIAL

A primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), reunida no Rio de Janeiro, em 1955, apontou os maiores “inimigos” do catolicismo na América Latina como sendo o protestantismo, o comunismo, o espiritismo e a maçonaria. Pio XII, em 1957, desvelaria essa preocupação durante o *II Congresso Mundial do Apostolado dos Leigos*, apontando como o fator mais ameaçador o comunismo e, a partir de 1959, o Papa João XXIII, diante da constatação de que suas preocupações tinham fundamento, tendo em vista a realidade da revolução cubana, pedia ao episcopado latino americano um plano pastoral que mobilizasse a Igreja no continente com o objetivo de evitar e irrupção de uma nova Cuba (PIERUCCI, 1984, p. 360-361).

A RA foi inaugurada no contexto em que a preocupação com essas visões de mundo se renovavam em toda a América Latina, especialmente em relação ao comunismo, devido à revolução em Cuba, refletindo essa preocupação com um número expressivo de matérias sobre o assunto. Como o tema do comunismo perpassava toda a revista, afetando direta ou indiretamente a maioria dos assuntos por ela tratados, selecionamos para reflexão nesse capítulo os artigos cuja abordagem principal fosse o comunismo como doutrina contrária à da Igreja, levantando mais de setenta matérias sob esse enfoque.

A maçonaria apareceu em segundo lugar nas preocupações da Igreja, porém, o contexto em que surgiu o embate entre as duas instituições nos levou a ignorar as estatísticas, dando ênfase a um episódio emblemático que as envolveu, tornando o confronto uma questão candente no período em estudo.

Espiritismo e protestantismo também aparecem pouco na revista nesse período, estando inseridos em menos de dez matérias cada um, o que não diminui sua importância, mas denota que a Arquidiocese tinha outras preocupações mais urgentes. O espiritismo parecia incomodar mais que o protestantismo, no período, por pregar o sincretismo religioso, induzindo os católicos a essa prática. O protestantismo, por sua vez, crescia lentamente à época e não despertou ações específicas da Igreja no período.

2.1. Espiritismo: o embate doutrinário

O espiritismo era pouco expressivo em Goiás até a década de 1930, contudo, Santos (1984) enfatiza que, em sua terceira *Carta Pastoral*, de 1913, Dom Prudêncio solicitou ao clero uma estatística das paróquias na qual constava uma pergunta sobre a prática do espiritismo na região. O autor destaca não ter encontrado qualquer vestígio de respostas, acreditando denotar que “ou a solicitação não foi atendida ou os relatórios foram perdidos”. Não obstante esse fato, a presença do espiritismo não parece ter se constituído em foco de preocupação da Igreja local, nas duas primeiras décadas do século XX.

A partir da década de 1930 essa situação mudou, principalmente devido à construção de Goiânia e à abertura de novos caminhos ligando Goiás ao resto do país, o que ampliou a chegada, não só à nova capital, mas também ao interior do Estado, de novas correntes de idéias, tanto no campo político como religioso, entre elas o espiritismo. Santos (1984) encontrou referência à presença do espiritismo nesse período, registradas pelos padres redentoristas alemães, particularmente em Pouso Alegre (atualmente Piracanjuba), em Ribeirão (hoje Guapó), nas proximidades de Inhumas e em Trindade, centro da religiosidade popular dos católicos no Estado. Segundo apurou o pesquisador, essa presença se manifestava principalmente por meio de curas, que, de certa forma, supriam uma necessidade da população: “pode-se afirmar com relativa segurança que a cura e o remédio, para uma população de quase tudo carente, foi o grande segredo inicial do sucesso do espiritismo em Goiás” (SANTOS, 1984, p. 73).

O autor chama atenção para o que avaliou como um “fenômeno curioso”, o surgimento da cidade de Palmelo, em 1929, edificada a partir da mediunidade espírita, diferentemente da maioria das cidades brasileiras que nasceram em volta das capelas católicas, e foi reconhecida por lei como “cidade-espírita”: “o local cresceu com o afluxo de

pessoas procedentes de vários pontos do país que para lá se dirigiam a fim de tentar a recuperação da saúde, transformando-se, por Lei Estadual, n. 908, de 13 de novembro de 1953, em autêntica ‘cidade espírita’ (SANTOS, 1984, p. 74).

Com a fundação de Goiânia os centros espíritas proliferaram na cidade, já em seus primeiros anos. A partir de reuniões nos alojamentos dos operários que trabalhavam nas obras da nova capital, às margens do Córrego Botafogo, formou-se o primeiro grupo de espíritas que, mais tarde, em 1938, deu origem ao *Centro Espírita Estudantes do Evangelho*, ao qual se seguiram vários outros como o *Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, Amor e Caridade, Cairbar Shutel, Paz em Jesus, Amor, Caridade e Luz* e *Grupo Ismael*. Esses centros promoveram, em 1947, a *Primeira Semana Espírita de Goiânia* viabilizando a criação da *Federação Espírita do Estado de Goiás*, concretizada em 1950 (CASTRO, S., 1995, p. 20-23).

Quando Dom Fernando assumiu a Arquidiocese de Goiânia, o avanço dessa doutrina se tornou conhecido e essa realidade incomodava tanto os bispos da Província Eclesiástica de Goiânia como a própria CNBB¹⁷⁴ que, segundo a *Carta Pastoral Coletiva* de 1957, estava promovendo, em todo o território nacional, uma “luminosa campanha de esclarecimento”, mostrando porque a Igreja condenava o espiritismo.

Segundo a *Carta Pastoral*, o espiritismo “sob suas variadas formas, nega as verdades fundamentais do cristianismo”; sendo assim, a Igreja renovava sua condenação alertando os católicos de que “não é possível ser católico e espírita ao mesmo tempo, porque o espiritismo nega o que o catolicismo afirma, e vice-versa”. O trecho dedicado ao tema concluía com uma advertência: “todo aquele que aceita formalmente o espiritismo renega, por isso mesmo, a Igreja Católica e fica fora da comunhão dos fiéis.”¹⁷⁵

A idéia básica da *Carta Pastoral Coletiva* – “não é possível ser católico e espírita ao mesmo tempo” – apelava para a noção de coerência dos católicos, argumento utilizado também em relação à maçonaria, por serem duas visões de mundo que, na disputa com a Igreja, não exigiam exclusividade de seus membros e, segundo a Igreja, exploravam, junto aos católicos, o argumento de poder participar das duas instituições ao mesmo tempo.

Para Dom Fernando, no entanto, essa incoerência era inaceitável e, inclusive, tratada como apostasia – definida pelo prelado como “negação dos fundamentos da

¹⁷⁴ O Papa Pio XII também se mostrava preocupado, referindo-se a um “espiritismo inquietador”. (CONSAGRAÇÃO ao Mundo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1958. p. 35.).

¹⁷⁵ CARTA Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 3.

religião”¹⁷⁶ – ou seja, considerava como apóstata “o cristão que nega sua religião ou a põe em pé de igualdade com todas as religiões”, e continuava: “essa atitude, aparentemente ‘tolerante’, é profundamente incoerente: nega a prerrogativa essencial da verdade, que é a incompatibilidade com o erro e com tudo o que a contradiz. Nega, pois, o cristianismo que é a verdade de Deus.”¹⁷⁷

Além da idéia de coerência, a noção de verdade era mais um dos argumentos da Igreja frente aos outros credos, colocando-se como a “verdade” ao passo que os demais representariam o “erro”: “se provamos que a Igreja Católica é o depósito vivo da verdade, é a própria verdade de Deus e do Cristo, não pode haver meio termo: quem não pertencer à Igreja está no erro.”¹⁷⁸ Aos que acusavam a Igreja de intolerante, a revista respondia tratar-se de uma “intolerância doutrinária” pois “aceitar um acervo de verdade e erros ao mesmo tempo” é “ultrajar a pessoa de Deus, é blasfemar e dizer que Deus aceita indiferentemente verdade e erro, bem e mal.”¹⁷⁹

Para justificar o argumento de que “o espiritismo nega o que o catolicismo afirma”, a revista apresentava alguns exemplos, apontando que enquanto a “doutrina de Cristo” afirma o “mistério da Santíssima Trindade”, o “espiritismo nega” alegando que “não há mais do que uma pessoa em Deus”, além disso, enquanto a Igreja afirma “um Deus eterno, criador, inteiramente distinto das criaturas, as quais ele criou livremente”, o espiritismo diz o contrário ao alegar que “o supremo ser não existe fora do mundo, mas é parte integrante e essencial dele”.

Além de todos esses argumentos que marcam a diferença entre as duas visões de mundo, os textos da RA revelavam a existência, na década de 1950, de um verdadeiro enfrentamento entre as duas doutrinas. A Igreja, se defendendo da acusação de perseguir o espiritismo, contra-argumentava alegando que, ao contrário, se sentia perseguida pela propaganda espírita.

Fique, pois, bem claro, com clareza meridiana, que quem persegue, quem combate é o espiritismo em suas diversas modalidades, com sua gigantesca propaganda pela imprensa e pelo rádio, alvejando os católicos indefesos para lhes arrebatam o maior valor de sua vida: sua verdadeira fé divina.¹⁸⁰

¹⁷⁶ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Nivelamento do bem e do mal. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, nov. 1957. p. 15.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 15.

¹⁷⁸ COERÊNCIA. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1958. p. 58.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 58-59.

¹⁸⁰ PERSEGUE a Igreja Católica o Espiritismo? *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, mar. 1959. p. 17.

A intensa divulgação da doutrina espírita deixou a Igreja alarmada sobretudo após a pesquisa de um padre católico – Frei Boaventura Kloppenburg – ao constatar que “a terça parte do povo brasileiro e[ra] espírita ou ao menos simpatiza[va] com o espiritismo.”¹⁸¹ Quando se cruzava esse dado com o censo de 1950, mostrando que 90% dos brasileiros se declaravam católicos, a Igreja concluía que a propaganda espírita, convencendo os católicos da possibilidade de professar as duas denominações ao mesmo tempo, havia dado resultado.

Nesse cenário, a Igreja constatou que o espiritismo havia feito “gigantescos progressos nos últimos trinta anos no Brasil”, graças “à propaganda eficaz de suas idéias”, concluindo ainda que o alvo desse proselitismo eram os católicos tendo em vista que “o Brasil e[ra] um país que, na esmagadora maioria de sua população, e[ra] católica.”¹⁸² Dessa forma, alegava que os espíritas lançavam mão de um “sistema traiçoeiro de propaganda” ao convencer os “católicos menos instruídos na religião” de que poderiam continuar católicos e serem, ao mesmo tempo, espíritas.

O que aqui mais nos intriga é o sistema traiçoeiro da propaganda. Tanto os kardecistas e esotéricos, como os umbandistas, para ilaquear os católicos menos instruídos na religião, lhes garantem que podem tranquilamente continuar na sua religião e ser espíritas, que todas as religiões são boas, que também eles são cristãos e quejandas mentiras e disfarces.¹⁸³

Dessa maneira, o texto denominava o espiritismo como “perseguidor implacável e traiçoeiro” que deveria “ser denunciado em todas as longitudes de nosso território nacional”, alegando que os católicos formavam a imensa maioria e teria o “sagrado direito” de denunciar a “perseguição” do espiritismo. Percebe-se, dessa maneira, que o espiritismo cresceu silenciosamente desde a década de 1930 e quando a Igreja se deu conta estava dividindo com ele a massa católica. Essa constatação alarmou a Igreja que, na busca de explicação para o fenômeno, a encontrou na propaganda espírita, sentindo-se dessa forma “traída” no seu direito enquanto religião que representa a maioria dos brasileiros.

Diante dessa realidade, o espiritismo passou a ser representado como o “perseguidor”, que, através de seu “sistema traiçoeiro de propaganda”, induzia o católico ao erro, constituindo-se em alvo das controvérsias veiculadas pela Igreja, de modo especial nas páginas da revista. Torna-se importante ressaltar o sentimento de oposição presente nas expressões sempre repetidas como: “o espiritismo nega os fundamentos do cristianismo”, da “religião”, do “catolicismo”.

¹⁸¹ Ibid., p. 16.

¹⁸² Ibid., p. 16.

¹⁸³ Ibid., p. 16.

2.2. O proselitismo protestante

Na década de 1950, o protestantismo já se encontrava em plena atuação em Goiás, história consignada por volta de 1890, data em que foi promulgado o decreto que determinou a liberdade de culto no Brasil, ato que promoveu a separação oficial entre Igreja e Estado. Antes dessa data, registram-se incursões missionárias no interior de Goiás, mas as primeiras igrejas protestantes só foram organizadas posteriormente¹⁸⁴, ampliando-se essa expansão, a partir de 1920, com o avanço da estrada de ferro no Estado e de 1930, com a construção de Goiânia e a maior politização da população, contribuindo para fragmentar também a unicidade religiosa. Ao analisar o avanço das diferentes denominações protestantes em Goiás, Santos (1984) concluiu que esse processo foi lento e ocorreu pioneiramente nas localidades em que não havia assistência espiritual efetiva por parte da Igreja Católica, devido ao vasto território a ser atendido.

A Igreja Católica, acostumada com o monopólio religioso, teve dificuldades em aceitar a liberdade de culto no Brasil. Logo após a publicação do decreto de 1890 o episcopado brasileiro se reuniu e publicou uma pastoral coletiva, em março de 1980, em que não condenava totalmente o decreto, mas demonstrava que os interesses da Igreja haviam sido particularmente atingidos como destaca Santos (1984, p. 67): “a perda da posição privilegiada da religião oficial; sua equiparação aos demais cultos; finalmente, a própria liberdade de culto”, posição que só iria mudar a partir do Concílio Vaticano II, na década de 1960.

A Igreja em Goiás também teve dificuldades em aceitar sua nova condição e resistiu tenazmente ao avanço do protestantismo no Estado. Dom Eduardo (1891-1908), em carta reservada de 1898, alertava “contra a presença protestante na diocese e solicitava a impressão de folhetos para a instrução dos católicos” (SANTOS, 1984, p. 69). Dom Prudêncio (1908-1921), em carta ao clero, em 1917, também alertava contra o perigo protestante, recomendando que, além de pregar contra eles, os religiosos fossem aos seus redutos doutrinar e distribuir folhetos; intensificassem também a instrução aos paroquianos, assim como as atividades religiosas (SANTOS, 1984, p. 70). Os principais embates eram

¹⁸⁴ Araújo (2004) registrou as seguintes datas: Igreja Presbiteriana em Luziânia, 1893; Igreja Cristã Evangélica, em Catalão, 1902; Igreja Presbiteriana de Santa Luzia, 1903, e a criação do povoado de Gameleira (hoje Cristianópolis), em 1904, um aglomerado protestante. Antes da fundação de Goiânia surgiram núcleos protestantes em Piracanjuba (1915), Silvânia (1916), Anápolis (1922) e Cidade de Goiás (1924). “A partir de 1926, a missão Oeste do Brasil assumiu o trabalho protestante nessa região [...] até o ano de 1957. O campo de Goiás, ainda sob tutela de Araguari, expandiria para outras cidades como Anápolis, Goiandira, Pires do Rio, Cachoeira, Ipameri, Catalão, dentre outras” (ARAÚJO, 2004, p. 73).

travados por meio dos jornais que representavam as duas posições na época, entre eles revista *A Cruz*, de um lado, e do outro o jornal *Goyas* (ARAÚJO, 2004, p. 138).

Para Santos (1984, p. 74), a liberdade de culto não encontrou muito espaço em Goiás até a década de 1930, creditando esta situação “à religiosidade popular, à índole do povo e à própria atuação da Igreja Católica, aliada à dificuldade do meio ambiente (ruralismo e deficiência de meios de comunicação).” Nesse período, chama atenção o surgimento do povoado de Gameleira, em 1904, a partir do crescimento do protestantismo em Santa Luzia. Em 1927, a localidade passou a se chamar Cristianópolis, “em função do maior número de pessoas da localidade professando o protestantismo” (ARAÚJO, 2004, p. 158).

Na década de 1930, a construção de Goiânia passou a atrair pessoas de várias regiões do Estado e do país, tornando a moderna capital espaço para a manifestação também de diferentes credos. Como os espíritas, os protestantes começaram a se organizar em reuniões realizadas nos barracões dos operários erguidos às margens do Córrego Botafogo. Araújo (2004) registrou a oficialização das seguintes Igrejas, em Goiânia, na década de 1930: Igreja Cristã Evangélica do Brasil (1935); Igreja Cristã Presbiterial (1935); Assembléia de Deus (1937); Igreja Cristã Evangélica (1937) e Igreja Batista (1937).

No entanto, o pouco espaço dedicado ao combate ao protestantismo na RA, nas décadas de 1950 e 1960, revela que esse não era o alvo principal da instituição em Goiás, naquele período. Percebe-se, inclusive, certa abertura na convivência com essa denominação religiosa, o que se verifica em pelo menos dois exemplos. O primeiro foi o convite a um representante das Igrejas Evangélicas para participar da mesa das autoridades no lançamento da *Frente Agrária Goiana* (FAGO), em 1962, importante projeto da Igreja Católica em Goiás. Porém, esse convite não parecia significar um reconhecimento de igualdade entre as religiões, mas sim uma estratégia da Arquidiocese no sentido de conquistar novos aliados para a causa ou, no mínimo, evitar resistências a ela.

O segundo exemplo foi a publicação do artigo *A destruição de Jerusalém*, escrito por um protestante. O texto narrava o ataque a Jerusalém, comandado por Tito, no ano 70 d.C., mostrando que a destruição da cidade foi tão completa que até aquele momento os arqueólogos não haviam encontrado “mais nada que indicasse uma construção judaica”. O autor finalizava ressaltando que, no entanto, “a doutrina de Jesus, unificadora e revitalizante tinha, há muito, iniciado sua marcha vitoriosa e irresistível através do mundo.”¹⁸⁵ A

¹⁸⁵ KELLER, Werner. A destruição de Jerusalém. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1960. p. 38.

publicação da matéria se deu, provavelmente, pelo fato de o conteúdo coincidir com o pensamento da Arquidiocese, porém, o inusitado se encontrava nos créditos finais da matéria, em que se lia o seguinte: “Werner Keller, jornalista protestante, mas honesto”.

A publicação desse texto, que continha um aparente paradoxo, não significava, no entanto, uma aceitação do protestantismo; pelo contrário, a cobertura da revista mostrava que todas as referências a essa denominação religiosa a tomavam como “seita”, ou seja, era representada como uma manifestação de menor expressão, como um grupo fechado e divergente, mostrando que a Igreja Católica continuava não aceitando se equiparar aos demais cultos. Quem melhor traduziu, ou definiu, a forma como os protestantes eram vistos pela Igreja foi o Papa Pio XII que, durante o *II Congresso Mundial do Apostolado Leigo*, anunciou que um dos “perigos mortais” que ameaçavam a Igreja era “a invasão de seitas protestantes”. Além de denominar o protestantismo como “seita”, a Igreja via seu avanço como uma “invasão”.

A primeira manifestação da RA sobre o protestantismo apareceu na *Carta Pastoral Coletiva* da Província Eclesiástica de Goiânia, de 1957, em um parágrafo sucinto, em que os bispos, ao se referirem aos protestantes, afirmavam “serem já bastante definidos [...] seus pontos de vista e suas atividades contrárias ao catolicismo”, enfatizando a idéia de oposição, sempre presente na relação da Igreja com os demais credos. No pequeno texto dedicado ao tema na *Carta Pastoral*, os bispos manifestam, em primeiro lugar, a posição do clero em relação a outras visões de mundo que era a importância do católico manter-se coerente com seu credo religioso, que nesse caso significava não deixar de ser católico.

Um segundo ponto em destaque no texto é que, aderindo a outro credo, o católico estaria indo contra o que lhe foi determinado pela Igreja e se tornaria um herege: “O protestante não se diz católico, o que não deixa de ser uma atitude coerente com suas idéias. Por sua vez, o católico sabe que aderir ao protestantismo é negar a Igreja e tornar-se herege.”¹⁸⁶ Além de estar implícito no texto o princípio de que a Igreja Católica era a única verdadeira, ao abordar o tema da adesão dos católicos, os bispos também se mostravam preocupados com o proselitismo protestante em busca de novos adeptos, tendo os prováveis católicos como alvo. Essa preocupação estava presente em praticamente todos os textos que tratavam do protestantismo na revista.

¹⁸⁶ CARTA Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia. n. 1, jan. 1958. p. 6.

Em um desses textos – cujo subtítulo era *Um olhar sobre as seitas religiosas* - a RA apresentava uma pesquisa sobre o avanço do protestantismo pelo mundo, apontando que seu crescimento se devia, principalmente, à atitude de cada membro, que declarava procurar sempre novos adeptos, levando ao “visível êxito das seitas”. O autor continuava seu argumento alegando que, do lado católico, percebia-se uma “carência grave” nesse aspecto, pois, o fiel ou fazia a “política do avestruz”, ou agia oferecendo ao homem “primeiro, a solução temporal imediata”, esquecendo-se que o “apostolado religioso direto levado até ao coração das massas conserva, e mais do nunca, uma candente atualidade.”¹⁸⁷ Esse tipo de atitude, segundo Dom Fernando, revelava a aceitação de “tudo que é aparentemente cristão, e a negação do que definia ‘essencialmente o cristianismo’.”¹⁸⁸

Diante do avanço do protestantismo, outro texto chamava atenção especialmente para o comportamento dos jovens católicos que se mostravam indiferentes ao problema e que, atraídos pelas estratégias protestantes – especialmente a organização denominada *Associação Cristã de Moços* - proclamavam que “todas as religiões são boas”, “todas são iguais”, idéia inaceitável para a Igreja, que continuava se negando a aceitar o fato de ser uma religião entre as demais. Essas expressões também revelavam o princípio defendido pela Igreja Católica como sendo a única “verdadeira”, se referindo aos demais cultos como “erro”.

Ao observar-se o tratamento conferido pela RA ao protestantismo, conclui-se uma questão básica: após quase um século sem o status de religião oficial do país, a Igreja Católica ainda resistia em aceitar essa realidade – tanto que continuava buscando se aproximar do Estado – e continuava tratando as demais denominações religiosas como menores, o que, no caso do protestantismo, se dava na sua representação como “seita”, além de percebê-lo como um erro, face à “verdade” do catolicismo, no intuito de que essa denominação religiosa não se constituísse em opção para a sociedade católica. A revista representava também o protestantismo como “contrário ao catolicismo”.

¹⁸⁷ SUENENS, P. L. J. Novos Rumos da Igreja Missionária: um olhar sobre as seitas Religiosas. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, mar. 1958. p. 79.

¹⁸⁸ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Nivelamento do bem e do mal. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, nov. 1957. p. 16.

2.3. Comunismo: “avesso do cristianismo”

Nessa parte do trabalho, trataremos das matérias que se referem explicitamente ao comunismo e expressam uma representação sobre essa doutrina, apresentada pela RA como antagônica à Igreja. Em 1957, quando Dom Fernando inaugurou a *Revista da Arquidiocese*, as idéias comunistas já haviam experimentado certo crescimento em Goiás. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), no Estado, havia sido fundado em 1936, após um processo de estruturação que se deu na clandestinidade, iniciado no interior do Estado – tendo sido fundado em Anápolis, por um grupo que atuava junto ao *Jornal A Luta* (FERREIRA, 2001) – e implantado em Goiânia, a partir de 1938, ainda na clandestinidade, mas como partido já estruturado.

De 1936 a 1947, o partido viveu uma fase de consolidação, especialmente após sua legalização, em 1945, quando instalou seu comitê em Anápolis, transferido para Goiânia em 1946. Nessa fase, experimentou um crescimento contínuo chegando a eleger dois deputados em 1946: Abraão Isaac Neto e Afrânio Francisco de Azevedo. Entretanto, em janeiro de 1948, o registro do PCB foi cassado, extinguindo os mandatos dos deputados.

Conforme depoimentos de membros do partido à época, recolhidos por Dayrell, para efetivar a penetração do PCB no interior do Estado, seus membros procuravam como aliados os maçons e os espíritas, tradicionais adversários da Igreja Católica (1984, p. 138); inclusive as negociações para a vinda do primeiro membro do comitê nacional a Goiás para fundar o partido teria contado com a colaboração da maçonaria (1984, p. 107).

A organização do partido não teria passado despercebida pela Igreja Católica, sendo que na década de 1930 o Monsenhor João Olímpio Pitaluga (1895-1970), vigário da Paróquia Bom Jesus, de Anápolis, se pronunciava frequentemente contra a organização de esquerda. A vigilância da Igreja em relação à movimentação popular foi reforçada em 1945 com a chegada dos padres franciscanos, vindos dos EUA, que além de Anápolis se fixaram também em outras cidades do interior de Goiás.

Contudo, a presença do partido no Estado foi se intensificando, embora seu discurso fosse vinculado inicialmente a temas internacionais e posteriormente a uma luta nacional e não regional. Além desse caráter nacional, outra marca do partido era sua concentração no mundo urbano. Durante todo esse período, a atuação do partido no Estado, tanto na legalidade quanto na ilegalidade, foi prioritariamente nas cidades, tendo sua força de

sustentação formada basicamente por setores urbanos. A partir de 1947 concentrou suas atividades na capital, com o objetivo de se tornar um partido de massa, tendo em vista que Goiânia, devido à centralidade político-administrativa, aglutinava, além de um crescente contingente populacional, líderes dos diversos setores da sociedade, estudantes de todo o Estado, enfim “concentrava um setor ideologicamente comprometido com o mundo urbano” (DAYRELL, 1984, p. 221).

A atuação no campo, neste período, praticamente inexistia. Dayrell chega a citar a criação em Itumbiara do primeiro comitê rural de Goiás, como uma iniciativa que teve “muito mais um sentido simbólico e uma ação de propaganda” (1984, p. 219). Essa situação mudaria nas décadas de 1950 e 1960, com crescente arregimentação de partidários no meio rural em Goiás, sendo o movimento de Formoso e Trombas (1950-1964) o mais significativo do período, quando membros do partido perceberam a oportunidade de organizar os trabalhadores rurais da região, revoltados com a atuação dos grileiros.¹⁸⁹

O comunismo já havia sido condenado pela Igreja em encíclicas de Pio IX (*Qui Pluribus*, de 1846) e Leão XIII (*Quod Apostolici Muneris*, de 1878), porém, o documento que marcou a posição da instituição a esse respeito e que vigorava no período em estudo, foi a encíclica *Divini Redemptoris*, do Papa Pio XI, publicada em 1937, na qual combatia a doutrina e a difusão do comunismo. Pio XI já havia se manifestado anteriormente sobre o comunismo na encíclica *Quadragesimo Anno*, de 1931, lançada em comemoração aos quarenta anos da *Rerum Novarum*, atualizando as posições da Igreja sobre a questão social. Quanto ao capitalismo, Pio XI condenava o processo de concentração e monopolização do capital, quanto ao comunismo, percebia seus desdobramentos e reiterava sua condenação (BEOZZO, 1984, p. 311).

A política da Arquidiocese sobre os denominados “adversários da Igreja”, já havia sido definida na *Carta Pastoral Coletiva* dos Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia, de 1957; no entanto, este documento não aprofundou a posição em relação ao comunismo, por acreditar serem “bastante definidos [...] seus pontos de vista e suas atividades contrárias ao catolicismo.”¹⁹⁰ Porém, em poucas palavras, a *Carta Pastoral* explicitava que a principal ameaça do comunismo à Igreja Católica era o fato de ser ateu e lutar com métodos ousados.

O comunismo, com armas terríveis e métodos desumanos, luta ousada e abertamente contra todas as realidades sobrenaturais, negando Deus, a Vida

¹⁸⁹ Sobre esse assunto ler, dentre outros, Carneiro (1986).

¹⁹⁰ CARTA Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1 jan. 1958. p. 6.

Eterna, a Redenção. Por isso mesmo, mais do que a nossa coragem, desperta nossa fé; mais do que ao heroísmo, convida-nos à santidade.¹⁹¹

Embora o ateísmo se destaque entre as preocupações da Igreja em relação ao comunismo, ressaltamos primeiramente a preocupação da RA com a eficiência do método de propaganda comunista, manifestado na *Carta Pastoral*. O primeiro artigo publicado pela RA específico sobre o comunismo – *A Igreja Católica e o Comunismo*¹⁹² – mostrava essa inquietação. O texto iniciava refletindo que não se podia comparar o “apostolado cristão” com as “técnicas de influência empregadas pelo comunismo”, que seriam regidas pelas leis do “utilitarismo” e fariam uma “propaganda sem escrúpulos” no “esforço de persuadir a doutrinar”, concluindo que “o triunfo do comunismo se dev[ia] em grande parte à miséria material das massas”, no entanto, continuava, seria um “dever [...] aprender o porquê de seu êxito e a chave do seu poderio.” Sendo assim, o artigo revelava uma certa admiração da Igreja com o êxito da propaganda comunista ao perceber nele “elementos positivos”.

[...] é forçoso reconhecer que o comunismo põe em jogo elementos positivos também inegáveis. Há no comunismo uma ascética e uma mística, um absoluto espírito de sacrifício em benefício da causa, frisava-os Pio XII em sua mensagem de Natal de 1954 e eles duplicam, em parte, a sedução exercida. Há um gigantesco esforço para persuadir e doutrinar: minimizá-lo seria um perigo, mas vale penetrar-lhe os segredos.¹⁹³

Quando o texto ressaltava a idéia de “espírito de sacrifício em benefício da causa”, observado na atuação comunista, parecia revelar uma identificação entre os dois métodos, mostrando o fascínio da Igreja em “penetrar-lhe os segredos”. No intuito de desnudar estes métodos, esses segredos, discorria sobre “o que se passa[va] na China” onde, segundo o artigo, “os comunistas visa[vam] atingir a alma de cada indivíduo, para convertê-lo a uma visão nova do mundo”, catequizando as crianças, os jovens e os adultos em um “treinamento progressivo na assimilação das idéias novas”. No entanto, ao combater essa propaganda, a RA parecia adotar métodos semelhantes aos dos comunistas, como revelava o próprio Dom Fernando ao discorrer sobre como combater o que denominava “infiltração comunista”.

Devemos estar preparados para enfrentar os inimigos com as mesmas armas com que eles nos atacam. Imprensa, rádio, comícios, cartazes, reuniões, palestras, organizações de classe, tudo deve ser mobilizado em defesa dos sãos princípios, porque tudo isso está sendo aproveitado para a propaganda do erro e do mal.¹⁹⁴

¹⁹¹ CARTA Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1 jan. 1958. p. 6.

¹⁹² A IGREJA Católica e o Comunismo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 51-52, jan. 1958.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 52.

¹⁹⁴ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Encontro com a Comunidade: “infiltração comunista”. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1959. p. 78.

Outro exemplo da semelhança entre os métodos, era a tentativa de mostrar a ameaça que o avanço dessa ideologia significava para a Igreja Católica, em que a RA lançava mão da literatura de testemunho ou de depoimentos de pessoas que sofreram perseguições nos países comunistas. Percebe-se nesta opção da revista uma resposta ao método comunista de persuasão, ao qual o periódico contrapunha uma contra-propaganda entendida aqui como um “instrumento utilizado por um grupo [...] visando neutralizar a força das teses e argumentos da propaganda adversária” (GRACIA, 1985, p. 64). Ao discorrer sobre o conceito de contra-propaganda, Garcia cita as campanhas anticomunistas como exemplos ao afirmar que “a contrapropaganda também atua sobre o temor, mostrando que as idéias adversárias, se concretizadas, podem causar graves prejuízos e malefícios às pessoas” (1985, p. 62).

A RA fazia uma leitura negativa das ações do comunismo, tomando como base livros e depoimentos que serviriam como documentos para comprovar a versão do periódico. O objetivo dos artigos era chamar a atenção dos católicos para o avanço do comunismo no mundo, destacando seus aspectos negativos, do ponto de vista da Igreja, despertando temor a seu respeito e municiando a todos para uma tomada de posição.

No entanto, mesmo preocupada em se contrapor à propaganda comunista, os artigos da revista revelavam que a Igreja defendia também um outro princípio apresentado como diferenciador entre as duas concepções de mundo: a liberdade individual. Em artigo sobre o livro *Três Cárceres Comunistas*¹⁹⁵, do Padre Tomás Enriquez, após apresentar o processo de acusação infundada, prisão e expulsão de seu autor, depois de vinte anos como missionário na China, a matéria concluía afirmando que “o paraíso comunista, se é o prazer dos grandes do partido, é o inferno do homem, torna a criatura de Deus um [autômato] na imensa fábrica do mundo.”¹⁹⁶

Em outro texto, no qual a revista tratava do livro *Dr. Jivago*, de Boris Pasternak¹⁹⁷, foi dada voz ao personagem central do livro, Dr Jivago, ao anunciar que, na URSS, concebeu-se a idéia de que “era necessário cantar em coro e viver com conceitos absolutos, impostos de cima”, o que mais tarde mostrou ser “algo material e grosseiro”. E continuava: “o gregarismo é sempre o refúgio de mediocridades”, pois, “apenas os indivíduos procuram a verdade”. Ao final, o texto tratava a coletivização soviética como uma “mentira

¹⁹⁵ MACHADO, Padre Francisco. Literatura: Três Cárceres Comunistas. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, mar. 1958. p. 59.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 59.

¹⁹⁷ LIVRO russo afirma a liberdade individual. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 115-119, nov. 1958. (Este artigo foi extraído da *Revista Visão*). Outro texto que analisa esta obra: PRATES, Fernanda. Pasternak, Jivago e Kruschev. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, p. 29-33, mar. 1959.

que o povo foi forçado a viver” e conclamava a que “a doutrina da individualidade e da liberdade [fosse] restituída à Rússia”.

Outra obra sobre o comunismo - *Livro Vermelho da Igreja Perseguida*, de Albert Galter - foi analisada pela RA, por meio de um editorial - *Mea Culpa*¹⁹⁸ - chamando atenção por usar expressões contundentes contra o comunismo. Em um texto em que denunciava o massacre ao homem, às suas liberdades individuais e aos seus direitos, alegava que o comunismo o desumanizava e enganava:

O perseguidor hodierno dos cristãos não se satisfaz como o Moloc da antiguidade, apenas em devorar homens vivos, é muito mais satânico, antes de matá-lo reduz o ser humano a um ente inanimado. Fere a própria alma. Desumaniza o próprio homem. Em vez de constrangê-lo a beber cicuta, fá-lo ingerir o pseudo soro da verdade, a escopolamina que cauteriza a inteligência, tornando o homem um bagaço nas mãos dos inimigos. Esse massacre ao homem, às suas liberdades, aos direitos mais legítimos da pessoa humana, tudo isso se está fazendo em presença da nossa civilização.¹⁹⁹

Essa idéia de coletivização, que tornaria o homem um “autômato numa fábrica”, à qual a Igreja contrapunha a liberdade individual, também foi denunciada na encíclica *Divini Redemptoris*, do Papa Pio XI, segundo a qual os comunistas buscavam implantar uma sociedade dominada pelo sistema econômico, sob controle do Estado, na qual a missão do homem seria a “produção de riquezas por meio do trabalho coletivo”, visto que não era respeitado em sua individualidade, mas percebido como parte de uma coletividade, como peça de uma grande engrenagem.

Chama a atenção, nesta abordagem, o fato de a RA preocupar-se com o avanço do comunismo no mundo e não especificamente no Brasil, ao abordar os problemas que essa doutrina impunha à Igreja em outros países. Dessa maneira, percebemos que a Arquidiocese, através da RA, reproduzia a política da Igreja Católica em relação ao comunismo, que adotava uma orientação global, tendo em vista o perigo que essa ideologia representava para a instituição em várias partes do mundo. A própria encíclica *Divini Redemptoris* “não foi pensada apenas para a União Soviética” (CAMACHO, 1995, p. 141), mas mostrava a preocupação da Igreja com o amplo alcance do comunismo visto como uma ameaça à própria “civilização cristã”.

Prova dessa preocupação geral da RA com o comunismo é que das cerca de setenta matérias e notas arroladas na pesquisa, sejam específicas ou apenas referências ao

¹⁹⁸ EDITORIAL. *Mea Culpa*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 3-4, jan. 1959.

¹⁹⁹ *Ibid.* p. 3-4.

assunto, mais da metade tratava do comunismo em outros países. Esse tipo de matéria já estava presente na revista desde 1958, mas se acentuou a partir da criação da coluna *Pelo Brasil e Pelo Mundo*, em junho de 1961 e, mesmo depois que esta coluna foi extinta, em março de 1963, continuou em pequenas notas avulsas até junho de 1963.

A revista divulgava matérias e notas sobre a perseguição contra o cristianismo e outras religiões na China²⁰⁰ e na URSS²⁰¹; sobre as limitações impostas para a prática da religião em Berlim²⁰²; sobre o fechamento de igrejas na Ucrânia²⁰³ e também informava sobre algumas manifestações de resistência da Igreja em diversos países comunistas²⁰⁴. A RA seguia, dessa maneira, a orientação da Igreja para “unir-se em torno de uma política editorial que visasse divulgar notícias objetivas sobre as atividades comunistas, confrontar os países democráticos com os países dominados pelo marxismo, prevenir o público quanto às táticas dos comunistas na propaganda eleitoral” (SOARES, 1988, p. 236).

Aos poucos a ameaça do comunismo, que antes parecia distante, começava a se tornar mais próxima. A própria revista, em artigo sobre o comunismo chinês, que se estendeu até o Tibet, colocava a questão de porque se ocupar de “fatos [tão] longínquos”. E a resposta apontava para a preocupação em alertar o mundo ocidental sobre a expansão do comunismo: “porque eles [os fatos] têm importância para nós, porque eles são, para a humanidade toda, uma lição que se insere numa linha de acontecimento sobre os quais o mundo ocidental precisa pensar, para daí tirar suas conseqüências.”²⁰⁵

A revista deu um primeiro “brado de alarme” sobre a expansão do comunismo no mundo - pois, ao alargar suas fronteiras, poderia se aproximar de nosso continente - ao denunciar a criação da “Universidade da Amizade entre os Povos”, na URSS²⁰⁶, que seria destinada a preparar professores e profissionais em diversas áreas, oriundos especialmente da África, Ásia e América Latina, para atuar em seus respectivos países de origem. Segundo o

²⁰⁰ Para mais, consultar: FONSECA, Padre Francisco Machado. Literatura: Três Cárceres Comunistas. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, p. 58-59, mar. 1958; DUARTE, Padre Luciano. Bandeira Vermelha de Sangue dos Homens. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, p. 85-89, abr./maio 1959.

²⁰¹ Ver: EDITORIAL. Mea Culpa. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 3-8, jan. 1959.

²⁰² Para mais, consultar: CARDEAL Doepfner, pastor corajoso. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 95-101, ago. 1959. (Traduzido do *Catholic Digest*, por Braz Machado Sobrinho); PELO BRASIL e pelo mundo: comunismo proíbe ação social. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, p. 710-711, out. 1961.

²⁰³ Ver: PELO BRASIL e pelo mundo: vermelhos fecham igrejas na Ucrânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9/10, p. 396, set./out. 1962.

²⁰⁴ Ver: BITTENCOURT, José Luiz. Um padre que se chama Nguyen. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 87-88, fev. 1963.

²⁰⁵ DUARTE, Padre Luciano. Bandeira vermelha do sangue dos homens. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1959. p. 85.

²⁰⁶ Ver: LOMBARDI, Padre Ricardo. Um brado de alarme contra o proselitismo vermelho. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, p. 55-60, out. 1960.

artigo, essa universidade fazia parte de uma campanha para a “penetração cultural e ideológica [do comunismo] no mundo”.

A partir do início de 1961 começaram a aparecer na RA notas a respeito do comunismo na América Latina, especialmente em Cuba²⁰⁷, que estava sob o comando de Fidel Castro desde janeiro de 1959. As matérias da RA eram o eco mais perceptível de um plano pastoral dos bispos brasileiros diante dos constantes apelos do Papa João XXIII para que fosse realizada uma mobilização geral no continente, tendo em vista evitar que se repetisse em outro país da América Latina o que ocorreu em Cuba, país também de maioria católica.

O episcopado brasileiro se reuniu no Rio de Janeiro, em 1962 e elaborou um plano de emergência cujo objetivo era evitar uma nova Cuba, documento que também explicitou “a ruptura da Igreja Católica com a revolução cubana, separando a experiência do povo cristão da experiência nascente da construção do socialismo no continente” (PIERUCCI, 1984, p. 361-362).

Na cobertura dos acontecimentos em Cuba, a RA denunciava principalmente as perseguições à Igreja após a revolução comunista naquele país, como proibição aos cultos públicos e procissões. A repressão à procissão de Nossa Senhora da Caridade do Cobre, padroeira de Cuba, é uma dessas denúncias: “Milicianos de Fidel Castro abriram fogo contra uma procissão de fiéis que rezavam pela libertação de Cuba do Comunismo.”²⁰⁸

A revista denunciava também torturas e humilhações a padres presos²⁰⁹; em contrapartida, dava-se grande ênfase às manifestações de solidariedade ao povo cubano em vários países, informando sobre uma “grande via sacra” em Montevidéu²¹⁰, uma campanha de orações em Lima²¹¹, entre outras. Merece destaque a manifestação de solidariedade dos bispos da Província Eclesiástica de Goiânia, que encerrou sua mensagem aos diocesanos, de abril de

²⁰⁷ Também foram divulgadas notas sobre a resistência ao comunismo no México. Para mais, consultar: PELO BRASIL e pelo mundo: concentração anti-comunista no México. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 406, set. 1961; PELO BRASIL e pelo mundo: México luta contra infiltração comunista. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, p. 710, out. 1961. Para consultar as notas sobre a resistência ao comunismo na Argentina, ver: PELO BRASIL e pelo mundo: a polícia argentina fecha uma escola de doutrinação comunista. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 634, set. 1961; PELO BRASIL e pelo mundo: Argentina defende sentimentos religiosos e democráticos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, p. 710, out. 1961.

²⁰⁸ PELO BRASIL e pelo mundo: Cuba revela à América Latina o que é o totalitarismo comunista. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, out. 1961. p. 710.

²⁰⁹ Ver: PELO BRASIL e pelo mundo: capelães militares contam as agruras que sofreram nos ferozes cárceres cubanos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 108, fev. 1963.

²¹⁰ Ver: PELO BRASIL e pelo mundo: solidariedade. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 635, set. 1961.

²¹¹ Ver: PELO BRASIL e pelo mundo: cruzada de orações pelos cubanos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, p. 710, out. 1961.

1961, com o tema “solidariedade cristã”, na qual concluía que “o comunismo penetrou nas terras da América Latina” desencadeando ações repressivas, especialmente contra a igreja.

Já não há mais dúvida: o Comunismo penetrou nas terras da América Latina, importado da Rússia pela ousadia de um Ditador que, traíndo o povo e seus próprios companheiros de Revolução, estabeleceu a tirania do ódio e da morte contra todos os valores fundamentais do homem. Fecharam as escolas católicas e os jornais democráticos. Silenciaram os microfones da verdade. Foram supressas as liberdades dos cidadãos, enquanto são perseguidos, presos ou fuzilados Líderes Classistas, Intelectuais, Sacerdotes, Estudantes, Operários, todos enfim, que preferem o cárcere ou a sepultura ao supremo ultraje do aniquilamento do direito de ser livre, do dever de ser cristão.²¹²

A partir de um comentário sobre o *Livro Vermelho da Igreja Perseguida* que, como vimos, tratava da perseguição à Igreja pelo comunismo no mundo, Brás de Alcântara trouxe o tema para o Brasil²¹³. Segundo o autor, a propaganda russa já havia penetrado nas organizações de classe do país, através da tentativa de criar uma “central sindical” e também nos órgãos estudantis; para o autor, “claramente dominados por extremistas”. Esse artigo, publicado no início de 1959, mostrava que a Igreja estava atenta à ampliação dos sindicatos, provocada pela “prosperidade econômica das cidades”, durante o governo JK, que atraía um contingente cada vez maior de trabalhadores (SKIDMORE, 1976, p. 226). O artigo alegava ainda que, nas eleições daquele ano, os comunistas visavam “criar dificuldades à manifestação dos católicos e à decisão da Igreja” em relação ao ensino confessional. Contudo, a preocupação principal do artigo era o reatamento das relações do Brasil com a URSS, atitude com a qual a Igreja não se conformava.²¹⁴

Nesse sentido, Alcântara acreditava que a própria burguesia havia aderido ao comunismo porque em suas palavras “dentro de sua visão materialista importava [para a burguesia] viver bem o minuto que passa[va]”, ou seja, esta classe desejava a todo custo a comercialização de produtos com a URSS e a China, porém com as garantias do governo o que, para o autor, significava que “para [a burguesia] os lucros; para a Nação, o peso do desastre”.

A primeira manifestação da revista sobre a preocupação com a penetração do comunismo em Goiás se deu no contexto de uma visita de Luiz Carlos Prestes a Goiânia, em

²¹² MENSAGEM dos Bispos e Prelados da Província Eclesiástica de Goiânia – VI: Solidariedade Cristã. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1961. p. 295.

²¹³ ALCÂNTARA, Brás de. Como vai a bolchevização do Brasil. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 23-41, jan. 1959.

²¹⁴ Em 1961, a RA voltou a publicar outro artigo contra as relações diplomáticas com a URSS, ver: A MALA diplomática. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1/2, p. 50-51, jan./fev. 1962. Este artigo foi publicado primeiramente no *Jornal Brasil Central*, em 26 nov. 1961.

junho de 1959²¹⁵. O título do artigo – *Vitória do bom senso e da liberdade*²¹⁶ - era uma referência elogiosa à atitude dos vereadores de Goiânia que teriam agido “repudiando maciçamente a propaganda comunista, feita através da figura máxima do comunismo no Brasil.”²¹⁷

Na verdade, os vereadores de Goiânia não fizeram mais que atender a um apelo de Dom Fernando, impedindo uma visita do líder comunista à Câmara Municipal, prevista na programação que Prestes cumpriria na cidade. Por oito votos a sete aprovaram requerimento do vereador Antônio Barreto propondo voto de protesto contra a visita de Prestes. O mesmo aconteceu na Assembléia Legislativa, mas não mereceu o mesmo elogio da revista porque o requerimento que foi levado à votação, apresentado pelo Deputado Venerando de Freitas, solicitava que Prestes fosse recebido pela Assembléia, requerimento que perdeu por doze votos a treze em uma movimentada sessão.

As discussões sobre a visita de Prestes a Goiânia foram acaloradas nas duas casas, sendo que na Assembléia Legislativa cada deputado chegou a receber “só durante a sessão, cerca de vinte ofícios, cartas e cartões” dos católicos contendo “dramáticos e às vezes curiosos apelos” para que votassem contra a visita (O POPULAR, 2 jun. 1959, p. 3). O resultado das votações acabou tornando-se uma vitória para Dom Fernando, que havia empreendido uma campanha contra a visita do líder comunista. Esta campanha incluiu a publicação de um artigo do arcebispo no jornal *O Popular* conclamando toda a sociedade a se manifestar através de “cartas, telegramas e telefone” aos parlamentares, solicitando que não recebessem o “chefe comunista”.

[...] da indústria à agricultura, as associações de classe, os estudantes, os operários e o povo católico em geral para que, sem perda de tempo, expressemos nosso protesto por ofícios, telegramas e telefone aos representantes do povo goiano na Assembléia Legislativa do Estado, na Câmara de Vereadores de Goiânia, bem como às instituições que pretendem ceder suas sedes à propaganda do comunismo, na pessoa do chefe comunista. (O POPULAR, 2 jun. 1959, p. 8).

O arcebispo concluiu o texto do jornal com uma advertência, ameaçando com o poder mobilizador da Igreja aqueles que “não quisessem ser dignos do mandato” e “preferissem abusar da confiança [do] povo”. Dessa forma, Dom Fernando mostrava, mais uma vez, que sabia usar o poder da Igreja para mobilizar o povo católico, o que já havia feito

²¹⁵ A visita de outro líder comunista a Goiás – o Marechal Tito da Iugoslávia – voltaria a incomodar a Igreja em junho de 1961. Ver: PRIM, F. Leandro. Visita-nos um perseguidor da Igreja. *Revista da Arquidiocese*, n. 6, p. 410-411, jun. 1961.

²¹⁶ Para mais, consultar: VITÓRIA do bom senso e da liberdade. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 4/5, p. 31-39, abr./maio 1959.

²¹⁷ *Ibid.*, p.31.

em outras ocasiões, inclusive enquanto bispo de Aracaju, período em que impediu um espetáculo de nudez de Luz Del Fuego.

Seu prestígio em Aracaju era tão grande, sua personalidade tão irradiante e tão amado era pela sua comunidade, que, quando Luz Del Fuego veio a Aracaju para dar o espetáculo de sua nudez, Dom Fernando simplesmente mandou um recado ao empresário de Aracaju dizendo que Aracaju estava precisando de outros espetáculos e não aquele de simples nudez que não edifica. O que ele queria seria mais a nudez das almas no sentido de elas se despirem do mal, do desamor, e não a nudez do corpo. Por incrível que pareça, o empresário teve que devolver o dinheiro dos ingressos e não houve espetáculo.²¹⁸

No entanto, o artigo da RA aqui analisado parecia ter também outra função: atender à necessidade de a arquidiocese explicitar melhor sua política em relação ao comunismo, complementando a *Carta Pastoral Coletiva* dos Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia, de 1957, que não aprofundou o tema à ocasião. O que se percebe no texto é que a visita de Prestes levou a Igreja em Goiânia a sentir a proximidade do comunismo e, conseqüentemente, a necessidade de esclarecer os arquidiocesanos sobre o que essa ideologia significava para a Igreja e para o homem, esperando, dessa forma, reforçar a resistência à sua penetração local.

O artigo voltava a reforçar um tema importante no embate entre a Igreja e o comunismo, ou seja, a idéia da liberdade do homem. Para a revista, a Igreja era a verdadeira defensora da liberdade, ao passo que o “comunismo representa[va] a expressão mais completa do totalitarismo”: “Não são os que gritam em nome da liberdade para receber Prestes, os que são os defensores da liberdade. Os que combatemos o comunismo é que podemos falar em nome da liberdade, pois o comunismo nos acena com a bandeira do servilismo e do totalitarismo mais autêntico.”²¹⁹

O artigo continuava argumentando que no regime comunista não há liberdade política porque “é o governo de um partido só”, não há liberdade religiosa porque “envolve o domínio da consciência no que ela tem de mais delicado e pessoal” e não há liberdade de expressão e de imprensa porque estas prerrogativas “são asseguradas [apenas] para consolidar o regime socialista”. E concluía afirmando que o comunismo representaria “a morte da liberdade, de todas as liberdades democráticas”.

Além da idéia de liberdade do homem, a matéria trazia de volta o tema que tornava Igreja e comunismo irreconciliáveis: o ateísmo comunista, destacado na *Carta*

²¹⁸ VILAS BOAS, Ático. Um melancólico que semeava esperança. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, jun. 1986, p. 396.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 31.

Pastoral dos Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia, de 1957, como principal divisor de águas no embate entre as duas visões de mundo. O artigo, ora analisado, mostrava que o comunismo com seu “ateísmo militante, a negação de Deus, feita objeto de propaganda incansável”, tinha dois desdobramentos: em relação à moral gerava um “utilitarismo mais radical”, devido à negação dos “valores espirituais” e, em relação à filosofia significava “a afirmação do mais radical materialismo”, pois baseava-se na idéia de que nada existia além da matéria. Para o articulista, sem espiritualidade a história da humanidade se reduziria a “simples relações econômicas”.

Essa passagem mostrava a coerência do pensamento da Arquidiocese de Goiânia com as orientações da encíclica *Divini Redemptoris*, do Papa Pio XI, documento que revelava a inquietação da Igreja frente ao avanço do comunismo, percebendo-o como uma ameaça por pregar uma sociedade sem Deus. Segundo a encíclica, no comunismo “não há lugar [...] para a idéia de Deus”, pois “rejeita e repudia todo o caráter sagrado da vida humana”, produzindo “uma humanidade que [teria] expulsado Deus da terra”.

Ao analisar a encíclica *Divini Redemptoris*, Camacho (1995) chama atenção para o fato de o documento se preocupar com o avanço do comunismo vendo-o como uma dupla ameaça: a primeira é justamente “por seu caráter ateu e destruidor da religião” e a segunda “por sua proposta de instaurar uma ordem social e econômica radicalmente diferente”. Ou seja, pretendia ser um sistema completo que abrangeria todas as dimensões da vida do homem.

A partir dessa colocação de Camacho, percebemos que a preocupação da Igreja em relação ao comunismo tinha sim como fundamento o seu caráter ateu, porém, essa preocupação se transformava em uma reação extremada por acreditar que o comunismo buscava instaurar toda uma nova ordem social e econômica, que excluía a religião ou, pior que isso, a substituiria.

Nessa mesma perspectiva, Jacques Maritain (1965) postulava o projeto de uma nova cristandade, contrapondo-se ao comunismo ateu, no qual percebia uma doutrina completa de explicação do mundo. Para o filósofo católico, o comunismo não podia ser observado separadamente do ateísmo, pois tratava-se de um princípio constitutivo dessa ideologia, que se propunha como um “sistema completo de doutrina e vida”, chegando a ser mesmo uma “religião” na qual o “materialismo dialético” seria sua dogmática e o comunismo sua “expressão ética e social”.

Pergunta-se algumas vezes por que não podem as soluções sociais comunistas, referentes à organização do trabalho e da comunidade temporal, ser separadas do ateísmo que é uma posição religiosa e metafísica? A resposta, acreditamos, é que, considerado em seu espírito e seus princípios, o comunismo, tal como existe, - antes de tudo o comunismo das repúblicas soviéticas, - é um sistema completo de doutrina e vida que pretende revelar ao homem o sentido de sua existência, responde a todas as questões fundamentais que coloca a vida, e manifesta uma potencialidade inigualada de envolvimento totalitário. É uma religião, e das mais imperiosas, e certa de ser chamada a substituir todas as outras religiões: uma religião atesta, da qual o materialismo dialético constitui a dogmática e o comunismo como regime de vida é a expressão ética e social. (MARITAIN, 1965, p. 30-31).

Paulo Tormim Borges, colaborador da RA, em discurso transcrito no periódico, confirmava esta posição:

Por isto é que o socialismo não é apenas uma solução econômica para o trabalho, mas toda uma filosofia de vida para o homem. Enquanto solução econômica o socialismo não é intrinsecamente bom nem intrinsecamente mau. É simplesmente uma solução, como todas as outras. Poderia ser uma boa solução, poderia ser uma solução menos feliz. Mas como filosofia de vida é inteiramente inaceitável, porque tira ao homem toda a sua grandeza, que repousa na espiritualidade.²²⁰

Dois textos de Dom Fernando ajudam a completar o quadro sobre como a Igreja em Goiás se posicionava frente à constatação de que as idéias comunistas desafiavam a Arquidiocese. Em seu discurso de saudação à chegada da imagem de Nossa Senhora de Fátima em Brasília, em maio de 1959, o arcebispo lembrava que 1917 havia marcado dois acontecimentos importantes para o mundo: “o triunfo do comunismo na Rússia e a aparição de Nossa Senhora de Fátima em Portugal”.²²¹

Mostrava ainda como cada um desses fenômenos atuava em campos opostos: enquanto o primeiro escolheu a “violência e o terror”, “as armas e as divisões blindadas”, o segundo escolheu “a mansidão e o amor”, “o rosário e a fortaleza espiritual da penitência e do combate ao pecado”. Em seguida, o prelado revelava que o comunismo, também para ele, representava uma ameaça à Igreja por se apresentar como uma “doutrina” que tinha avançado em “todos os setores da vida”, além de se mostrar “capaz de abraçar o homem todo”, chegando a expressar que “o comunismo é na realidade o cristianismo pelo avesso”, ou seja, o avesso do cristianismo.

Ultimamente o Comunismo apareceu como a síntese do “erro” e do “mal”, numa verdadeira revolução que tem abalado os alicerces da humanidade. Visto no seu conjunto como doutrina e ação, como mística e técnica, como avanço em todos os setores (econômico, político, social, religioso ...) o

²²⁰ BORGES, Paulo Tormim. Discurso de Paraninfo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 12, dez. 1963. p. 634.

²²¹ Para mais, consultar: SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Dom Fernando Saúda N. Sra. de Fátima em Brasília. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, p. 53-59, abr./maio 1959.

Comunismo é na realidade o Cristianismo pelo avesso, total, universal, capaz de abraçar o homem todo, em todos os países e circunstâncias, para pervertê-lo, para afastá-lo definitivamente de seu princípio e de seu fim.²²²

Entretanto, o texto mais incisivo de Dom Fernando sobre a penetração dessa ideologia em Goiás, teve como foco a defesa do ensino confessional ameaçado pelo que denominava de “infiltração comunista”²²³ nas manifestações de protesto que envolviam a criação da Universidade Católica de Goiás. Dom Fernando mostrava acreditar que por trás das manifestações estudantis havia a influência de “elementos anti-clericais”, numa alusão aos maçons e comunistas, alegando que os estudantes – que se posicionavam contra o ensino particular e contra a Universidade Católica – não tinham consciência da luta que empreendiam, pois, em suas palavras, estavam fazendo “o jogo do inimigo sem se aperceberem”. Mais que isso, continuava o prelado: ao “deixarem-se dominar pelos slogans comunistas” iam “contra seus próprios interesses e contra suas convicções cristãs”. Para o arcebispo, tratava-se de um “pequeno grupo anti-clerical que orienta[va] os estudantes” e por isso não representava a maioria.

Essa idéia de manipulação dos estudantes pelos chamados “inimigos da Igreja” aparece em outro artigo da revista no qual o autor afirmava que “a maçonaria, o comunismo e o espiritismo esta[vam] de mão dadas” contra as leis de ensino e a escola católica²²⁴. Porém, no referido texto, o comunismo era citado apenas de passagem, sendo que a maçonaria tomava lugar central como organização que estaria articulando uma verdadeira campanha contra o ensino confessional, como veremos no próximo tópico.

Para Dom Fernando, Goiás deveria assumir “a liderança dessa luta em defesa dos princípios democráticos e cristãos” e convidava os católicos à união para, numa “ação eficiente e coordenada”, evitar a “destruição dos princípios democráticos” e seguia orientando sobre o que deveria ser feito por parte dos cristãos da arquidiocese.

Que devemos fazer? Devemos fazer o que fizemos por ocasião da visita de Luis Carlos Prestes a Goiânia. Despertar, coordenar as forças, protestar contra esses abusos, estimular os valores, defender as instituições, fazer valer nossas convicções cristãs, vigiar e agir em defesa dos direitos de Deus e da Pátria, da pessoa humana e da família.²²⁵

²²² SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Dom Fernando Saúda N. Sra. de Fátima em Brasília. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1959. p. 53.

²²³ Para mais, consultar: Id. Encontro com a comunidade: infiltração comunista. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, p. 76-82, abr./maio 1959.

²²⁴ Ver: CABRAL, João Antônio. Inimigos da liberdade de ensino. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, p. 19-27, out. 1960.

²²⁵ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Encontro com a comunidade: infiltração comunista. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1959. p. 78.

Embora com um forte apelo retórico, a preocupação de Dom Fernando com a penetração de comunistas no movimento estudantil nos anos 1950 se justificava. Dayrell (1984, p. 256), que estudou a história do PCB em Goiás, de 1936 a 1948, verificou um crescimento do partido junto ao movimento estudantil, especialmente no período de legalidade (1945-1947), continuando sua atuação posteriormente, embora de maneira incipiente: “também a organização da juventude comunista não está consolidada, mas sempre se procura mobilizar a juventude, sobretudo através do setor estudantil”.

A presença de organizações de esquerda no movimento estudantil aumentaria nos anos 1960. Cardoso (2002, p. 65), mostra que, de 1960 a 1964, em “Goiás, as correntes políticas de esquerda, que tinham influência marcante no movimento estudantil, eram o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP)”. A AP, constituída em 1963, surgiu de uma das alas da Juventude Universitária Católica (JUC), movimentos da Ação Católica (AC), que atuava também no movimento estudantil.

Em Goiás, a JUC estava subordinada a Dom Fernando, Assistente Geral da Comissão da Ação Católica e, segundo Cardoso (2002, p. 60), “sua função era direcionar os estudantes para o projeto estabelecido pela Igreja, que era de transformação social”. Em vários momentos a ala mais à esquerda da JUC, no plano nacional, mas com reflexos em Goiás, entrou em conflito com a hierarquia da Igreja por envolvimento em questões políticas, como veremos no capítulo 3.

Essa questão nos leva a considerar outro aspecto importante no que diz respeito ao tratamento do comunismo pela RA, ou seja, sua abordagem no contexto da *Doutrina Social da Igreja*, perspectiva presente desde os primeiros números e reforçada a partir de 1964. No primeiro artigo nessa linha – *Contribuição da Igreja na solução da questão social*²²⁶ - o autor se colocava diante do desafio de defender a Igreja da acusação de que só teria se preocupado com a questão social porque se sentia ameaçada pelo socialismo, ou seja, a encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII – documento que inaugura a *Doutrina Social da Igreja* - publicada em 1891, surgiu só depois do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848.

O Padre Ávila argumentava que essa visão era simplista, pois, assim como “o socialismo começou antes de Marx”, a preocupação da Igreja com a questão social estava presente desde seus primórdios com o novo testamento que, segundo ele, constituiu “o clima espiritual que há 2000 anos respiramos”. Para confirmar sua tese, cita o historiador inglês

²²⁶ Ver: ÁVILA, Padre Fernando Bastos. *Contribuição da Igreja na solução da questão social*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 55-73, fev. 1958.

Arnold Toynbee para quem “o próprio fenômeno Marx é impensável fora de um contexto cultural cristão”²²⁷.

No entanto, o propósito do artigo era esclarecer a posição da Igreja sobre a questão social, que, para o autor, representava uma terceira via entre o socialismo e o liberalismo. De um lado, situava o liberalismo, doutrina para a qual a atividade econômica obedeceria apenas a “regras técnicas”, não tendo qualquer compromisso com as “injunções morais” da sociedade. De outro lado, apresentava o comunismo com seu “relativismo”, doutrina para a qual não existiriam “verdades morais absolutas”, mas sim “relativas”, variando para cada sociedade e para cada época.

A contribuição do cristianismo para a questão social seria justamente resguardar os “fundamentos éticos” da sociedade, resgatando o “valor absoluto” dos princípios morais: “a Igreja, em oposição a estas duas tendências extremadas, estabelece que a vida social tem fundamentos éticos, e que estes fundamentos, em seus grandes princípios, têm um valor absoluto.”²²⁸ A referência às soluções apontadas pela Igreja para os problemas sociais, tomada como uma terceira via por se apresentar em oposição ao liberalismo econômico e ao socialismo, estava presente na Igreja desde Leão XIII (PIERUCCI, 1984).

A *Doutrina Social* foi novamente apresentada como principal estratégia da Igreja para superar o comunismo na busca de soluções para a questão social, conforme mostrava a *Declaração do CELAM sobre justiça social*, publicada pela RA²²⁹, no final de 1959. Nesse documento, os bispos da América Latina, reunidos na Colômbia, denunciaram que o comunismo “se apresenta[va] como o único promotor do bem-estar social”, aproveitando-se “da miséria e das injustiças sociais” presentes na América Latina, ao passo que se a *Doutrina Social da Igreja* fosse implantada não haveria mais “injustiça”, mas sim distribuição equitativa das riquezas e cooperação entre as classes.

Afirma Sua Santidade o Papa João XXIII: “a Igreja no campo social prega e inculca essas doutrinas e normas que se fossem totalmente postas em prática, como o deveriam ser, eliminariam qualquer espécie de injustiça e se haveria de chegar a uma melhor e mais equitativa distribuição das riquezas. Animar-se-ia, assim, igualmente, uma amistosa e benévola atividade e cooperação entre as diversas classes sociais de tal sorte que todos se poderiam chamar e ser realmente cidadãos livres duma mesma comunidade e irmãos duma mesma família”²³⁰.

²²⁷ ÁVILA, Padre Fernando Bastos. Contribuição da Igreja na solução da questão social. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1958. p. 56.

²²⁸ *Ibid.*, p. 59.

²²⁹ Ver: DECLARAÇÃO do CELAM sobre justiça social. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 12, p. 89-93, dez. 1959.

²³⁰ *Ibid.*, p. 90.

Por meio desse documento os bispos alertavam para a necessidade de todos os católicos da América Latina estudarem profundamente a *Doutrina Social da Igreja*, pois só assim acreditavam que poderiam “dar à ordem econômica, social e política que se est[va] renovando, uma forma e conteúdo autenticamente humano e cristão.”²³¹ E novamente para se contrapor à idéia de que a Igreja só se preocupou com a questão social após o advento do socialismo, o texto alegava que, mesmo se “o comunismo não existisse, os cristãos teríamos o dever evangélico de trabalhar por eliminar as enormes diferenças econômicas e sociais entre nossos irmãos.”²³² Concluiu afirmando que só a *Doutrina Social da Igreja* poderia combater o comunismo: “a realização integral da *Doutrina Social da Igreja* é a verdadeira e eficaz solução e o remédio definitivo contra as doutrinas do comunismo ateu que hoje ameaça a civilização cristã.”²³³

Jerônimo Queiroz, colunista e colaborador da RA, mais uma vez mostrava como a Igreja disputava com o comunismo as bandeiras sociais: “E é preciso que o povo fique sabendo claramente que a Igreja foi, é e será a maior defensora da Justiça Social, gloriosa bandeira esta, que por culpa nossa, está sendo desfraldada por falsos profetas, como monopólio pessoal deles.”²³⁴ E dirigindo-se aos alunos a quem discursava os convocava a assumir seu papel: “Mas vós sois a turma do equilíbrio, do bom senso e da esperança, da *Mater et Magistra* e da *Pacem in Terris*²³⁵, e conclua: “fiquemos do lado de cá, com o Brasil, com Cristo e com a liberdade.”²³⁶

Mesmo antes do golpe de 1964, mas principalmente depois, ecoava na RA a indignação do clero com as acusações e perseguições que sofreram religiosos e leigos por defenderem a *Doutrina Social da Igreja*. A CNBB convocou uma reunião extraordinária no Rio de Janeiro, em maio de 1964, à qual Dom Fernando esteve presente, publicando ao final uma declaração, divulgada pela RA, em que, por um lado reconhecia que alguns católicos poderiam ter escapado à vigilância da Igreja, porém foram devidamente advertidos e corrigidos; mas, por outro lado, não aceitava acusações de que religiosos ou movimentos da Igreja fossem tomados como “comunistas ou comunizantes”.

Reconhecemos e lamentamos que, até mesmo em movimentos de orientação católica, tenham havido facilidades e abusos por parte de um ou de outro

²³¹ DECLARAÇÃO do CELAM sobre justiça social. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 12, dez. 1959. p. 91-92.

²³² *Ibid.*, p. 92.

²³³ *Ibid.*, p. 92.

²³⁴ QUEIROZ, Jerônimo. Palavras do paraninfo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n.12, dez. 1963. p. 620.

²³⁵ *Ibid.*, p. 623.

²³⁶ *Ibid.*, p. 625.

elemento que burlou nossa vigilância, ou de outros que foram vítimas de seu próprio idealismo, da falta de malícia ou de inadequada apreciação dos fatos. Mas, na medida em que essas falhas chegarem ao nosso conhecimento, antes mesmo da Revolução, jamais nos omitimos no sentido de advertir e corrigir os culpados, fossem leigos ou sacerdotes. Por outro lado, não aceitamos, nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que Bispos, Sacerdotes e Fieis ou Organizações como, por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas ou comunizantes. Isto se deve, às vezes, à própria tática comunista, outras vezes a certos elementos inconformados com a atitude aberta e corajosa de verdadeiros apóstolos da Igreja, do Clero e do Laicato que pregam a sã doutrina, seja contra o comunismo, seja contra gritantes injustiças sociais e focos de corrupção e de degradação dos valores morais.²³⁷

Contudo, foi Dom Fernando quem deu a palavra final a respeito do que chamava de “mal entendido” sobre a posição da Igreja no campo social. Primeiro o arcebispo foi chamado a dar um depoimento sobre a Ação Católica, afirmando que chegou a ter que “tomar atitude enérgica para coibir abusos e chamar à responsabilidade elementos da A.C. ou a própria organização como tal”, mas teria verificado que “os militantes, no íntimo, estavam bem intencionados, desejosos e necessitados de esclarecimento.”²³⁸ E, finalmente afirmava que a posição da Igreja em relação à questão social “esta[va] definida e e[ra] irrevogável” e que no seu entender estava havendo um mal entendido entre o “aspecto político” e o “aspecto social” da ação da Igreja.

Depois da constituição “Gaudium et Spes” e da “Populorum Progressio”, a posição da Igreja, como povo de Deus, está definida e é irrevogável, no que se refere à sua atuação no meio Social. A Igreja irá cada vez mais influir na vida e na história dos povos, no sentido de fazer valer a doutrina do evangelho, até às últimas consequências. [...] No meu entender, está havendo um mau entendido, não sei se intencional, entre o aspecto político e o aspecto social, da ação da Igreja ou de seus membros, sobretudo quando se trata de bispos e sacerdotes.²³⁹

Ao acompanharmos o percurso da relação da revista com o comunismo percebemos uma clara disputa por espaço social em que as duas visões de mundo foram colocadas em pólos opostos. Nos primeiros textos houve um alerta para não se estabelecer comparação entre as duas visões de mundo, no entanto, essa comparação esteve presente o tempo todo. Enquanto a Igreja se colocava como defensora da liberdade do homem, atribuía ao comunismo um “gregarismo que massacrava a individualidade”, representando-o como “totalitário”. Enquanto a Igreja foi mostrada como responsável por resgatar os valores éticos como absolutos, apresentava o comunismo como “relativista em termos morais”.

²³⁷ DECLARAÇÃO dos Bispos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, jun./jul. 1964. p. 216-217.

²³⁸ CARTA do Arcebispo Dom Fernando Gomes ao Secretariado do Apostolado dos Leigos da CNBB. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1965. p. 32.

²³⁹ ARCEBISPO fala ao Jornal do Brasil. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, ago. 1967. p. 641-642.

A disputa ficou ainda mais evidente quando a Igreja se defendeu da acusação de só ter se preocupado com as questões sociais depois do comunismo, enquanto o que realmente causava temor à instituição era a pretensão dessa ideologia no sentido de abranger o homem como um todo, substituindo a própria religião. Tudo isso baseado no princípio fundamental do caráter sagrado da vida humana contra o ateísmo comunista. Dom Fernando condensou toda essa discussão quando representou o comunismo como “avesso do cristianismo”, expressando essa diferença, nos opostos: violência x mansidão, terror x amor, armas x rosário, divisões blindadas x fortaleza espiritual da penitência e do combate ao pecado.

2.4. Antagonismo com a maçonaria e com estudantes goianos

A criação da RA em 1957 coincidiu com o momento de reorganização da maçonaria em Goiás e acompanhou parte do embate entre a Igreja Católica e aquela organização. Antes da década de 1930 a presença da maçonaria em Goiás não chegava a incomodar a Igreja nem mesmo por ocasião da chamada *Questão Religiosa*, confronto entre a Igreja Católica e a maçonaria no Brasil, no século XIX (1873-1875). Como reflexo desse conflito, Dom Joaquim, Bispo de Goiás à época (1865 a 1876) escreveu sua segunda carta pastoral na qual destacava o assunto revelando acreditar que os maçons de Goiás não tinham as características daqueles “filósofos libertinos” que “negam a revelação e a providência divina”, embora estranhasse que as pessoas se alistassem na ordem.

[...] Não supomos com tudo, nem mesmo podemos crer, que estes nossos diocesanos, que se fizeram maçons, sejam do numero desses espíritos fortes, desses philosophos libertinos, desses racionalistas ou deístas, que negão a revelação e a Providencia Divina, tendo a Deos por um ente apathico, que não se occupa deste mundo; não: fazemos justiça aos seus sentimentos religiosos, à sua conducta moral e as outras qualidades que a impiedade destroe nos corações para plantar nelles somente o que é mundano. Não podemos, amados filhos, todavia, deixar de extranhar a conducta de todos aquelles que se alistam nesta seita. (SILVA, 2006, p. 244)²⁴⁰.

Historiadores afirmam que a maçonaria não teve presença marcante no Estado até a década de 1930, nem mesmo durante o movimento republicano que contou com a

²⁴⁰ No final da mesma carta, ao comentar a recente abertura de uma loja maçônica na cidade de Goiás, o Bispo parecia perceber que precisava alertar os católicos para o perigo que representava para a Igreja o avanço da maçonaria, dizendo-se “iludido” e “confuso”: “Fomos illudidos. Hoje forçosamente e cheios de confusão vos dirigimos estas nossas letras para confessar-vos o nosso engano pela boa fé em que estavamos, e avisar do grande risco que corre a salvação eterna de todo aquelle que faz parte da maçonaria” (SILVA, 2006, p. 246).

participação ativa dos componentes da maçonaria em várias regiões do país.²⁴¹ A história do período registra, no entanto, uma acentuação da característica anti-clerical da maçonaria, regionalmente, especialmente devido à adesão da oligarquia dos Bulhões, pois eram os principais adversários da Igreja em Goiás e responsáveis pelos movimentos de modernização no Estado. Para Santos (1984), esse anti-clericalismo aumentou, especialmente, devido à própria resistência eclesial em aceitar a atuação da organização.²⁴²

Até a década de 1930 o desenvolvimento da maçonaria em Goiás foi lento, com apenas duas novas lojas abertas, uma em Catalão (*Loja Paz e Amor III*, 1913) e outra em Ipameri (*Loja Paz e Amor IV*, 1918), além da *Loja Asylo da Razão*, fundada na Cidade de Goiás, em 1837, e regulamentada em 1865. Contudo, após a mudança da capital para Goiânia, a organização experimentou um rápido crescimento com sua primeira loja na capital, *Liberdade e União*, inaugurada em 1937, passando a liderar, regionalmente, os movimentos maçônicos à época. A partir de então, a maçonaria iniciou uma campanha para a criação do *Grande Oriente do Estado de Goiás* – visando dar maior organicidade à instituição no Estado – que, depois de superados vários obstáculos²⁴³, foi estruturado em outubro de 1957 (ROQUETTE, 1997).

Foi nesse cenário que Dom Fernando assumiu a arquidiocese de Goiânia em junho daquele mesmo ano e, em dezembro, promoveu a primeira reunião dos bispos da Província, quando lançou a *Carta Pastoral Coletiva* da Província Eclesiástica de Goiânia²⁴⁴, documento em que o clero analisava a situação religiosa do Estado de Goiás e se mostrava preocupado com “o surto de heresias e de organizações contrárias aos ensinamentos do evangelho”²⁴⁵, dentre as quais a maçonaria.

²⁴¹ Moraes (1974, p. 98) enfatiza que a maçonaria não contribuiu para a ampliação da perspectiva republicana no Estado. Embora a *Loja Asylo da Razão* – fundada em 1837 e regulamentada em 1865 – contasse com a participação de membros de todas as correntes de pensamento – liberais, republicanos e mesmo apolíticos – e também oriundos de diversas atividades econômicas - intelectuais, comerciantes, fazendeiros – não apresentava uma orientação política definida. Um exemplo dessa situação é a informação de que, mesmo se posicionando como abolicionista, “admitia escravocratas e não proibia aos membros terem escravos”.

²⁴² A Igreja chegou a negar as exéquias ao poeta Felix de Bulhões “por ostentar idéias materialistas, evolucionistas, acrescidas do agravante de ter sido maçom convicto” (MORAES, 1974, p. 97). Segundo Santos (1984), esse anti-clericalismo tornou-se mais transparente com o advento da república e dos ideais liberais.

²⁴³ Para a criação do *Grande Oriente do Estado de Goiás* a lei maçônica exigia a existência de três ritos diferentes no Estado. Para superar este obstáculo, foi criada a *Loja Ordem e Progresso II*, em 1946, com o rito moderno (ou francês) e a Loja Asilo da Acácia, em 1948, com o rito adonhiramita. Contornado este entrave, de 1948 a 1957 foram realizadas várias reuniões com o intuito de criar o *Grande Oriente do Estado de Goiás*, o que só foi realizado em 1957.

²⁴⁴ Esta *Carta Pastoral* é um documento fundamental para este trabalho, pois explicita o que denomina como “heresias” e “organizações” contrárias aos ensinamentos da Igreja Católica.

²⁴⁵ CARTA Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 2.

O texto da *Carta Pastoral Coletiva* referente à maçonaria era dirigido àqueles que aderiram a esta organização desconhecendo sua incompatibilidade com a Igreja Católica, acreditando que as Lojas não passavam de “instituições beneficentes”. Um dos argumentos da condenação da maçonaria pela Igreja era o juramento maçônico de guardar segredo sobre a instituição. Para a Igreja este juramento era “anti-natural e anti-humano” pois o próprio maçom não conhecia a maçonaria antes de atingir certos graus.

O maçom não conhece a Maçonaria, nem pode conhecê-la, a não ser depois que atinge certos graus. Trata-se de uma sociedade secreta que, por isso mesmo, exige de seus iniciados um juramento anti-natural e anti-humano. Não se pode jurar sem saber a extensão do compromisso assumido com o juramento. No juramento maçônico está o começo da condenação da Maçonaria pela Igreja.²⁴⁶

Ao se basear nos argumentos do juramento e do segredo maçônico, o documento reforçava as teses da Igreja lançadas por Clemente XII através da constituição apostólica *In Eminenti*, de 1738, e reproduzida pelos papas que o sucederam até Leão XIII que publicou, entre tantos documentos, a encíclica *Humanun Genus*, de 1884, sua encíclica “mais direta e mais ampla contra a maçonaria” (BENIMELI, 1998, p. 38). O juramento de segredo incomodava tanto os governos da época quanto a Igreja, que também gozava de poder de Estado: “[...] se não contivessem matéria contrária à fé ortodoxa e à estabilidade e segurança da coisa pública, não usariam tantos vínculos de mistério [...]” (FIRRAO, 1779 apud BENIMELLI, 1998, p. 27). Mesmo com as mudanças ocorridas durante este longo período da história a maçonaria continuava sendo vista pela Igreja como uma ameaça por defender a idéia de uma sociedade laica.

A *Carta Pastoral* dos bispos da Província Eclesiástica de Goiânia advertia que a Igreja puniria com a excomunhão²⁴⁷ os católicos que ingressassem na maçonaria, mas lembrava que aqueles que se inscreveram de “boa fé”, por desconhecerem a lei eclesiástica, ainda não seriam atingidos pela excomunhão. No entanto, os que conheciam a condenação pela Igreja “ou deixam a maçonaria ou já não participam da comunidade dos fiéis da Igreja”²⁴⁸. Àqueles que não se desligassem da maçonaria devido ao “juramento fatídico” o documento aconselhava que “nada temessem”, pois, “maior do que as possíveis ameaças maçônicas, é o poder e a misericórdia da Igreja.”²⁴⁹ O documento justificava a atitude da Igreja católica que teria o direito de defender sua doutrina e seus filhos.

²⁴⁶ CARTA Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 4-5.

²⁴⁷ Pena definida pelo Cânon 2335, do *Código de Direito Canônico*, promulgada por Bento XV, em 1917.

²⁴⁸ CARTA Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 5

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 5.

[...] Mas não é sem razão que a Igreja católica fulmina com a excomunhão os que se inscrevem na Maçonaria. Excomungar significa, mais do que pôr fora da comunhão dos fiéis, uma advertência e um convite de retorno à Casa do Pai que está no Céu; significa ainda declarar a incompatibilidade entre os fins da Maçonaria e os da Igreja Católica. Por que essa atitude? Porque a Igreja tem o direito de se defender, de defender sua Doutrina, de defender seus filhos.²⁵⁰

O documento afirmava ainda que a condenação da maçonaria pela Igreja se justificava pela incompatibilidade entre os fins das duas instituições, reforçando a oposição entre seus fundamentos. A posição dos bispos, apontava uma radicalização no enfrentamento da Igreja com a maçonaria, para o qual a RA teve um papel importante, uma vez que o periódico foi transformado em palco para a encenação dessa luta; a Igreja passou a transplantar para suas páginas discursos proferidos em lugares e tempos completamente distintos daquele contexto, dando-lhes novo significado. Enfim, por meio da RA, a Arquidiocese de Goiânia conduziu o embate entre as duas instituições à sua maneira, atacou e se defendeu apresentando a sua própria versão sobre os acontecimentos.

A *Carta Pastoral* da Província Eclesiástica de Goiânia foi publicada pela RA em janeiro de 1958 e teve repercussão imediata, merecendo de um leitor maçom a devolução do exemplar da revista acompanhado de uma carta datada de março de 1958, publicada pela RA em seu número de abril/maio daquele mesmo ano. Em um texto sucinto e bastante respeitoso, o leitor esclarecia os motivos da devolução da revista.

Acuso em meu poder, a vossa brilhante Revista da Arquidiocese, a qual ora lhe devolvo pesarosamente, pelos motivos abaixo relacionados: 1- Lendo em suas brilhantes páginas, encontrei a Carta Pastoral em “situação religiosa”, página n.2 – o seguinte teor: 1º. – Condena a Legião da Boa Vontade, sou legionário; 2º. – Condena o espiritismo, sou espírita; 3º. Condena a Maçonaria, sou maçom. Eis aí, os motivos que me obrigam a fazer a devolução da vossa importante “Revista”.²⁵¹

A RA, por sua vez, aproveitou a oportunidade para tornar mais clara a incompatibilidade entre Igreja Católica e Maçonaria, baseada no argumento de que não era possível conviver a verdade²⁵² e o erro ao mesmo tempo, sendo a Igreja Católica a verdade e a maçonaria o erro.

²⁵⁰ CARTA Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia. n. 1, jan. 1958. p. 4.

²⁵¹ COERÊNCIA. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1958. p. 58.

²⁵² Igreja Católica se define como a única verdadeira: “[...] para uma religião ser boa, tem de ser verdadeira. [...] As religiões, para serem religiões (plural) teem de ser diferentes, teem de se opor mutuamente, se não na totalidade dos seus dogmas e da sua moral e dos seus ritos, pelo menos em alguns deles. E, se uma diz o contrário da outra, como podem ser ambas verdadeira? Como pode a verdade estar em oposição consigo mesma? [...] Entre as religiões que através da história se nos apresentam como reveladas, uma há que se afirma a única verdadeira, denunciando implicitamente como falsas todas as outras. Mais ainda: atribuindo-se o carisma da infalibilidade doutrinal.” (DIAS, J. de Oliveira. A grande blasfêmia do nosso século. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, dez. 1957. p. 54-55.).

Acusam-nos os nossos adversários de intolerantes porque pregamos a fórmula ortodoxa de que “fora da Igreja não há salvação”, no entanto, a nossa intolerância é a da verdade, é intolerância doutrinária. Não fazemos mais do que seguir o conselho de Santo Agostinho: “*Diligite homines, interficite errore*”: amar os homens, mas odiar o erro”. Se provamos que a Igreja Católica é o depósito vivo da verdade, é a própria verdade de Deus e do Cristo, não pode haver meio termo: quem não pertencer à Igreja, está no erro. Não discutimos se os que vivem no erro estejam ou não por ignorância, boa fé ou preconceito, afirmamos apenas que a Igreja sendo a verdade, fora da verdade não há clima para nenhuma vivência religiosa, a não ser aquela que os homens confundem com sentimentalismo xaroposo e, muitas vezes, ridículo. Admitir outra atitude, isto é, aceitar um acervo de verdades e erros ao mesmo tempo, e apelar para Deus como testemunha dessa miscelânea, é ultrajar a pessoa de Deus, é blasfemar e dizer que Deus aceita indiferentemente verdade e erro, bem e mal.²⁵³

A noção de coerência, que dava título à matéria, permeava todo o texto que louvava o autor da carta citada acima por possuir essa virtude: “como vemos, o sr Manoel não é tapeador. É maçom pronto, e por isso mesmo não é católico, pronto”²⁵⁴. Mas o impacto maior da matéria ficou resguardado para sua última parte, quando a RA transcreveu textos de um jornal da própria maçonaria mostrando que aquela instituição também pregava a incompatibilidade em relação à Igreja Católica:

Pois ainda haverá quem duvide que o Catolicismo não passa de uma caverna de leões, em que tudo entra e nada sai? Sendo assim, como de fato é, por que não havemos de nos unir com todas as nossas forças possíveis para darmos caça e morte a essa hidra de milhares de cabeças que tanto infelicitava a humanidade com a sua filosofia falsa e simplesmente absorvente? É chegado o momento de darmos combate ao monstruoso Catolicismo, o nosso maior inimigo, e também de toda a humanidade. Portanto, a união faz a força! Aproveitemo-la em toda a sua extensão, para que a nossa vitória seja, sem contestação possível, a vitória da humanidade ludibriada e roubada pelo nefasto Catolicismo Romano? Sejam na luta a fraternidade redentora do maior dos males, e na vitória: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.²⁵⁵

Com esta transcrição percebe-se que a RA pretendia convencer os leitores, levando-os a tomarem uma posição firme diante de uma doutrina apresentada como definitivamente incompatível com a religião católica. Ao transcrever um artigo publicado em um jornal maçom, a Igreja Católica buscava justificar sua posição com o argumento de que a maçonaria pregava contra a Igreja.

Aos poucos a RA foi tornando mais evidente a posição da Igreja em relação à maçonaria naquele período. Em artigo transcrito da revista francesa *Eclésia*, foram expostos os motivos históricos e também as razões doutrinárias que incomodavam a Igreja nos anos

²⁵³ COERÊNCIA. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1958. p. 58-59.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 59.

²⁵⁵ Trecho extraído do artigo A MAÇONARIA. *Boletim do Grande Oriente de São Paulo*, São Paulo, abr. 1930. p. 4. Este artigo foi citado por KLOPPENBURG (s/d, p. 217).

1950. A matéria, produzida por dois escritores franceses – Muricio Colinon e Carlos Ledre –, era uma resposta à questão proposta por leitores daquela revista: *Pode a Igreja reconciliar-se com a maçonaria?*²⁵⁶

O texto referia-se em vários momentos aos primeiros documentos em que a Igreja condenava a maçonaria, alegando que esta posição continuava se justificando porque “a maçonaria não modificou nenhum dos pontos que mereceram essa grave censura”²⁵⁷. Carlos Ledre resumiu em poucas palavras o perigo que a maçonaria representava para a Igreja Católica ao denominar aquela organização como “racionalista, materialista e atéia”. Dessa forma, Ledre revelava que a Igreja se sentia ameaçada em seus pilares, pois com seu “pensamento duramente leigo” a maçonaria representava uma “oposição aos princípios fundamentais do catolicismo”, que recebeu um “depósito espiritual” e teria a “missão de transmiti-lo” conservando a “unidade” da Igreja.

O artigo dos escritores franceses trouxe um ingrediente novo que ajuda a entender porque a Igreja Católica continuava, ainda na década de 1950, tão preocupada com a influência da maçonaria sobre a sociedade. Continuava incomodando a Igreja a perseguição dos maçons ao que os autores denominavam de “escola livre”, ou seja, as escolas católicas que atuavam no ramo do ensino privado e que, sob a perspectiva religiosa, a maçonaria procurava inviabilizar.

Carlos Ledre se reportava ao século XIX na França denunciando que a maçonaria moveu uma “guerra encarniçada à Igreja”, promovendo a “laicização das escolas e dos hospitais, proscrição dos religiosos, ruptura com a Santa Sé, separação da Igreja do Estado”²⁵⁸. Para o autor, estas não eram “velhas histórias”, pois a maçonaria “continua[va] fundamentalmente oposta ao catolicismo – sua inimiga, notadamente no plano escolar [...] rejeitando toda e qualquer contribuição, por modesta que fosse, ao ensino livre, que procura[va] matar com unhas e dentes.”²⁵⁹

Nesse contexto, a RA apropriou-se do discurso dos dois escritores, mesclando o contexto francês com a realidade goiana, com o intuito de reordenar e encaminhar o embate com a maçonaria para um campo específico, o da educação, em que essa disputa não era apenas local. A Igreja se via premida diante do desafio de justificar sua atuação no setor do

²⁵⁶ Para mais, consultar: COLINON, Muricio; LEDRE, Carlos. *Pode a Igreja reconciliar-se com a maçonaria?* *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 59-64, set. 1958.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 59.

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 63.

²⁵⁹ *Ibid.*, 63-64.

ensino, pois não contava mais com o apoio do Estado e da constituição que lhe assegurava esse direito antes da separação Igreja-Estado em 1890. A RA percebia nesse novo direcionamento uma oportunidade de recuperar o terreno perdido com a avanço das idéias liberais em Goiás e para isso precisava desqualificar a maçonaria como organização capaz de defender os interesses da sociedade.

No âmbito deste propósito, a RA transcreveu outros dois artigos que desvelavam o motivo da disputa entre as duas instituições. O novo campo de luta entre a Igreja e a maçonaria se reconfigurou em torno do processo de mobilização, tendo em vista a criação de uma universidade em Goiás. Por um lado, a arquidiocese de Goiânia retomava a idéia de criação de uma universidade católica, iniciada em 1948 pelo então bispo de Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Por outro lado, estudantes e professores das escolas de ensino superior de Goiás buscavam concretizar a criação de uma universidade federal, alegando que essa luta também tinha raízes em 1948, por iniciativa do então governador de Goiás, Coimbra Bueno.

A maçonaria deu o primeiro passo nessa disputa, ao publicar um artigo denunciando que a Igreja lutava contra a Universidade Federal ao mesmo tempo em que encaminhava a criação de uma universidade católica no Estado. A carta *Mensagem aos Maçons do Brasil*, assinada por membros graduados da organização - publicada inicialmente no jornal *A Imprensa* de Anápolis²⁶⁰ e transcrita pela RA²⁶¹ – conclamava todos os maçons a lutarem em defesa da criação da Universidade Federal a partir de dois argumentos: a “liberdade de pensamento”, “um sonho e uma esperança da família maçônica” que, segundo o documento, estava ameaçado pelo “jugo clerical” e o ensino gratuito que, assim, poderia estar ao “alcance de todos”.

A maçonaria goiana se dirige sem reservas à maçonaria do Brasil, num grito de alerta contra a derrocada que ameaça a liberdade de crença do povo brasileiro. E no caso particular da Universidade Federal de Goiás, apela para a alta direção da Ordem e para todas as Lojas do país, no sentido de sua colaboração junto a todos os homens livres do Congresso Nacional, sem olhar partidarismo político, trabalhando, lutando, pedindo, para que seja aprovado o projeto de lei que cria a Universidade Federal de Goiás, da autoria do Deputado Castro Costa. Já se encontra no Rio, lutando em sentido contrário o Sr. Arcebispo de Goiás. O projeto de lei que cria a Universidade Católica de Goiás já tramita também no Congresso Nacional. A Universidade Católica seria apenas escola para ricos, porque seria escola paga e pobre não pode pagar escola para os filhos. O clero quer a

²⁶⁰ MENSAGEM aos maçons do Brasil. *A Imprensa*, Anápolis, ano 7, n. 1027, 16 jul. 1959. p. 2.

²⁶¹ MENSAGEM aos maçons do Brasil. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 90-91, nov. 1959.

Universidade Católica de Goiás. O maçons querem a Universidade Federal de Goiás que está ao alcance de todos os que aspiram o ensino superior.²⁶²

A resposta da Arquidiocese, *Réplica à Mensagem aos Maçons do Brasil*, também transcrita pela RA²⁶³, havia sido publicada inicialmente pelo jornal *Brasil Central*²⁶⁴, semanário da Arquidiocese de Goiânia. A “réplica” buscava, sobretudo, desqualificar a maçonaria na tentativa de mostrar que aquela organização não gozava de preparo nem legitimidade para representar os interesses da sociedade goiana. O texto da Igreja, respondia às denúncias dos maçons com ironias e críticas. Em relação ao questionamento de que a criação da Universidade Católica ameaçava a liberdade de pensamento, o artigo argumentava que, ao colocar a questão “em termos futebolísticos”, expressando-a como “UF x UC”, os maçons produziam um reducionismo, mostrando que estavam “atrasados” e “fossilizados” em relação ao “histórico da cultura brasileira”, o que não poderia refletir uma organização que se afirmava “à frente de todo movimento progressista”. Para a Igreja tratava-se apenas de modalidades diferentes de instituição.

Uma é gratuita, a outra é modicamente remunerada. Uma desenvolve o programa fundamentalmente básico traçado pela lei orgânica; outra, autorizada pelo regimento interno, aprovado pelo MEC, adiciona ao programa fundamental e básico uma ou duas matérias reputadas para o espírito que anima a Escola. Há nisso algum atentado contra os sentimentos democráticos? Alguma intenção inconfessável de monopólio do ensino? Alguma imposição ou dirigismo ideológico?²⁶⁵

Além disso, segundo a “réplica” da Igreja, a carta aos maçons era uma declaração de “impotência”, “uma confissão pública da fragilidade maçônica”, pois a Igreja não estava impedindo que o “sonho” da Universidade Federal se concretizasse, pois se tratavam de lutas paralelas e, sendo assim, a maçonaria poderia continuar em busca de seu objetivo: “A maçonaria está empenhada na criação de uma UF e a Arquidiocese, na criação de uma UC, a isto não se deve chamar de luta, em sentido contrário, mas simplesmente, de movimento pacífico e paralelo no mesmo sentido.”²⁶⁶

Quanto à questão do ensino gratuito o texto mostrava a indignação da Igreja em relação ao que denominava de “argumentozinho delgadinho mas de efeito sentimental causticante” quando a mensagem enfatizava que “a maçonaria deseja também defender todos

²⁶² MENSAGEM aos maçons do Brasil. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 90-91.

²⁶³ Para mais, consultar: RÉPLICA à “Mensagem aos Maçons do Brasil”. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 92-97, nov. 1959.

²⁶⁴ THOMAZI, Padre Luiz. Mensagem aos Maçons do Brasil. *Brasil Central*, Goiânia, n. 26/59, 26 jul. 1959. p. 4.

²⁶⁵ RÉPLICA à “Mensagem aos Maçons do Brasil”. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 96-97.

²⁶⁶ *Ibid.*, p. 95-96.

os pais de família, que não podem pagar escola para os filhos”²⁶⁷. Segundo o texto, o problema estava no conceito de “generalidade da gratuidade” que não justificaria o “monopólio do ensino pelo Estado” pois o ensino particular também poderia ministrar ensino gratuito.

A posição verdadeira do problema, que os signatários da Mensagem não entenderam, é a da generalidade da gratuidade dentro do espírito político-econômico que informa a nossa Constituição; e se esta condição é a mais acertada; e, se por si só, justifica o monopólio do ensino pelo Estado com prejuízo do particular; e se este último não poderá também ele ministrar ensino gratuito, dado outro clima político-econômico. Esta é a situação do assunto. Dentro desta perspectiva, o problema da gratuidade generalizada é rejeitada por uns; e para outros constitui argumento frágil demais para sustentar uma campanha de ensino estatal.²⁶⁸

Ao analisar a “réplica” da Igreja à “mensagem dos maçons”, percebemos que os argumentos objetivos são frágeis e se apóiam sobre uma histórica disputa ideológica justificada no argumento do segredo maçônico no qual a Igreja alegava perceber elementos de conspiração.

Mostrem, logo, a face verdadeira do problema: ‘odiamos a Igreja [...] odiamos o clero’. Está dito tudo porque está dita a verdade. E há boas razões históricas que justifiquem este ódio: a Igreja nunca os deixou maquinar e tramar em silêncio e na penumbra. A verdade não teme a sociedade, nem a luz do dia. Eis o espinho que lhes atravessa a garganta.²⁶⁹

Mas a importância dessas duas cartas está no contexto em que se deu sua publicação pela RA. Ambos os textos haviam sido divulgados anteriormente e foram transcritos pela revista em uma edição dedicada à criação da Universidade Católica, denominada inicialmente como Universidade de Goiás. Esse número da revista é emblemático do período analisado neste trabalho, pois sintetiza toda a mobilização da Arquidiocese na defesa da imagem do arcebispo que foi alvo de uma manifestação de estudantes que lutavam por uma universidade federal em Goiás e viam a criação de uma universidade confessional como ameaça às suas expectativas.

A assinatura do documento de criação da Universidade de Goiás, atual Universidade Católica de Goiás, em 17 de outubro de 1959, foi seguida de um protesto dos estudantes goianos, liderados pelos alunos da Faculdade de Direito, que fizeram o enterro simbólico do Arcebispo Dom Fernando, responsável pela criação daquela instituição.

Como já ressaltado anteriormente, desde a década de 1940 havia sido desencadeado o processo de criação de uma universidade no Estado. A iniciativa partiu da

²⁶⁷ RÉPLICA à “Mensagem aos Maçons do Brasil”. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 94.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 94-95.

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 92-93.

Igreja que, segundo Enrique Dussel (1989), entre 1930 e 1959, na América Latina, buscava a modernização da instituição através da renovação intelectual particularmente com a fundação de novas universidades católicas. Nesse contexto, foi realizado em Goiânia, em 1948, um *Congresso Eucarístico Diocesano* – por ocasião das bodas de prata episcopais de Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, então bispo de Goiás – que em suas conclusões recomendou a criação de uma universidade em Goiás.

Ao que tudo indica, naquele primeiro momento havia um desejo comum entre a Igreja e outros segmentos sociais em relação à criação de uma universidade, tanto que o governador à época, Coimbra Bueno, chegou a encaminhar uma lei com esta finalidade, logo após o *Congresso Eucarístico*: “Afervorado com os benéficos resultados do Congresso, o Governador do Estado de Goiás, pela Lei n. 192, de 29 de outubro de 1948, houve por bem expedir normas para a organização da Universidade.”²⁷⁰ Entretanto, em 1959, a situação era bastante diferente e já se configurava um confronto entre duas “frentes”. A universidade não havia sido criada em 1948, mas foram surgindo várias faculdades em Goiás, por iniciativa da Igreja, do poder público e mesmo da sociedade, que seriam futuramente o embrião das universidades goianas²⁷¹.

Nesse período emergiram dois movimentos com objetivos distintos: um pela criação de uma universidade católica, outro por uma universidade federal. Por um lado, Dom Fernando retomou a iniciativa de seu antecessor, Dom Emmanuel, e na *Carta Pastoral Coletiva* de 1957 a Universidade Católica já aparecia como uma de suas metas. O documento mostrava a preocupação com o futuro da Igreja no Brasil, cuja existência estaria em jogo e, nessa perspectiva, um “centro de alta cultura e um foco de vida cristã” ajudaria a evitar que um dia pudesse haver a queixa de que “o grande escândalo da Igreja no século XX [foi] a perda da maior nação católica do mundo.”²⁷²

A *Carta Pastoral* deixava claro que, para a Igreja, a universidade teria como objetivo a “formação de suas elites”, tendo em vista prepará-las para combater as ideologias adversas. Nesse sentido, mostrava preocupação com o avanço, nos países cristãos, do que chamava de “liberalismo religioso” e “agnóstico”, afirmando que a Universidade Católica

²⁷⁰ A UNIVERSIDADE de Goiás. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 7-8.

²⁷¹ Faculdades que serviram como embrião para a Universidade Federal de Goiás: Faculdade de Odontologia de Goiás (1947); Escola de Engenharia do Brasil Central (1954); Conservatório de Música (1955); Faculdade de Medicina de Goiás (1959) e Faculdade de Direito (1898). Para a Universidade Católica de Goiás: Escola de enfermagem (1944); Faculdade de Filosofia de Goiás (1949); Escola Goiana de Belas Artes (1953); Faculdade de Ciência Econômica (1955); Escola de Serviço Social (1957) e Faculdade Goiana de Direito (1959).

²⁷² CARTA Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 42.

seria um importante instrumento para combater essa ameaça à “ordem social cristã”. O documento mostrava que a Igreja pretendia convencer os católicos da arquidiocese a respeito da importância da Universidade Católica fazendo com que viessem somar esforços para que ela fosse criada.

Mas, obra de tanto alcance religioso e social exige a cooperação de todos. Urge criar uma mentalidade universitária. É necessário fazer com que o povo cristão compreenda a importância da Universidade Católica. Não apenas a capital como as cidades do interior serão largamente beneficiadas com bons contingentes de apóstolos leigos, professores, advogados, médicos, farmacêuticos, dentistas, enfermeiras, assistentes sociais, formados em nossas faculdades de ensino superior. É, pois, do interesse de todos auxiliar a fundação da Universidade Católica.²⁷³

Em sua *Mensagem da Páscoa de 1958*, Dom Fernando voltou a conclamar os católicos da arquidiocese a envidar esforços para alcançar três objetivos: “união das forças católicas”, “construção do nosso seminário” e “Universidade Católica”. Nesse documento o arcebispo afirmava mais uma vez a importância da Universidade Católica para seu projeto institucional e reforçava a idéia de que por meio dela “a Igreja salva[ria] novamente o mundo do materialismo contemporâneo”. Segundo o documento, só através do “apostolado do pensamento” seria possível “encher de idéias e de ideais nobres e elevados a inteligência e o coração da juventude”. Esta mensagem reforça a conclusão de Duarte (1994, p. 4) quando afirma que a Igreja “não tinha simpatia pelo ensino laico, pois percebia nele uma série de ideologias anticlericais: influência do positivismo, da maçonaria e do marxismo ateu e materialista.” Como se já percebesse os desdobramentos do movimento de resistência que se formava frente à criação dessa universidade, Dom Fernando concluiu a mensagem enfatizando:

Roguemos ao Senhor Jesus, nesse dia de Seu triunfo, que ilumine a inteligência dos mestres e dos alunos de nossos estabelecimentos de ensino superior, para que, em breve, se abram as portas da Universidade Católica do Brasil Central, nesta formosa e católica cidade de Goiânia.²⁷⁴

De fato, a preocupação de Dom Fernando parecia se justificar, pois, se, por um lado, o arcebispo lutava, tanto no plano das idéias – visando convencer sua arquidiocese da importância da Universidade Católica –, como também através de medidas práticas – com gestões junto ao governo federal –, por outro lado, professores e estudantes de faculdades goianas também debatiam a importância de que a Universidade de Goiás fosse uma instituição federal. Nesse sentido, os estudantes goianos criaram a *Frente Universitária Pró-Ensino Federal*, em 23 de abril de 1959 e, em outubro daquele mesmo ano, diretores de escolas

²⁷³ CARTA Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 43.

²⁷⁴ MENSAGEM de Páscoa de 1958. *Revista a Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1958. p. 13.

superiores e líderes estudantis instalavam uma Comissão Permanente para a Criação da Universidade do Brasil Central, que se desejava federal.

Para Duarte (1994, p. 3), “os estudantes defendiam a ‘escola livre e gratuita para todos’, ensino laico e público. Boa parte do contingente estudantil tinha aversão ao ensino elitista desenvolvido pela Igreja.” Segundo a autora, a Universidade Federal representava para estes estudantes “oriundos da classe média e dos meios populares”, uma possibilidade de “ascensão social”.

A criação da Universidade de Goiás (Universidade Católica), através do decreto n. 47041, assinado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, em 17 de outubro de 1959, se deu nesse contexto de fortalecimento dos dois movimentos que se formavam em campos opostos. A frustração dos estudantes se justificava, pois, segundo Duarte (1994), com o apoio à Universidade Católica, JK teria se sentido “aliviado da obrigação de fundar uma Universidade Federal em Goiás”, pois pretendia criar em Brasília uma “universidade modelo”. Esta informação pode ser confirmada através de uma declaração de Dom Fernando ao alegar que só encampou a luta pela Universidade Católica, depois que o Governo Federal afirmou que não tinha a intenção de implantar uma universidade federal.

[...] Antes de iniciarmos a campanha pela Universidade Católica, consultamos os órgãos competentes sobre a possibilidade de criação de uma Universidade Federal. Só depois daqueles órgãos nos terem informado de que não era plano do Governo Federal criar uma Universidade Federal em Goiânia, é que decidimos a trabalhar pela Universidade Católica.²⁷⁵

Contudo, a reação dos estudantes à criação da Universidade Católica ultrapassou todas as expectativas culminando ao encenar, na Praça do Bandeirante, o enterro simbólico do arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos.

Revoltada pelo fato de o Congresso Nacional ter aprovado a fundação da Universidade de Goiás – como foi chamada a UCG naquela época – antes da federal, a Frente Universitária Pró-Ensino Federal em Goiás simbolizou, em praça pública, o enterro do então Arcebispo da Arquidiocese de Goiás, D. Fernando Gomes dos Santos, o grande mentor do projeto de criação da UCG. (CASTRO, O., 2001, p. 11).

Esta manifestação ocorreu durante uma greve estudantil, cuja motivação, segundo seus líderes, não era se opor à criação de uma universidade católica, mas sim denunciar o que percebiam como movimentos contrários à Universidade Federal. Os estudantes se referiam a membros da Igreja que, segundo Roldão de Oliveira, presidente do *Centro Acadêmico XI de Maio*, visavam “sabotar” a criação da uma universidade federal.

²⁷⁵ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Encontro com a comunidade: infiltração comunista. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1959. p. 80-81.

Tivemos conhecimento de que o Cônego Trindade estava no Rio com a finalidade de sabotar o projeto Castro Costa. Tal afirmação não foi desmentida oficialmente e apenas certas pessoas tentavam convencer-nos do contrário, por conta própria. Os estudantes do Rio, especialmente os enviados por nós, chegaram à conclusão que, de fato, houve interferência do Cônego Trindade. (CINCO DE MARÇO, out. 1959, p. 1).

A afirmação do estudante de que “tal afirmação não foi desmentida oficialmente” se referia às declarações do professor Colemar Natal e Silva, principal responsável pela posterior criação da Universidade Federal de Goiás, de que “ninguém tentou sabotar o projeto da universidade federal” (O POPULAR, 28 out. 1959, p. 1/3). Para o líder estudantil as declarações do Professor Colemar foram baseadas “apenas em afirmações pessoais dos deputados” quando esteve no Rio de Janeiro para apurar a denúncia de um trabalho de “sabotagem” contra a Universidade Federal.

A maior preocupação dos estudantes na luta pela criação de uma universidade federal, conforme explica Roldão de Oliveira, era garantir ensino gratuito que oferecesse a toda a sociedade oportunidades iguais de ingresso, tornando-se fundamental, nesse sentido, que ela fosse criada antes de uma universidade católica.

A U.F. significa estudo gratuito e para todos, com liberdade de credo, sem distinção de classe. Em todas as capitais brasileiras, foram criadas em primeiro lugar a U.F., depois as Católicas, protestantes, etc. Em Goiás foi diferente, agora que o povo agüente, pois os preços vão subir e já. (CINCO DE MARÇO, out. 1959, p. 5).

No entanto, a referida manifestação dos estudantes criou para a Arquidiocese de Goiânia uma oportunidade única de mostrar seu poder aos chamados “inimigos da Igreja”, pois, indignados com a atitude dos estudantes, fiéis saíram em defesa da autoridade de seu arcebispo, dando um passo decisivo no sentido de concretizar o desejo de Dom Fernando de “união das forças católicas”. Após o ato público dos estudantes, a arquidiocese desencadeou ampla campanha com quatro iniciativas, que merecem uma análise particular: 1) aprovação, pela Assembléia Legislativa de Estado de Goiás, de requerimento dos deputados católicos Sebastião Arantes e Nelson de Castro, solicitando um voto de louvor a Dom Fernando pela criação da Universidade de Goiás, dia 21 de outubro de 1959; 2) realização, naquele mesmo dia, de uma “hora santa” em ação de graças pela criação da Universidade de Goiás, na catedral metropolitana; 3) organização de uma grande concentração de católicos de toda a arquidiocese na praça da catedral metropolitana, dia 1º de novembro de 1959; 4) publicação de um número da RA especialmente dedicado à Universidade de Goiás²⁷⁶, edição em que

²⁷⁶ REVISTA DA ARQUIDIOCESE. Goiânia, n. 11, nov. 1959.

foram estampados os eventos citados anteriormente, além da divulgação de inúmeras outras manifestações de solidariedade ao arcebispo, como cartas e telegramas.

É importante observar que o número da RA dedicado à Universidade Católica, na verdade, reunia discursos em defesa da autoridade de Dom Fernando, por ter sido alvo da manifestação contrária dos estudantes. Os católicos de Goiás se mostravam indignados com a afronta à sua autoridade maior, conforme texto do editorial da revista: “Vimos que os bríos dos católicos de Goiás repelem as vilanias que se cometam contra as legítimas autoridades constituídas em dignidade.”²⁷⁷ O mesmo editorial revelava que o verdadeiro homenageado era Dom Fernando.

O presente número da Revista da Arquidiocese é uma antologia dos pronunciamentos de ressonância na opinião pública, quando os setores de responsabilidade da vida social de Goiânia e da Arquidiocese pretenderam festejar, em praça pública, o senhor Arcebispo Dom Fernando Gomes, pela fecunda iniciativa da criação da Universidade de Goiás.²⁷⁸

O editorial também apontava a estrutura sobre a qual a revista havia sido montada: a defesa da imagem de Dom Fernando que não poderia ser “conspurada”, pois, tratava-se da autoridade máxima da Igreja no Estado. Nesse cenário torna-se fundamental perscrutar o primeiro ato realizado em solidariedade a Dom Fernando, ou seja, o “voto de louvor” ao arcebispo pela criação da Universidade de Goiás, aprovado pela Assembléia Legislativa, por iniciativa do Deputado Sebastião Arantes. Os discursos dos vários deputados que se manifestaram durante a sessão foram transmitidos pelas rádios *Difusora* e *Anhanguera* e dois deles foram transcritos pela RA: o discurso do Deputado Sebastião Arantes e do Deputado Luiz Fernando.

A revista lamentou não ter conseguido a gravação do discurso do Deputado Waldir de Castro Quinta, porém ele foi convidado a falar na concentração promovida pela Arquidiocese no dia 1º de novembro. A RA também admitiu não ter transcrito o discurso de Cristóvam do Espírito Santo, pelo fato deste deputado ter sido contrário ao requerimento em solidariedade a Dom Fernando.

O deputado Sebastião Arantes iniciou seu discurso justificando o motivo pelo qual tomou a iniciativa de solicitar o “voto de louvor” a Dom Fernando, exaltando a figura do arcebispo a quem chamou de “príncipe da Igreja”. Sebastião Arantes mostrava-se admirado pelo empenho de Dom Fernando “em favor de Goiás” e por isso mesmo dirigia sua crítica à atitude dos estudantes, indignado por terem promovido “o enterro simbólico de protesto

²⁷⁷ EDITORIAL. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 1.

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 1.

contra quem só está[va] prestando benefícios ao povo”²⁷⁹. Mas, além de não aceitar que os estudantes não reconhecessem o trabalho de Dom Fernando no plano educacional em Goiás, Sebastião Arantes os criticava por agir contra uma “autoridade constituída do Estado”, contra a “civilização” e o “desenvolvimento”.

[...] A iniciativa do movimento nos entristece. Ele caracteriza mais uma revolta contra a civilização, mais uma revolta contra as autoridades constituídas do Estado do que o amor ao progresso, do que uma vontade de desenvolvimento.²⁸⁰

Dessa forma, o deputado colocava a autoridade de Dom Fernando no mesmo patamar de autoridade dos “homens públicos” que têm “as responsabilidades” de dirigir os destinos do povo, afirmando que se oporia “todas as vezes em que uma classe qualquer se levantasse contra o Estado, se levantasse contra o interesse coletivo”.

Já em seu discurso, o Deputado Luiz Fernando da Silva argumentava que Dom Fernando, ao se empenhar pela Universidade Católica, estava lutando por um ideal histórico da Igreja em Goiás, o que era seu “dever”, sua “obrigação”, por isso, merecia o respeito de todos. Contudo, a maior preocupação do deputado, que também se dirigia a Dom Fernando como “príncipe da Igreja”, era com as conseqüências de se desmoralizar o líder de uma religião, pois essa atitude poderia “abalar os fundamentos da moral”.

[...] Porque isto não vai absolutamente abalar somente os fundamentos do ensino em Goiás. Isto vai abalar os fundamentos da moral. Religião, seja ela católica, protestante, espírita, budista, seja ela qual for, tem o seu substrato, tem a sua base: a moral. E se desmoralizarmos os líderes de uma religião, como poderemos amanhã, de cabeça curvada, receber os ensinamentos desses homens [...].²⁸¹

Nos discursos dos deputados é perceptível a preocupação com o que chamavam de desrespeito a uma autoridade que deveria ser inquestionável em seu papel de dirigir os destinos do povo. Além disso, mostravam profundo reconhecimento pelo trabalho de Dom Fernando em favor de Goiás. O segundo evento a ser analisado trata-se da “hora santa” em ação de graças pela criação da Universidade de Goiás, vista como resultado do esforço de Dom Fernando. A “hora santa” foi uma iniciativa do então Monsenhor Antônio Ribeiro de Oliveira que fez um “apelo” aos católicos da Arquidiocese, através da *Rádio Difusora*, convidando-os a participar da cerimônia. Os fiéis atenderam ao pedido do monsenhor, pois,

²⁷⁹ ARANTES, Sebastião. Voto de Louvor a Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 22.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 22.

²⁸¹ FERNANDO, Luiz. Assembléia Legislativa: solidária com o arcebispo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 26.

segundo a RA, a Catedral Metropolitana ficou repleta de pessoas no que a revista chamou de “apoteótica hora santa em ação de graças pela criação da Universidade”.

[...] A cerimônia se constituiu numa verdadeira apoteose com o templo literalmente tomado pelos fiéis que acorreram de todos os recantos da cidade e rezaram em agradecimento pela criação da Universidade.²⁸²

Há que se ressaltar o acontecimento considerado como o mais importante promovido pela arquidiocese em resposta à manifestação dos estudantes e aos demais grupos que se opunham à criação da Universidade Católica. A Arquidiocese preparou uma concentração marcada para o dia 1º de novembro de 1959, na Praça da Catedral Metropolitana. A RA divulgou, no mesmo número comemorativo, um texto que havia circulado anteriormente, conclamando os católicos a participarem do evento que comemoraria três acontecimentos: a criação da Universidade de Goiás, o encerramento da *Semana da Vocações Sacerdotais* e o aniversário de 27 anos de ordenação sacerdotal do Arcebispo Dom Fernando²⁸³. O texto, em tom de euforia, repetia “Goiás está em festa” e anunciava com entusiasmo:

O dia 1º. de novembro eclodirá toda a alegria que vai no coração do povo católico, pela conquista de mais uma auréola no terreno da cultura: a criação da Universidade de Goiás [...] o dia 1º. de novembro colherá em cornucópia de ouro os frutos do esforço e do denodo de Dom Fernando em prol da Obra das Vocações Sacerdotais [...] o dia 1º. de novembro amanhecerá sorrindo na fisionomia dos fiéis católicos que irão celebrar, com toda solenidade que lhe ditarem o coração e a inteligência, o aniversário do pontífice.²⁸⁴

Com esse mesmo tom festivo, o artigo exaltava a figura de Dom Fernando e agradecia suas iniciativas em prol de Goiás, deixando transparecer que o evento teria como tema central a consagração do arcebispo: “o dia 1º de novembro marcará, nos fastos da história de um povo, a maior consagração feita a um homem marcado pelo caráter indelével do ‘sacerdote magnus’.”²⁸⁵ Acima de tudo, a matéria mostrava que a Igreja de Goiás se sentia em um verdadeiro campo de batalha e que os “inimigos” estavam enganados se achavam que haviam conquistado a vitória: “a luta contra a Igreja não é novidade. A sanha dos inimigos pode, às vezes, ter aparência de vitória. Mas será uma vitória falsa e efêmera.”²⁸⁶ Além disso, o texto deixava claro que a resposta preparada pela Igreja com a concentração do dia 1º de

²⁸² APOTEÓTICA hora santa em ação de graças pela criação da universidade. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 18.

²⁸³ Ressalta-se que, geralmente, para a Igreja Católica, as datas merecedoras de comemoração são os chamados “jubileus” – 25 anos, 50 anos, e assim por diante – denotando que nesse caso, a comemoração dos 27 anos de ordenação sacerdotal de Dom Fernando foi usada apenas para justificar o evento.

²⁸⁴ OS CATÓLICOS em torno do seu pastor rezam, agradecem e rejubilam-se. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 19-20.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 20.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 19.

novembro, não tinha como alvo apenas os estudantes que se manifestaram com um ato simbólico contra o arcebispo. O verdadeiro alvo da Igreja eram aqueles a quem chamava de “clássicos adversários” da “civilização cristã”.

A declaração infatuada de alguns jovens mal orientados de que os achincalhes contra a Igreja na pessoa do seu representante, homem de Deus e que só sonha com o bem espiritual e social do povo goiano, não é mais do que uma máscara a encobrir os clássicos adversários que juraram a morte da civilização cristã.²⁸⁷

Os “clássicos adversários” da Igreja, aos quais o texto se referia, haviam sido apontados pela *I Conferência Geral do Episcopado Latinoamericano* (CELAM), no Rio de Janeiro, em 1955, como sendo os comunistas, os maçons, os espíritas e os protestantes (PIERUCCI, 1984, p. 360), sendo que dois deles afetavam a Igreja de maneira particular por pregarem um mundo ateu e leigo, respectivamente os comunistas e os maçons. Antes mesmo da manifestação dos universitários contra Dom Fernando, o próprio arcebispo se referia à influência desses dois grupos junto aos estudantes, denominando os maçons apenas como “anti-clericais”, já que o texto tinha como alvo o comunismo: “[...] Um pequeno grupo de estudantes, influenciado por elementos anti-clericais e comunistas, com incrível ousadia, fala em nome dos estudantes goianos, contra o ensino particular e contra a Universidade Católica.”²⁸⁸

No dia 1º de novembro, dia da concentração organizada pela Arquidiocese, segundo a RA, reuniram-se dez mil pessoas na praça da catedral, fazendo com que a Igreja Católica local vivesse, segundo a revista, “uma das mais belas afirmações de sua unidade”, uma “demonstração de força e vitalidade”. A RA anunciava a presença das “mais altas autoridades do Estado”: o Governador José Feliciano, o Senador Pedro Ludovico, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Nelson Siqueira, o Deputado Waldir Castro Quinta, o Vice-Prefeito de Goiânia Licardino de Oliveira Ney, o reitor da nova universidade, Padre Paulo Nacca, sacerdotes e religiosas da capital e do interior, além de professores universitários, estudantes e católicos de várias partes do Estado.

O evento teve a seguinte programação: a abertura contou com um desfile de vários colégios católicos da capital e do interior, que se dirigiram à praça da catedral metropolitana onde aguardavam sua chegada as autoridades e o povo numa grande concentração como informou a RA: “cerca de dez mil pessoas postaram-se à frente da Igreja da Sé, numa

²⁸⁷ OS CATÓLICOS em torno do seu pastor rezam, agradecem e rejubilam-se. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959, p. 19.

²⁸⁸ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Encontro com a comunidade: Infiltração comunista. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1959, p. 78.

afirmação de fé, amor, obediência e gratidão.”²⁸⁹ A cobertura da concentração pela RA chamava atenção pelos números que apresentava: as matérias sobre o tema ocupavam 35 páginas daquela edição e a revista enumerava o recebimento de 225 mensagens em forma de cartas e ofícios de congratulações, publicando doze delas²⁹⁰, que tinham em comum o fato de a maioria dos autores lamentar o ato dos estudantes contra Dom Fernando.

A efeméride contou com a cobertura das rádios *Difusora* e *Anhanguera* que a transmitiram para todo o Estado, levando a RA a destacar a “colaboração sempre pronta” desses veículos de comunicação que “não medem sacrifícios” na cobertura da atuação da Igreja em Goiás: “Graças à colaboração sempre pronta da *Rádio Difusora* e *Rádio Anhanguera* o Estado pode acompanhar de perto o desenrolar da apoteótica manifestação. As duas emissoras, que não medem sacrifícios na cobertura de todos os acontecimentos referentes à atuação da Igreja em Goiás, estão de parabéns.”²⁹¹

A colaboração da imprensa local com a Igreja Católica já havia sido demarcada anteriormente pelo fato de a manifestação dos universitários contra Dom Fernando não ter contado com a divulgação dos veículos de comunicação da capital. Em entrevista à imprensa, em 22 de outubro (transcrita pela RA), Dom Fernando foi questionado sobre o fato dos meios de comunicação não terem dado “guarida” ao episódio, ocasião em que afirmou que esses veículos agiram com “ética” e “respeito aos bons princípios”, pois, segundo o prelado, o fato exigia “linguagem condizente com a educação de um povo civilizado”.

[Jornalista] Como V. Exa. interpreta o silêncio de nossa imprensa que não deu guarida à campanha difamatória contra a pessoa do Arcebispo de Goiânia? – [Dom Fernando] A imprensa falada e escrita de Goiânia deu uma das mais expressivas demonstrações de ética jornalística e de respeito aos bons princípios. Não houve silêncio aos fatos, na medida em que o bom senso permite sua divulgação. Houve, apenas, o cumprimento de elementar dever de exigir linguagem condizente com a educação de um povo civilizado. Goiânia escreveu mais uma página de civismo. Não há de ser com manifestações irreverentes que a opinião pública poderá ser orientada por um órgão de imprensa ou por uma estação de rádio. Cada dia mais o povo está tomando consciência de seu valor e adquirindo a capacidade de discernir entre a verdade e o erro. O desrespeito, a irreverência, os métodos

²⁸⁹ DEZ MIL pessoas na praça da catedral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 31.

²⁹⁰ Dos ofícios e cartas que tiveram seus textos publicados, três eram de autoridades federais – Presidente da República, Juscelino Kubitschek, Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado e Jurandir Lodi do Ministério da Educação e Cultura; um do Prefeito de Goiânia, Jaime Câmara; três de autoridades da área educacional – Altamiro de Moura Pacheco e Francisco Ludovico de Almeida Neto, Presidente e Diretor da Faculdade de Medicina de Goiás; Antônio A. Ramos Jube, Diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia e José Sisenando Jayme, Diretor do Ensino do 2º. Grau; um da Federação das Congregações Marianas; um da irmandade do Santíssimo, de Campinas; um da Associação dos Pais de Família do Instituto Assunção e finalmente duas cartas de estudantes do Colégio Maria Auxiliadora: uma da aluna da 1ª série ginasial, Eliza Mendonça e outra da aluna do 1º ano primário, Maria Silvéria de Andrade.

²⁹¹ DEZ MIL pessoas na praça da catedral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 35.

de difamação devem ser afastados por quantos se prezam de sua elevação moral.²⁹²

O Prof. Orlando Ferreira de Castro corrobora com essa informação ao afirmar que “nenhum órgão da imprensa nacional ou regional publicou ou deu uma nota sequer sobre isso. Soube-se que uma revista africana noticiou por ser um fato inédito tal acontecimento envolvendo um bispo da Igreja Católica.”²⁹³

Torna-se importante destacar a cobertura do episódio pelo jornal *Cinco de Março*, que foi criado justamente naquele contexto – setembro de 1959 – atuando inicialmente como órgão estudantil, adotando como subtítulo “o jornal do estudante”. O referido jornal chamava de “divino” e ao mesmo tempo “pecaminoso” o ato dos estudantes em praça pública, demonstrando dificuldade de compreender tal comportamento. Para justificar a participação do órgão na cobertura do episódio informava que os promotores do evento haviam anunciado anteriormente que “o ‘enterro’ seria dos empecilhos [para a criação de uma universidade federal] e não do sr. Arcebispo” e que ao final teriam cobrado “satisfação” ao presidente do Centro Acadêmico concluindo que, com aquela atitude, a luta dos estudantes teria perdido seu sentido.

Na reunião da Associação Goiana de Imprensa, o Presidente do Centro Acadêmico “XI de Maio”, sr Roldão de Oliveira, disse, bem claro, que o “enterro” seria dos empecilhos e não do sr. Arcebispo. Acompanhamos tudo certos que seria mesmo dos empecilhos e, só quando na Praça Bandeirante, tomamos conhecimento de tudo: o “enterro” era do sr. Arcebispo que, por sinal, um montão de bobagens. Nossa reportagem acercou-se do acadêmico Roldão de Oliveira a fim duma satisfação, afirmou-nos este que não foi possível deter certos elementos. E, uma luta nobre e bela, perdeu o seu “porquê” naquele momento. (CINCO DE MARÇO, out. 1959, p. 8).

O jornal *O Popular* cobriu a greve informando sobre os motivos da paralisação e esclarecendo que os estudantes contavam com o apoio da direção da Faculdade de Direito e dos parlamentares goianos para a criação de uma universidade federal (O POPULAR, 17, 20, 21e 28 out. 1959). No entanto, o “enterro simbólico” de Dom Fernando não foi focado pelo jornal, sendo que a única referência a esse episódio constava em uma carta do Cônego Trindade, em solidariedade ao Arcebispo, publicada pelo Jornal (O POPULAR, 28 out. 1959, p. 4). Uma nota de *O Popular*, divulgada logo após a manifestação dos estudantes, informava que “milhares de católicos se dirigiram à residência de Dom Fernando” para lhe prestar “expressiva homenagem” como “prova incontestada da estima que desfruta nessa capital”, sem mencionar o que provocou tal concentração de pessoas (O POPULAR, 23 out. 1959, p. 1).

²⁹² A PALAVRA do pastor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 17.

²⁹³ Orlando Ferreira de Castro. Depoimento cedido à Lindsay Borges, em Goiânia, 22 de dezembro de 2006.

Quanto à cobertura dos eventos em apoio ao Arcebispo pela RA, percebe-se que mereceram um tratamento especial, tanto no que diz respeito ao conteúdo, quanto aos aspectos técnicos. A série de matérias foi ilustrada por dez fotografias, o que era novidade na revista, que poucas vezes havia lançado mão desse recurso. A capa da edição comemorativa (Imagem 1) trazia a imagem mais eloqüente do evento, mostrando a multidão concentrada na praça da catedral e ocupava todo o espaço da capa apresentando em primeiro plano uma faixa com os dizeres: “Os Universitários saúdam a Universidade de Goiás”. Das fotos internas, cinco mostravam o povo, representado pelos colégios católicos em desfile e também pelas paróquias, especialmente do interior do Estado. Na primeira dessas fotos (Imagem 2), leigos e religiosas posavam segurando a faixa “Paróquia de Itaberaí saúda Dom Fernando”. Esta foto abria as matérias sobre o evento e sua legenda chamava atenção para a presença de “representações de quase toda a arquidiocese”, o que a RA fazia questão de anunciar na matéria de abertura, referindo-se, inclusive, ao discurso de Dom Fernando no encerramento do evento: “aqui está não somente Goiânia. Está a arquidiocese inteira: de Corumbá a Itumbiara, de Catalão a Jaraguá, de Brasília e Paraúna”.



Imagem 1
CAPA



Imagem 2

As três fotos seguintes (Imagens 3, 4 e 5) mostravam o desfile das escolas católicas com as respectivas faixas: “Instituto Assunção”; “Ginásio Santana de Anápolis” e “Colégio Santo Agostinho”, com uma legenda conjunta: “a mocidade de nossas escolas, esperança da Igreja e da Pátria, desfilou em homenagem ao continuador da obra iniciada há 2000 anos pelo Supremo Hierarca, o enviado do Pai, o Sumo e Eterno Sacerdote Jesus Cristo. A Praça da Catedral se iluminou com a policromia de suas fardas e a alegria primaveril dos seus sorrisos.”²⁹⁴ A última dessas fotos (Imagem 6) mostrava um desfile de caminhões cuja faixa no primeiro deles trazia escrito: “Nerópolis saúda Dom Fernando Gomes dos Santos”, com a seguinte legenda: “algumas dezenas de ônibus e caminhões despejam a multidão na praça”.



Imagem 3



Imagem 4

²⁹⁴ 10 MIL pessoas na Praça da Catedral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 32.



Imagem 5



Imagem 6

Algumas dezenas de ônibus e caminhões despejavam a multidão na praça*

As outras cinco fotos (Imagens 7, 8, 9, 10 e 11) mostravam as autoridades discursando no evento, sempre ao lado de Dom Fernando e ilustrando os respectivos textos. Apenas o discurso do Monsenhor Antônio Ribeiro não estava acompanhado por uma foto. Discursaram na ocasião os universitários Wagner Pimenta e Bianor Ferreira, o Deputado Nelson Siqueira “em nome da Assembléia Legislativa”, o Deputado Waldir Castro Quinta, “em nome da família católica e da Sociedade Goiana de Cultura”; o Monsenhor Antônio Ribeiro de Oliveira, “em nome do clero” e o Arcebispo Metropolitano Dom Fernando Gomes dos Santos.

* Legenda explicativa apresentada na própria publicação da RA. Ver: REVISTA ARQUIDIOCESE. Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 34.



Imagem 7

A família Católica e a Sociedade Goiana de Cultura homenageiam o seu Pastor através da palavra erudita do Deputado Waldir Castro Quinta **



Imagem 8

Saudação da Assembléia Legislativa do Estado ao Sr. Arcebispo na palavra do seu presidente Dep. Nelson Siqueira ***



Imagem 9

** Legenda explicativa apresentada na própria publicação da RA. Ver: REVISTA ARQUIDIOCESE. Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 48.

*** Ibid., p. 48.



Imagem 10

O Universitário Bianor Ferreira ao discursar em nome da mais nova das faculdades goianas****



Imagem 11

Em meio aos aplausos vibrantes dos católicos, S. Excia. Revma. o Sr. Arcebispo agradece as manifestações de fé, amor e obediência do seu rebanho*****

A apresentação dos discursos pela RA não seguiram a mesma seqüência em que se deram durante o evento, iniciando pelo do Monsenhor Antônio Ribeiro de Oliveira, Vigário Geral da Arquidiocese de Goiânia. O discurso do monsenhor foi o mais contundente, pois reforçou os três motivos oficiais daquela concentração: encerramento da semana das vocações sacerdotais, aniversário de sacerdócio de Dom Fernando e criação da Universidade de Goiás.

**** Legenda explicativa apresentada na própria publicação da RA. Ver: REVISTA ARQUIDIOCESE. Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 60.

***** Ibid., p. 64.

Entretanto, por mais que o religioso tenha tentado justificar aquela celebração de maneira pragmática, ele próprio revelou a verdadeira motivação da arquidiocese, ao acrescentar uma quarta razão para a mobilização: o desagravo dos católicos pelos “insultos” dos estudantes ao Arcebispo Dom Fernando. Na verdade, o monsenhor já iniciou seu discurso afirmando que naquela “tarde festiva” a “família católica” estava atendendo a um “chamado efusivo de um dever de justiça” se unindo a seu “bispo e pastor”.

Cada novo tema que o monsenhor introduzia estava intimamente relacionado a Dom Fernando. Ao falar sobre a *Semana das Vocações Sacerdotais* anunciava: “aqui viemos, de perto ou de longe, aplaudir um ideal salvador que o Arcebispo da Providência despertou e incentiva no coração dos goianos.”²⁹⁵ Ao mencionar o aniversário de 27 anos de ordenação sacerdotal de Dom Fernando, recorreu ao que chamava de “palavras bíblicas sobre o sacerdócio”: “homem de Deus”, “sal da terra”, “luz de mundo”, “bom pastor”, “pai dos pobres” e finalmente “sinal de contradição” pois, segundo o monsenhor, “não tem faltado na sua vida de sacerdote as horas festivas de pesca milagrosa de par com o amargo fel do desamparo do melhor amigo.”²⁹⁶ Ao falar sobre a criação da Universidade de Goiás, o monsenhor dava ênfase ao projeto da Igreja no campo educacional, iniciado com a fundação do Ginásio Anchieta em 1929, por Dom Emmanuel e continuado por Dom Fernando através da recente criação da universidade que para ele formava inclusive, um “clima cultural propício ao advento de Brasília”. Segundo o monsenhor, a missão de mãe que a Igreja possuía, dava à instituição o direito e o dever de ensinar.

[...] Ao lado das igrejas se edificam escolas e o mundo continua a dever à Igreja, o que de mais sólido existe na verdadeira educação, na formação do homem, quer na ordem natural, quer no campo sobrenatural. E, além da ordem divina, a missão de mãe que a igreja tem, lhe dá o direito e o dever de ensinar.²⁹⁷

Foi justamente a partir da demonstração do trabalho da Igreja no campo da educação, destacada no texto como “grandiosas obras educacionais”, que o monsenhor manifestou toda a sua indignação com a ação dos estudantes ao promover o enterro simbólico do arcebispo. O religioso denunciou o que chamava de “injustiça” a uma “autoridade eclesiástica” que dava continuidade ao trabalho de décadas da Igreja, parceira da família e do Estado.

[...] E senhores, foi para esta entidade que coopera de perto com a família goiana e com o governo do Estado, foi para o arcebispo desta Arquidiocese

²⁹⁵ SEMANA das Vocações Sacerdotais. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 37.

²⁹⁶ OLIVEIRA, Antônio Ribeiro. Em nome do clero goiano. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 39.

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 40.

que se levantou para as ruas de Goiânia entre zombarias de uns e escândalo de outros, numa omissão vergonhosa, ou conivência culpável por parte dos responsáveis pela ordem pública, um féretro – num desrespeito às tradições cristãs da família goiana numa afronta inconcebível à autoridade eclesiástica, numa injustiça tremenda ao fundador da primeira Universidade da nossa terra.²⁹⁸

O discurso do monsenhor revelava mais sobre como a Igreja avaliava o comportamento daqueles estudantes. Ao anunciar este quarto e último item de sua apresentação o religioso se referiu ao fato de os estudantes estarem agindo sob a orientação de “forças que não se mostram”: “Aqui vimos trazer nosso desagravo pela vergonhosa página com que alguns estudantes de Goiás, insuflados por forças que não se mostram, mas que existem, insultaram a V. Excia e à família católica de nossa terra.”²⁹⁹ Explicita-se nesta passagem que, enquanto os fiéis tinham como alvo de sua indignação a concretude da manifestação estudantil, a Igreja percebia algo além e a resposta da Arquidiocese não se dirigia exclusivamente aos estudantes, mas sobretudo aos considerados “inimigos da Igreja”. No caso em questão, o inimigo centrava-se na maçonaria, desvelando a tensão recorrente entre as duas instituições, uma vez que fora um grupo de maçons que se manifestara pioneiramente contra a criação de uma universidade confessional o que, na perspectiva da Igreja, insuflara os estudantes, acionando o estopim da manifestação a favor da criação de uma universidade pública que, naquele momento, se contrapunha ao projeto há muito encampado pela Igreja em Goiânia.

Em seu discurso, o Deputado Waldir Castro Quinta - que falou em nome das famílias católicas e da *Sociedade Goiana de Cultura* – representou, em primeiro lugar, o sentimento de gratidão e reconhecimento dos católicos de Goiás pelo trabalho desenvolvido pelo arcebispo no Estado, ao que chamou de “verdadeiro apostolado”.

“Não há maior dever que a gratidão”, já Santo Ambrósio ensinava. E é no cumprimento desse dever que nesta praça se reúnem milhares de católicos para dizerem hoje a Vossa Excelência do seu profundo reconhecimento pelo trabalho admirável, de verdadeiro apostolado, que Vossa Excelência vem realizando em nossa província eclesiástica.³⁰⁰

O deputado afirmava que em “circunstâncias normais” o arcebispo não teria dificuldades em dar continuidade ao trabalho centenário da Igreja em Goiás, porém, “dias sombrios” colocavam à prova o “valor” e a “coragem” de Dom Fernando, um desafio que,

²⁹⁸ OLIVEIRA, Antônio Ribeiro. Em nome do clero goiano. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 41.

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 41.

³⁰⁰ QUINTA, Waldir Castro. Apascenta os meus cordeiros. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 43.

segundo Waldir Castro Quinta, provavelmente nenhum antecessor do arcebispo havia enfrentado.

Para o deputado, as pessoas que reclamavam das iniciativas do arcebispo e da Igreja no campo da educação estavam proclamando a “existência de um conflito entre a religião e a ciência”³⁰¹, conflito que para ele não existia pois acreditava que ambas emanavam de Deus. Para Waldir Castro Quinta, Dom Fernando comungava desta mesma filosofia, o que teria demonstrado com a fundação da Universidade de Goiás “em que ciência e religião emanando ambas de Deus, manterão aquela ‘natural união e concórdia’.”³⁰²

Por sua vez, o Deputado Nelson Siqueira em seu discurso exaltou especialmente a sabedoria de Dom Fernando que, segundo ele, estava expressa em seus “discursos sacros magnificantes”, no seu interesse em acompanhar as “transformações dos povos”, no seu papel de “guia espiritual”. O deputado chegava a atribuir um poder especial à capacidade de orador do arcebispo.

Saudá-lo significaria glorificar o sábio e o artista da palavra, aquele que busca na sociologia o refrigério para o espírito sedento das grandezas da ciência e o orador fecundo cuja palavra deleita e comove, azorruga e acaricia, arrebatada e converte, trazendo em sua magia o sussurro da brisa ou o látego da tempestade, o uivo do furacão ou a placidez das águas remançosas.³⁰³

Para o deputado, justamente devido à sua sabedoria, Dom Fernando estaria preparado para enfrentar as manifestações dos estudantes que haviam rompido “as cadeias da ética e do bom senso” e precisavam ser chamados à “verdade”: “é vossa excelência, senhor arcebispo, a pessoa indicada para esses momentos conturbados, porquanto à semelhança do sábio tudo tem conhecido – palmas e vaias; tudo tem aprofundado – homens e coisas; tudo tem provado – mel e absinto.”³⁰⁴

O encerramento do discurso do deputado merece destaque, pois, ao mostrar seu desejo de que os anos de vida de Dom Fernando fossem ampliados, e parecendo desejar aproximar-se do arcebispo na capacidade de lidar com as palavras, chegou a construir um projeto utópico ao atribuir a Dom Fernando capacidades sobre humanas.

Ampliando-lhe Ele os anos, solidificará ainda mais os esteios da religião impecável e misteriosa, amainará as dissidências coletivas, fará o trabalho santificar a forja e a máquina; a terra fecunda se cobrirá de frutos seiveses e,

³⁰¹ QUINTA, Waldir Castro. Apascenta os meus cordeiros. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 46.

³⁰² *Ibid.*, p. 47.

³⁰³ SIQUEIRA, Nelson. Um só rebanho e um só pastor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 49.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 50.

como no Éden, as feras viverão em paz preparando-se o advento do império preconizado por Cristo – reino de um só rebanho e um só pastor.³⁰⁵

Os discursos dos dois deputados procuravam reforçar as qualidades de Dom Fernando enquanto líder da Igreja, historiando a trajetória do arcebispo desde sua ordenação. Mesmo se referindo ao preparo do prelado para enfrentar as adversidades e coragem para defender suas idéias, preferiram dar mais ênfase à sabedoria do arcebispo, expressas especialmente em sua relação com os fiéis.

O estudante Wagner Pimenta – que representou os universitários de Goiás – construiu um discurso repleto de metáforas que indiretamente se referiam à trajetória de Dom Fernando. Ao lançar mão da metáfora do rio, o universitário enfatizava que havia aqueles que “deixa[vam] como sinal de si apenas o leito mordido na terra”, mas havia também “aquele que, dando de si e irrigando a obra com suor a [via] crescer e alegre[va]-se no milagre da eclosão dos frutos, não conhe[cia] limites para o seu caminho.”³⁰⁶ Para o universitário a “missão” de Dom Fernando era, acima de tudo, a de pastor, mas um pastor que reúne suas ovelhas pelo “amor” e não pela “força”.

A vossa missão, sr Arcebispo, a quem agora prestamos a homenagem de nossa admiração, estima e respeito, a vossa missão é também a de pastor. Na mão, não o cajado, que defende as ovelhas e as reúne pela força, mas a cruz, defendendo e unindo pelo amor, a cuja sombra vivem e prosperam obras duradouras, que não poderão existir sem ele.³⁰⁷

Em outro trecho, referindo indiretamente à manifestação dos estudantes contra Dom Fernando, o universitário lembrava que este ato exigia que o arcebispo agisse com a autoridade de sua função: “é grande e árdua a missão dos discípulos de Cristo e mais a daqueles que Ele escolheu para seus pastores.”³⁰⁸ E continuava mostrando que a universidade seria uma “nova frente de batalha”: “Uma universidade não será apenas mais uma fonte de saber, mas será também uma nova frente de batalha, pois quanto mais insiste a Igreja no seu direito à alma do homem, tanto mais é perseguida.”³⁰⁹

Entretanto, o discurso do universitário precisava mostrar mais claramente o apoio a Dom Fernando, pois, caso contrário, não justificaria o espaço dado a ele tanto no evento, quanto na revista. E Wagner Pimenta não decepcionou quando ressaltou que a Igreja era a instituição mais preparada para dirigir uma universidade: “não adianta humanizar sem

³⁰⁵ SIQUEIRA, Nelson. Um só rebanho e um só pastor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 51.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 53.

³⁰⁷ PIMENTA, Wagner. A universidade nova frente de batalha. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 53-54.

³⁰⁸ *Ibid.*, p. 55.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 57.

cristianizar e as mãos da Igreja são as melhores para nelas depositar-se a direção de uma escola.”³¹⁰

Já o universitário Bianor Ferreira, que representou a recém criada Faculdade de Direito da Universidade de Goiás, foi mais explícito que o colega que o antecedeu, no seu discurso. Em primeiro lugar, Bianor Ferreira mostrou estar afinado com as idéias de Dom Fernando ao apostar que a nova universidade iria projetar Goiás para o Brasil.

Senhores, Goiás criando Goiânia, mostrou aos demais Estados da Federação que se achava em franco progresso na sua indústria, no seu comércio, na sua vida social. Mas agora, possuindo um baluarte de cultura, se alçou ao píncaro mais alto: mostrou ao Brasil inteiro que adquiriu a sua maioridade também intelectual.³¹¹

Bianor também foi incisivo ao atribuir a conquista da universidade a Dom Fernando e não poupava palavras para mostrar seu “regozijo” e “alegria” ao afirmar que tratava-se de uma “conquista ímpar”, “triumfo máximo e imorredouro” do arcebispo.

E isso graças a quem senhores? Ao nosso mui estimado arcebispo, a quem tanto admiramos. É precisamente por isso, senhores! É para realçar este monumento de cultura, que a benjamim das faculdades goianas, a Faculdade Goiana de Direito, vem hipotecar ao seu Grão-chanceler o seu apoio pleno e total, as suas felicitações, o seu regozijo.³¹²

E finalmente Bianor Ferreira completava o papel reservado aos universitários no púlpito daquele evento e tecia críticas explícitas aos estudantes que, segundo ele, agiram “espezinhando a autoridade legitimamente constituída”. Bianor chamou aqueles estudantes de “Judas”, pois, “renegando a sua fé”, “esbofeteia[ra]m o próprio Cristo na pessoa de um de seus representantes na terra”.³¹³ E concluía: “Queremos outrossim, manifestar a nossa repulsa cabal por ‘alguém’, aquele alguém que sob a capa suspeita de um falso zelo, num gesto violento e sacrílego violou as normas éticas, profanando as coisas santas.”³¹⁴

Os discursos dos dois estudantes foram os primeiros a serem apresentados durante o evento em homenagem a Dom Fernando, o que mostrava a importância atribuída a eles pela Arquidiocese. Estes discursos tiveram o papel primordial de explicitar que nem todos os estudantes apoiavam as manifestações contra Dom Fernando e que os estudantes “sérios e responsáveis” apoiavam a criação da Universidade de Goiás (Universidade Católica). Na RA

³¹⁰ PIMENTA, Wagner. A universidade nova frente de batalha. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 56.

³¹¹ FERREIRA, Bianor. Uma obra imortal. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 59-60.

³¹² *Ibid.*, p. 60.

³¹³ *Ibid.*, p. 61.

³¹⁴ *Ibid.*, p. 61.

estes textos foram apresentados no final, porém, antecediam a transcrição do discurso de Dom Fernando, caracterizando novamente este apoio.

Além dessa observação sobre a edição dos textos na revista, nota-se que na página anterior aos discursos dos dois estudantes foi publicado o *Manifesto Pró-Universidade Federal de Goiás*. Este documento tratava do lançamento de uma *Nova Frente Universitária Pró-Universidade Federal de Goiás*, para a qual pediam apoio de educadores, autoridades e pais. O manifesto trazia diversas considerações que recriminavam a atitudes dos estudantes que promoveram o ato contra o Arcebispo, sendo uma delas “por ter como base a calúnia e o desrespeito acintoso pelas autoridades.”³¹⁵

O evento foi encerrado com o discurso de Dom Fernando e também na edição da RA esta ordem foi obedecida. Uma nota da revista mostrava o clima de “solidariedade” em que se deu o evento: “Durante o seu discurso [Dom Fernando] foi constantemente aplaudido pelos presentes num sinal patente de solidariedade ao pastor e de revide às injustas acusações de que foi alvo, por parte de alguns, a autoridade eclesiástica.”³¹⁶

Dom Fernando iniciou agradecendo a cada segmento social presente: sacerdotes, religiosas, leigos e especialmente às autoridades. É interessante observar como o Arcebispo construiu seu discurso colocando Goiás como eixo central, pois, ao falar sobre o objetivo principal do evento, que era demonstrar aos “inimigos” o poder da Igreja, o prelado mostrava desejar obter o reconhecimento por parte daqueles grupos de que ele, como arcebispo, trabalhava pela grandeza de Goiás: “esta concentração é sobretudo uma afirmação de fé, para que os inimigos da Igreja, que não têm coragem moral de se apresentar às claras, reconheçam que é por Deus e com Deus que trabalhamos pela grandeza de Goiás.”³¹⁷

Dom Fernando parecia desejar ir além daquele evento e conquistar também em Goiás o que vinha tentando em Brasília, ou seja, reconhecimento de que em parceria com o Estado a Igreja poderia contribuir muito para Goiás. Para o arcebispo a “providência divina escolheu Goiás para centro geográfico”, a construção de Brasília o tornou também “centro político” e agora com a Universidade de Goiás, estava se firmando como “centro de irradiação da cultura”.

³¹⁵ MANIFESTO Pró-Universidade Federal de Goiás. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 52.

³¹⁶ DISCURSO de Dom Fernando e encerramento. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 35.

³¹⁷ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. O dever gratíssimo de agradecer. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n.11, nov. 1959. p. 65.

O arcebispo demonstrava também sua esperança de que aquela concentração marcasse “um capítulo novo na história cívica e religiosa de Goiás e de Goiânia”. Para Dom Fernando, o evento era uma afirmação de que Goiás “despertou [e] está[va] cada dia mais vivo e vigilante, para as realidades de sua fé católica e apostólica romana.”³¹⁸ Além disso, para o arcebispo, aquela concentração demonstrava que o goiano é “um povo civilizado e cristão” e que tem valor devido à suas “convicções” e sua “coesão”.

Finalmente, Dom Fernando se voltava para seu próprio papel nesse processo, segundo ele, de “enriquecer cada vez mais esta terra dos benefícios com que Deus quer enriquece-la”: “Meus amigos, compreendeis agora o motivo porque vos disse ao começo que poucas vezes me senti tão constrangido ao falar em público. De um lado, o reconhecimento de minha pequenez como pessoa; de outro lado, a compreensão da grandeza e importância de minha missão como arcebispo.”³¹⁹

Neste evento, mais uma vez, a vida de Dom Fernando se confundia com a história da arquidiocese quando percebemos que, ao se comemorar várias efemérides, o homenageado, na verdade, era o arcebispo. Para o próprio Dom Fernando, quando os estudantes se manifestaram contra ele, estavam agindo contra a cidade de Goiânia, contra o povo católico: “[...] Pedimos as bênçãos de Deus para que as maldições do céu não caíssem sobre os sacrílegos da cidade. Pediríamos também que considerem a temeridade, o gravíssimo pecado que é, não apenas ofender a pessoa do pobre arcebispo, como o de atirar injúrias contra a dignidade de um povo católico.”³²⁰

O arcebispo encerrou seu discurso afirmando que sua “missão” também era rezar pelos “inimigos da Igreja”. Mas, segundo ele, para que “Goiás [fosse] cada vez mais digno das esperanças da pátria” era preciso que “aqueles que pretende[ssem] atirar contra a rocha viva da Igreja imortal, “se conver[tessem]”.

Dom Fernando soube aproveitar o episódio para conquistar mais espaço para a Igreja em Goiás. Em apenas dois anos e meio à frente da Arquidiocese, o prelado – que já contava com o apoio dos sacerdotes, religiosas e leigos – confirmava agora que gozava também do respeito da elite intelectual e política, o que pode ser comprovado com o fato de a imprensa local não ter dado espaço para a manifestação dos estudantes contra o arcebispo,

³¹⁸ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. O dever gratíssimo de agradecer. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n.11, nov. 1959. p. 65.

³¹⁹ *Ibid.*, p. 66.

³²⁰ *Ibid.*, p. 66.

além da presença das autoridades mais representativas do Estado ao evento em sua homenagem.

Contudo, um artigo publicado na RA, antes deste episódio, revelava que a revista parecia preparar a arquidiocese para este momento, transcrevendo uma “carta provavelmente inédita de Frei Vital”³²¹, datada de 4 de setembro de 1873, na qual o então Bispo de Olinda, Dom Vital, dava uma verdadeira aula de como enfrentar a maçonaria. A referida carta foi escrita no contexto da *Questão Religiosa*, que se constituiu em um embate entre a Igreja Católica e a maçonaria no século XIX, cuja personagem central foi justamente este bispo.

Dom Vital destacava na carta que, antes mesmo de sua chegada a Olinda, os maçons publicaram um opúsculo intitulado *O Paulo Negro* com críticas à sua pessoa e assim que chegou à cidade os membros daquela organização fundaram dois jornais – *Família Universal* e *Verdade* – por meio dos quais passaram a lançar provocações ao bispo. Mas Dom Vital afirmava que “não fazia o menor caso dos opodos, injúrias e ultrajes” e “só lhes respondia com o silêncio do mais profundo desprezo”. Porém, segundo o bispo, seu silêncio parecia incomodar ainda mais os maçons que passaram a provocá-lo “diretamente”. O bispo narra, inclusive, que os maçons “mandaram celebrar na Igreja de São Pedro e no dia do mesmo apóstolo, uma missa para comemorar a fundação de uma loja.”³²²

Demonstrando saber como tirar o melhor proveito da situação em favor da Igreja Católica o bispo esperou o momento oportuno para reagir. Finalmente, quando os maçons atacaram a virgindade e a pureza da “Imaculada”, Dom Vital decidiu que estava na hora de mobilizar os católicos de Olinda contra os maçons, dirigindo-lhes uma circular convidando-os a se precaverem contra o que chamava de “veneno daquelas doutrinas heterodoxas”.

Encontrando firmeza de minha parte, mudaram a atacar os dogmas de nossa religião santa; porém, sempre de um modo condicional, indireto e hipotético, reservando-se sempre uma evasiva, como taboa de salvação, para gritarem - injustiça! despotismo! arbitrariedade! Caso eu condenasse, então, a folha. Conhecendo eu, porém, a cilada, não quis por o pé no laço: esperei com longanimidade até que estamparam nas imundas colunas de seus impressos uma série de artigos sacrílegos, heréticos contra a virgindade e pureza de nossa Imaculada, transcritos de um autor impiíssimo. Daí tomei ensejo para dirigir uma circular moderada aos párcos, exortando-os premunissem as suas ovelhas contra o veneno daquelas doutrinas heterodoxas; o que para os filhos d’hiram devia servir de admoestação.³²³

³²¹ CARTA provavelmente inédita de Dom Frei Vital. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 57-63, ago. 1959.

³²² *Ibid.*, p. 59.

³²³ *Ibid.*, p. 59-60.

No entanto, embora Dom Vital se mostrasse indignado com o que denominava de “heresias e blasfêmias horripilantes contra Deus, sua mãe Santíssima, os santos e as coisas sagradas”, passou a narrar os motivos que acabaram conduzindo à hoje conhecida *Questão Religiosa*. Segundo o bispo, os maçons passaram a publicar os nomes dos adeptos da maçonaria, incluindo entre eles os nomes dos que eram ao mesmo tempo membros das diversas confrarias religiosas. Além disso, informavam que um maçom havia sido nomeado como juiz de uma irmandade religiosa, fato que parece ter modificado definitivamente o posicionamento do bispo, que se mostrava indignado: “E para me provocarem, nomearam juiz de uma irmandade que está sita a trinta passos em frente ao meu palácio a um venerável façanhudo.”³²⁴

A partir desses eventos, Dom Vital pediu que as irmandades e ordens terceiras afastassem de seus quadros os membros maçons. Essas entidades desobedeceram ao bispo alegando serem associações mistas (religiosas e civis) e através do “recurso à coroa” apelaram ao imperador. O governo recebeu o recurso e deu ganho de causa aos maçons ordenando que o bispo reconsiderasse sua atitude. Dom Vital negou-se a obedecer alegando que “em matéria religiosa o poder civil não é autoridade, mas, pelo contrário, ‘tem estrita obrigação de obedecer’ à Igreja” (BEOZZO et al., 1992, p. 187). Dom Vital foi preso, juntamente com Dom Macedo Costa, Bispo do Pará, em abril de 1874, e ambos condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados. Diante de protestos contra o governo, foram transferidos para um regime de simples prisão, tendo sido anistiados em setembro de 1875.

A carta publicada pela revista foi escrita antes desse desfecho e ao final da missiva Dom Vital relatava que sua estratégia havia dado resultado, pois muitos que “brandiam o punho cerrado contra o bispo” passaram a ficar a seu favor.

Os negócios já estão muito mudados. Tenho hoje um imenso partido a meu favor. Depois dos celebérrimos acontecimentos de 14 de maio tem havido uma transformação estupenda, de sorte que muitos que naquele dia foram vistos quais *fúrias infernaes*, a vociferarem a brandirem o punho cerrado contra o bispo, já hoje estão prontos a se baterem a favor do mesmo. E que tal?³²⁵

Dom Vital transmitia através deste relato uma lição que seria seguida mais tarde pela Arquidiocese de Goiânia que, aproveitando a ofensa pública ao Arcebispo, mobilizou os católicos de Goiás em defesa de sua imagem e da causa católica. Essa edição histórica da RA foi encerrada com a transcrição da *Declaração do Episcopado Argentino sobre a Maçonaria*

³²⁴ CARTA provavelmente inédita de Dom Frei Vital. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, ago. 1959. p. 60.

³²⁵ *Ibid.*, p. 61.

que, numa linguagem bastante agressiva, atribuía à maçonaria a liderança na luta contra instituições caras à Igreja Católica como “a educação cristã da juventude”, “a família cristã” e o “poder político modelado segundo os princípios da sabedoria cristã”, concluindo com uma citação da encíclica *Humanum Genus* do papa Leão XIII: “Sua última e principal intenção outra não é que a de destruir até os fundamentos de toda a ordem religiosa e civil estabelecida pelo cristianismo.”³²⁶

A cobertura da RA sobre o embate entre a Igreja e a maçonaria no campo da educação não se encerrou neste episódio, pois o periódico transcreveu um artigo intitulado *Inimigos da liberdade de ensino*³²⁷ – referindo-se à maçonaria, ao comunismo e ao espiritismo - em que denunciava que a maçonaria contava com o apoio de “vários meios na imprensa, no rádio e na televisão” para colocar em prática seu programa contra as leis de ensino e a escola católica no Brasil.

O texto citava como exemplo o jornal *O Estado de São Paulo* que estaria atuando como “porta-voz do liberalismo e da maçonaria” no combate ao “ensino livre cristão” e defendendo a “escola laica, materialista e sem Deus”. O artigo elencava dez pontos que considerava importantes, entre os quais a defesa da “liberdade de ensino” que permitiria a existência da escola privada, o combate ao monopólio estatal, cobrava empenho por boas condições de ensino, tanto na escola pública como na particular; defendia a subvenção do governo para a escola particular e solicitava a aprovação do projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No entanto, estava reservado a Dom Fernando emitir a mensagem que traduziria para a arquidiocese todo o processo aqui observado, numa interpretação, segundo o arcebispo, “sem intenção de polêmica, mas com o objetivo de esclarecer a opinião pública e de modo especial os católicos.”³²⁸ Em sua análise sobre o que denominou de “campanha contra o ensino particular”, Dom Fernando alegava tratar-se de “uma mentalidade de oposição sistemática e alarmista” em relação à influência da Igreja Católica e de sua hierarquia sobre a sociedade.

O Arcebispo historiou a batalha travada por ocasião da criação da Universidade Católica de Goiás desde sua chegada a Goiânia com a elaboração da *Carta Pastoral* dos

³²⁶ DECLARAÇÃO do Episcopado Argentino sobre a Maçonaria. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 103.

³²⁷ CABRAL, João Antônio. *Inimigos da liberdade de ensino*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, p. 19-27, out. 1960.

³²⁸ SANTOS, Dom Fernando Gomes. Mensagem de Páscoa. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, abr. 1961. p. 231.

Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia, de 1957, depois abordou a surpresa com a *Mensagem aos Maçons do Brasil*, em julho de 1959, que conclamava os maçons a defenderem “a liberdade de crença do povo brasileiro” e ofendia a Igreja Católica alegando que o arcebispo estava “lutado em sentido contrário à criação da universidade federal”. Dom Fernando denunciou a relação dos estudantes que fizeram a manifestação contra o arcebispo com os maçons pois, segundo o prelado, “os slogans anti-clericais coincidiam exatamente com os pontos divulgados na mensagem maçônica”.

A mensagem do arcebispo tinha dois objetivos explícitos, sendo o primeiro deles voltar a defender o direito da Igreja atuar no campo do ensino particular, justificando inclusive a necessidade de receber subvenção pública para sua manutenção, tendo em vista que as instituições estariam em situação deficitária. O segundo objetivo era se defender, afirmando mais uma vez que “nada [fez] contra a universidade federal”, pois, sua luta era para defender dois pontos: “1) a propriedade particular contra os que pretendiam a ‘encampação’, pela união, das faculdades superiores de ensino sob responsabilidade da arquidiocese; 2) o direito que tem a Igreja de ensinar, porque esse direito lhe foi dado e ordenado, não pelos homens, mas por Deus.”³²⁹

No entanto nos perguntamos sobre os objetivos não revelados pelo arcebispo que o levaram a lembrar um episódio que parecia desejar ver esquecido. Ao reescrever a história daqueles acontecimentos Dom Fernando mostrava desejar deixar a sua interpretação sobre os fatos para que fosse guardado na memória da comunidade segundo sua versão.

O que chama atenção no embate com a maçonaria é a estratégia para esse enfrentamento delineada em um terreno dominado pela Igreja que era a revista. Essa disputa se deu precipuamente no campo do ensino, refletindo uma luta histórica entre as duas instituições, em que a Igreja buscava legitimar seu direito de atuar em vários setores da sociedade, enquanto a maçonaria lutava por uma sociedade laica.

Nessa disputa por espaço, enquanto a Igreja desejava preservar seu poder, não só no campo religioso, mas também no social, baseada nas palavras de Leão XIII, acusava a maçonaria de destruir “os fundamento de toda a ordem religiosa e civil estabelecida pelo cristianismo”. A Igreja alegava ter recebido um “depósito espiritual” que deveria transmitir, conservando a sua unidade. Nesse sentido, a maçonaria, ao defender uma sociedade laica,

³²⁹ SANTOS, Dom Fernando Gomes. Mensagem de Páscoa. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, abr. 1961. p. 232.

estaria representando uma oposição aos princípios fundamentais do catolicismo, nas palavras de Carlos Ledre, “fundamentalmente oposta ao catolicismo”.

A Arquidiocese não se adaptava a existência de uma sociedade laicizada e para impedir o avanço das idéias maçônicas preferiu atacar a organização naquilo que acreditava ser mais ofensivo a uma entidade que deseja ser vista como progressista, ou seja, passou a desqualificá-la representando-a como “despreparada” para defender os interesses da sociedade, “atrasada” na compreensão da história da cultura brasileira e até mesmo “impotente” para propor qualquer projeto para a sociedade. Sobretudo, a justificativa para a condenação da maçonaria estava na incompatibilidade entre os fundamentos das duas instituições. Para consolidar a perspectiva da Igreja em relação a seus adversários o arcebispo assestava todos os recursos disponíveis, propondo um novo projeto para mobilizar ainda mais os católicos e a sociedade em geral, embasado na atuação efetiva do laicato.

CAPÍTULO 3

O PROJETO DE UMA SOCIEDADE “MAIS CRISTÃ”

Ao perscrutarmos o projeto de sociedade apresentado pela Arquidiocese de Goiânia por meio da sua revista, percebemos que esse projeto começou a ser construído desde a criação da Arquidiocese e permeava todas as suas manifestações. Plenamente integrado ao pensamento da CNBB no período, Dom Fernando pretendeu implantar em Goiás um modelo de sociedade no qual a Igreja estivesse atuante em todos os setores.

A primeira iniciativa no sentido de tornar a Igreja mais presente na sociedade foi uma aproximação com o governo, tendo em vista, por um lado, participar dos projetos desenvolvimentistas, visando consolidar a hegemonia da instituição no campo religioso e, por outro, conseguir apoio para seus próprios projetos. Esse primeiro passo foi dado quando Dom Fernando levou a Igreja a uma participação ativa na fundação de Brasília, que reverberou na parceria com o governo em importantes propostas apresentadas pela Arquidiocese.

Outra iniciativa foi a ampliação da influência da Igreja no campo do ensino, o que se concretizou com a criação da Universidade de Goiás (Universidade Católica), que exigiu da instituição um enfrentamento com forças adversárias. A própria disputa com outras visões de mundo, por espaço de influência na sociedade, foi mais uma proposta mediada pela revista. Deve-se considerar que a capacidade de luta da Igreja em todas essas frentes tornou-se possível devido ao reconhecimento da autoridade de Dom Fernando.

O projeto de construção de uma sociedade “mais cristã” desvela-se também através de duas outras frentes: a Ação Católica e um conjunto de iniciativas voltadas para o setor rural como a reforma agrária, a *Frente Agrária Goiana* e o *Movimento de Educação de Base*. Nesse processo, torna-se fundamental assinalar que para Dom Fernando essa sociedade pressupunha a união dos católicos, seja para barrar o avanço daqueles considerados inimigos,

nas diversas áreas em que ameaçavam a Igreja, seja para garantir a presença da instituição nos diversos setores da sociedade.

Assim que chegou a Goiânia, Dom Fernando exortou todos os católicos à união, conforme destaca seu sucessor, Dom Antônio, comentando sobre a *Pastoral de Saudação* do primeiro Arcebispo de Goiânia: “em seu discurso de posse, Dom Fernando destacou que sua grande meta era criar comunidade. [...] Ele disse: a primeira coisa que eu quero é organizar. A Arquidiocese é tão grande, nós vamos ter que reunir uma equipe volante, que vá para as paróquias e comunidades mais distantes, criando a unidade.”³³⁰ A unidade proposta por Dom Fernando, naquele momento, visava, como o próprio prelado lembrava, “estabelecer relações definitivas, humanas, sobrenaturais, entre o Arcebispo e todos os habitantes da Arquidiocese.”³³¹

Dom Fernando voltou ao tema da unidade em sua *Mensagem de Páscoa de 1958*, convocando todos os membros da Arquidiocese a reunir esforços em torno da *União das Forças Católicas*³³². O arcebispo conclamava os católicos à união a cada novo problema enfrentado pela Arquidiocese, especialmente no confronto com tradicionais adversários quando reforçava as representações das diferenças entre as posições da Igreja Católica colocando em campos opostos as demais doutrinas. Exemplo disso foi um artigo em que, ao tecer uma análise sobre o que chamava de “infiltração comunista” no Brasil concluía que as ações dos adeptos dessa ideologia eram especialmente dirigidas contra a Igreja Católica – principalmente contra sua atuação no campo do ensino privado – alertando para a necessidade de agir de forma coordenada: “Se não unirmos as nossas energias para uma ação eficiente e coordenada, teremos que sofrer as dolorosas conseqüências da sublevação da ordem, da anarquia, da destruição dos princípios democráticos.”³³³

Os momentos em que essa unidade parecia se concretizar eram motivo de júbilo, como no caso da manifestação em solidariedade a Dom Fernando após o episódio do enterro simbólico do Arcebispo por estudantes que o acusavam de impedir a abertura em Goiás de uma universidade federal, ao criar a Universidade de Goiás (Universidade Católica). A

³³⁰ OLIVERIA, Dom Antônio Ribeiro de. Dom Fernando pai e pastor da nossa Igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, 1995. p. 12-13.

³³¹ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Encontro coma Comunidade. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, mar. 1959. p. 45.

³³² Ver: SANTOS, Dom Fernando Gomes. Mensagem de Páscoa 1958. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1958. p. 12. Os objetivos definidos na mensagem eram: “união das forças católicas”, “construção do nosso seminário” e “universidade católica”.

³³³ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Encontro com a comunidade: infiltração comunista. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1959. p. 77-78.

matéria que divulgava o apoio ao Arcebispo anunciava: “[...] a Igreja Católica viveu em Goiânia uma das mais belas afirmações de sua unidade, de seu vigor de Rocha Viva.”³³⁴

Ao traçarmos esse percurso, percebemos que a unidade buscada pela Arquidiocese não visava a simples confraternização entre os membros da Igreja Católica, mas sim a unidade que contribuísse para renovar a capacidade da instituição de continuar a apontar alternativas à sociedade, conforme explicitava Dom Fernando em sua *Mensagem de Páscoa de 1958*: “União das Forças Católicas para dissipar as trevas da confusão e coordenar a todos os objetivos comuns em defesa da fé católica e dos bons costumes”³³⁵.

Nessa perspectiva, a possibilidade de renovação da Igreja só poderia vir do elemento que atuava na própria sociedade onde se travava o combate, o leigo. O reconhecimento dessa importância já havia sido explicitada na *Carta Pastoral* da Província Eclesiástica de Goiânia, de 1957, ao fazer um diagnóstico sobre Goiás, do ponto de vista religioso – abrangendo também a situação, política e social, a defesa da família e o ensino religioso – atribuía-se ao leigo um lugar privilegiado, no sentido de “vitalizar” a ação da Igreja, esclarecendo ainda sobre os vários instrumentos, elaborados pela instituição, para apoiar o trabalho desse segmento, como a teologia do laicato, por exemplo.

Esse arranjo de forças – para o qual convergiam a busca de unidade visando combater os adversários e a definição de frentes de luta para as quais era necessária a abertura de espaço para o trabalho do leigo – remete à construção de um projeto de sociedade que pretendia apontar soluções para os problemas sociais, sob condução da Igreja. Desse projeto fazia parte a RA, que tinha o papel especial de difundir esse “ideário” em uma arquidiocese dispersa territorialmente, conforme palavras do próprio Dom Fernando, no editorial de apresentação da revista.

Em meio às absorventes tarefas do clero e aos crescentes anseios do povo católico, torna-se indispensável um laço de união e de conforto espiritual que estimule e coordene nossas atividades pela consolidação e difusão do reino de Cristo na imensa vastidão territorial da arquidiocese.³³⁶

O modelo observado se aproxima do projeto de neocristandade, cujo conceito foi abordado no Capítulo 1, sendo necessário destacar outros aspectos. Maritain (1965), que propôs um modelo de neocristandade, avaliava que não cabia ao clero atuar no mundo

³³⁴ DEZ MIL pessoas na praça da catedral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1959. p. 31.

³³⁵ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. *Mensagem de Páscoa de 1958*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n.4/5, abr./maio 1958. p. 12.

³³⁶ Id. Apresentação e Benção. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jul. 1957. p. 1.

profano, especialmente em uma sociedade emancipada da Igreja, necessitando, por isso, do laicato para consolidar o seu projeto de uma nova cristandade.

Cristianizar, ou melhor, “catolicizar”, a sociedade significava preparar o leigo para nela atuar como protagonista, ou seja, propondo soluções para os problemas sociais e influenciando seu meio com valores cristãos. Fierro (1982) usa o termo “sociedade mais cristã” tendo em vista que o processo de “descatolização” é crescente, fazendo com que o cristão atue em uma sociedade onde ele não é maioria, agindo como “fermento na massa”.

Para tornar a sociedade mais cristã, já não se necessita de uma maioria de cristãos. Basta uma minoria que seja verdadeiramente ‘fermento na massa’ e atue como tal. Assim prospera uma ideologia de efeito estimulante para grupos de fiéis minoritários mas com uma consciência de fermento na multidão amorfa. Esses grupos minoritários podem infundir sentido e valores cristãos à sociedade. (FIERRO, 1982, p. 63).

Além de criar espaço para a atuação do leigo por meio da Ação Católica, a Arquidiocese de Goiânia empreendeu um conjunto de ações voltadas para o meio rural, cujo objetivo maior era propor soluções ordenadas e cristãs para os problemas do campo, conforme alertava Dom Fernando, para se “evitar que uma reforma agrária de base materialista, violenta e anti-cristã, abale os alicerces da pátria.”³³⁷ Também nesses projetos o chamado à união estava presente, pressupondo a harmonia social, em uma conjuntura em que o êxodo rural se intensificava em um campo convulsionado por lutas e em um cenário de amplo apoio aos trabalhadores rurais, quando partidos políticos e outros segmentos defendiam diferentes projetos de reforma agrária para superar a secular estrutura fundiária, reconhecida como injusta.

A primeira dessas iniciativas, por parte da Igreja, foi a construção de um projeto de reforma agrária apresentado como de inspiração cristã, envolvendo, inclusive, uma experiência concreta na Fazenda Nossa Senhora da Conceição, de propriedade da Arquidiocese, que se constituiu em um plano piloto que deveria ser adotado por outras dioceses brasileiras. Para a concretização desse projeto, Dom Fernando voltou a fazer um chamado à união: “peçamos a Deus que todos os valores realmente devotados ao bem da pátria se unam num trabalho eficiente para a solução do magno problema.”³³⁸

A segunda iniciativa da Arquidiocese para o meio rural foi a constituição da Frente Agrária Goiana (FAGO), cujo principal objetivo era a sindicalização rural, tendo em vista manter o trabalhador sob tutela da Igreja, uma vez que as organizações de esquerda

³³⁷ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. “Mensagem de Páscoa 1959. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, mar. 1959. p. 9.

³³⁸ Id. Igreja promove Reforma Agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1959. p. 106.

aumentavam sua penetração no campo em virtude das tensões decorrentes dos conflitos pela posse da terra. Na cerimônia de instalação da FAGO, Dom Fernando, após chamar a atenção para as “soluções pacíficas que a Igreja deseja[va] apresentar para os graves problemas que angustiam a classes ruralista”, convidava “a todos para uma decidida união de forças nesta hora decisiva que atravessa a nação”.³³⁹

A terceira medida foi o Movimento de Educação de Base (MEB) que, paralelamente à alfabetização de adultos, visava uma formação humana e religiosa. Esse projeto também se tornou um meio de articular outras atividades da Igreja no campo, como a sindicalização rural, além de promover maior integração com o Estado, através da criação de convênios ou recebimento de recursos financeiros, ocasião em que Dom Fernando chamava a todos para um “congraçamento geral em favor da educação”.³⁴⁰

Nessas iniciativas da Igreja no setor rural, algumas reflexões empreendidas no início do trabalho adquiriram sua forma mais sistematizada como é o caso da relação Igreja-Estado. Essa relação está presente desde o simples apoio, como no caso das *Semanas Ruralistas*, até convênios formais, como no caso do MEB. O tema do desenvolvimento também tem presença marcante nos vários projetos que partiam do pressuposto de que ajudar o homem do campo a se desenvolver economicamente resolveria os graves problemas do setor.

Entretanto, o dado mais marcante no que diz respeito aos projetos da Arquidiocese para o meio rural foi o envolvimento de Dom Fernando. Esse foi o tema mais caro ao Arcebispo, manifestando-se tanto nas mobilizações como nos discursos. Dom Fernando incentivou e participou das cerimônias de implantação de cada projeto, acontecimentos que atraíam tanto o povo, os militantes católicos, como os representantes dos poderes públicos. Em todos esses eventos o arcebispo discursava – diferentemente de algumas ocasiões anteriores em que preferiu que outras pessoas falassem por ele – ancorando-se sobretudo nos discursos e documentos papais, tentando ampliar a aceitação desses projetos.

Esse empenho pode ter sido motivado pelo fato de Dom Fernando perceber que a Igreja poderia contribuir com o desenvolvimento do setor rural, com o apoio do Estado, fixando o homem à terra e impedindo o êxodo para as cidades, local em que a instituição via seu poder sobre a população diminuído. Esse dado se torna relevante quando observa-se que

³³⁹ FRENTE Agrária Goiana: Instalação solene. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3/4, mar./abr. 1962. p. 129.

³⁴⁰ EM FUNCIONAMENTO as Escolas Radiofônicas. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, set. 1961. p. 625.

nas décadas de 1950 e 1960 a maioria da população residia no campo, como mostrava a própria revista.

[...] pelo recenseamento de 1960, a população do Brasil era de 51.944.397 habitantes, dos quais 33.161.506 (63,84%) residiam no campo e 5.825.348 (11,21%) na área suburbana, restando 12.957.543 (24,95%) para o quadro urbano. Em Goiás, ainda pelo recenseamento de 1950, havia uma população de 1.214.921 habitantes, dos quais 969.225 (79,78) na zona rural; 64.845 (5,34) na zona suburbana e 180.822 (14,88%) nas cidades.³⁴¹

Dada a importância conferida a esses projetos destacaremos cada um deles, objetivando enfatizar o engajamento da arquidiocese, na perspectiva de Dom Fernando, para tornar possível o que para muitos se constituía numa utopia.

3.1. Ação Católica: a participação efetiva do laicato

Para tornar a presença da Igreja na sociedade mais efetiva, Dom Fernando precisava incentivar o apostolado dos leigos e especialmente a Ação Católica, movimento com o qual se identificava profundamente. A Ação Católica foi instituída pelo Papa Pio XI, em 1922, como o braço da Igreja no mundo temporal, para fazer frente às visões de mundo que ameaçavam a hegemonia da Igreja Católica naquele momento.

[...] Pio XI se sentiu desafiado pelas correntes ideológicas, sócio-culturais e políticas do seu tempo, que ameaçavam a influência da fé na vida das pessoas e da sociedade. O liberalismo se difundia, procurando separar sempre mais a religião da vida da sociedade. O materialismo se firmava através da sua dupla vertente: o capitalismo com sua ganância incontrolável, sacrificando o trabalhador ao ídolo do lucro; e o comunismo com seu programa de ateísmo, reduzindo o homem a um fator da produção material. (CARVALHERA, 1983, p. 10-11).

Dom Fernando conheceu a Ação Católica em Roma, onde estudou Teologia e ordenou-se sacerdote, durante o pontificado de Pio XI (1922-1939), sofrendo forte influência das idéias difundidas naquele período, convencendo-se especialmente quanto ao potencial da Ação Católica para o trabalho da Igreja. Ao longo de sua trajetória como sacerdote e depois como bispo, o prelado amadureceu suas idéias sobre a importância da atuação do leigo na sociedade e, ao chegar a Goiânia, parecia ter em mente um projeto em que a Ação Católica seria fundamental, tanto que no dia de sua posse começou a agir, conforme depoimento de Dom Antônio:

³⁴¹ INTRODUÇÃO: o homem do campo. Revista da Arquidiocese, Goiânia, n. 6, jun. 1960, p. 3.

Terminando a sua posse, desceu para a esquina da rua 14 com a 19, onde era a casa do Arcebispo e hoje é o edifício Dom Prudêncio. Na porta da casa, havia um grupo da Ação Católica, coordenada pelo Pe. Serra, que se colocou imediatamente a serviço do Arcebispo para colaborar, bem de perto, na organização do laicato.³⁴²

Nos anos 1950, a sociedade brasileira passava por um processo de modernização no mundo urbano e rural, que incluía a divulgação de novas correntes de pensamento, tanto de “cunho profano”, como de “caráter religioso”. Diante desse quadro a Igreja Católica se via impelida a mudar sua relação com a sociedade, buscando atrair determinados segmentos para a militância religiosa.

O avanço do pensamento marxista, o exercício do voto, o aumento do peso relativo da classe operária, além da pronta penetração de um protestantismo agressivo e da propagação popular do espiritismo e da umbanda, obrigaram os bispos a levar em consideração aspirações populares e a reformular seu modo de atuação. (PIERUCCI, 1984, p. 355).

Os bispos da Província Eclesiástica de Goiânia também manifestaram preocupação com as mudanças sociais e buscavam nova relação com os leigos. Em sua segunda reunião ordinária, esses bispos fizeram um novo diagnóstico na situação religiosa em Goiás, reafirmando preocupação com as “falsas doutrinas” e a “mentalidade materialista”, ao tratar do espiritismo, *Legião da Boa Vontade*, maçonaria e comunismo, indicando que a solução dependia da atuação dos leigos. Ao concluírem sua análise, os bispos procuraram envolver os laicatos na solução do problema, fazendo o seguinte questionamento: “qual o dever dos católicos em face deste quadro de negação e ameaças à nossa fé?” E a resposta, segundo eles, deveria constar de duas “atitudes firmes”, sendo a primeira “a coerência com os princípios da sua religião” e a segunda “colaborar de modo eficiente e organizado em defesa da fé para consolidar e difundir o reino de Deus”³⁴³, referindo-se às características particulares da Ação Católica.

É perceptível, o cruzamento de duas idéias que já estavam presentes quando Pio XI orientou a difusão da Ação Católica pelo mundo, ou seja, visando combater as visões de mundo adversárias, a Igreja conclamava o leigo a trabalhar próximo à hierarquia, com a tarefa de “estabelecer o reino universal de Cristo”. Para Beozzo (1984, p. 322), o projeto de ampliar a presença da Igreja Católica na sociedade era um indicativo de que a Ação Católica tornava-se uma forma de buscar o estabelecimento de uma nova cristandade, ou seja, “uma ordem econômica, social e política sob a direção dos princípios cristãos definidos pela Igreja”.

³⁴² OLIVERIA, Dom Antônio Ribeiro de. Dom Fernando pai e pastor da nossa Igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, 1995. p. 13.

³⁴³ MENSAGEM dos Bispos e Prelados da Província Eclesiástica de Goiânia ao Clero e aos fiéis católicos de Goiás. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1960. p. 5.

Dom Fernando assumiu a Arquidiocese de Goiânia sob o papado de Pio XII (1930-1958), período em que a Ação Católica estava fortemente influenciada pelo pensamento do filósofo Jacques Maritain e a idéia de uma nova cristandade, entendida como um “regime temporal ou uma era de civilização cuja forma animadora seria cristã [...]” (MARITAIN, 1965, p. 105). A concepção do filósofo estava fundamentada na ação temporal do cristão na esfera do profano, fazendo uma distinção entre o temporal (mundo da civilização e da cultura) e o espiritual (campo da religião, do sobrenatural) cabendo ao cristão “levar Cristo (espiritual) a seu meio (temporal)”.

Não é à Igreja, porém aos cristãos, como membros temporais deste organismo temporal que pertence de maneira direta e próxima transformá-lo e regenerá-lo segundo o espírito cristão. Em outros termos, o clero não tem que empunhar as alavancas de comando da ação propriamente temporal e política. (MARITAIN, 1965, p. 213).

Ficava cada vez mais evidente a importância atribuída ao trabalho próprio do leigo para restabelecer o papel da Igreja na sociedade, destacada nas palavras de Pio XII: “mesmo independente do pequeno número de sacerdotes, as relações entre a Igreja e o mundo exigem a intervenção dos apóstolos leigos. A *consecratio mundi* (a consagração do mundo) é, quanto ao essencial, a obra dos próprios leigos, homens que estão misturados intimamente à vida econômica e social, participam do governo e das Assembléias Legislativas [...]”³⁴⁴ Mais tarde, Paulo VI afirmaria que o leigo tem uma “missão peculiar” pois, pelo fato de estar “mergulhado na realidade temporal”, pode “agir por dentro, sobre o mundo”. Já o padre, afastado da vida profana, “não pode exercer influência sobre o mundo em geral, senão de um modo exterior, pela palavra e pelo ministério.”³⁴⁵

Em vários textos da RA sobre o papel do militante da Ação Católica ressalta-se a idéia de que cabia ao leigo “santificar” os meios rurais, operários, estudantis e independentes. A mensagem da Comissão Episcopal da Ação Católica e do Apostolado Leigo foi clara a esse respeito, ao afirmar que os leigos tinham a “vocação divina de consagradores do mundo, de todas as estruturas sociais, de todos os ambientes, para que aí se respeit[asse] a Justiça, o Amor Fraternal, a Honestidade, a Liberdade, a Dignidade da Pessoa Humana, os direitos sagrados de Deus e da Igreja.”³⁴⁶

³⁴⁴ CONSAGRAÇÃO do mundo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1958. p. 30.

³⁴⁵ DISCURSO que o Santo Padre Paulo VI proferiu na Basílica de São Pedro. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1964. p. 204.

³⁴⁶ CÚRIA Metropolitana: Mensagem e Diretrizes do Apostolado Leigo e a Ação Católica Brasileira. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, ago. 1960. p. 27.

Beozzo (1984) enfoca um elemento novo nessa discussão ao salientar que a Ação Católica aproximava a esfera privada (piedade particular), da esfera pública (sociedade). Para o autor, a Ação Católica foi o resultado de uma corrente crítica dentro do catolicismo em relação ao processo que, ao longo do século XIX, levou a religião a pertencer cada vez mais aos “assuntos da esfera privada”. Tanto religiosos como leigos praticavam um catolicismo “refugiado na piedade particular” estabelecendo, dessa maneira, uma “radical separação entre a esfera pública e a esfera privada da vida”. A Ação Católica tornou-se uma forma de aproximação entre essas duas esferas.

A Ação Católica pretendia estabelecer uma ponte entre a esfera privada e a esfera pública, entre o domínio do sagrado e o do profano. Religiosos e sacerdotes, segregados do mundo e das atividades profanas, de pouca valia seriam para ligar dois mundos estranhos entre si, quando não habitado por mútuas desconfianças e em franca oposição. Neste contexto, os leigos, com um pé na instituição religiosa e com outro no mundo profano, através do trabalho profissional, ocupam posição estratégica para estabelecer os primeiros contatos e implementar a presença da Igreja netas áreas “dessacralizadas”. (BEOZZO, 1984, p. 322).

Em sua *Mensagem de Páscoa de 1964*, Dom Fernando, inspirado em discurso de Paulo VI, enfatizava o papel do leigo como “ponte” entre a Igreja e a sociedade e acrescentava uma idéia que o próprio Papa alegou ser “nova e ousada”, ou seja, o papel de ponte atribuído ao leigo, por reconhecer a sociedade “Igreja” e a sociedade “cidade”, consistia em “levar o seu testemunho cristão ao terreno de sua profissão, e levar o seu testemunho profano ao terreno da vida católica”.³⁴⁷

Para Dom Fernando, a primeira parte da reflexão sobre o testemunho cristão levado ao terreno profano já era uma prática difundida, especialmente entre os militantes católicos. Contudo, a idéia do leigo informar a “esfera eclesial” sobre a “vida temporal” se revelava como um apelo da Igreja para que o laicato levasse ao clero informações sobre os problemas da vida profana, a respeito dos quais ele possuía mais conhecimento, possibilitando à Igreja uma análise mais sistemática da realidade temporal.

[...] Pode-se dizer que, de cada setor de vossas profissões, podeis indicar ao magistério e ao ministério da Igreja problemas novos, muito interessantes e muito vastos, que não convém ser tratados empiricamente, em termos de velhos manuais, mas é necessário considerar à luz de análises sistemáticas e científicas que os leigos católicos podem utilmente fornecer.³⁴⁸

Toda essa reflexão sobre o papel do laicato mostrava que o leigo passava a ser visto como uma possibilidade de vitalidade da Igreja. Em sua *Mensagem de Páscoa de 1958*,

³⁴⁷ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Mensagem de Páscoa de 1964. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1964. p. 189.

³⁴⁸ *Ibid.*, p. 189.

Dom Fernando expressava contentamento com a contribuição do leigo para a “vitalidade da Igreja” e para o “ressurgimento da vida cristã”, porém foi na *Carta Pastoral Coletiva* dos Bispos da Província de Goiânia, de 1957, que esse reconhecimento se tornou mais incisivo. Para os bispos, devido à participação dos leigos na vida da Igreja, a instituição estava, mais que nunca, “à altura das exigências do tempo e do progresso humano”.

Um dos aspectos mais consoladores da vitalidade da igreja em nossos dias é o progresso do apostolado dos leigos. Sempre houve, desde o começo, a colaboração dos fiéis na difusão do Reino de Cristo. Mas é inegável o desenvolvimento não só da teologia do laicato, como dos métodos postos a serviço dos leigos para fins do apostolado.³⁴⁹

Na cobertura da RA sobre o Apostolado dos Leigos, em que a Ação Católica teve lugar de destaque, a prioridade não era para as atividades cotidianas desse setor, percebendo-se, ao contrário, uma preocupação em munir o clero e os leigos de informações sobre sua importância junto à hierarquia e sua forma de organização, recorrendo especialmente a documentos dos papas e bispos, vozes oficiais da Igreja, como forma de legitimação da proposta. Dessa maneira, Dom Fernando, através da revista, estava mais uma vez seguindo os ensinamentos do Papa Pio XI que, ao tratar a Ação Católica como “menina de seus olhos”, incentivava a fundação e promoção desse movimento explicando seu significado, finalidade, métodos, importância da formação individual, o papel do laicato, entre outros.

Em documentos escritos e alocações sem conta, quase diários, Pio XI insistia na necessidade de fundar e promover a Ação Católica, que chamou de “menina dos seus olhos”, e lhe explicou sempre mais minuciosamente o caráter, as finalidades, os requisitos essenciais, a importância preferencial da formação individual, os métodos de ação. Seriam organizações diretamente dependentes da hierarquia, dos bispos, para levar as riquezas da graça, do espírito e da salvação de Cristo aos homens. O trabalho do laicato estaria inscrito no apostolado da hierarquia.³⁵⁰

Há que se enfatizar o debate que aparece no periódico sobre o status da Ação Católica junto à hierarquia. Carvalheira (1983, p. 16) afirma que para Pio XI seu caráter era de subordinação à hierarquia, contudo, Pio XII “substituiu sistematicamente a expressão ‘participação no apostolado hierárquico’ pela de ‘cooperação ou colaboração’ dada pelos leigos ao apostolado dos bispos e padres.” Nos discursos veiculados pela RA percebe-se sua adesão ao sentido de cooperação da Ação Católica à hierarquia da Igreja; porém, a preocupação em afirmar que a hierarquia detinha o comando do movimento, levava a uma certa ambigüidade.

³⁴⁹ CARTA Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 32.

³⁵⁰ DOM VICENTE Scherer fala sobre Ação Católica. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1967. p. 141.

Em discurso de João XXIII aos intelectuais, o pontífice, ao abençoar a Ação Católica, revelava considerar “seus membros como preciosos colaboradores dos bispos nas várias formas da vida associada”³⁵¹. No entanto, em discurso anterior, em que lembrava o papel histórico da Ação Católica, o Papa afirmava que “a cooperação ao apostolado hierárquico [...] leva à coordenação, à subordinação à hierarquia apostólica.”³⁵²

Quanto à posição da Arquidiocese de Goiânia, a cobertura da revista aponta para uma visão da Ação Católica como cooperação do leigo com a hierarquia. Ao informar sobre uma reunião de formação de militantes de Juventude Universitária Católica, a RA anunciava que “a Ação Católica tem função de colaboração no trabalho da hierarquia”³⁵³, e novamente, ao comunicar sobre a realização, em Roma, do *I Congresso Mundial do Apostolado dos Leigos*, informava que os papas definiram a Ação Católica como “a participação e colaboração dos leigos no apostolado da hierarquia.”³⁵⁴

Finalmente, a *Carta Pastoral Coletiva* dos Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia, de 1957, definia que competia à hierarquia “escolher para si colaboradores leigos”. Sendo assim, a idéia de subordinação expressava a preocupação em explicar que a Ação Católica tinha um caráter oficial, com mandato conferido pela hierarquia, sem, no entanto, ter a possibilidade de transformar-se em “apostolado hierárquico”: “o leigo é capaz de exercer, sob responsabilidade própria mas subordinado à hierarquia, uma missão que lhe é própria e portanto insubstituível.”³⁵⁵

Esse tema, sobre o papel do leigo junto à hierarquia, adquiriu grande importância porque a Igreja não admitia que o leigo se atribuísse um poder de decisão, afirmando sempre a idéia de “cooperação” e mesmo de “subordinação”. Para a Arquidiocese de Goiânia, o tema também se tornou candente porque Dom Fernando ocupava o cargo de Assistente Geral da Ação Católica, o mais importante no plano regional, sendo o representante da Arquidiocese junto ao Secretariado do Apostolado dos Leigos da CNBB³⁵⁶. A Ação Católica era um projeto tão importante para a Igreja que estava subordinada à Arquidiocese e não às paróquias e Dom

³⁵¹ FALANDO aos intelectuais Católicos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1963. p. 95.

³⁵² DISCURSO do Papa João XXIII. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1960. p. 6.

³⁵³ AÇÃO Católica: Juventude Universitária Católica. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, out. 1957. p. 29.

³⁵⁴ DUAS FORMAS de Apostolado Leigo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, nov. 1957. p. 5.

³⁵⁵ CARTA Pastoral Coletiva da Província Eclesiástica de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 33.

³⁵⁶ O Secretariado de Ação Católica foi criado em 1946 e serviu como embrião para criação da CNBB em 1952. Dom Fernando compunha esse secretariado na época e foi um dos incentivadores da criação da CNBB.

Fernando defendia a continuidade dessa estrutura, conforme manifestou em carta a Dom Vicente Scherer: “a ação católica é, por sua natureza, diocesana.”³⁵⁷

Outro tema importante, destacado pela RA, foi a preocupação em evitar ou amenizar possíveis resistências à Ação Católica, que se apresentava como um movimento diferenciado dos demais, como destaca a *Carta Pastoral Coletiva* dos Bispos. Por um lado, a carta transmitia uma “palavra de edificação e estímulo” a todos os leigos que militavam nas diferentes organizações católicas, ao mesmo tempo em que alertava para que “as demais irmandades ou confrarias procur[assem] atualizar seus métodos de apostolado às exigências dos tempos”³⁵⁸. Por outro lado, expressava as “mais vivas esperanças no desenvolvimento da Ação Católica Especializada”³⁵⁹, deixando transparecer seu tratamento privilegiado. Não obstante esse incentivo, não só em Goiás, mas em todo o país, a recepção à Ação Católica nem sempre foi calorosa.

O modo talvez como a Ação Católica foi implantada, a novidade do apostolado confiado aos leigos, numa Igreja extremamente clerical, a hegemonia não contestada da Igreja em extensas áreas do país, fez com que a acolhida à Ação Católica fosse por vezes fria e reticente. As antigas irmandades, ordens terceiras e associações viam-se relegadas a um segundo plano, devendo ceder seu lugar à Ação Católica. (BEOZZO, 1984, p. 323).

A Ação Católica foi recebida com restrições por setores mais tradicionais da Igreja porque, além de passar a ser uma prioridade para muitos bispos, possuía certas características que a tornavam especial, como ser considerada um apostolado oficial, ser composta por membros escolhidos pelo fato de possuir “aptidões especiais”, exigir uma formação sólida de seus militantes, além de ser um movimento que possuía uma sistemática organização atuando em diversos campos especializados. Esses temas também foram eleitos pela RA como prioritários, tendo em vista conquistar espaço para o movimento em Goiás.

A primeira informação sobre o caráter oficial da Ação Católica foi transmitida pela *Carta Pastoral* dos Bispos da Província de Goiânia, de 1957, ao esclarecer a diferença entre o “apostolado leigo em sentido largo” – compreendendo o *Apostolado da Oração*, por exemplo - e o “apostolado leigo em sentido estrito”, que admitia dois setores: o da “Ação Católica” e o do “apostolado leigo livre”. A diferença entre esses dois últimos setores era que a Ação Católica trazia “sempre o caráter de um apostolado oficial dos leigos” e o *Apostolado Leigo Livre* “pod[ia] ser oficial no momento em que a hierarquia confer[isse] o mandato aos

³⁵⁷ CARTA do Arcebispo Dom Fernando Gomes ao Secretariado do Apostolado dos Leigos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1965. p. 31.

³⁵⁸ CARTA Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 36.

³⁵⁹ *Ibid.*, p. 36.

que a exerce[ssem]”. O caráter oficial consistia exatamente no mandato atribuído pela hierarquia, que não era conferido ao movimento como um todo, mas “aos seus membros organizados em particular, segundo a vontade e a escolha da hierarquia”³⁶⁰.

O recrutamento dos militantes da Ação Católica obedecia a certos critérios, pois, “nem todos os cristãos [eram] chamados”, mas sim aqueles que tinham “aptidões especiais e formação adequada à tarefa que lhes [seriam] confiadas”³⁶¹. Para desempenhar sua função de levar a Igreja ao campo da profissão e do estudo, esses líderes passavam por um processo contínuo de formação cristã. Alguns desses militantes, no plano diocesano, tinham como atribuição “orientar e coordenar a ação missionária nas paróquias” e, no plano paroquial “selecionar e formar [...] elementos que se especiali[zassem] em determinados tipos de atividade, incorporando-os à ação missionária da paróquia”³⁶².

Quanto à importância atribuída à formação do militante da Ação Católica, o Papa João XXIII esclarecia que a função de colaboração com o clero “nasce de uma formação perfeita”, com ênfase na preparação individual segundo o “primado espiritual”, para que a Ação Católica “não caia no nível de uma organização exterior qualquer”³⁶³. Nesse sentido, dois cursos divulgados pela RA, mostram exemplos dessa formação.

No primeiro desses cursos, destinado à formação dos militantes da Juventude Universitária Católica (JUC), percebe-se a abordagem de um tema que apresenta certa complexidade, mesmo no âmbito de seu propósito doutrinário. Em palestra sobre a “religião pessoal”, o Padre Francisco Machado, assistente da JUC, refletia sobre o conceito de religião, sob três perspectivas. Para o padre, existia a “escola individualista”, a escola sociológica ou “coletivista”, de M. Ghiot e de Durkheim, e finalmente a posição da Igreja, “intermediária”, pois, segundo o sacerdote, para a Igreja, a pessoa “não é produto da sociedade, mas um participante ativo que oferece o contributo de sua personalidade”³⁶⁴. Mais uma vez a igreja se posicionava como terceira via para a solução dos problemas do homem.

O segundo caso, a formação do militante da Juventude Agrária Católica (JAC), demonstrava que a Igreja assumia uma posição de tutela sobre o homem do campo, considerando-o “incapaz de desenvolver uma visão crítica da realidade” (MAINWARING, 1989, p. 74). O *I Encontro da JAC de Goiânia* tinha como objetivo dotar o jovem do

³⁶⁰ CARTA Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 34.

³⁶¹ *Ibid.*, p. 33-34.

³⁶² CONCLUSÕES gerais da IV Reunião Ordinária da CNBB, realizada em Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, jul. 1958. p. 16.

³⁶³ DISCURSO do Papa João XXIII. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1960. p. 6-7.

³⁶⁴ AÇÃO Católica: Juventude Universitária Católica. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, nov. 1957. p. 25.

conhecimento necessário para o bom desenvolvimento de seu trabalho, que consistia na responsabilidade no apostolado leigo, os instrumentos de que poderia dispor e a forma de organização do movimento.

O primeiro tema tratado no encontro, “missão do jovem rural frente à realidade”, partia de um diagnóstico no qual os jovens eram identificados como “sem orientação para uma vida melhor” devido ao “isolamento”, “passividade” e “ignorância geral”. Nesse sentido, a JAC se propunha a “cumprir o seu papel” ajudando na solução dos problemas da juventude rural. A abordagem do segundo tema, “formação do militante”, levava à constatação de que existia a “necessidade do militante” no meio rural, cujo papel seria “influir nos outros”, “descobrir os verdadeiros líderes entre os jovens da localidade” e “conquistar-lhe a amizade e a confiança”, tendo em vista “fazê-los ver as necessidades dos seus companheiros”. A forma de atuação seria “viver no meio dos outros [...] como fermento na massa”.³⁶⁵

Ao tratarmos desses diferentes movimentos – JAC, JEC, JIC, JOC, JUC – estamos nos referindo ao ramo da Ação Católica Especializada, voltado para a juventude, em suas diversas modalidades - Agrária, Estudantil, Independente, Operária e Universitária – na segunda fase de desenvolvimento da Ação Católica Brasileira. Desde o início da década de 1940 começaram a se consolidar as primeiras experiências especializadas, porém somente em 1954 a Ação Católica Especializada foi aprovada oficialmente pela CNBB (CARVALHEIRA, 1983, p. 19).

A RA divulgava informações relativas a todas as formas de Ação Católica Especializada no Brasil; porém em Goiás apenas duas estavam mais presentes no periódico. Sobre a primeira delas, JUC, que havia sido implantada antes da criação da Arquidiocese de Goiânia, a RA, desde seus primeiros números, informava a respeito de algumas de suas iniciativas e o prosseguimento de seu programa de formação. A segunda era a JAC, que só começou a ser organizada no Estado em 1963, com o *Encontro de Pastoral Rural*, que reuniu padres e bispos para tratar do assunto e, posteriormente, com o *I Encontro de JAC de Goiânia*³⁶⁶, congregando os militantes.

A preocupação da RA centrava-se em destacar a importância da Ação Católica como um todo e não apenas informar a respeito da atuação de cada movimento especializado. Ao abordar a própria concepção de especialização, a revista ressaltava o mérito da

³⁶⁵ MOVIMENTO de JAC no Estado de Goiás. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 12, dez. 1963. p. 678.

³⁶⁶ *Ibid.*, p. 675-685.

flexibilidade que esta característica da Ação Católica dava à atuação da Igreja. Em uma declaração do CELAM, de 1958, a capacidade da adaptação da Ação Católica foi enfocada.

[...] Há, porém, algo que é específico da Ação Católica: sua capacidade de adaptação ao espaço e ao tempo; a vida é adaptação dinâmica: não só em seu apostolado, que valeria para outras organizações, se não enquanto as suas mesmas estruturas orgânicas.³⁶⁷

A Ação Católica havia surgido justamente para permitir que a Igreja se adaptasse às mudanças que o mundo moderno apresentava e sua flexibilidade se refletia na capacidade de se adaptar ao “espaço” e ao “tempo”, permitindo que se organizasse em cada país da forma mais apropriada para atender aos problemas específicos ali enfrentados pela Igreja. Quanto a isso, se manifestou o Papa João XXIII, em mensagem à JAC: “[...] Cada um de vossos países têm seus problemas particulares; cada organização nacional tem suas características próprias. Mas trabalhai todos para a extensão do reino de Deus nos diversos lugares rurais.”³⁶⁸ A Comissão Episcopal para o Apostolado Leigo e a Ação Católica também se pronunciou sobre o assunto:

Face a este plano divino, atravessando momentos decisivos na história do mundo, os nossos movimentos apostólicos de Ação Católica se colocam frente às realidade nacionais para nelas atuar, como o fermento Evangélico e em união estreita com os seus Pastores.³⁶⁹

No entanto, depois de a Igreja depositar na Ação Católica suas esperanças de renovação, permanência e ampliação de sua influência sobre a sociedade, esse projeto começava e se mostrar inviável. Em 1962 apareceram na revista os primeiros sinais de que a Ação Católica começava a questionar sua relação com a hierarquia, iniciando um processo de afastamento em relação à orientação da Igreja. A partir do início dos anos 1960, parte da Ação Católica se aproximou de partidos à esquerda, especialmente a JUC que, por sua participação na União Nacional dos Estudantes (UNE), chegou a assumir posições abertamente contrárias aos interesses da hierarquia católica. Segundo Cardoso (2002, p. 60) “durante o Congresso realizado em 1960, no Rio de Janeiro, a JUC aprovou um documento em que fez a opção por um socialismo democrático.” Além disso, durante o *I Seminário Nacional de Reforma Universitária*, em 1961, a JUC combateu o projeto de *Lei de Diretrizes e Bases* apoiado pela hierarquia católica. Diante desse comportamento de insubordinação da JUC, os bispos se manifestaram em documento que repercutiu nacionalmente, inclusive na RA:

³⁶⁷ A AÇÃO Católica é vital e insubstituível: declaração do CELAM. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, set. 1958, p. 33.

³⁶⁸ MENSAGEM de SS o Papa João XXIII ao I Congresso Mundial da JAC. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, out. 1960, p. 11.

³⁶⁹ MENSAGEM da Comissão Episcopal. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, set. 1961, p. 628.

Em documento, onde traça diretrizes para a Juventude Universitária Católica, a Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira e Apostolado dos Leigos lembra o perigo de certas tendências laicizantes em grupos católicos, especialmente: um espírito de desconfiança para com a hierarquia Católica e a conseqüente resistência em acatar os superiores eclesiásticos; atitude de subestimar a doutrina social da Igreja como se fosse incapaz de resolver os problemas sociais; e um certo messianismo coletivo que, congregando homens de todos os credos, ou mesmo sem credo nenhum, entende reconstruir o mundo em base puramente humana.³⁷⁰

Como conseqüência desse recorrente desentendimento com o episcopado, em 1962, parte dos militantes da JUC fundaram a Ação Popular (AP), conforme destaca Pierucci:

[...] Em 1962, como desdobramento dos rumos tomados – de um lado, o engajamento direto na ação revolucionária como resposta aos desafios da realidade brasileira, de outro, as relações cada vez mais tensas com a maioria do episcopado – um número considerável de militantes, ex-jucistas, fundaram a Ação Popular (AP), organização desligada de quaisquer vínculos institucionais com a Igreja, independente, inclusive, de laços puramente confessionais com o catolicismo. (1984, p. 368).

Com o golpe de 1964, militantes de movimentos católicos, especialmente membros da JUC e do MEB, passaram a sofrer perseguições por parte do governo militar e a RA publicou uma série de manifestações do episcopado brasileiro em apoio a esses movimentos. A primeira delas foi uma declaração dos bispos do nordeste, de abril de 1964, em que reiteravam seu apoio aos movimentos instituídos pelo episcopado, citando justamente a Ação Católica Brasileira e o Movimento de Educação de Base (MEB), afirmando-se responsáveis por “julgar da justificação dos seus programas e métodos, da fidelidade evangélica e da prudência de agir dos seus militantes” e que não se omitiriam “no exame e correção de eventuais falhas, sempre cuidadosos pelo seu indispensável aperfeiçoamento”. Revelando ainda uma posição de confiança no governo militar, pediam a libertação dos militantes católicos detidos.

Sem prejuízo das indispensáveis e oportunas medidas de segurança nacional, manifestamos, como Pastores, um duplo anseio: que inocentes, eventualmente detidos em um primeiro momento de inevitável confusão, quanto antes restituídos à liberdade; e que mesmo os culpados sejam livres de vexames e tratados com o respeito que merece toda criatura humana.³⁷¹

Dom Fernando também se manifestou sobre a Ação Católica em carta de outubro de 1964, dirigida a Dom Vicente Scherer, Secretário Geral do Apostolado dos Leigos, atendendo sugestão da Assembléia Geral da CNBB. Para o Arcebispo de Goiânia, “a Ação Católica tem sido, no Brasil, a organização de leigos mais atuante”, tanto no enfrentamento

³⁷⁰ PELO BRASIL e pelo mundo: hierarquia adverte Ação Católica contra laicismo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1/2, jan./fev. 1962. p. 57.

³⁷¹ DECLARAÇÃO dos Bispos do Nordeste reunidos por ocasião da posse de Dom Helder. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1964. p. 179.

dos problemas sociais, políticos e econômicos, à luz da *Doutrina Social da Igreja*, quanto nos movimentos litúrgicos e bíblicos. Alertava ainda para algumas “incompreensões” sobre o movimento e admitia ter havido “situações delicadas e tensões” entre militantes e a hierarquia católica, mostrando seu reconhecimento à Ação Católica pela vitalidade que conferiu a muitas áreas “ressequidas pelo indiferentismo e pelos preconceitos”.

Dom Fernando encerrou sua carta com uma série de propostas, em relação à Ação Católica, entre elas a de “deixar que os bispos instituem em suas dioceses os organismos que acharem convenientes, com o compromisso [...] de respeitarem, acatarem e defenderem os pontos de vista dos outros bispos, no que se refere às outras organizações católicas.”³⁷² Dom Fernando mostrava, assim, seu desejo de que o movimento continuasse a ser incentivado como prioritário na Igreja.

Duas cartas de Dom Vicente Scherer, em defesa da Ação Católica, também foram publicadas pela RA. Na primeira, Dom Vicente reconhecia “os valiosos serviços prestados pela Ação Católica Brasileira, desde sua fundação até [aqueles dias]” e revelava seu desejo de que ela continuasse ativa e que “sempre mais, [fosse] fiel à tarefa que se lhe confi[asse]”. Ao final, informava sobre as deliberações da Comissão Central da CNBB ao concordarem que as coordenações regionais, em colaboração com a nacional, “assum[issem] a responsabilidade principal da orientação e das iniciativas dos movimentos” e enviassem sugestões sobre a “melhor forma de promover a coordenação dos movimentos em âmbito nacional.”³⁷³

No segundo pronunciamento do Secretário Nacional do Apostolado dos Leigos, publicado pela RA, Dom Vicente mencionava a influência da Ação Católica na vida do país, sua finalidade e métodos de trabalho, sua singularidade, a predileção dos papas pelo movimento e o reconhecimento do *Concílio Vaticano II* pelos seus abundantes frutos para o “reino de Cristo”. Em contrapartida, ao final do discurso, Dom Vicente avaliava como “indefensável” a posição da JUC, durante a reunião do Conselho Nacional, em julho de 1966, ao não se reconhecer “como qualquer forma da organização que se defin[ia] como extensão do apostolado hierárquico”. Para o Secretário Nacional, os jovens que não aceitassem a finalidade da Ação Católica tinham liberdade para deixá-la, porém, não podiam tentar modificar seus objetivos históricos e finalizava com uma afirmação que mostrava a posição da

³⁷² CARTA do Arcebispo Dom Fernando Gomes ao Secretariado do Apostolado dos Leigos da CNBB. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1965. p. 33.

³⁷³ DOM VICENTE Scherer. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, jul. 1966. p. 476.

Igreja sobre o assunto: “a Ação Católica ficará fiel à sua origem, à sua tradição, à sua história e ao programa específico traçado pelos papas, ou desaparecerá.”³⁷⁴

Outro documento que teve repercussão na RA foi a *Declaração dos Bispos da Região Nordeste*, manifestando apoio aos relatórios da Ação Católica Operária (ACO), sobre a situação dos trabalhadores do nordeste e da Ação Católica Rural (ACR) e Juventude Agrária Católica (JAC), sobre o meio rural nordestino, que “[davam] conta de uma situação vexatória a que se acha[vam] submetidos operários urbanos e trabalhadores rurais” do nordeste. Segundo Pierucci (1984, p. 375), com a publicação desse documento, “desencadeou-se um conflito aberto e declarado entre Igreja e Estado”. Na declaração, os bispos se solidarizavam com os trabalhadores, condenavam as injustiças contra eles cometidas e reafirmavam a confiança e apoio às organizações da Ação Católica que atuavam no meio operário e rural. Os prelados fizeram questão de também afirmar que a Igreja “não toma[va] posição contra ninguém”, mas procurava cumprir o seu papel de servir a todos, “patrões e operários, assalariados e proprietários, pobres, ricos e homens de condição média” e, finalmente, conclamavam “as autoridades e os homens de empresas” a contribuírem para a “criação de novas fontes de promoção social.”³⁷⁵

A publicação dessa declaração pela RA foi acompanhada de um telegrama de Dom Fernando se solidarizando com os bispos do Nordeste, afirmando que a posição dos prelados se coadunava com a *Doutrina Social da Igreja* e com as diretrizes do *Concílio Vaticano II*. A revista divulgou ainda que autoridades militares do IV Exército teriam impedido a circulação do documento dos bispos, informação confirmada por Pierucci (1984, p. 375). A RA publicou uma carta de Gilberto Freire criticando a posição dos bispos do nordeste, porém o texto resvalou para uma questão pessoal com Dom Helder Câmara, que, por sua vez, replicou o escritor, em texto também publicado pela revista.

Essas manifestações em defesa da Ação Católica nas páginas da revista, iniciadas com as ofensivas à organização, a partir de 1964, se encerraram no início de 1967 e, nos meses seguintes, percebe-se uma ênfase nos movimentos de espiritualidade com o retorno da coluna Apostolado dos Leigos, então coordenada por Ary da Costa Gondim, que passava a ser publicada regularmente, a partir de abril de 1967, com notícias sobre Cursilho de Cristandade,

³⁷⁴ DOM VICENTE Scherer fala sobre Ação Católica. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1967. p. 143.

³⁷⁵ DECLARAÇÃO dos Bispos do Regional Nordeste II. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, ago. 1966. p. 509.

Movimento Familiar Cristão, Liga Católica Jesus Maria José, Congregações Marianas, entre outros. Iniciativa semelhante ocorreu em todo o país.

A repressão política dos movimentos de Ação Católica especializada nos anos pós-64, que apressou a decisão da hierarquia de retirar-lhe o apoio institucional – que de resto, já vinha sendo recusado pelos setores radicais desses movimentos – obrigaria o episcopado a investir esforços e recursos em novas modalidades de apostolado leigo, que se configurassem como menos vanguardistas e menos arriscados. (PIERUCCI, 1984, p. 376).

O leigo havia conquistado seu espaço na Igreja, mas agora esse espaço começava a ser redefinido, conforme texto do colunista Ary da Costa Gondim: “o leigo batizado constrói o mundo [...] contudo, o leigo não constrói o mundo para confiscá-lo: tenciona somente servi-lo, o que requer de sua parte liberdade interior.”³⁷⁶ Em outro texto o colunista acrescentava: “todo cristão deve ser um verdadeiro cristão, um perfeito cristão; por isso, todo cristão deve ser santo”³⁷⁷.

Em agosto de 1967, a RA informava sobre a morte do Cardeal Joseph Cardijn, fundador da JOC e criador do método da *Revisão de Vida*, do *Ver, Julgar e Agir*, método que teve grande influência na Ação Católica em todo o mundo, especialmente após ser citado pelo Papa João XXIII na encíclica *Mater et Magistra*. Ao anunciar a morte de Cardijn a RA parecia também reconhecer que a Ação Católica teria o mesmo destino. Segundo Dale (1985, p. 12), a JUC e a JEC desapareceram depois de 1964, “sob a força da repressão político-militar”; a JOC também “quase desapareceu” no mesmo período, entrando na clandestinidade, da qual “começou a emergir” após a abertura política. A JAC “acabou desaparecendo”.

Após acompanharmos a atuação da Ação Católica, que pretendia levar a Igreja a uma maior presença na sociedade, vejamos as iniciativas da instituição voltadas para o meio rural compondo o projeto de uma sociedade “mais cristã”.

3.2. Para não perder o homem do campo: Reforma Agrária, FAGO e MEB

A década de 1950 marcou um momento de guinada dos conflitos no campo, que, segundo Martins (1981), antes se manifestavam de forma não organizada, como foi o caso dos movimentos messiânicos - como a Guerra de Canudos, na Bahia, envolvendo os seguidores

³⁷⁶ GONDIM, Ary da Costa. Apostolado dos Leigos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, jun. 1967. p. 443.

³⁷⁷ GONDIM, Ary da Costa. Apostolado dos Leigos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1967. p. 824.

de Antônio Conselheiro, coronéis e governo - e o cangaço, uma forma de banditismo que vigorou no nordeste nas primeiras décadas do século XX, e que também representou um questionamento do poder dos coronéis. A partir dos anos 1950, os movimentos camponeses começaram a ser organizados por meio de associações e sindicatos, cujo exemplo mais acabado foi o das Ligas Camponesas, em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião.

As transformações que ocorriam no meio rural brasileiro fizeram com que a Igreja, receando perder o homem do campo, também mudasse sua estratégia de atuação nesse setor, se posicionando em diversas frentes como na luta pela reforma agrária, na sindicalização rural e também na educação de base. A Arquidiocese de Goiânia não só participou ativamente desse processo como chegou a liderar algumas dessas iniciativas desencadeadas pela CNBB, visíveis nos textos da RA.

3.2.1. Reforma Agrária de “inspiração cristã”

O mesmo documento que norteou o trabalho da Arquidiocese de Goiânia em seus primeiros anos – a *Carta Pastoral* dos Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia, de 1957 – também apontava a visão da Igreja em Goiás sobre reforma agrária e o fazia retomando o documento que havia marcado a entrada da Igreja Católica nessa discussão, no Brasil, que foi a *Carta Pastoral* de Dom Inocêncio Engelke, Bispo de Campanha, Minas Gerais, publicada em 10 de setembro de 1950, após a realização de uma *Semana Ruralista* promovida pela Ação Católica Brasileira, da qual participaram fazendeiros, padres e professores rurais. Os trechos do documento de Dom Inocêncio, publicados pela revista, mostravam que uma das principais preocupações da Arquidiocese era conter o avanço das idéias e métodos comunistas no meio rural.

Ficou célebre a confissão corajosa de Pio XI: ‘O maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária’. O Santo Padre pensava, sobretudo, nos operários das fábricas. É o caso de concluirmos, com coragem cristã, o pensamento do Pontífice: “Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também o operário rural”.³⁷⁸

Dom Inocêncio denunciava também o que chamava de situação “infra-humana” do homem do campo que morava em “casebres”, vestia “trapos” e “vegeta[va], sem saúde, sem anseios, sem visão, sem idéias”. Porém, na seqüência do texto, o bispo afirmava que

³⁷⁸ CARTA Pastoral da Província Eclesiástica de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 20.

“mesmo precária, a situação do trabalhador rural ainda e[ra] incomparavelmente melhor que a do operariado das cidades.”³⁷⁹ Vê-se nesses destaques da RA que a Igreja percebia as dificuldades do homem do campo, mas seu projeto era fixá-lo à terra, vendo como “brutal” o êxodo rural.

A RA mostrava ainda que a carta de Dom Inocêncio era dirigida ao proprietário rural, a quem apelava para que agisse com “espírito cristão”, tirando o camponês da situação de miséria e barrando o avanço do comunismo no campo. Para tanto, os convocava a se anteciparem à revolução, agindo não por “pavor da revolta”, mas por “uma questão de fé”: “Longe de vós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. Antecipai-vos à revolução. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja”, e exortava alegando que “o cristianismo não se contenta com vossas esmolas, exige de vós justiça para vossos trabalhadores. Dai-lhes uma condição humana e cristã.”³⁸⁰

A Igreja pregava, por esta via, uma solidariedade entre classes, acreditando que os proprietários rurais contribuiriam tornando mais justas as relações de trabalho no campo: “O discurso de Dom Inocêncio Engelke, em 1950, deixava clara a sua crença de que os fazendeiros tinham a responsabilidade de efetuar as mudanças necessárias e de que as fariam de boa vontade” (MAINWARING, 1989, p. 76).

A segunda parte da *Carta Pastoral* dos Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia se baseava nas *Diretrizes para uma Reforma Agrária no Brasil*, elaborada pela Comissão Nacional de Política Agrária da CNBB, que abordava dois temas sobre os quais a revista continuaria a se manifestar. O primeiro tratava do destino das terras que não cumprissem sua função social, envolvendo a questão do direito de propriedade; o segundo defendia que, além da terra, fosse oferecido ao trabalhador rural assistência técnica, financeira, educacional, entre outras, o que envolvia uma definição sobre o papel do Estado. O objetivo da Igreja era levar o desenvolvimento ao meio rural para fixar o homem à terra, acreditando que essas medidas promoveriam justiça social e equacionariam o problema do campo, permitindo também a manutenção do poder da instituição sobre o homem do campo.

Em seus primeiros anos a revista empreendeu longa discussão sobre a questão da propriedade privada e sua função social, provavelmente porque Dom Fernando iniciava uma experiência concreta de reforma agrária em terras da Arquidiocese, que deveria servir de

³⁷⁹ Ibid., p. 21.

³⁸⁰ CARTA Pastoral da Província Eclesiástica de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958, p. 20.

exemplo para o Brasil, e precisava esclarecer que a Igreja era a favor do direito de propriedade e que a reforma se daria em terras devolutas ou naquelas que não cumprissem sua função social.

A grande propriedade agrícola deixa de cumprir sua função social cada vez que leva a um monopólio rígido, em proveito de um pequeno número, à utilização insuficiente da capacidade de produção do solo ou as formas de pauperismo devidas à exploração do trabalho ou a uma pressão demográfica que conduza a uma forte valorização da terra. Em casos assim, convém que as Autoridades Públicas tomem as medidas necessárias que podem ir até a desapropriação parcial ou total mediante razoável indenização.³⁸¹

A preocupação dos bispos em discutir a questão da propriedade tinha como finalidade definir os critérios de desapropriação, sendo que sobre as “terras devolutas” acreditavam que o Estado poderia agir livremente, ao passo que em relação às “terras ocupadas” alegavam que era “utópico no nosso meio e nas nossas circunstâncias pensar-se em desapropriações de larga escala (não ha[via] recurso, nem clima psicológico, nem maturidade política pra tanto).”³⁸²

Em outra mensagem, de abril de 1961, os bispos da Província Eclesiástica de Goiânia esclareciam que a noção de propriedade marcava a diferença entre as diversas visões sobre a reforma agrária, ou seja, enquanto os comunistas e socialistas “pretend[iam] abolir parcial ou totalmente o direito à propriedade particular, colocando todos os bens nas mão do Estado”, os adeptos do chamado “capitalismo liberal”, contrários à reforma agrária, “se prend[iam] à propriedade particular, a ponto de negar-lhe a função social, prejudicando o bem comum”; a Igreja, por sua vez, dizia respeitar a propriedade particular, pregando que “o capital e a propriedade deve[riam] ser instrumentos da produção em proveito de toda a sociedade e meios de manutenção e de defesa da liberdade e da dignidade da pessoa humana (Pio XII).”³⁸³

Ao discorrer sobre os *Princípios sociais da reforma agrária*, Dom Fernando reportava-se ao conceito de propriedade no contexto do pensamento da Igreja Católica na década de 1950 e 1960, já sob a influência da encíclica *Mater Et Magistra*, do Papa João XXIII, de 1961, recentemente publicada. O prelado esclarecia que o homem era o próprio “centro de toda a vida econômica e social” e que a propriedade era importante porque garantia

³⁸¹ CARTA Pastoral da província Eclesiástica de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 22.

³⁸² *Ibid.*, p. 23.

³⁸³ MENSAGEM dos Bispos e Prelados da Província Eclesiástica de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1961. p. 292-293.

a dignidade à pessoa humana³⁸⁴. A idéia de que a propriedade seria uma garantia para o homem desenvolver-se livremente já havia sido tratada em outro artigo da revista³⁸⁵ acrescentando ainda ser a propriedade que dignificava o homem aquela ligada ao trabalho.

Em seu artigo, Dom Fernando enfatizava que, além da “função pessoal”, a propriedade também tinha uma “função social” a ela associada, posição que não era tomada pela Igreja como “socializante”, mas “personalizante”, diferenciando-se do liberalismo e do socialismo: “A função social se baseia no próprio direito pessoal e fundamental que cada um possui de utilizar os bens da terra. A função social não é socializante no sentido clássico do termo, mas personalizante. Assim, evitamos os dois escolhos – do liberalismo e do socialismo que levam ao anonimato e à despersonalização.”³⁸⁶

A função social implicava em obrigações por parte do proprietário que não teria direito de gozar da sua propriedade apenas em seu benefício, devendo agir como “gerentes dos bens terrestres”, nas palavras de Pio XII. Essa posição pode ser percebida quando bispos, como Dom Inocêncio, em 1950, se dirigiam aos fazendeiros, propondo-lhes que agissem com “espírito cristão” ou quando Dom Fernando fazia o mesmo ao se dirigir aos proprietários solicitando que colocassem suas terras a serviço da reforma agrária.

O segundo tema refletido por Dom Fernando nesse artigo tratava do papel do Estado em um programa de reforma agrária, atribuindo-lhe a função de realizar a justiça distributiva³⁸⁷, intervindo em nome do “bem comum”, lembrando que a ação do Estado era subsidiária, necessitando da iniciativa privada para realizar plenamente sua função. Nesse sentido, cabia ao Estado garantir uma “legislação objetiva e eficaz” para coordenar a justa distribuição e uso das terras; criar um “vasto programa de assistência” técnica, educacional, social, assim como políticas de crédito, fiscal, de preços, entre outras medidas.

Em editorial no qual tratava justamente dos projetos da Arquidiocese realizados em parceria com o Estado, o texto cobrava que fosse levado desenvolvimento ao campo, pois o homem estava saindo em direção à cidade em busca do “progresso”: “À proporção em que o rurícola conhece o mundo dos outros e o compara com a miséria em que vive no seu, vai

³⁸⁴ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Princípios sociais da reforma agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, ago. 1961. p. 551.

³⁸⁵ PORQUE a Igreja defende o direito de propriedade. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1958. p. 78-88.

³⁸⁶ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Princípios sociais da reforma agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, ago. 1961. p. 559.

³⁸⁷ Justiça distributiva: “incumbe aos dirigentes e os obriga a distribuir os ônus e as recompensas em proporção com os méritos e as obrigações”. (ÁVILA, Fernando Bastos de. Contribuições da Igreja na solução da questão social. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1958. p. 60.).

despertando e empregando o resto de energia de que dispõe para mudar-se para a cidade”. Segundo o editorial, começava-se a perceber o “desenvolvimento” chegando ao “sertão”, mas não à agricultura.

A energia e o transporte começam a penetrar os nossos sertões e por toda parte sente-se a trepidação do ‘desenvolvimento’. A crise, porém, está se tornando aguda e das mais perigosas porque a ritmo de trabalho não atingiu e esfera da agricultura na medida necessária.³⁸⁸

Ao longo da década de 1950, a Igreja voltou-se para a questão do campo, impulsionada pela preocupação com a atração do homem rural para o discurso comunista apresentando alternativas para o problema, colocando-se como promotora do desenvolvimento econômico da sociedade.³⁸⁹ Mas esse posicionamento da Igreja trazia uma ambigüidade, pois, ao mesmo tempo em que se colocava como “mobilizadora das forças populares”, seus projetos eram elaborados via Estado, representante da “hegemonia burguesa”.

Os anos 50 foram de importância crucial para a Igreja no Brasil. É quando consideráveis setores da Igreja modernizam sua atuação na sociedade, pensam-se e atuam como ‘promotores do desenvolvimento’, vão ao encontro das camadas populares, sobretudo nas regiões mais atrasadas e subdesenvolvidas, mantêm relações de bom entendimento e colaboração com o Estado. (PIERUCCI, 1984, p. 366).

A publicação da *Mater et Magistra*, em 1961, “primeira encíclica a tratar explicitamente dos problemas do mundo subdesenvolvido” (PIERUCCI, 1984, p. 365), trouxe nova ênfase à discussão sobre a questão agrária no Brasil, reafirmando posições sobre o direito de propriedade e sua função social. Foi sob o impacto desse documento que Dom Fernando escreveu sobre *Os princípios sociais da reforma agrária* e, em outubro de 1961, a CNBB se reuniu no Rio de Janeiro, com a presença de Dom Fernando, como membro da Comissão Central, e elaborou a declaração intitulada *A Igreja e a situação do meio rural brasileiro*³⁹⁰.

O documento da CNBB foi concebido dentro do projeto maior da Igreja naquele período que era o desenvolvimento econômico brasileiro, mostrando o empenho em “ajudar a integrar a agricultura brasileira no ritmo do desenvolvimento nacional”³⁹¹. Para isso, propunha um roteiro de atividades que incluía a) a obtenção de serviços essenciais para o meio rural

³⁸⁸ INTRODUÇÃO: o homem do campo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, jun. 1960, p. 4.

³⁸⁹ Para Martins (1981, p. 81) a carta de Dom Inocência, de 10 de setembro de 1950, foi motivada pela publicação do *Manifesto de Agosto* de 1º de agosto daquele ano, em que o Partido Comunista Brasileiro “definia a sua linha mais radical em relação aos problemas do campo”.

³⁹⁰ A IGREJA e a situação do meio rural brasileiro. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, p. 698-704, out. 1961.

³⁹¹ *Ibid.*, p. 699.

como estradas, transportes, comunicações, entre outros; b) a introdução de novas técnicas de produção; c) política econômica abrangendo regime fiscal, crédito, seguros sociais, controle de preços, desenvolvimento das indústrias de transformação e modernização dos estabelecimentos agrícolas.³⁹²

Os bispos afirmaram o papel da Igreja no sentido de convencer os agricultores de que eles próprios eram os promotores do “desenvolvimento econômico” e do “progresso social” e “cultural” do meio rural. Mostravam-se também preocupados com os comunistas, alertando, porém que não se devia cair no “mero anti-comunismo simplista e contraproducente”, embora não se devesse esquecer da retaguarda. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que diziam caber a cada diocese ou pastor “descobrir os meios práticos de defender o rebanho”, acabaram apontando caminhos.

A hora é de orações e de sacrifícios. Cabem, quem sabe, procissões de penitência e preces públicas para que nossa pátria, reserva de cristandade, se mantenha fiel a Nosso Senhor Jesus Cristo.³⁹³

Segundo os bispos, os comunistas “prepara[vam]-se para a tática de guerrilha”, em uma provável referência às ligas camponesas, cujo crescimento aterrorizava a Igreja e a levava a pensar estratégias para enfrentá-los. Com esse objetivo, associado ao propósito de levar o desenvolvimento econômico ao meio rural, o documento fazia “recomendações especiais” à Ação Católica Rural, à sindicalização rural, às Frentes Agrárias e ao Movimento de Educação de Base, que seriam cumpridas pela Arquidiocese de Goiânia.

[...] No afã de acompanhar o desenrolar da história e pôr-se em dia com os portadores do progresso, estas parcelas da Igreja tomaram a peito a tarefa de ‘promover o desenvolvimento’. No que, entraram em choque ideológico, de um lado, com as classes conservadoras, e, de outro, com as forças populares mais à sua esquerda, que lhe haviam ‘invadido a retaguarda e os flancos. A apressada sindicalização dos trabalhadores rurais por iniciativa do clero, a formação das Frentes Agrárias, o próprio MEB revelam muito do espírito de conquista e disputa que tomou conta neste período, dos segmentos mais dinâmicos e renovadores do clero. (PIERUCCI, 1984, p. 367).

Martins (1994) avalia que para a Igreja a integração dessas iniciativas tinha o propósito de uma “ação educativa”, que visava impor uma “visão de poder”.

As mudanças econômicas advindas de uma eventual reforma agrária e a própria luta pela reforma agrária tinham, no entender da Igreja, que ser acompanhados por uma ação educativa, uma ação de conscientização como era chamada. Portanto, o empenho pela sindicalização e pela reforma agrária ia acompanhado por um empenho pela alfabetização de adultos e formação de uma consciência sindical. Embora a questão não estivesse posta claramente pela Igreja, nem pelas esquerdas, de fato, toda a ação se orientava

³⁹² A IGREJA e a situação do maio rural brasileiro. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, out. 1961. p. 699-700.

³⁹³ *Ibid.*, p. 704.

no sentido da constituição da cidadania entre os trabalhadores rurais. O que basicamente significa que a disputa pela reforma agrária ocultava, na verdade, mais do que uma luta pelo poder, uma concepção de poder. (MARTINS, 1994, p. 114).

Com a publicação da encíclica *Pacem in Terris*, de João XXIII, em abril de 1963, a Comissão Central da CNBB divulgou um documento em que voltava a reivindicar para o campo os benefícios do desenvolvimento: “ninguém pode desconhecer a situação de milhões de nossos irmãos que vivem nos campos, sem poder participar dos benefícios do nosso desenvolvimento, em condições de miséria que constituem uma afronta à dignidade humana.”³⁹⁴ Entretanto, a RA se limitou a publicar os dois documentos citados, pois estava plenamente envolvida na cobertura das iniciativas práticas da arquidiocese, especialmente com o projeto de reforma agrária da Fazenda Conceição, seu projeto mais significativo para dar concretude à sua ação no campo.

Depois do último relatório sobre a experiência piloto na Fazenda Conceição, publicado no volume de outubro/novembro de 1963 da RA, o tema da reforma agrária praticamente não voltou à revista até o final de 1967. Depois de um período de bom relacionamento com os governos, com participação decisiva na criação de Sudene, no governo Juscelino Kubitschek, com as Escolas Radiofônicas ampliadas em Rede Nacional de Emissoras Católicas (RENEC) e financiadas pelo governo Jânio Quadros, com o Movimento de Educação de Base, no Governo João Goulart, a Igreja deu sinais de divisão, encontrando-se nesse impasse no momento do golpe de 1964.

Para Pierucci (1984, p. 372), “não houve, porém, soluções de compromisso entre a Igreja e o novo regime instalado no país”; nos anos de 1967 e 1968 intensificaram-se os conflitos entre o governo e a Igreja. No entanto, Serbin (2001, p. 425) analisa que a Igreja, percebendo que podia fazer pouco diante da dominação militar, mesmo apresentando uma “resistência pacífica”, “não tinha muita escolha, além de dialogar com o regime”, diante do qual se apresentava unida em torno da CNBB como uma instituição forte.

Em 1967, Paulo Tormim Borges, que fora articulista de uma coluna da RA, publicou um artigo analisando, de maneira positiva, o Estatuto da Terra, legislação em vigor desde o início do governo militar. O artigo havia sido publicado no jornal *O Popular*, dividido em seis crônicas na coluna *Pingo nos is*, e reordenadas para a publicação na revista, a pedido

³⁹⁴ MENSAGEM da Comissão Central da CNBB. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5, abr./maio 1963. p. 244.

de Dom Fernando. Segundo Borges, ele e o arcebispo pretendiam buscar a aceitação da legislação proposta pelos militares.

Cúria Metropolitana e nós, com esta publicação, tivemos o propósito de desarmar prevenções eventualmente existentes contra nossa legislação agrária, despertar interesse pelo seu exame e curiosidade pela sua aplicação. Sobretudo moveu-nos o propósito de mostrar que o direito agrário brasileiro está firmado em princípios democráticos, solidários, cristãos e revolucionários, pois a revolução prometera esta reforma e cumpriu a promessa no ordenamento legal.³⁹⁵

O apoio ao Estatuto da Terra tinha explicação, pois Dom Fernando havia participado de sua elaboração, juntamente com Dom Helder Câmara, em colaboração da Igreja ao complexo IPES-IBAD – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática. O IPES havia sido encarregado de montar um diagnóstico sobre a situação fundiária no Brasil, propondo, ao final, um projeto de lei de reforma agrária, a partir das orientações do governo norte-americano, através da *Aliança para o Progresso*³⁹⁶ (AMADO, 1996, p. 107). Dois artigos publicados na RA fizeram parte da contribuição de Dom Fernando ao projeto: *Reforma Agrária: questionário a ser respondido pelos membros do Grupo de Trabalho para a elaboração do Estatuto da Terra*³⁹⁷, organizado por Pompeu Accioly Borges, e *Princípios Sociais da Reforma Agrária*³⁹⁸.

O título do artigo de Borges – *IBRA e Cia* – referia-se ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária criado para a aplicação do Estatuto da Terra. Borges empreendeu um exame minucioso do estatuto e concluiu tratar-se de um “instrumento seguro e exato para dar ao problema rural brasileiro uma solução cristã, o que significa dizer humana”³⁹⁹. Para o autor, essa legislação reconhecia a importância da justiça social e definia como papel do Estado “criar oportunidades para todos”.

Além disso, o jurista elogiava a definição de minifúndio e latifúndio adotada pelo estatuto. No entanto, para Martins (1981, p. 95-96), o Estatuto da Terra, seguindo a orientação do IPES, “punha a ênfase da sua proposta na constituição da empresa rural e na condenação, tanto do minifúndio quanto do latifúndio”, de modo que “o minifúndio deve[ria] tornar-se empresa” e “o latifúndio deve[ria] ser submetido a pressões fiscais”. Diante disto, Martins

³⁹⁵ BORGES, Paulo Tormim. IBRA & Cia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1967. p. 831.

³⁹⁶ A RA chegou a publicar discurso do Presidente Kenedy, sobre a Aliança para o Progresso, ver: ALIANÇA para o Progresso. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 638-646, set. 1961.

³⁹⁷ REFORMA Agrária: questionário a ser respondido pelos membros do Grupo de Trabalho para a elaboração do Estatuto da Terra. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 392-402, jun. 1961.

³⁹⁸ PRINCÍPIOS Sociais da Reforma Agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 550-572, ago. 1961.

³⁹⁹ BORGES, Paulo Tormim. IBRA & Cia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, nov. 1967. p. 830.

concluiu que o Estatuto prejudicava principalmente o pequeno agricultor porque o latifúndio tinha mais possibilidades de transformar-se em empresa.

3.2.1.1. A parceria Igreja-Estado no campo: exemplos efetivos

Torna-se importante ressaltar uma controvérsia que marcou o início dos projetos da Arquidiocese de Goiânia em colaboração com o Estado. Em fevereiro de 1961, a RA publicou um artigo de Dom Fernando contendo críticas veementes ao livro *Reforma Agrária Questão de Consciência*, no qual os autores se colocavam contra a reforma agrária. O livro, publicado pela *Editores Vera Cruz*, tinha como autores Dom Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos, Dom Geraldo Sigaud, Arcebispo de Diamantina, o ex-deputado Plínio Corrêa de Oliveira e o economista Luiz Mendonça de Freitas. O artigo revelava que havia entre os bispos do Brasil aqueles que eram favoráveis e os que eram contrários à reforma agrária, sendo que o Arcebispo de Goiânia sentia que precisava marcar posição naquele momento em que já estava em andamento o projeto de reforma agrária na Fazenda Conceição, uma experiência de cooperação entre a Igreja e o Governo Federal, que precisava de apoio do episcopado.

Dom Fernando criticava no livro o fato dos autores condenarem a reforma agrária de “inspiração materialista”, sem esclarecer como seria uma reforma agrária de “inspiração cristã”, ou seja, mostrava apenas o lado negativo do problema sem apontar uma solução de “ordem prática” em bases cristãs, tendo em vista combater os “inimigos”. O arcebispo esclarecia que não só o socialismo e o comunismo contrariavam os postulados da doutrina da Igreja, mas também o capitalismo “materialista”, “liberal” e “laicista”. Mais que isso, inspirado na encíclica *Divini Redemptoris*, do Papa Pio XI, Dom Fernando prosseguia afirmando que o próprio capitalismo de “mentalidade egoísta e gananciosa e sem espírito cristão” provocava o “abandono moral e religioso” do homem, gerando, assim, as bases para o socialismo e o comunismo. Para o Arcebispo, mesmo enquanto o socialismo avançava, o cristão não poderia deixar de ser firme no “combate aos erros do capitalismo”.

O socialismo não é o único nem o mais grave problema a enfrentar, se queremos levar o fermento cristão ao mundo rural. Há toda uma realidade viva e gritante no pauperismo, no subdesenvolvimento, na ignorância, na doença, nas injustiças sociais, nos males, enfim, que atormentam o homem do campo e que nada têm com socialismo, porque lhe são anteriores.⁴⁰⁰

⁴⁰⁰ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Reforma Agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1961, p. 80.

A RA publicou ainda uma matéria sobre o livro *Reforma Agrária Questão de Consciência*, em que o Padre Duarte questionava se os autores do livro representavam o pensamento da Igreja. Para responder à pergunta que ele mesmo se colocava, alegava em primeiro lugar que os papas haviam elaborado uma doutrina que permitia a mudança do “estatuto agrário” em alguns países, tendo em vista uma distribuição da propriedade rural que possibilitasse ao povo “uma perspectiva de participação na propriedade do solo (Leão XIII, *Rerum Novarum*).”⁴⁰¹

Dessa forma, alegava o Padre Luciano Duarte, não seria lícito a um bispo ou a um católico ser contrário a uma reforma agrária que atendesse à doutrina da Igreja. E para completar seu argumento de que os autores do livro não representavam o pensamento da Igreja, informava que – “enquanto se aguarda[va] um pronunciamento oficial do episcopado brasileiro” – a maioria dos bispos estava se manifestando de forma favorável a uma reforma agrária cristã – Dom Helder, Dom Fernando, a Província de Aracaju, o episcopado do Rio Grande do Sul – concluindo que “estas vozes já nos deixam ver em que sentido irá a palavra oficial da hierarquia católica em nossa pátria.”⁴⁰²

Em agosto de 1961, Dom Fernando voltou a escrever sobre o livro *Reforma Agrária Questão de Consciência*, desta vez em resposta ao artigo de um dos autores, Dom Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos, publicado em *Catolicismo*, de junho de 1961, refutando as críticas de Dom Fernando. Em seu artigo, Dom Antônio de Castro Mayer mostrava não aceitar as críticas de Dom Fernando de que seu livro fosse “inclinado [...] a não tomar conhecimento de toda a extensão dos abusos e excessos dos proprietários que deixaram de cumprir os mais elementares deveres da consciência cristã e da justiça social.”⁴⁰³ Dom Fernando, por sua vez, confirmava sua posição anterior e citava os documentos *Menti Nostre*, de Pio XII e *Mater et Magistra*, de João XXIII como “caminho seguro para a solução dos problemas sociais de nossa época.”⁴⁰⁴

Os dois projetos que tornaram-se exemplos concretos da cooperação entre Igreja e Estado, em relação ao problema do campo, foram a experiência de reforma agrária da Fazenda Conceição, iniciativa da Igreja, que contou com a colaboração do Governo Federal e as *Semanas Ruralistas*, iniciativa do governo, através do Ministério da Agricultura, que

⁴⁰¹ DUARTE, Padre Luciano. Um livro e uma confusão. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, jun. 1961. p. 400.

⁴⁰² *Ibid.*, p. 401.

⁴⁰³ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. As omissões do livro *Reforma Agrária Questão de Consciência*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, ago. 1961. p. 574.

⁴⁰⁴ *Ibid.*, p. 575.

obteve amplo respaldo da Igreja. A importância desses projetos foi ressaltada em um editorial da RA.

[...] Não se pode negar que o governo sente o problema e procura remediar os males. A ação, por exemplo, do Ministério da Agricultura, não obstante a escassez de verbas, está merecendo o apoio e a colaboração de muitos e já se apresenta com uma boa folha de serviços, em todo o país. A Igreja não perde oportunidade de oferecer sua colaboração inteligente e desinteressada. Nas reuniões dos Bispos, de caráter nacional ou regional, são vários e preciosos os pronunciamentos do Episcopado. Ultimamente, são experiências de ordem prática, como a da Fazenda N. S. da Conceição em nossa Arquidiocese e as Semanas Ruralistas, em diversas dioceses, que demonstram o empenho da Igreja pelo palpitante tema.⁴⁰⁵

Nessa perspectiva, em que se buscava conter a agitação no campo através de alternativas desenvolvidas em colaboração com o Estado, os bispos do Brasil construíram um projeto de reforma agrária de “inspiração cristã”. Dom Helder Câmara havia elaborado um plano em que eram aproveitadas as terras pertencentes às dioceses para experiências pioneiras de reforma agrária, que depois pudessem expandir-se por todo o país. Esse plano foi discutido em um encontro dos bispos, em Curitiba, e posteriormente em vários outros encontros episcopais, em que se amadureceu o projeto de uma experiência de reforma agrária.⁴⁰⁶

A partir dessa perspectiva, Dom Fernando, mostrando entusiasmo pelo projeto, ofereceu a Fazenda Nossa Senhora da Conceição, de propriedade da Arquidiocese de Goiânia, para a experiência piloto.⁴⁰⁷ O arcebispo não só ofereceu a Fazenda Conceição para a experiência pioneira, como tornou-se um defensor do projeto, esclarecendo, em entrevista publicada pela RA, que não se tratava de uma utopia, mas sim de uma proposta concreta pois a Fazenda Conceição já havia sido colocada à disposição do plano. Além disso, segundo o prelado, Dom Helder “não prometia nada”, apenas “ofere[cia] a colaboração da Igreja naquilo que ele pod[ia] colaborar”, disponibilizando, além da terra, o elemento humano representado pelo vigário presente em mais de três mil paróquias rurais espalhadas pelo país.⁴⁰⁸

O arcebispo informava ainda que Dom Helder havia apresentado o plano ao presidente Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1959, em reunião com a presença dos ministros da Fazenda, da Agricultura e da Viação, juntamente com seus auxiliares. Nessa reunião, Dom Helder expôs o objetivo do plano.

[...] Em resumo, consiste o plano em convidar o Governo a fazer uma experiência, em colaboração com a Igreja, servindo-se dos órgãos e das

⁴⁰⁵ INTRODUÇÃO: o homem do campo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, jun. 1960. p. 5.

⁴⁰⁶ OLIVA, Datis Lima. Plano Piloto de Experiência Rural. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10/11, out./nov. 1963. p. 561.

⁴⁰⁷ A IGREJA promove reforma agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1959. p. 100.

⁴⁰⁸ *Ibid.*, p. 100-101.

verbas já existentes para essa finalidade, tais como o INIC, o Serviço Social Rural e os diferentes setores do Ministério da Agricultura.⁴⁰⁹

Na mesma entrevista, Dom Fernando revelou ainda que o papel da Igreja no projeto de reforma agrária seria o de “harmonizar interesses” entre os diversos segmentos envolvidos, sendo que ao proprietário das terras deveriam ser oferecidas “vantagens concretas” para que seu exemplo pudesse ser seguido e evitar “o perigo de uma reforma violenta”; ao governo caberia “suprir o que faltar à família que se muda[va]” e “em casos especiais, indenizar [os proprietários] de acordo com as normas da justiça”.⁴¹⁰ Ao homem do campo recomendava que se empenhasse em um trabalho “consciente” com “responsabilidade”, correspondendo à confiança nele depositada.⁴¹¹

É claro que esses interesses podem e devem ser harmonizados mediante um trabalho sério de formação da opinião pública, de educação cívica, de esclarecimento da situação delicada em que se encontra o país, de defesa das instituições, da cultura, das nossas tradições cristãs e democráticas.⁴¹²

Nessa campanha de “educação” e “formação”, Dom Fernando insistia ainda em apelar ao “espírito público” do proprietário de terras que, acreditava, deveria “promover a verdadeira reforma agrária” fazendo com que suas terras fossem revitalizadas “pelo cultivo e pela valorização do homem”, colocando-as “à disposição do trabalho humano bem orientado para que essas terras [fossem] pagas pelo suor honesto dos que não quer[iam] esmolas, mas oportunidades para se firmar na vida”.⁴¹³

O arcebispo esclarecia também que a experiência da Fazenda Conceição destinava-se a favelados do Rio de Janeiro e de todo o país, explicando que “muitos dos favelados do Rio, não são do Rio. São do Nordeste e de muitos outros pontos do país”. Além dos favelados, o plano contemplaria pessoas de diversas regiões dentro de seu objetivo de “fixação do homem ao campo”.⁴¹⁴

Dom Fernando encerrou a entrevista com um apelo a todos os envolvidos para que se empenhassem na solução do problema do campo de acordo com as “normas cristãs” e suas “mais belas e profundas tradições”, evitando uma reforma agrária “violenta”, com as “cores do sangue” ou com “os imperativos da força”. Pedia que os proprietários⁴¹⁵ “não tem[essem] a ação da Igreja” e compreendendo a finalidade do plano viessem “ao encontro de

⁴⁰⁹ Ibid., p. 102.

⁴¹⁰ A IGREJA promove reforma agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1959. p. 103.

⁴¹¹ Ibid., p. 106.

⁴¹² Ibid., p. 103.

⁴¹³ Ibid., p. 103.

⁴¹⁴ Ibid., p. 104.

⁴¹⁵ Como o projeto de reforma agrária da Igreja seria desenvolvido em propriedade da Arquidiocese, este apelo se voltava aos proprietários em geral, pois o objetivo era que a experiência piloto se expandisse pelo país.

uma solução cristã, fechando definitivamente a porta aos que [pudessem] ter planos anti-cristãos e anti-patrióticos.”⁴¹⁶

Após a apresentação do plano de Dom Helder ao Presidente da República, ficou acertada uma visita dos técnicos do governo à Fazenda Conceição, a partir da qual seria elaborado um diagnóstico sobre a viabilidade do local e, em caso positivo, a aprovação das condições necessárias para a implantação do projeto. Uma portaria de 21 de janeiro de 1959 designou os membros do grupo de trabalho, composto por cinco representantes de diversos órgãos do governo, que visitaram a Fazenda Conceição, em companhia de Dom Fernando, no início de março.

O relatório-programa dos técnicos, publicado na íntegra pela RA, iniciava com uma avaliação da situação jurídica, geográfica, altitude, clima, salubridade, hidrografia, topografia, qualidade das terras, loteamento, extensão dos sítios, situação econômica, natureza dos colonos, regime de exploração. Em seguida, fazia recomendações sobre organização do núcleo colonial, culturas aconselhadas, exploração do sítio, medidas para evitar a erosão e finalmente o orçamento – informando que poderia ser financiado pela Carteira de Colonização do Banco do Brasil – com um plano de trabalho sugerindo uma produtividade que garantiria a consolidação do projeto.

O relatório em geral foi positivo, sugerindo medidas para contornar os pontos fracos como a topografia acidentada à qual deveriam adaptar determinadas culturas e os terrenos de cerrado que poderiam ser aproveitados como pasto ou reflorestamento. Sobre a “natureza dos colonos” – que sugeria fossem compostos por 35 a 38 famílias – reconhecia que a matéria era “da competência do Arcebispo e do serviço social rural”; no entanto, diante da finalidade “assistencialista”, mas não “paternalista” do projeto, propunha a vinda de “três ou quatro famílias de japoneses que se dedicassem à fruticultura e horticultura simultaneamente, tendo em vista a educação objetiva dos colonos”.⁴¹⁷ Indicava ainda a manutenção de colonos que já estivessem no local e que demonstrassem capacidade e disposição para “adquirir um sítio” e “seguir os programas traçados”.

Esse relatório técnico foi publicado na RA de junho/julho de 1959 e, no número seguinte, a revista publicou um texto, enviado pela *transpress*, com o título *Urge melhorar e ampliar o crédito agrícola*, em que o autor denunciava que “em matéria de crédito agrícola, a

⁴¹⁶ A IGREJA promove reforma agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1959. p. 106.

⁴¹⁷ TIBAU, Arthur Oberlander et al. Plano Piloto de Reforma Agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6/7, jun./jul. 1959. p. 92.

situação brasileira e[ra] das mais precárias”, pois o crédito agrícola não cobria a maioria dos produtores, nem acompanhava o aumento da demanda. Citava como exemplo justamente a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, alegando que nos seus 20 anos de existência foram realizados apenas 708.648 contratos rurais, sendo que no país havia naquele período mais de dois milhões de estabelecimentos agrícolas e pecuários. Essa matéria ilustra que a RA, além de projetar uma perspectiva favorável ao projeto de reforma agrária conduzido pela Igreja, também tinha a incumbência de ajudá-la a eliminar os obstáculos que pudessem surgir particularmente no que se refere ao financiamento do projeto.

Durante a *Primeira Reunião do Conselho de Planejamento do Plano Piloto de Reforma Agrária*, realizada em agosto de 1959, Dom Fernando ressaltou que a finalidade prática do Plano Piloto era “dinamizar as vontades e dar ao movimento um âmbito nacional”, pois mais de trinta dioceses aguardavam seus resultados para também implantar o projeto. Mais que isso, o arcebispo pretendia que a experiência da Igreja, com a colaboração do Estado, projetasse Goiás como o responsável pela emancipação econômica do país.

[...] No momento histórico que vivemos, o significado desse acontecimento, realizado em nosso Estado, reveste-se de aspecto especial, precisamente, por ser Goiás, a unidade da Federação que deu Brasília ao Brasil e dará a Reforma Agrária como o segundo fator, depois da mudança da Capital, de emancipação econômica e política do país.⁴¹⁸

Na seqüência da reunião, foi estabelecido um cronograma para preparação da infra-estrutura necessária à implantação do projeto, que ia da construção de estradas e casas para os colonos, à organização dos planos básicos, passando pela seleção das famílias, até a indicação dos administradores.

Os bispos e prelados da Província Eclesiástica de Goiânia, em mensagem de maio de 1961, voltavam a afirmar o conteúdo “persuasivo” da experiência de reforma agrária na fazenda Conceição, alegando que “tudo [faziam] no sentido de evitar uma legislação de inspiração materialista [e] violenta”, estudando os problemas do país e sugerindo soluções de “ordem prática”.

Seguindo essa linha de conduta e disposta a empregar todos os meios a seu alcance, com a objetivo de persuadir autoridades, instituições e pessoas a uma Reforma Agrária pacífica, cristã e democrática, a Arquidiocese de Goiânia, iniciou uma “Experiência de reforma Agrária, na Fazenda Nossa Senhora da Conceição”, em colaboração com o Serviço Social Rural”.⁴¹⁹

⁴¹⁸ PRIMEIRA reunião do Conselho de Planejamento do Plano Piloto de Reforma Agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, ago. 1959. p. 117.

⁴¹⁹ MENSAGEM dos Bispos e Prelados da Província Eclesiástica de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1961. p. 294.

O relatório sobre a experiência da Fazenda Conceição, publicado em dezembro de 1961, iniciava com o argumento de que diante da “situação infra-humana da maioria das famílias rurais” e das tentativas “violentas” e “contrárias à inspiração cristã”, que visavam mudar a estrutura rural, não bastava um “esclarecimento teórico dos ensinamentos da Igreja”, era necessária uma experiência de “ordem prática” que fosse “capaz de estimular a outros e demonstrar a eficácia da doutrina da Igreja”.⁴²⁰ A matéria destacava que a experiência começava a apresentar resultados e mesmo com algumas dificuldades as famílias estavam se aperfeiçoando.

Em maio de 1962, a experiência piloto foi apresentada na *XIV Exposição Agropecuária* do Estado de Goiás. Através de gráficos, fotografias e dados estatísticos, os visitantes podiam conhecer o que estava sendo realizado na Fazenda Conceição tanto no campo da “Assistência Social”, quanto no da “produtividade material”. Ao final da *Exposição Agropecuária* o stand da fazenda foi transferido para o prédio da Cúria Metropolitana, continuando aberto à visitação pública.

A RA publicou um último relatório sobre a experiência piloto na Fazenda Conceição, elaborado em agosto de 1963. Após informações sobre a origem, a motivação e algumas especificações técnicas do projeto, o relator e diretor técnico do projeto, Datis Lima de Oliva, informou sobre a instalação gradativa das famílias até o número de 51 no local, a formação de culturas permanentes, os financiamentos oferecidos aos agricultores, assistência social, assistência médica, o ensino tanto primário como técnico e o beneficiamento da produção. O relator reiterou especialmente o constante crescimento da produção agrícola – milho, arroz, feijão e algodão – que multiplicou ano a ano de 1960 a 1963.

No entanto, o diretor ressaltava o problema da habitação rural que se tornava preocupante, embora estivesse solucionado, em parte, com um financiamento pela Carteira de Colonização do Banco do Brasil. Datis Oliva explicava ainda que o projeto original havia sido constituído dentro dos princípios clássicos da colonização, que previam a instalação de cada agricultor em sua gleba, o que foi reformulado com a criação de um centro urbano que proporcionaria uma vida comunitária, além dos benefícios assistenciais e sócio-educacionais aos participantes do projeto e à população circunvizinha. O diretor encerrou seu relato reforçando que o objetivo do projeto não era somente técnico ou econômico, mas seu componente mais importante era o homem e o experimento valorizaria esse homem

⁴²⁰ REFORMA Agrária: Plano Piloto da Fazenda N. S. da Conceição. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11/12, nov./dez. 1961. p. 770.

“ajudando-o a desenvolver a sua capacidade e recursos pessoais latentes”.⁴²¹ Esse depoimento mostrava que o técnico já incorporava a visão da Igreja sobre o projeto.

Depois desse relato, a RA não divulgou outras informações sobre a experiência na Fazenda Conceição, que mais tarde entrou em crise e seu propósito se esgotou em 1966. Amado (1996) estudou o desenvolvimento do projeto e identificou três fases pelas quais passou.

[...] A primeira (1959-1960) foi aquela dos primeiros contatos políticos, da ‘preparação’ da fazenda e do acordo com as famílias que ali residiam antes da experiência de reforma agrária. A segunda fase, entre 1961 e 1965, foi o auge da experiência, com o amplo funcionamento das diversas atividades técnicas, de cultivo, assistenciais, etc. A terceira fase, a partir de 1966, foi caracterizada pela exaustão do empreendimento, pela falta de apoio do ‘novo’ governo militar imposto ao país, pelas discordâncias internas e pelo fato de a Arquidiocese ter abandonado aquela experiência de reforma agrária. (AMADO, 1996, p. 208).

O autor ressalta a dificuldade em obter uma informação precisa sobre os motivos que levaram à crise do projeto, mas aponta algumas delas. Com o golpe militar em 1964, o novo governo não tinha compromisso com a fazenda, posição que demonstrou com a exoneração, em março de 1964, do administrador do projeto, Datis Lima Oliva, funcionário do Ministério da Agricultura, medida que abalou a coordenação do empreendimento.

Ainda em 1964, a agrovila construída para servir de centro urbano tornou-se palco de “brigas e intrigas internas” tanto entre membros das famílias, como entre membros da equipe executiva, o que mais tarde desembocou em certo descontrole do projeto. Verificou-se também a falta de prestação de contas das doações recebidas, além da falta de pagamento das prestações de empréstimos junto ao Banco do Brasil.

Para o administrador da fazenda, Datis de Oliva, e também para alguns agricultores, o motivo do fracasso do projeto foi ter recebido famílias que não eram compostas de agricultores, mas que estavam em “condições precárias de vida”. Conforme cobertura da RA, este alerta havia sido dado pelos técnicos no início da experiência, recomendando, entre outras ações, que fossem mantidas famílias que já residissem no local.

Além disso, em 1966, a Fazenda Conceição passou a fazer parte da circunscrição eclesiástica de Anápolis, que tornou-se diocese pelo desmembramento da Arquidiocese de Goiânia. Dessa forma, a fazenda deixou de ser uma responsabilidade da Arquidiocese de Goiânia o que, segundo Amado (1996, p. 213), “foi o estopim para o caos da experiência de

⁴²¹ OLIVA, Datis Lima. Plano Piloto de experiência Rural – Fazenda N. S. da Conceição – Corumbá-Go. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10/11, out./nov. 1963. p. 566.

reforma agrária”, pois era “evidente que a Diocese de Anápolis não tinha recursos financeiros para manter o projeto”. Sendo assim, não se sabe se a transferência da fazenda para a Diocese de Anápolis foi causa ou conseqüência do problema. Vale a pena reproduzir a conclusão de Amado, mostrando que o projeto já estava em crise quando essa transferência aconteceu e o que pode ter ocorrido foi uma “transferência” de responsabilidade pelo fracasso da fazenda, tendo em vista as dificuldades de assumi-la, devido à expectativa criada com sua enorme divulgação em todo o país.

Para Dom Fernando [...] o fim da experiência na fazenda Conceição foi devido à transferência deste plano piloto para a Diocese de Anápolis, que nem o considerou prioritário, nem prestou-lhe assistência técnica e financeira, alegando falta de recursos. Entretanto, tal justificativa, já em si, esconde a outra face da mesma medalha. Antes mesmo da transferência da fazenda Conceição, é possível perceber que o projeto perdia em vigor, em ‘presença’, em assistência e em financiamento. O descaso para com aqueles que financiavam o projeto, os desentendimentos internos da equipe executiva, a dificuldade política no apoio do governo, tudo leva a crer que a transferência da fazenda Conceição para a Diocese de Anápolis foi feita com um certo ar de alívio, dispensando a Arquidiocese de ter de assumir sozinha a responsabilidade pelo fracasso do projeto. Depois de tanta divulgação desta experiência no país inteiro, ficava muito difícil assumir tal responsabilidade diante dos meios de comunicação, do governo estadual, das entidades internacionais e diante da própria Igreja local. (AMADO, 1996, p. 213).

Além dessa experiência de reforma agrária, outro projeto desenvolvido em parceria com o governo foi o das *Semanas Ruralistas*. Antes mesmo da implantação dessas semanas no Estado de Goiás, pelo Ministério da Agricultura, Dom Fernando já se referia a essa iniciativa como um dos programas em que Igreja e Governo poderiam se ajudar mutuamente. Em uma entrevista sobre a experiência de reforma agrária na Fazenda Conceição, em que o arcebispo reforçava que uma das contribuições da Igreja para o projeto era o contingente de vigários espalhados pelas três mil paróquias rurais, informava que o Ministério da Agricultura reconhecia essa ajuda colocada à disposição das *Semanas Ruralistas*: “O próprio Ministério da Agricultura confessa e proclama a inestimável ajuda do clero, particularmente nas chamadas ‘Semanas Ruralistas’.”⁴²²

A realização da *I Semana Ruralista de Goiás*, em Orizona, em junho de 1960, foi anunciada pela RA com entusiasmo - “chegou a vez de Goiás” – e afirmava a importância da cooperação mútua: “O Ministro da Agricultura, pelo Serviço de Informação Agrícola (SAI)

⁴²² A IGREJA promove reforma agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1959. p. 101-102.

tem encontrado por parte dos nossos vigários rurais a mais eficiente colaboração nas chamadas ‘Semanas Ruralistas’ em benefício do camponês.”⁴²³

A revista anunciava que o objetivo da Semana era “educar o homem do campo, orientá-lo, assisti-lo e confortá-lo”⁴²⁴. Em outra ocasião, destacava que o objetivo era “elevar o meio rural e levar às populações do interior uma palavra de estímulo, de orientação e de ajuda, para a solução dos problemas do campo”, ressaltando sobretudo seu “caráter educativo” que visava “somar as forças da comunidade e orientá-la para o bem comum”, além do sentido prático de promover a troca de experiência entre os camponeses e os técnicos, incentivando a produção através de recursos modernos.⁴²⁵

Depois de reafirmar seu objetivo, informava que os convidados para o evento seriam os “fazendeiros”, os “criadores” e os “vigários rurais da Arquidiocese”⁴²⁶. Quanto à participação da Igreja ressaltava, em outra matéria, a influência do vigário sobre o homem do campo: “A presença do vigário é das mais desejadas nessas ocasiões porque ninguém desconhece sua influência e o bem imenso que ele poderá fazer, no sentido de despertar o entusiasmo e a confiança dos homens do campo para movimento dessa natureza.”⁴²⁷

A semana teve uma programação intensa durante quatro dias, com palestras de técnicos do governo, vindos do *Serviço de Informação Agrícola*, do Rio de Janeiro, com prática em *Semanas Ruralistas* de outros Estados – agrônomos, médicos, veterinários, supervisores domésticos – além de representantes da Igreja. As reuniões eram voltadas para grupos específicos: homens, mulheres, lavradores, criadores, pais, mães, jovens e crianças. A organização esteve a cargo do Padre João do Carmelo Xavier, Vigário de Orizona, e de Realino Nunes, prefeito da cidade, e a hospedagem ficou a cargo da Igreja.

A presença de Dom Fernando foi anunciada, ao mesmo tempo em que se cobrava a colaboração dos envolvidos: “o sr. Arcebispo Metropolitano estará presente e espera a maior cooperação de todos para esse movimento”. O prelado teve participação ativa no evento, ministrando cinco das 34 palestras. O Padre José Pereira de Maria também ministrou cinco palestras, representando a Juventude Agrária Católica (JAC).

A semana foi encerrada com uma missa celebrada por Dom Fernando, que ressaltou os benefícios do evento, desejando que “os frutos [fossem] abundantes e

⁴²³ SEMANA Ruralista de Orizona. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1960. p. 35.

⁴²⁴ *Ibid.*, p. 35.

⁴²⁵ INTRODUÇÃO: o homem do campo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, jun. 1960. p. 6.

⁴²⁶ SEMANA Ruralista de Orizona. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1960. p. 35.

⁴²⁷ INTRODUÇÃO: o homem do campo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, jun. 1960. p. 6.

permanentes”. Além desse ato religioso, houve um desfile emblemático dessa parceria Estado-Igreja.

Ordem do desfile: homens de pé, com enxadas, foices, machados, etc. – crianças das escolas rurais – alunos do Ginásio Municipal de Orizona – clubes desportivos – Filhas de Maria – CC. Marianas – Apostolado da Oração – Irm. do SS. Sacramento – os cavaleiros – Carroças – Carros de bois – Ciclistas: bicicletas, motocicletas – Patrola – Caminhões (cheios de gente) – Camionetas – jeeps – automóveis.⁴²⁸

O relatório final da *I Semana Ruralista* de Orizona apresentou sugestões na área da saúde, educação e agropecuária, encaminhadas aos órgãos dos governos federal, estadual e municipal, mas também à paróquia e às organizações locais, à comunidade e às famílias.

3.2.2. A Frente Agrária Goiana e a sindicalização rural

A criação da *Frente Agrária* foi uma das formas encontradas pela Igreja Católica no Brasil para disputar com as forças de esquerda a organização do trabalhador rural, iniciada nos anos 1950. Em 1955 havia sido criada a primeira Liga Camponesa no Nordeste do país, uma associação de trabalhadores rurais que inicialmente contava com o apoio do Partido Comunista Brasileiro. Contudo, no início dos anos 1960, houve um afastamento entre os dois movimentos devido à “diferença das propostas políticas”: “as ligas dirigiam-se para uma proposta de revolução camponesa, enquanto que a estratégia do partido comunista caminhava na direção de uma coexistência pacífica com a burguesia, que deveria resultar numa revolução democrático-burguesa” (MARTINS, 1981, p. 78.).

Diante desse quadro, a Igreja posicionou-se contrária a esses dois movimentos, sendo que, com o Partido Comunista - que estava mais preocupado com a articulação dos sindicatos em âmbito nacional, através de federações e confederações - disputava “a fundação e, mais tarde, o reconhecimento pelo Estado dos sindicatos dos trabalhadores rurais”; em relação às Ligas Camponesas a disputa se dava no âmbito da “organização de sindicatos propriamente ditos” (MARTINS, 19981, p. 87).

A Frente Agrária Goiana (FAGO) foi criada em 1962, no entanto, ainda em 1961, a RA já divulgava seu estatuto, apresentando como uma de suas finalidades “estimular a sindicalização dos trabalhadores rurais”, além de “lutar por uma legislação agrária justa”, pela “formação de líderes rurais” e pela “educação de base” do agricultor e do trabalhador rural.

⁴²⁸ SEMANA Ruralista de Orizona. *Revista a Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, jul. 1960. p. 31.

Como uma entidade vinculada ao Departamento de Ação Social da Arquidiocese de Goiânia propunha-se também a “desenvolver o espírito de solidariedade social entre os homens do campo e da cidade” e difundir a “doutrina social cristã”.⁴²⁹

A criação da FAGO em Goiás se deu após a recomendação da CNBB, através da declaração *A Igreja e a situação do campo*, de outubro de 1961, no sentido de que as Frentes Agrárias fossem acompanhadas com interesse, pensando-se inclusive em sua articulação nacional.⁴³⁰ Em declaração de janeiro de 1962, os bispos da Província Eclesiástica de Goiânia também recomendavam às paróquias a promoção e fundação da FAGO.⁴³¹ Ao encaminhar os estatutos da FAGO aos vigários do interior, acompanhados de instruções preliminares para sua organização, Dom Fernando procurou reforçar as recomendações através de um programa radiofônico, em janeiro de 1962, mostrando que a finalidade da Frente era levar o camponês a debater os assuntos relacionados aos “interesses básicos do homem do campo”, “difundindo a doutrina social cristã”.

O arcebispo recorreu à encíclica *Mater et Magistra*, de João XIII, para tecer um diagnóstico sobre a situação no campo, apresentando-o como um “setor deprimido”, com enorme “desequilíbrio” em relação aos demais setores como o industrial, necessitando de “formação profissional”, “ajuda econômica” e “assistência espiritual”. A FAGO foi apresentada como uma medida para colocar em prática o programa apontado na encíclica, sob a responsabilidade de leigos, “homens esclarecidos e dedicados”.

Ao defender que o essencial era “que os habitantes da zona rural se disp[usessem] com ardor e confiança a se organizar”⁴³², Dom Fernando voltava a se ancorar nas palavras do Papa aos agricultores, afirmando que “a associação é atualmente uma exigência vital” e que, com espírito de solidariedade, deve-se “colaborar na criação de iniciativas cooperativistas e associativas profissionais e sindicais”⁴³³. No entanto, alertava que o meio social andava “agitado” com algumas “tentativas de organizar o camponês”, sendo que se deveria estar sempre atento “para não se deixar envolver por associações de inspiração materialista ou por métodos que não se coadunam com o espírito cristão”⁴³⁴ e finalizou:

⁴²⁹ FRENTE Agrária Goiana (FAGO). *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11/12, nov./dez. 1961. p. 774.

⁴³⁰ A IGREJA e a Situação do Campo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, out. 1961. p. 702.

⁴³¹ DECLARAÇÃO dos Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1/2, jan./fev. 1962, p. 26.

⁴³² SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Vida Rural: Frente Agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3/4, mar./abr. 1962. p. 124.

⁴³³ *Ibid.*, p. 125.

⁴³⁴ *Ibid.*, p. 124.

[...] que os camponeses de Goiás se arregimentem e se unam, sob a bandeira da Frente Agrária Goiana, para elevação da classe rural. Sem negar as nossas tradições, sem trair os ensinamentos de nossa Fé, com os olhos voltados para o futuro cristão da Pátria, congreguem-se os Trabalhadores Rurais de Goiás na Frente Agrária Goiana!⁴³⁵

A solenidade de fundação da *Frente Agrária Goiana* foi um ato monumental, que refletiu a dedicação de Dom Fernando para o sucesso da iniciativa. A cerimônia aconteceu no *Cine Teatro Goiânia*, dia 30 de março de 1962, contando com a presença, além de Dom Fernando, do governador Mauro Borges, do Prefeito de Goiânia Hélio Seixo de Brito, de todos os bispos e preladados da Província Eclesiástica de Goiânia e representantes dos poderes legislativo, judiciário e militar, das igrejas evangélicas e de associações de classe. Também foi convidado para tomar acento à mesa, “sob aplausos gerais”, um representante da comitiva de Itauçu, por ser a maior entre as presentes, com 300 pessoas, e também, conforme artigo da RA, “para evidenciar-se a repercussão da FAGO nos municípios do interior”⁴³⁶. O evento contou com a cobertura de oito rádios da capital e do interior, que formaram uma abrangente cadeia regional.

A parte central da cerimônia foi a posse da diretoria da FAGO, tendo como presidente Paulo Tormim Borges. Discursaram, além do presidente empossado, um representante dos ruralistas, o prefeito, o governador e Dom Fernando. O arcebispo ressaltou a importância das “soluções pacíficas” que a Igreja apresentava para os grandes problemas do campo, conclamou a todos para uma decisiva “união de forças”, impedindo que outras propostas “sem escrúpulos” e que “faltam com a verdade” pudessem “aliciar” o homem do campo, abusando de sua “boa fé”. Após o evento, o arcebispo recebeu diversos telegramas e mensagens de congratulações pela iniciativa. O trabalho dos vigários do interior que, com pouco mais de um mês, arregimentaram os trabalhadores do campo, também mereceu “aplausos” do arcebispo, reforçando sua “confiança” no crescimento da FAGO.

O discurso do presidente da Frente, Paulo Tormim Borges, centrou-se no papel do Estado que seria de “realização do bem comum na ordem temporal”, agindo especialmente no campo econômico, “protegendo efetivamente, em favor de todos e de cada um, os direitos essenciais da pessoa humana”, baseando-se na encíclica *Mater et Magistra*, na qual a FAGO se alicerçava. Em relação à *Frente Agrária*, seu apelo foi à união para que os “associados form[assem] uma força irresistível na reivindicação de seus direitos”, diferentemente de

⁴³⁵ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Vida Rural: Frente Agrária. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3/4, mar./abr. 1962. p. 124.

⁴³⁶ FRENTE Agrária Goiana: Instalação Solene. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3/4, mar./abr. 1962. p. 129.

outras forças que “lança[vam] camponeses contra fazendeiros para que mutuamente se destru[issem]”.

É isso justamente o que quer a Frente Agrária: congregar todos os rurícolas, fortes e fracos, grandes e pequenos, proprietários e não-proprietários, para que seus interesses sejam tratados num clima de harmonia construtiva.⁴³⁷

As notícias sobre a FAGO na revista davam conta do crescimento da entidade no interior do Estado. Segundo relatório de atividades do Regional Centro-Oeste da CNBB, em dezembro de 1962, encontravam-se em funcionamento os núcleos da FAGO em Ceres, Buriti Alegre, Cristalina, Luziânia, Itauçu, Araçu, Brazlândia, São Geraldo, Silvânia, Leopoldo de Bulhões, Itumbiara, Catalão, Goiânia e Cumari. Além dessas iniciativas, haviam sido fundados, pela FAGO, sindicatos de empregados rurais em Goiatuba, Joviânia, Aloândia, Itumbiara, Silvânia e Itauçu.⁴³⁸ Paulo Tormim Borges, em sua coluna *Página Jurídica*, na RA, informou que em fevereiro e março de 1963 retomaria os trabalhos e que “com o sustentáculo dos Rvmos. Vigários percorreria o interior informando sobre mudanças da legislação sindical rural e dos procedimentos para fundação dos sindicatos.”⁴³⁹

3.2.3. Movimento de Educação de Base (MEB)

O Movimento de Educação de Base foi concebido sob a perspectiva da Igreja de contribuir com o desenvolvimento do país, incorporando o homem do campo a esse processo, através da educação, mantendo a hegemonia da instituição no meio rural, com apoio do Estado. Essa preocupação estava presente no primeiro documento da CNBB sobre o tema, publicado pela revista: “reiteramos nossa confiança no MEB e estamos certos de que sem educação de base será vão o esforço de mera recuperação econômica, por mais aparato técnico de que se revista o planejamento.”⁴⁴⁰

O regulamento do MEB foi concebido sob esse propósito definindo como seus objetivos “ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste”, através de um programa de alfabetização, formação moral e cívica,

⁴³⁷ FRENTE Agrária Goiana: a palavra do seu presidente. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5/6, maio/jun. 1962 p. 203.

⁴³⁸ ATIVIDADES do Regional Centro Oeste. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11/12, nov./dez. 1962. p. 455.

⁴³⁹ BORGES, Paulo Tormim. *Página Jurídica: Sindicalização Rural*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1963. p. 86.

⁴⁴⁰ CNBB - Declaração: A Igreja e a situação no meio rural brasileiro. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, out. 1961. p. 703.

educação sanitária, iniciação profissional, especialmente agrícola e promoção social.⁴⁴¹ Porém, a primeira mostra de que essa definição não contemplava o que se esperava do movimento, veio da própria CNBB ao recomendar que o MEB, através das Escolas Radiofônicas, fosse utilizado tanto para a “divulgação do roteiro de atividades, como para a expansão da JAC, da sindicalização Rural e das Frentes Agrárias.”⁴⁴²

O MEB também foi destinado “à formação integral do nosso povo, principalmente da zona rural”, parecendo ser esta sua finalidade, uma formação humana e cristã, ou seja, esperava-se que “através dos conhecimentos adquiridos, [pudessem] os alunos compreender o seu valor de pessoas humanas, elevar o seu nível de vida, e unirem-se em verdadeiras comunidades para trabalharem juntos pelo bem comum e pelo bem da pátria”⁴⁴³.

As primeiras escolas radiofônicas no Brasil começaram a funcionar no Rio Grande do Norte, a partir de 1958, trazidas por Dom Eugênio Sales, Bispos de Natal, após visita à Colômbia onde fora conhecer a experiência de ensino através do rádio em funcionamento naquele país desde 1947. Em 1959, durante o *II Encontro dos Bispos do Nordeste*, Juscelino Kubitschek assegurou apoio às sugestões dos prelados, entre elas o financiamento de programas de educação de base através de Escolas Radiofônicas e em 1961 o apoio do governo Jânio Quadros se consolidou através de um decreto incumbindo a CNBB de levar o Movimento de Educação de Base (MEB) e suas Escolas Radiofônicas às áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para tanto, seriam celebrados convênios do MEB com diversos órgãos federais dos quais se poderia solicitar recursos humanos e financeiros necessários para a execução dos programas de ação.

Em Goiás, antes da inauguração das escolas radiofônicas, a RA publicou uma série de matérias como forma de esclarecer seus propósitos e preparar as pessoas para receberem o movimento. Foram publicados artigos explicando o que eram as escolas radiofônicas⁴⁴⁴, como funcionavam⁴⁴⁵, e também o seu regulamento⁴⁴⁶, além do decreto

⁴⁴¹ CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil: Movimento de Educação de Base – Regulamento. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, ago. 1961. p. 579

⁴⁴² CNBB – Declaração: A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 10, out. 1961. p. 702-703.

⁴⁴³ MOVIMENTO de Educação de Base: Escolas Radiofônicas. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, jan. 1963.

⁴⁴⁴ Ver: SOUSA, Maria Helena de. Escolas radiofônicas: O que são Escolas Radiofônicas. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3, p. 180-182, mar. 1961.

⁴⁴⁵ Para mais, consultar: MOVIMENTO de Educação de Base: Como funciona uma Escola Radiofônica. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, p. 324-325, maio 1961.

⁴⁴⁶ Ver: CNBB: Movimento de Educação de Base – Regulamento. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 579-583, ago. 1961.

federal de convênio entre a CNBB e o Governo Federal⁴⁴⁷, que respaldava ainda mais o projeto, documento que foi posteriormente endossado pelos bispos da Província Eclesiástica de Goiânia que se dispuseram a fazer o que estivesse ao alcance para levar às dioceses e prelazias “os benefícios dessa verdadeira cruzada de fé e civismo”.⁴⁴⁸

A preparação para a chegada do MEB a Goiânia também contou com uma circular incisiva de Dom Fernando aos vigários da Arquidiocese⁴⁴⁹. Após afirmar que “este movimento e[ra] de grande importância para a Igreja”, o arcebispo solicitava a cooperação para instalar pelo menos uma escola radiofônica em cada município, devendo ser indicados dois monitores locais que também fariam a ligação entre a equipe central e o município. Informava ainda que a equipe central estava formada e que a *Radio Difusora de Goiânia* havia adquirido um novo transmissor de 10Kw, possibilitando um alcance maior.

A inauguração das escolas radiofônicas aconteceu em uma cerimônia nas dependências da *Rádio Difusora*, dia 14 de setembro de 1961. Fizeram parte da mesa, além de Dom Fernando, a diretora do Departamento de Educação da Prefeitura, Teresinha Valadares, o Diretor do Departamento Regional do Sesc, Francisco Balduino Santa Cruz, o Chanceler da Cúria Metropolitana, Cônego Américo Sérgio Maia, a Diretora das Escolas Radiofônicas da Arquidiocese, Maria Helena de Sousa, e o Diretor da Rádio Difusora, José Luiz Bittencourt.

Dom Fernando, como “autor e patrocinador” do MEB em Goiás, proferiu a aula inaugural em que ressaltou a necessidade desse trabalho voltado para a formação de adultos, não só alfabetizando-os, mas também “proporcionando-lhes os meios para uma existência humana e cristã”. Lembrou ainda que, embora tratando-se de uma iniciativa da Igreja, necessitava da cooperação de todos, convidando “os bons elementos da sociedade” a “olhar para os problemas mais angustiantes da região Centro-Oeste do país” e “conclamando a todos para um conagraçamento geral em favor da educação no território de sua Arquidiocese”, convocando-os a fazer Goiás crescer “nas asas da instrução”.⁴⁵⁰

Essa cerimônia marcou o início de uma aproximação da Arquidiocese com as autoridades municipais, cujo apoio era fundamental para o projeto. Nova solenidade foi

⁴⁴⁷ Ver: MOVIMENTO de Educação de Base: integra do decreto federal prestigiando o MEB. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 240-242, abr. 1961.

⁴⁴⁸ MENSAGEM dos Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1961. p. 287.

⁴⁴⁹ Consultar: SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Circular aos Vigários. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 5, maio 1961. p. 299.

⁴⁵⁰ Consultar: EM FUNCIONAMENTO as Escolas Radiofônicas de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, set. 1961. p. 625.

realizada no encerramento do ano letivo, desta vez com a presença do Secretário de Educação, José Peixoto da Silveira, além do arcebispo Dom Fernando e do diretor da *Rádio Difusora*, José Luiz Bittencourt⁴⁵¹. A plena consolidação dessa desejada aproximação foi conseguida na abertura dos trabalhos do ano seguinte, 1962, com a presença do Prefeito Hélio Seixo de Brito, do Secretário da Educação, de um representante da Câmara Municipal, de outras autoridades civis e eclesiásticas, além de Dom Fernando, e da diretora das Escolas Radiofônicas, Maria Alice Martins.⁴⁵²

O Prefeito não só compareceu à cerimônia, como proferiu a aula inaugural, na qual mostrou-se solidário ao que denominou como campanha de erradicação do analfabetismo, enaltecendo a finalidade e o êxito que as escolas vinham obtendo. Ao final, parabenizou Dom Fernando pela iniciativa de trazer o projeto para o Centro Oeste, assinalando, como desejava o prelado, que o combate ao analfabetismo exigia a colaboração de todos “especialmente dos responsáveis pela solução do problema”.⁴⁵³

O início das atividades do MEB mereceu congratulações da Câmara Municipal de Goiânia que já havia se manifestado por ocasião da inauguração dos trabalhos no ano anterior, enaltecendo o empenho de Dom Fernando.⁴⁵⁴ Nas duas ocasiões a iniciativa das manifestações na Câmara Municipal foi do vereador José Luiz Bittencourt, que também era diretor da *Rádio Difusora* de Goiânia. Dessa vez, além de congratulações à Arquidiocese, na pessoa de Dom Fernando, pelo reinício das atividades, o requerimento do vereador também solicitava que aquela casa expressasse “sua satisfação por haver o ilustre prefeito Hélio de Brito proferido a aula inaugural do corrente ano letivo”.⁴⁵⁵ Ao final, reforçava a necessidade do prefeito continuar apoiando as Escolas Radiofônicas.

Finalmente, tendo em vista os altos objetivos dessa campanha, apela a Casa, ao honrado prefeito da capital, no sentido de que não se exima de continuar prestando todo o apoio do seu governo à obra aqui empreendida pela Arquidiocese de Goiânia estendendo sempre com patriotismo e espírito público sua indispensável ajuda ao crescente êxito da meritória e cívica iniciativa de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Metropolitano Dom Fernando Gomes, cujo trabalho apostólico o Brasil Aplauda e Goiás Agradece.⁴⁵⁶

⁴⁵¹ Para mais, consultar: ENCERRAMENTO das aulas das Escola radiofônicas. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11/12, nov./dez. 1961. p. 785.

⁴⁵² Ver: ESCOLAS Radiofônicas: reinício de atividades em 1962. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3/4, p. 131-132, mar./abr. 1962.

⁴⁵³ *Ibid.*, p. 131.

⁴⁵⁴ Consultar: EXALTADA na Câmara iniciativa de Dom Fernando. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 9, p. 625-626, set. 1961.

⁴⁵⁵ MOVIMENTO de Educação de Base: A Câmara Municipal elogia as Escolas Radiofônicas. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 3/4, mar./abr. 1962. p. 208.

⁴⁵⁶ *Ibid.*, p. 208.

Como forma de incentivar os instrutores do MEB foi criado o *Dia do Monitor*, comemorado em 16 de dezembro, homenageando-os “por seu dedicado e desinteressado trabalho”⁴⁵⁷. Além da festividade de homenagem e de um show no Colégio Santa Clara, o ponto alto do evento foi uma missa solene celebrada pelo Bispo Auxiliar Dom Antônio, cujo roteiro ocupou nove páginas da RA.⁴⁵⁸

O projeto, que havia iniciado em 1961, com 30 Escolas Radiofônicas, contando com 620 alunos em nove municípios, ampliou-se em 1962, instalando 270 novas escolas, em 60 municípios goianos, com cerca de quatro mil alunos, período em que foram treinados 300 monitores.⁴⁵⁹ No entanto, em 1963 essa situação começou a mudar. Segundo Amado (1996, p. 141) “em 1963 o MEB mudou sua orientação e, em seu interior, foi criado o setor de sindicalismo rural, contudo neste ano iniciou seu declínio: houve 2.904 alunos concluintes e formaram-se 180 monitores. Em 1964, as 211 escolas que iniciaram no mês de março decaíram para 104 em dezembro.”

Nesse mesmo ano, ocorreram outras mudanças no movimento, provocadas pela politização de seus componentes. Por um lado, essas mudanças derivaram da própria experiência dos grupos que, em contato com a realidade, deixaram de acreditar que o simples conhecimento levaria a uma transformação na situação vivida pelo trabalhador rural (CASTRO, R., 1992, p. 161). Por outro lado, a própria criação do Setor de Sindicalização Rural do MEB acelerou o processo de politização. Diante dessa realidade, as pessoas que antes reproduziam uma programação pré-determinada, passaram a se inteirar sobre as necessidades efetivas da comunidade, percebendo os conflitos de interesse no campo.

Até 1962, o MEB vai reproduzir em maior extensão as experiências iniciais, com maior apuro técnico. A partir do final de 62, as mudanças no pensamento cristão decorrentes da mobilização político-ideológica do período vão se refletir no MEB, que passa a buscar uma nova metodologia. (CASTRO, R., 1992, p.100).

O movimento, que já apresentava sinais de declínio devido às mudanças que levaram à sua maior politização, teve no golpe de 1964 mais um motivo para aguçar sua crise, vendo muitos de seus militantes serem perseguidos pelo novo regime. O golpe de 1964 atingiu o MEB como atingiu outros movimentos da Igreja Católica em função da politização de seus militantes. Nesse ano, a revista não divulgou nenhuma informação sobre o MEB e em 1965

⁴⁵⁷ O SISTEMA Educacional Tele-Radiofônico – Setergo – Informa: Dia do Monitor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11/12, nov./dez. 1962. p. 442.

⁴⁵⁸ MISSA para o Dia do Monitor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 54-62, jan. 1963.

⁴⁵⁹ MOVIMENTO de Educação de Base: Escolas Radiofônicas. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 1, p. 53-54, jan. 1963.

anunciou as novas diretrizes para seu funcionamento, aprovadas em agosto de 1964, pelo Conselho Diretor Nacional. Entretanto, enquanto o documento definia o MEB como “uma entidade católica, com finalidade preeminentemente social e educativa”, voltava a afirmar que sua finalidade era “cooperar na formação do homem (adulto ou adolescente), nas áreas em desenvolvimento do país, no sentido de levá-lo a tomar consciência de sua dignidade como criatura humana.”⁴⁶⁰

Esse novo documento explicitava e definia a atuação que vinha sendo adotada desde o final de 1962, ampliando seu regulamento de 1961. Suas finalidades secundárias concerniam à alfabetização, catequese e formação religiosa, transmissão de conhecimentos de ordem geral, formação de liderança e orientação pedagógica. O documento se preocupava também em definir melhor sua organização interna detalhando a atribuição de cada setor.

Além desse sinal de que, mesmo com restrições, o MEB continuava operando, uma carta de Dom Fernando, dirigida à Coordenadora do MEB, Maria Isabel Ramos Jubé, agradecendo o relatório de atividades relativos ao ano de 1965, indicava que o arcebispo continuava vigilante. Depois de elogiar o método adotado através do uso do diálogo com a comunidade, Dom Fernando chamou atenção para as aulas de religião, alegando parecer-lhe que “não houve a preocupação positiva e orgânica de dar aos ouvintes uma concepção viva e construtiva do homem como ele é na realidade”.⁴⁶¹

Outro dado que chama atenção na carta do arcebispo é o reconhecimento de que havia “dificuldades de ordem financeira” e “atraso involuntário do material didático”, deixando transparecer os problemas pelos quais o MEB passava. Desde 1963 os bispos da Província Eclesiástica de Goiânia apontavam a necessidade de “ajuda financeira para todo um programa de esclarecimento, de aparelhamento por meios modernos e eficazes”.⁴⁶²

Um último episódio mostrava os entraves na condução do MEB no âmbito da Igreja. Em 1966, a CNBB, reconhecendo a “hora difícil que o MEB atravessa[va]”, afirmava “solenemente” que o movimento “não pod[ia] ser acusado de subversivo ou comunista”, pois era um “válido testemunho, no Brasil, da materna preocupação da Igreja pelo homem no

⁴⁶⁰ MOVIMENTO de Educação de Base: Diretrizes para o Funcionamento do MEB. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4/5/6, abr./maio/jun. 1965. p. 124.

⁴⁶¹ CARTA do senhor Arcebispo ao MEB. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, fev. 1966. p. 83.

⁴⁶² MEMORIAL sobre os pontos do Planejamento da Ação da Arquidiocese de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, jul. 1963. p. 401.

mundo de nossos dias”.⁴⁶³ No entanto, ao final, recomendava ao Conselho Diretor Nacional do MEB que incrementasse os estudos sobre sua reestruturação.

Após a divulgação desse documento – que também se pronunciava sobre a reforma do Código Civil Brasileiro e sobre uma declaração a respeito da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família Propriedade (TFP) – a TFP redigiu um alentado documento como resposta, que foi publicado no jornal *Folha de Goyas*, em 27 de julho de 1966, e no jornal *O Popular*, em 28 de julho de 1966, sendo em seguida transcrito na RA⁴⁶⁴.

Em relação à posição da CNBB sobre o MEB, o documento da TFP ressaltava: “quanta solenidade em lhe proclamar a inocência!”, alegando que, no momento em que os bispos se referiam aos “erros ou falhas” estavam criando a “impressão de que o Movimento de Educação de Base era ‘subversivo ou comunista’, mas que constituem fatos esporádicos e acidentais, dos quais nada se pode concluir contra aquela organização, pois são naturais em instituições humanas”⁴⁶⁵.

Dom Fernando respondeu aos membros da TFP no mesmo número da revista, alertando, em primeiro lugar, que a TFP era uma “sociedade civil” e mesmo atuando como organização no campo religioso, não era reconhecida pela CNBB como “sociedade de direito eclesiástico”. Sobre o MEB, lamentava que o Conselho Nacional da TFP “teim[asse] em insinuar” que o MEB era uma “organização comunizante” e que desconhecesse que o movimento era “organismo oficialmente reconhecido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil” e que por isso era “dever elementar da CNBB dar esclarecimento e tranqüilidade ao povo cristão, por intermédio do seu órgão diretor em face das interpretações malévolas a respeito do MEB”.⁴⁶⁶

A polêmica esgotou-se com a defesa da arquidiocese sobre os pressupostos que permeavam o movimento, dando mostras de que o arcebispo não se limitava a endossar iniciativas da Igreja no Brasil, mas sugeria diferentes possibilidades e seu aval não se limitava à mera retórica. A causa da Igreja era sua causa. A unidade da Igreja reverberava em todos os aspectos, não apenas doutrinários mas, nesse contexto, sobretudo no âmbito social por isso os questionamentos eram respondidos de forma contundente nas páginas da revista.

⁴⁶³ RESOLUÇÃO da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 7, jul. 1966.

⁴⁶⁴ RESPEITOSA e Filial Defesa. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 524-539, ago. 1966.

⁴⁶⁵ *Ibid.*, p. 537.

⁴⁶⁶ SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. A “respeitosa e filial defesa”. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, ago. 1966. p. 545-546.

Os projetos desenvolvidos pela Arquidiocese de Goiânia abarcaram diversos setores da sociedade e formavam um conjunto articulado de ações que visavam propor soluções cristãs para os problemas sociais como forma de a instituição renovar sua presença na sociedade, por isso podem ser percebidas como projetos integrais por uma sociedade “mais cristã”. Mais cristã porque, com o adiantado processo de laicização social, em que o cristão não se constituía mais como maioria, não havia como pretender uma sociedade totalmente cristianizada.

Esses projetos não se circunscreviam a Goiás, mas eram articulados nacionalmente pela CNBB com a qual Dom Fernando estava plenamente sintonizado como membro de sua comissão central. O arcebispo soube traduzir esses projetos para a realidade goiana, chegando a se antecipar na efetivação de um deles, como foi o caso da reforma agrária na Fazenda Conceição, que por sua amplitude foi visto como um projeto de toda a sociedade: “era uma experiência que não se esgotava em si. Trazia consigo um projeto de sociedade, uma visão de pessoa humana e de história, uma alternativa política para o país” (AMADO, 1996, p. 215).

Não obstante tratem-se de projetos da Igreja, sob rígido controle da hierarquia eclesiástica, por isso mesmo com forte conotação religiosa, além de serem conduzidos em cooperação com o Estrado e de proporem harmonização de interesse entre classes e grupos sociais antagônicos, esses projetos tiveram vida curta pois, com o golpe militar de 1964, foram vistos como possíveis focos revolucionários e acabaram inviabilizados devido à vigilância ostensiva e à perseguição de seus militantes. Essa realidade exigiu da Igreja novas soluções para os problemas sociais, a partir de parâmetros diferenciados em relação ao período enfocado nesse trabalho. Este período foi profícuo em termos do alcance social das iniciativas da Igreja no Brasil e, particularmente, em Goiás, sob os auspícios de Dom Fernando, um representante ortodoxo dos valores católicos, que, com uma leitura do contexto político sob o ponto de vista do catolicismo, encarnou a *Doutrina Social da Igreja* no âmbito regional, angariando apoio e admiração por parte de vários segmentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Revista da Arquidiocese* foi o veículo por meio do qual a Arquidiocese de Goiânia afirmou a autoridade de Dom Fernando, disputou espaço social com aqueles considerados adversários pela própria instituição e propôs um modelo de sociedade com maior presença da Igreja. Ao cumprir esse papel, a RA interveio na conjuntura histórica concreta em que estava inserida, mesmo porque o grupo que a elaborava também se sentia ameaçado por esse contexto em acelerada mutação.

A década de 1950 foi o início de um processo intenso de mudanças pelas quais a sociedade brasileira passava, destacando-se o movimento de urbanização que afetava profundamente o mundo tradicional, permeado pela ação da Igreja. O desenvolvimento atraía a mão de obra para a cidade, onde esse contingente se tornava alvo potencial para as mais diferentes correntes de idéias. Por sua vez, o campo também sofria os desdobramentos da modernização que, com a valorização das terras – seja pela abertura de estradas, ou outras intervenções – aguçavam os conflitos, colocando também o homem do campo em contato com novas visões de mundo.

Essa situação preocupava a Igreja que ainda não havia se conformado com a separação em relação ao Estado, medida que a fez perder a posição de poder que exercia secularmente, enfrentando o intenso processo de laicização da sociedade, se vendo na iminência de perder também a influência sobre o homem do campo. Diante dessa difícil realidade, a instituição – por meio da CNBB – se viu impelida a lutar, sob pena de ver seu poder sobre a sociedade cada vez mais diminuído. Nesse contexto, traçou duas frentes de luta que, por um lado, buscava conter o avanço das idéias consideradas antagônicas e, por outro, propunha soluções para os problemas sociais, em colaboração com o Estado, como forma de ampliar e consolidar sua presença na sociedade.

Dom Fernando, integrado ao comando da CNBB, inseriu a Igreja de Goiás nos projetos desenvolvidos em âmbito nacional, traduzindo as iniciativas da entidade episcopal para a realidade local, tornando a RA um veículo importante nesse processo. Na competição

por espaço social, a revista construiu as diferenças em relação aos adversários – comunismo, maçonaria, espiritismo e protestantismo – com a força dos discursos extraídos dos mais variados contextos. Em todas essas manifestações o periódico afirmava a posição de total oposição em relação a cada uma dessas visões de mundo, representando-as como “incompatíveis”, “contrárias”, a própria “negação” e até mesmo o “avesso” do catolicismo.

Na luta pela construção de uma sociedade com maior presença da Igreja, a RA contribuiu para aumentar a visibilidade dos projetos apresentados pela Arquidiocese, conferindo-lhes maior legitimidade e capacidade de unificar os católicos de forma a se tornarem “fermento na massa”. As soluções apresentadas tinham, por um lado, o pressuposto da união da sociedade em torno dessas propostas, porque, segundo a Igreja, para serem seres humanos plenos, os homens deveriam estar “unidos em Cristo”. Por outro lado, essa posição ignorava as contradições e propunha um amálgama via harmonização social.

Pequenos e grandes, pobres e ricos, fracos e fortes, sacerdotes e leigos, unamo-nos! Não nos preocupe o número. Não nos mova o interesse da vitória nem o medo da derrota, mas apenas o cumprimento do dever. E o nosso dever é este: darmos testemunho da verdade, da justiça e do amor em nossa vida particular a pública, familiar e profissional. Ponhamos de lado nossas diferenças ou divergências e salvemos o essencial que consiste no seguinte: união com Deus [...], união com os outros homens [...] e união com a natureza.⁴⁶⁷

Por meio desses projetos, Dom Fernando, idealizador da revista, tentou fazer com que Goiás conduzisse o Brasil rumo ao desenvolvimento, sob a liderança da Igreja, agindo segundo sua doutrina social. Além de ter intensificado a ação da Instituição em diversos setores da sociedade, por meio da Ação Católica, os textos da revista revelavam que as soluções para os problemas do meio rural obtiveram do prelado todo empenho, sendo que priorizou particularmente o projeto de reforma agrária de inspiração cristã que poderia ter reflexos em toda a sociedade.

A Arquidiocese de Goiânia viveu um período de intensa mobilização desde a posse de Dom Fernando que envolveu tanto os religiosos, mesmo aqueles do interior mais distante, quanto os leigos, que se dedicaram a uma militância ativa. Todas essas iniciativas, registradas e acompanhadas pela revista, encheram a Igreja de esperança em um movimento de expansão constante. No entanto, quando cada um desses projetos começou a ruir, especialmente face à perseguição do governo militar, que via nestes princípios revolucionários, não obstante terem sido desenvolvidos em cooperação com os governos

⁴⁶⁷ DECLARAÇÃO dos Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n.1/2, jan./fev. 1962. p. 21.

anteriores e pregarem a harmonia social, a igreja se viu impelida a buscar novas formas de inserção social.

Para Dom Fernando, que procurava mostrar sempre sua capacidade de acompanhar as mudanças – adaptando-se à abertura da Igreja promovida pelo *Concílio Vaticano II* e às inovações técnicas, por exemplo - a compreensão dessa impossibilidade de continuação foi dolorosa, pois para o arcebispo esses projetos, além de terem se tornado uma intervenção prática da Igreja na realidade social, funcionaram como modelo a ser seguido e seu insucesso tirava da instituição a oportunidade de apontar para a sociedade o caminho a seguir e a revista mostra esses paradoxos.

No contexto apresentado, é inegável a importância da RA, pois através dela Dom Fernando encontrou um núcleo agregador de idéias e um canal para a militância e os valores que ele entendia como “cristãos”. O estudo da revista possibilitou a explicitação de elementos a partir de uma situação regional concreta, tendo como ponto de partida uma situação de mudança, em que “tradição” e “modernização”, se encontram, da mesma forma que as águas de um rio desembocam se misturando às águas do mar. A “espuma” produzida nesse encontro, constituída de elementos tão heterogêneos coabitando no mesmo espaço, foi nosso objeto de análise.

O presente trabalho não visou seguir uma concepção linear em que a associação entre *progresso-superação* e *tradição-conservadorismo* formam categorias dicotômicas. A historiografia nos ensina que estes padrões organizadores empobrecem e reduzem a riqueza dos fenômenos históricos. Mais que isso, procuramos mostrar que esses elementos se confundem, não apenas no que diz respeito às instituições mencionadas no trabalho, mas também no pensamento de Dom Fernando. Nesse sentido, acreditamos que o presente trabalho nos mostra a complexidade e a heterogeneidade de uma revista que, comandada por homens que precisavam atuar – quer quisessem ou não – em virtude das ameaças aos valores que eles consideravam mais caros, constituiu parte da história dessa região.

FONTES

1. Periódicos

1.1. Revista da Arquidiocese de Goiânia

Quadro 6: Relação dos números/meses da *Revista da Arquidiocese de Goiânia* consultados no decorrer da pesquisa

1957	1958	1959	1960
n.1/jul. n.2/ago. n.3/set. n.4/out. n.5/nov. n.6/dez.	n.1/jan. n.2/fev. n.3/mar. n.4- 5/abr.-maio n.6/jun. n.7/jul. n.8/ago. n.9/set. n.10/out. n.11/nov. n.12/dez.	n.1/jan. n.2/fev. n.3/mar. n.4-5/abr.-maio n.6-7/jun.-jul. n.8/ago. n.9/set. n.10/out. n.11/nov. n.12/dez.	n.1/jan. n.2/fev. n.3/mar. n.4/abr. n.5/maio n.6/jun. n.7/jul. n.8/ago. n.9/set. n.10/out. n.11/nov. n.12/dez.
1961	1962	1963	1964
n.1/jan. n.2/fev. n.3/mar. n.4/abr. n.5/maio n.6/jun. n.7/jul. n.8/ago. n.9/set. n.10/out. n.11-12/nov.-dez.	n.1-2/jan.-fev. n.3-4/mar.-abr. n.5-6/maio-jun. n.7-8/jul.-ago. n.9-10/set.-out. n.11-12/nov.-dez.	n.1/jan. n.2/fev. n.3/mar. n.4-5/abr.-maio n.6/jun. n.7/jul. n.8-9/ago.-set. n.10-11/out.-nov. n.12/dez.	n.1-2/jan.-fev. n.3-4/mar.-abr. n.5/maio n.6-7/jun.-jul. n.8-9/ago.-set. n.10-11-12/out.-nov.-dez.
1965	1966	1967	1968
n.1/jan. n.2-3/fev.-mar. n.4-5-6/abr.-maio-jun. n.7-8-9/jul.-ago.-set. n.10-11-12/out.-nov.-dez.	n.1/jan. n.2/fev. n.3/mar. n.4/abr. n.5/maio n.6/jun. n.7/jul. n.8/ago. n.9-10-11-12/set.-out.-nov.-dez.	n.1/jan. n.2/fev. n.3/mar. n.4/abr. n.5/maio n.6/jun. n.7/jul. n.8/ago. n.9/set. n.10/out. n.11/nov. n.12/dez.	n.1/jan. n.2/fev.
1970	1982	1985	1986
n.10/out.	n.11/nov.	n.6-7/jun.-jul.	n.6/jun
1995			
n.2			

1.2. Caderno de Notícias

CADERNO DE NOTÍCIAS. Informativo da Arquidiocese de Goiânia. Goiânia: Departamento de Opinião Pública da Arquidiocese de Goiânia, n. 1, 30 out. 1968; n. 4, 1 dez. 1968.

1.3. Jornal *O Popular*

Números consultados: 2 jun. 1959; 17,20,21,23 e 28 out. 1959

Local de publicação: Goiânia, GO

1.4. Jornal *Cinco de Março*

Número consultado: n. 3, out. 1959

Local de publicação: Goiânia, GO

2. Documentos Diversos

ATA DA REUNIÃO DO EGRÉGIO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Goiânia, 25 jan. 1965.

ATA DA REUNIÃO PARA NOMEAÇÃO DE NOVA DIRETORIA E ADMISSÃO DE NOVOS SÓCIOS. Fundação Pio XII, Goiânia, 31 out. 1957.

ESCRITURA PÚBLICA DE EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO PIO XII. Fundação Pio XII, Goiânia, 1º abr. 1996.

CARTA ENCÍCLICA DE SUA SANTIDADE O PAPA PIO XI. *Divini Redemptoris*. Sobre o comunismo ateu. [1937]. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2001. (Caderno 13).

3. Depoimentos

Faremont Ramos de Campos. Depoimento cedido à Lindsay Borges, em Goiânia, 24 de janeiro de 2007.

João do Carmelo Xavier. Depoimento cedido à Lindsay Borges, em Goiânia, 22 de janeiro de 2007.

Monsenhor Nelson Rafael Fleury. Depoimento cedido à Lindsay Borges, em Goiânia, 06 de dezembro de 2006.

Orlando Ferreira de Castro. Depoimento cedido à Lindsay Borges, em Goiânia, 22 de dezembro de 2006.

4. Arquivos Pesquisados

Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC)

Secretariado Pastoral da Arquidiocese (SPAR)

Arquivo Histórico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Wolmir Therezio. *A Igreja e a Questão Agrária no Centro-Oeste do Brasil (1950-1968)*. Goiânia: UCG, 1996.
- ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. *História do protestantismo em Goiás (1890-1940)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.
- ARNS, Paulo Evaristo. Os verdadeiros objetivos da campanha contra Diretrizes e Bases. *REB*, v. 3, n. 20, p. 656-652, 1960.
- BENIMELI, J. A. F. et al. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. São Paulo: Paulus, 1998.
- BEOZZO, José Oscar et al. *História da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1992. (Tomo II).
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1984. (V. 3). p. 271-341.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, DF: UnB, 1991.
- BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- CAMACHO, Ildelfonso. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995.
- CÂMARA, Dom Helder. A CNBB nasceu assim. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- CARDOSO, Maria Divina Costa. *Movimento Estudantil em Goiânia: 1960 a 1964*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: UFG, 1986.
- CARVALHEIRA, Dom Marcelo Pinto. Momentos históricos e desdobramentos da Ação Católica Brasileira. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 13, fasc. 169, p. 10-28, mar. 1983.
- CASTRO, Orlando de. Estudantes lutam por uma universidade pública. *Extensão e Cultura*, Goiânia, ano 2, n. 1, p. 11, 2001.
- CASTRO, Ruth Cavalcanti Garcia de. *MEB: uma estratégia de comunicação com o homem do campo*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

- CASTRO, Sílvia Alessandri M. de. *Irradiação Espírita Cristã – Memórias*. Goiânia: Kelps, 1995.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- DALE, Frei Romeu (Org). *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Loyola, 1985.
- DAVID, Solange Ramos de Andrade. *O Catolicismo popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.
- DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB-GO: 1936-1948*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- DeFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- DUARTE, Teresinha. A criação das duas universidades goianas. In: XVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Recife, PE, jul. 1994.
- DUARTE, Teresinha. *Se as Paredes da Catedral Falassem: a arquidiocese de Goiânia e o regime militar*. Goiânia: UCG, 2003.
- DUBY, Georges. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- DUSSEL, Enrique. *História da Igreja Latino-Americana (1930 a 1985)*. 2.ed. São Paulo: Paulus, 1989.
- ENTIDADES CRISTÃS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL. São Paulo: Paulinas, 1987.
- FERREIRA, Lygia Portenha Borges. *A memória do PCB em Goiás: a experiência do jornal A Luta e a formação da cultura comunista em Goiás (1931-1945)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.
- FIERRO, Alfredo. *O Evangelho beligerante: introdução crítica às teologias políticas*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KLOPPENBURG, Dom Boaventura. *Igreja e Maçoria, conciliação possível?* 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARITAIN, Jacques. *Humanismo Integral*. [S.I.]: Companhia Editora Nacional, 1965.
- MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Período republicano e atualidade*. São Paulo: Paulinas, 2003. (Tomo III).

- MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *História de uma Oligarquia: os Bulhões*. Goiânia: Oriente, 1974.
- PADIN, Dom Cândido, GUTÉRREZ, Gustavo, CATÃO, Francisco. *Conclusões da Conferência de Medellín*. 1968 – Trinta anos depois Medellín ainda é atual? São Paulo: Paulinas, 1998.
- PESSINATTI, Nivaldo Luiz. *Políticas de Comunicação da Igreja Católica no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: UNISAL, 1998.
- PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira et al. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1984. (V. 4). p. 343 - 380.
- PUNTEL, Joana T. *A Igreja e a Democratização da Comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1994.
- RABÊLO, Francisco Chagas Evangelista. *Governo Mauro Borges: tradicionalismo, Planejamento e Mobilização Social em Goiás*. 1976. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1976.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)*. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fapesp, 2005.
- ROQUETTE, José Ricardo. Fragmentos da história do Grande Oriente do Estado de Goiás. *Boletim Oficial*, Goiânia, GOEG, p. 3-7, out. 1997.
- SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. *Sem violência e sem medo: escritos, homilias e entrevistas*. Goiânia: UCG, 1982.
- SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. *Missionários Redentoristas Alemães em Goiás: uma participação nos movimentos de reforma e de restauração católicas (1894-1944)*. 1984. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- SENNETT, Richard. *Autoridade*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Cônego Trindade da Fonseca. *Lugares e Pessoas: subsídios eclesiais para a história de Goiás*. Goiânia: UCG, 2006.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Ismar de Oliveria. *Do Santo Ofício à Libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- SOUZA, Dalva Mara Borges de L. D. *1964 em Goiás: o ovo da serpente*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990.
- TELES, José Mendonça. *Dicionário do Escritor Goiano*. Goiânia: Kelps, 2000.
- VAZ, Ronaldo Ferreira. *Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)